

ISSN. 2317-0352



Sociologia

Vol.5, nº2, Mai./Agos. 2016

Revista de Sociologia



Premonição da Guerra Civil. Salvador Dalí, 1936

www.revistacafecomsociologia.com

REVISTA CAFÉ COM SOCIOLOGIA

CONSELHO EDITORIAL

Cristiano das Neves Bodart- Editor Chefe

Amurabi Oliveira

Beatriz Brandão Santos

Bianca de Moura Wild

Gleison Maia Lopes

Jainara Gomes de Oliveira

Jesus Marmanillo Pereira

Leandro Leal de Freitas

Marcelo Pinheiro Cigales

Micheline Dayse Gomes Batista

Nicole Louise Macedo Teles de Pontes

Pedro Jorge Chaves Mourão

Radamés Mesquita Rogério

Rafael Balseiro Zin

Rafael Dantas Dias

Roniel Sampaio Silva

Túlio Cunha Rossi

Tupiara Guareshi Ykegaya

Vanessa José da Rocha

Editoração: *Cristiano das Neves Bodart*

Suporte técnico: *Roniel Sampaio Silva*

PARECERISTAS COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Alexandre Barbosa Fraga (UFRJ)

Aline Prado Atassio (UESC)

Amaro Xavier Braga Junior (UFA)

Arieli Januzzi Buttarello (UFScar)

Beatriz Brandão Santos (PUC-Rio)

Bianca de Moura Wild (UNIGRANRIO)

Bruno dos Santos Hammes (UFG)

Camillo César Alvarenga (UFPB)

Cristiano das Neves Bodart (FNM)

Elizardo Scarpati Costa (FURG)

Fátima dos Santos Silva (UNICAMP)

Fernando Mezadri (UFSC)

Guilherme Bemerguy Chêne Neto (UFRN)

Ivan Fontes Barbosa (UFPB)

Jainara Gomes de Oliveira (UFSC)

Jessica Lobo Sobreira (UFPB)

João Paulo de Freitas Campos (UFMG)

Julio Cesar Roitberg (UFRRJ)

Kesia Maria Maximiano de Melo (UNESP)

Leandro Leal de Freitas (UFScar)

Luciana Silveira (FESPSP)

Marcus Vinícius Martins Barbosa (IFPI)

Mariana Scussel Zanatta (IFRS)

Marluci Menezes (LNEC)

Milton Bortoleto (USP)

Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (UFPB)

Rafael Balseiro Zin (PUC-SP)

Rafael Dantas Dias (SEED)

Rafael Egídio Leal e Silva (IFPR)

Ricardo Manuel Ferreira de Almeida (UTAD)

Rodrigo Piquet Saboia de Mello (SEEDUC-RJ)

Ronaldo Tadeu de Souza (USP)

Tiago Fernandes Alves (UFPB)

Tupiara Guareshi Ykegaya (UNIC)

Valci Melo Silva dos Santos (PMSJT-AL)

Vanessa do Rêgo Ferreira (UFAL)

Wallace Faustino da Rocha Rodrigues (UFJF)

SUMÁRIO

EDITORIAL

Conselho editorial.....01-03

APRESENTAÇÃO

Gleison Maia Lopes.....04-07

RELATO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE

Sociologia da Educação e da Escola: elaboração de um plano/proposta para um campus do IFBA – uma visão dos estudantes do Ensino Médio Integrado

Márcio Nicory Costa Souza08-24

SOCIOLOGIA E FILME

O filme “O Abutre” (The Nighthcrawler) e os efeitos secundários do crime

Felipe Ramos Garcia25-35

ARTIGOS

Fotografia e ensino de Política: Pensando as imagens de eventos políticos no ensino médio

Jesus Marmanillo Pereira e Maron Sepetímio Ramos Neto36-46

O cinema à prova da opinião

Heitor Benjamim Campos47-63

"A Joanna sou eu, mas a casa é nossa": a emergência de um locus midiático colaborativo feminista

Rodrigo Oliveira Lessa.....64-77

Em pauta a violência contra a mulher: da instância ficcional à mobilização midiática e social

Welkson Pires.....78-97

Os Direitos Humanos na Fenomenologia Política de Emmanuel Levinas

Christopher Eland.....98-112

Apontamentos sobre a greve dos bancários de Pelotas/RS e sua compreensão como ritual político

Ricardo Gonçalves Severo.....113-126

O conceito de ideologia: de Destutt de Tracy ao pensamento de Antonio Gramsci

Rodrigo José Fernandes de Barros.....127-140

Epistemologia, Método e Teoria Social na Modernidade: limites e contribuições da Sociologia da Arte de Pierre Bourdieu

Camillo César Alvarenga.....141-165

O enigma de Kaspar Hauser e a importância da linguagem no processo socializador

Elaine Aparecida Toricelli Cleto e Cristiane Roque de Almeida.....166-178

As Dialéticas presentes no Pensamento Social Brasileiro: breves notas reflexivas a partir do Tropicalismo e de Belchior

Juliana Schumacker Lessa.....179-195

A condição do indivíduo na modernidade: uma leitura de Marx e Durkheim

Alan Rangel Barbosa.....196-209

A configuração etária do sujeito à luz do mercado de consumo

Ciro de Sousa Vale e Tania Maria de Barros Freitas Maciel210-223

RESENHA

Resenha da obra Sociologia do Ensino Médio: Crítica ao economicismo na política educacional

Ciro de Sousa Vale e Tania Maria de Barros Freitas Maciel224-231

ENTREVISTA

O ensino de Sociologia na pesquisa acadêmica: entrevista com Ileizi Luciana Fiorelli Silva

Entrevista realizada por Cristiano das Neves Bodart232-239



Revista Café com Sociologia

Volume 5, número 2, Mai./Agos. 2016

APRESENTAÇÃO

Gleison Maia Lopes¹

A Revista Café com Sociologia, através do lançamento de sua última edição, convida o leitor a refletir sobre alguns temas de grande importância para do atual cenário político, social e educacional em que está imersa a sociedade brasileira.

Entender a sociedade é tarefa, sobretudo, inquietante e diversa nas suas múltiplas formas e possibilidades: O trabalho; a arte; as manifestações culturais, e tantas outras esferas da vida cotidiana, são ferramentas que atravessam a sociedade e que, por isso, trazem em si reflexos interpretativos sobre os quais podemos lançar um olhar que desvela parte de suas especificidades e singularidades constitutivas.

A arte, como metonímia de todas as esferas sociais acima expostas, fornecesse-nos essas possibilidades. A imagem de capa, do atual número de nossa revista, é uma demonstração da potência que a arte tem de nos incomodar e nos conduzir a um olhar de estranheza frente aos acontecimentos cotidianos.

A imagem da capa desta edição é uma pintura de Salvador Dalí, denominada “Premonição da Guerra Civil Espanhola, de 1936”. Dalí, através de seu diferenciado e perspicaz olhar, materializa em sua pintura ambivalências conflituosas que moldaram uma forma de ver e pensar períodos históricos.

Nosso contexto político, econômico, social e cultural, assim como aquele retratado por Dalí, reflete em si disfunções sociais oriundas de conflitos que colocam o país dentro de uma grande e controversa discussão sobre o futuro de nossa democracia. O artista, assim como o intelectual, imprime em sua criação olhares que nos possibilitam aprofundar a reflexão sobre nossa realidade.

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), professor do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) e integrante do corpo editorial da Revista Café com Sociologia.

Tendo esse panorama em mente, e sabendo da obrigação social que o conhecimento científico tem - o de contribuir para a construção de interpretações sociais que possibilitem a compreensão e transformação do mundo cotidiano -, apresentamos a atual edição da Revista Café com Sociologia, na esperança de que este seja parte de um movimento de reconfiguração das formas de pensar e ver a realidade; que essa, assim como a arte, transborde as potencialidades de seu próprio nascimento e sirva de base para o surgimento de uma sociedade feita por todos e para todos.

A revista se estrutura a partir da seguinte sequência: Na seção de *Relatos de Experiência Docente*, temos a publicação do trabalho desenvolvido por Márcio Nicory Costa Souza, denominado **“Sociologia da Educação e da Escola: elaboração de um plano/proposta para um campus do IFBA – uma visão dos estudantes do Ensino Médio Integrado”**. O referido texto busca, de maneira instigante, socializar aspectos da experiência docente e de sua relação com o aluno e suas percepções sobre esse processo educacional.

Em seguida, apresenta-se, na seção *Sociologia e Filme*, uma produção de Felipe Ramos Garcia, denominada **O filme “O Abutre” (The Nighthcrawler) e os efeitos secundários do crime**, que se propõe elaborar um debate sobre as concepções de crime e criminalidade na sociedade contemporânea, a partir do filme acima mencionado e da sua relação com a teoria do sociólogo francês Loïc Wacquant.

Na seção de artigos, trazemos primorosos trabalhos com produções variadas versando sobre temáticas diversas.

O primeiro artigo, intitulado **Fotografia e ensino de Política: Pensando as imagens de eventos políticos no ensino médio**, de autoria de *Jesus Marmanillo Pereira e Maron Sepetímio Ramos Neto* busca, de maneira inventiva e perspicaz, problematizar a prática de ensino em sala de aula e como a fotografia pode ser uma ferramenta de utilização para o melhoramento didático pedagógico das atividades em sala de aula.

O seguinte artigo, feito por *Heitor Benjamim Campos*, denominado **O cinema à prova da opinião** propõe um debate sobre as relações sociais existentes dentro do processo de interação inserida na produção cinematográfica, no tangente a relação homem-cinema.

Rodrigo Oliveira Lessa é o autor do artigo seguinte, denominado **“A Joanna sou eu, mas a casa é nossa”**: a emergência de um locus midiático colaborativo feminista

busca discutir e problematizar a elaboração de um projeto de educação feminista sobre gênero, situado nas redes sociais, e denominado *A Casa da Mãe Joana-CDMJ*.

Analisar a representação da violência contra a mulher na mídia e a mobilização midiática e social advinda desse processo foi o objeto ousado e bem elaborado do artigo, produzido por *Welkson Pires*, com o título **Em pauta a violência contra a mulher: da instância ficcional à mobilização midiática e social**.

O artigo seguinte intitula-se **Os Direitos Humanos na Fenomenologia Política de Emmanuel Levinas**, produzido por *Christopher Eland*. No referido trabalho o autor busca analisar o método fenomenológico de Levinas e sua implicação na esfera política, especificamente, como este se relaciona com a constituição de uma ideia de direitos humanos.

A greve dos bancários e suas implicações sociais na constituição de um processo ritualístico na esfera política foi uma discussão proposta por Ricardo Gonçalves Severo, em seu artigo intitulado **Apontamentos sobre a greve dos bancários de Pelotas/RS e sua compreensão como ritual político**.

O próximo artigo publicado denomina-se *O conceito de ideologia: de Destutt de Tracy ao pensamento de Antonio Gramsci*, produzido por *Rodrigo José Fernandes de Barros*, se propõe problematizar a construção do conceito de ideologia, suas formas de trabalho e como a teoria de Antônio Gramsci trabalha esse termo. O artigo seguinte pretende fazer uma discussão sobre a produção teórica de Pierre Bourdieu, especificamente no campo da sociologia da arte, abordando e problematizando questões concernentes a produção deste importante teórico, o referido artigo intitula-se **Epistemologia, Método e Teoria Social na Modernidade: limites e contribuições da Sociologia da Arte de Pierre Bourdieu**, produzido por *Camillo César Alvarenga*.

Na sequência de artigos, trazemos uma contribuição que se denomina **O enigma de Kaspar Hauser e a importância da linguagem no processo socializador**, produzido por *Elaine Aparecida Toricelli Cleto e Cristiane Roque de Almeida*. No referido trabalho procura-se debater a linguagem como fator de grande importância no processo de socialização dos sujeitos, tendo como base o filme *O enigma de Kaspar Hauser*, produzido em 1974.

Juliana Schumacker Lessa é a autora do artigo denominado **As Dialéticas presentes no Pensamento Social Brasileiro: breves notas reflexivas a partir do Tropicalismo e de Belchior**. Um primoroso artigo que debate a produção artística brasileira e sua articulação

com a construção social brasileira, materializada nas diversas formas de pensamento social existentes.

O artigo seguinte intitulasse **A condição do indivíduo na modernidade: uma leitura de Marx e Durkheim**, produzido por *Alana Rangel Barbosa*, onde, de maneira perspicaz, se analisa a posição do indivíduo na modernidade à luz dos pensamentos de Karl Marx e Emile Durkheim.

Analisar como se constroem demandas por consumo dentro da sociedade capitalista foi o objeto traçado e executado, de maneira perspicaz, por *Ciro de Sousa Vale e Tania Maria de Barros Freitas Maciel*, em seu artigo denominado **A configuração etária do sujeito à luz do mercado de consumo**.

A próxima seção da revista é reservada as resenhas de relevância teórica e social dentro da área de conhecimento trabalhada na revista. Nessa seção trazemos a profícua e importante contribuição de *Ciro de Sousa Vale e Tania Maria de Barros Freitas Maciel* que resenharam, de maneira objetiva e sensível, o livro **Sociologia do Ensino Médio: Crítica ao economicismo na política educacional**, de *Nora Krawczyk*.

Finalizando as contribuições, deste numero da Revista Café com Sociologia, na seção de entrevistas, somos presenteados com uma, instigante e atual, entrevista realizada por *Cristiano das Neves Bodart*, tendo como entrevistada a professora Ileizi Luciana Fiorelli Silva. A referida professora é referência nacional nos estudos de sociologia da educação, sendo professora efetiva da Universidade Estadual de Londrina, no Curso de Ciências Sociais. Na entrevista, partilha-se um pouco da trajetória acadêmica da entrevistada e de como o ensino de sociologia se constituiu como campo de pesquisa e inquietação científica, buscando problematizar a atual situação do ensino de sociologia e os condicionantes sociais que esta está atrelada.

A Revista Café com Sociologia, como trabalhado em seus outros números e publicações, busca promover e fomentar o diálogo construtivo e o enriquecimento das discussões em torno do social, a partir da troca de experiências que, sobretudo, é a força motriz do desenvolvimento e crescimento intelectual. Espera-se que, com esta publicação, atinjamos o maior numero possível de leitores e que esse alcance seja seguido de uma maior democratização do acesso às formas de produção e distribuição do conhecimento.



Revista Café com Sociologia

Volume 5, número 2, Mai./Agos. 2016

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO E DA ESCOLA: elaboração de um plano/proposta para um campus do IFBA – uma visão dos estudantes do Ensino Médio Integrado

*Márcio Nicory Costa Souza*¹

Resumo

Este relato tem o intuito de socializar alguns aspectos da experiência didática realizada no início do ano de 2014, a partir de uma atividade no âmbito de uma unidade temática da disciplina Sociologia. Apresentamos detalhamento das ações realizadas e os resultados gerados, bem como considerações sobre as propostas para o campus e impressões sobre as dificuldades encontradas no caminho. Em anexo, a íntegra da versão final da proposta “o IFBA que queremos”.

Palavras-chave: Experiência Didática. Ensino de Sociologia. Proposta/Plano.

SOCIOLOGY OF EDUCATION AND SCHOOL: drawing up a plan/proposal for a campus IFBA – a vision of students of the Integrated High School

Abstract

This report aims to socialize some aspects of teaching experience held at the beginning of 2014, from an activity under a thematic unit of sociology school subject. We present details of the actions taken and the results generated, as well as consideration of the proposals for the campus and impressions about the difficulties encountered along the way. Attached is the full text of the final version of the proposal "the IFBA we want."

Keywords: Teaching Experience. Educational Sociology. Proposal/Plan.

¹ Professor de Sociologia no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Bahia – IFBA. Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais – UFBA e Mestre em Ciências Sociais – PPGCS/UFBA. Membro do Núcleo de Pesquisas em Humanidades, Educação e Ciências – NUPHEC. E-mail: mnciso@hotmail.com.

A intenção deste texto é socializar aspectos da experiência didática vivenciada em janeiro e fevereiro de 2014, a partir de uma atividade no âmbito de uma unidade temática de Sociologia, com estudantes do terceiro ano do ensino médio integrado nos cursos de Biocombustíveis, Informática e Eletromecânica) em um campus do interior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA.

Discorreremos sobre as ações que foram arroladas para a elaboração de um plano ou proposta intitulado “O IFBA que queremos”, sob as expectativas e pelas percepções dos estudantes do terceiro ano do ensino médio integrado, bem como tecemos algumas considerações sobre impressões do processo.

Recolhendo ideias e construindo propostas

*La preparar o psicológico para voltar às minhas aulas no IFBA,
mas nem paciência pra isso eu tenho mais.
(Estudante, registro em rede social, 19.01.2014)*

O planejamento inicial para quarta unidade temática “Sociologia da Educação e da Escola” de Sociologia para os terceiros anos da modalidade integrada era tratar alguns dos conteúdos previstos no plano de curso a partir de aulas expositivas, discussões e debates a partir de textos ou problematizações. Apresentaríamos alguns autores que tratam da questão escolar e discutiríamos, pela comparação, a nossa realidade como campus de um instituto federal de educação técnica profissionalizante.

A ideia a ser apresentada surgiu do prognóstico de cansaço e fadiga quanto às sequências e instruções didáticas nas demais unidades e igualmente recorrentes nos procedimentos de outros professores². Este cansaço, também expresso nas fisionomias dos estudantes parecia indicar que a colaboração para tal ensejo seria forçosa e comprometida apenas com a aprovação. Considerando este prognóstico, passei a reflexão e me submeti às leituras e releituras e à elaboração de outro tratamento

2 Lembrei-me de fragmentos do depoimento dado por François Dubet em entrevista concedida à Revista Brasileira de Educação, quando, expressa suas impressões sobre a experiência como docente por um ano em uma escola na periferia de Bourdoux, França. Para ele, “os alunos não estão ‘naturalmente’ dispostos a fazer o papel de aluno. Dito de outra forma, para começar, a situação escolar é definida pelos alunos como uma situação, não de hostilidade, mas de resistência ao professor. Isto significa que eles não escutam e nem trabalham espontaneamente, eles se aborrecem ou fazem outra coisa” (DUBET, 1997, p. 223).

para a temática. Entre estas, me deparei com uma provocante citação de Maria Teresa Nidelcoff (1987, p. 18):

Devemos perceber como nossas atitudes, as atitudes que ajudamos a desenvolver, a forma de organizar nosso trabalho e os conhecimentos que selecionamos ajudam a manter a ignorância, o acatamento e a derrota ou ajudam a tornar indivíduos despertos, informados, críticos e com a sã rebeldia que pode alimentar a vontade de mudar as coisas.

Em função de repetidas queixas e desagrados por conta de problemas de ordem administrativa-operacional e também de ordem infraestrutural, decidi propor a elaboração de um plano/proposta para o campus no qual trabalho. Pensar o campus pareceu a mim harmonizável às possíveis zonas de relevância e as atenções seletivas, nos termos em que escreve Schutz (1979), pela experiência, por parte dos alunos, ancorado sobre o escopo da temática prevista na unidade temática.

[...] os alunos possuem uma experiência que não poderá ser ignorada pela escola, experiência das situações da vida, das relações pessoais, bem como uma significativa multiplicidade de informações e conhecimentos, embora de forma fragmentada e dispersa. Portanto, a identificação dos temas ou problemas que se mostram mais importantes para os educandos constitui fator relevante na definição do material da realidade a ser estudado no decorrer do processo de ensino. (SNYDERS, 1974 apud LOPES, 1996, p. 46)

Confesso que tive certa apreensão sobre o interesse e a mobilização dos estudantes para tal proposição, uma vez que, ainda que cansados e abatidos, uma proposição reprodutivista, nos termos em que Mizukami (1986) categoriza como abordagem tradicional, centrada no professor³, uma concepção tecnicista de educação (LOPES, 1996), poderia ser mais fácil para mim e de administrar por parte da maioria dos estudantes. Era só eu despejar uma gama de saberes sistemáticos historicamente acumulados sobre os conteúdos da unidade temática, passar materiais instrucionais para leitura direta e/ou complementar, ministrar aulas expositivas e exercícios de aplicação, marcar avaliações pontuais escritas e fim. Mais uma vez, nos lembra Nildecoff (1987, p. 21):

[...] ter uma constante atitude de inquietação em fomentar a criatividade. Às vezes estamos dispostos, quando muito, a tolerá-los, e esperamos que os alunos nos façam propostas criativas, mas estas não surgem com facilidade, seja porque os alunos estão por demais acostumados ao hábito da dependência e da repetição, seja porque não imaginam que, na realidade, numa sala de aula há espaço para quase tudo, se assim o desejamos. É nosso papel,

3 “O professor traz o conteúdo pronto e o aluno se limita, passivamente, a escutá-lo. O ponto fundamental desse processo será o produto da aprendizagem. A reprodução dos conteúdos feita pelo aluno, de forma automática e sem variações, na maioria das vezes, é considerada como um poderoso e suficiente indicador de que houve aprendizagem e de que, portanto, o produto está assegurado. A didática tradicional quase que poderia ser resumida, pois, em ‘dar a lição’ e em ‘tomar a lição.’” (MIZUKAMI, 1986, p. 15)

portanto, dar-lhes pistas, fazer-lhes propostas, abrir-lhes trilhas para que possam começar a caminhar.

Bom, foi isso que fizemos, ou melhor, tentamos fazer.

Primeiramente imaginávamos 4 encontros com 100 minutos de duração (dois tempos de aula). Iniciamos a partir de uma sessão que denominamos “Recolhendo ideias”. Nesta, a partir de duas perguntas – “Como é a escola (IFBA) que você estuda? (Descreva)” e “Que escola nós queremos? Como ela seria?” – incitamos os estudantes, organizados em pequenos grupos (até quatro integrantes), a discutirem suas impressões para a primeira indagação e que a registrassem numa face de uma folha de papel distribuída previamente. Em seguida, apresentamos a segunda indagação e pedimos para que procedessem da mesma forma, registrando na outra face da mesma folha.

A partir das respostas, pedimos para que respondessem voluntariamente se “há diferenças entre a escola que você estuda e a escola que você quer? Se sim, quais?”. O que parecia evidente, pela observação informal e agora pelo cotejamento, se confirmava: havia uma insatisfação e grandes diferenças entre o “real” e o que seria a “escola ideal”, ou a escola desejada por aqueles estudantes terceiroanistas.

Encerramos este primeiro encontro/sessão com a exposição oral de cada um dos estudantes sobre quais seriam essas diferenças e com o recolhimento deste material escrito.

Neste primeiro encontro, suponho que pareceu contribuir também, além do esforço de problematização da própria condição de estudante e por estarmos tocando de certo modo no “calcanhar de Aquiles” da insatisfação, o caráter “prático” e grupal da atividade.

A minha segunda surpresa: é preciso ocupar constantemente os alunos. Não são alunos capazes de fingir que estão ouvindo, sonhando com outra coisa e não fazer barulho. Se você não os ocupa com alguma coisa, eles falam. É extremamente cansativo dar a aula já que é necessário a toda hora dar tarefas, seduzir, ameaçar, falar [...] (DUBET, 1997, p. 223).

Apesar das diferenças contextuais entre o caso francês e o nosso, vejo muitas semelhanças às impressões de François Dubet quanto à sua experiência como professor de Geografia e História em escola na periferia de Bourdoux. O fato de passarmos tarefas parecia ser mais palatável, ainda aceitável, ao contrário da audiência a aulas expositivas, cujo desgaste para a execução se aproximaria da descrição do sociólogo francês.

De posse do primeiro material, procedi uma leitura superficial das respostas organizadas e listadas por escrito por cada grupo e realizei uma primeira comparação entre elas. Perante a variedade e abrangência das respostas sobre as “escolas real e ideal”, confesso que me surpreendi positivamente com o nível preliminar de envolvimento para uma atividade que supus, diante das circunstâncias apresentadas, tendente a um enorme fracasso. Da surpresa me vi tomado pela motivação em levar adiante e verificar até onde poderíamos chegar nesta proposição. Decidi sistematizar as respostas para as duas perguntas e tentar aglutinar em algumas categorias, agrupando-as por semelhança, digitar e apresentar em slides como primeiro produto do trabalho realizado pelos grupos.

Em função das respostas, criamos algumas categorias – Estrutura Física (EF), Organização curricular e didática (OCD), Modelo de Gestão/Organização administrativa (MG), Relações docente-discente/Discente-Administração-Gestão (RDD) e Pesquisa e Extensão (PE) –, bem como um detalhamento de amplitude ou escopo para cada uma delas, que denominamos de “definições”. A partir daí, na segunda sessão, também intitulada “Recolhendo ideias”, solicitamos que os mesmos grupos, de posse de seus esboços (agora comentados por mim com questionamentos) e com o esquema categórico novo, efetuassem o enquadramento e, quando julgassem necessário, debatessem ajustes nas pré-definições apresentadas ou mesmo nos nomes dados às categorias.

O que pudemos observar desta segunda proposição é que as pré-categorias e as definições serviram como disparadores de percepções não contempladas na sessão anterior com a provocação sobre “Que escola nós queremos? Como ela seria?”, levando os estudantes a pensarem, sob a orientação das definições das pré-categorias, e listarem outros aspectos do espaço escolar. Pedimos para que registrassem também, complementando e enquadrando às categorias apresentadas ou ajustadas nas mesmas folhas utilizadas na primeira sessão.

A partir deste material, sob uma primeira reorganização, iniciamos um terceiro encontro que denominamos “Construindo propostas”. Iniciei a aula expondo sobre a qualidade do material apresentado pelos grupos e, ao apresentar a missão do IFBA⁴, lancei outra indagação: “O que a gente precisaria fazer para alcançar isso?”, seguida de outras duas questões corolárias: “Para ter uma escola ideal, o que precisamos fazer?”, “Quais tipos de ações precisam ser implementadas para cada item de cada tópico ou tema: EF, OCD, MG, RDD e PE?”.

4 “Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país.” (IFBA, 2013, p.20)

Orientei que precisaríamos pensar em ações ou um plano de ações para cada uma das ideias elencadas e que essas ações precisariam ser responsáveis e, portanto, justificadas e viabilizáveis – respondendo, portanto, a um “porquê” e um “como”. Para ilustrar as orientações, exemplifiquei a partir das respostas apresentadas por eles. Assim, esbocei uma escala na qual num dos extremos estaria uma proposta como “Construção de um espaço para um refeitório” e no outro estaria “Gestão mais democrática e participativa/Escola mais organizada, “menos burocrática”. Procurei ilustrar que a primeira proposição seria mais concreta e objetivável, já que seria razoável, que poderia ser debatida, defendida, argumentada com a gestão ou com as pessoas responsáveis para a operacionalização deste pleito. E que a segunda, noutra extremo, seria subjetiva, genérica e um tanto “pessoal”, que precisaria ser detalhada ou explicitada para que os gestores, sob circunstâncias de uma apresentação, pudessem entender o que essa proposição engendra como ensejo ou desejo daquele coletivo. Isto é, que precisaríamos transformar todas as nossas propostas mais genéricas ou subjetivas em proposições mais concretas, tangíveis e operacionalizáveis. Foi nesse momento que começaram a “pipocar” sugestões de como convertê-las de forma que preservassem o interesse e motivação, mas que ficassem tangíveis, objetivas. Destaco uma resposta de um estudante e expressão de entendimento desse exercício que propusemos a todos, em grupos, para que fizessem neste terceiro encontro, a seguinte: “Ahhh, entendi, professor, quer dizer que a gente tem que falar num discurso que seja executável. Ou seja, a criação de um grêmio ou mesmo os estudantes serem consultados para decisões que afetam a eles... a gente poder participar dos momentos de decisão dos assuntos da instituição, como o calendário, os recessos...”.

Com este entendimento, sugerimos que os grupos de trabalho se dividissem de maneira que cada um deles ficasse com um ou dois dos tópicos ou categorias sugeridas, passando a converter ou transformar as ideias ou propostas em “ações exequíveis”, executáveis, negociáveis ou barganháveis. Cada grupo recebeu uma cópia da segunda versão, já com os agrupamentos das propostas em categorias. E, mais uma vez, ao término desta sessão, recolhemos todo material produzido e levamos para casa para digitar e proceder uma nova sistematização a partir das categorias apresentadas.

Na quarta sessão, levamos cópias impressas das “propostas convertidas em ações exequíveis” para serem avaliadas pelos grupos proponentes e verificassem também, pela justaposição, se concordavam com esta “resistematização” feita pelo professor. Levamos também um notebook e uma

impressora para a sala de aula, a fim de que, ao término da atividade proposta para esta aula, fizéssemos impressão das versões preliminares pré-aprovadas.

Nessa sessão, após as conferências e ajustes efetuados nas cópias das proposições, decidimos que – uma vez que estávamos construindo coletivamente uma coletânea de propostas/ideias para o campus – deveríamos apresentá-las aos gestores da escola, especialmente à Direção Geral e à Direção de Ensino, mas também, se possível, à Direção Administrativa, de forma que este documento fosse encaminhado e que seguisse os trâmites administrativos. Como sugestão de um estudante, decidimos que o texto final seria protocolado a estes setores e que marcaríamos, via memorando, uma reunião. Isto é, seguindo as “etapas da burocracia” institucional do campus.

Acordados de que procederiam assim, recomendei que achava melhor que representantes e não a turma toda apresentasse aleatoriamente a coletânea de proposições, argumentando que é uma prática recorrente e necessária em instâncias de negociação e que tende a facilitar o diálogo ou discussão entre as partes interessadas ou atingidas. Com a concordância, alguns estudantes sugeriram que fosse feita uma votação entre os possíveis interessados em ser representantes. Como não houve voluntários, sugeri que, entre os grupos de trabalho, fossem indicados até dois nomes e que todos os presentes manifestariam para cada um sua aprovação ou não ao nome. Os grupos assim procederam e os nomes foram registrados no quadro branco. Em seguida, indagamos, nome por nome, quem votaria como representante e computamos as manifestações de aprovação. Aqueles que foram os mais votados seriam os representantes. Mas quantos seriam eles? Um dos estudantes sugeriu que fossem escolhidos pelo menos 3 representantes, um para responder por cada curso: Biocombustíveis, Informática e Eletromecânica. Na concordância dos presentes, foram escolhidos quatro representantes, e não três, em função de um empate técnico entre dois integrantes.

Pudemos verificar que, ainda que essa modalidade de votação tenha sido mais exaustiva, o resultado não gerou objeções manifestadas. Ao contrário, pela transparência do pleito, os estudantes pareceram estar de acordo com os eleitos/escolhidos a partir da manifestação de voto direta e aberta⁵.

Assim, o que planejávamos para durar por 4 encontros, durou 5. E deixamos para concluir a construção coletiva da coletânea para o encontro seguinte. Não custa lembrar que os encontros eram

5 Como alguns dos estudantes presentes também participam de fóruns de elaboração, discussão e proposição de normativas para o campus, tais como Regimento interno, comissões de eventos ou para outros assuntos, parece-nos que, aos poucos, se dissemina uma compreensão prática das formas de participação em instituições democráticas.

semanais e que aconteciam nos horários previstos na semana para a disciplina Sociologia. Já estávamos a mais de um mês envolvidos nessa atividade.

Dessa forma, na quinta sessão, levamos para a sala os mesmos equipamentos, acrescido de um projetor e procedemos para a ação didática final: ler e votar em cada uma das propostas, sugerindo revisões na redação, sejam supressões, sejam acréscimos ou mesmo fusões nas propostas, bem como possíveis realocações sob a orientação das definições das categorias.

Esta sessão foi a mais exaustiva para mim e para os estudantes. Custou boa dose de paciência para leituras e releituras das propostas, de maneira que aquele coletivo se reconhecesse com o texto a ser submetido à apreciação e negociação/argumentação com as direções geral e de ensino. Contudo, as duas aulas previstas foram suficientes para que saíssemos com um documento aceito pelos presentes e que representava os anseios daquele grupo de estudantes por uma escola, se não “ideal”, com certeza melhor e mais interessante a partir das categorias supracitadas.

Redação aprovada, encaminhamos para a impressão ainda em sala de aula, organizamos e colhemos as assinaturas de todos os estudantes presentes e os representantes eleitos aproveitaram a disponibilidade dos equipamentos e redigiram um memorando – sob algumas orientações do professor – solicitando uma reunião para apresentar o documento às direções do campus.

Comentários às proposições

A classe dominante argumentará que o testemunho dos alunos não deve ser levado em consideração. Eles não sabem, ainda... Quem sabe são os professores e os administradores (ALVES, 1994, p. 10).

Tecemos nesta seção breves comentários sobre a coletânea de propostas “O IFBA que queremos”. Parte delas pode ser observado no anexo I a este artigo.

Quanto à categoria Estrutura Física (EF), observamos que as propostas dizem respeito, em sua maioria, a melhorias das condições gerais das salas de aulas, dos equipamentos utilizados. Destaco a preocupação com a construção de espaços de convivência e socialização: “Mais espaços de lazer e bem-estar”, “Construção de espaços de convivência e para atividades extras”, “salas para realização de atividades de clubes”. Bem como a preocupação com o deslocamento IFBA-centro da cidade-IFBA, a

partir da solicitação para “Aquisição de um ônibus para transporte dos alunos”; e, a solicitação de um espaço para funcionamento e acomodação de um grêmio estudantil.

Quanto à categoria Organização curricular e didática (OCD), ainda que apareça uma solicitação por organização das práticas correntes nas práticas didáticas em curso (“definição de dias para execução de provas”), é gritante o desejo por “algo diferente” adjetivado como “melhor”, “diferenciado”, “estimulante”, “interativo” etc. Assim, há um desejo por uma escola que foque “na aprendizagem e não só em números de aprovados”, “Aulas mais interativas (com utilização de recursos interativos), mais dinâmicas ou menos monótonas”, “Currículo menos tecnicista, mais cidadão – para formar cidadãos conscientes e críticos, pessoas com visão e conhecimento”, “Aulas diferenciadas, interativas e estimulantes – utilizando-se de outros espaços da instituição”.

Quanto à categoria Modelo de Gestão/Organização Administrativa (MG), observamos um anseio por mais participação, por transparência e impessoalidade. Como estamos nos referindo à experiência numa escola pública federal, na qual seus funcionários são servidores públicos que estão regidos por legislação específica e que dizem respeito a princípios republicanos, observamos nas propostas dos estudantes elementos de crítica, ou percepções sobre o funcionamento da instituição que não atendem às suas expectativas como usuários.

Assim, vemos o anseio por “Eleições para todos os segmentos da escola”, “[...] mais participação dos alunos, mais integração”, “Gestão mais democrática e participativa: com eleições gerais e diretas, transparência nas ações [...]”, “Retorno financeiro/transparência dos gastos/recursos [...]”, “Diálogo”, “Administração mais organizada e motivador – criando, de forma discutida, novos métodos de trabalho, com mais subdivisão de tarefas dos setores, havendo mais relações entre os mesmos. A fim de que não haja desacordos desnecessários entre os setores”, “Maior e mais ágil comunicação interna: criar mecanismos comunicativos para facilitar avisos, reuniões, outros informes [...]”.

Quanto à categoria Relações Docente-Discente/Discente-Administração (RDD), as proposições se aproximam do anseio pela melhoria das relações aluno-professor a partir do incentivo de “clubes de estudantes”, “Realização de atividades de campo”, promoção de “confraternizações e comemorações em datas específicas”, “Encontros onde alunos e professores possam interagir entre si sobre assuntos cotidianos” etc.

Quanto à categoria Pesquisa e Extensão (PE), vemos, talvez por ignorância ou pouca informação, um menor número de proposições. Ou talvez as proposições, pela sua abrangência,

contemplem os anseios enquanto estudantes para estes pilares. Assim, a escola que os estudantes querem precisaria investir e promover “projetos, minicursos e cursos”, “projetos de extensão”. Destaco duas proposições: “Incentivo a projetos que nos mostre, de forma prática, os assuntos e as matérias relacionadas ao nosso curso”; e, “Oferecimento de cursos e minicursos para os alunos, com o objetivo de nos ensinar tanto a parte técnica, mas também cursos que preparem o nosso psicológico e nos ajudem a relaxar”. Mais uma vez, estas proposições concorrem para a necessidade ou desejo de ir “para além das salas de aula”, para além das aulas expositivas.

Por fim, reitero que os comentários efetuados acima dizem respeito a um conjunto de propostas elaboradas ao longo de 5 encontros presenciais pelos estudantes do terceiro ano integrado de três cursos técnicos profissionalizantes de um campus da Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica, o IFBA. Como tal, não se trata de uma pesquisa, muito menos um resultado diagnóstico de uma investigação, e sim um esforço de problematização sobre a percepção da realidade enquanto estudante, sob a orientação e intenções do professor de Sociologia. Assim, temos, no máximo, indícios para possíveis escrutínios quanto a realidade desta e de outras escolas técnico-profissionalizantes oriundas da expansão recente da Rede Federal de Ensino Técnico pelos variados médio-municípios nos interiores do país.

Considerações finais

“Na realidade, a sociologia tem mais chances de decepcionar ou de contrariar os poderes quando ela cumpre melhor sua função propriamente científica. Esta função não é a de servir a qualquer coisa, isto é, a alguém. Pedir à sociologia para servir a qualquer coisa é sempre uma forma de lhe pedir para servir ao poder. Enquanto sua função científica é compreender o mundo social, a começar pelo poder. Operação que não é neutra socialmente e que, sem dúvida alguma, preenche uma função social. Entre outras razões porque não existe poder que não deva uma parte – e não a menor delas – de sua eficácia ao desconhecimento dos mecanismos que o fundam” (BOURDIEU, 1983, p. 10).

Compartilho da concepção de ensino esboçada por Ileizi Silva (2009), quando entende o ensinar como “[...] uma atividade da práxis humana, que garante a produção e a reprodução da sociedade e da história” (p. 70). Assim, o ato de ensinar não é uma prática circunscrita à escola, mas uma ação política com o propósito de transformação. Dessa forma, “educar e ensinar são processos de

conflitos, de desestabilização e de constrangimentos”. Afetamos e somos afetados nos processos de ensino e de aprendizagem.

Os desafios que ficaram nas coxias do relato acima endossam a complexidade da experiência da docência, do ensino e da aprendizagem. Propomos uma problematização da experiência com a escola e do desejo por uma escola. E a ideia, mais do que uma alternativa didática, foi gestada e construída como uma experiência de mobilização política, desconstrução da realidade e instigação à participação nos meandros da própria escolarização dos estudantes envolvidos no processo.

A atividade suscitou burburinhos e maledicências por parte de colegas. E os comentários concorriam para uma desqualificação ou minoração da experiência didática e de mobilização à participação sob estereótipos de ativismo egoísta ou incitamento de oposição à gestão da escola. Ora, às proposições subjazem diagnósticos ou avaliações da gestão da escola e nem sempre esses olhares ou percepções se harmonizam com as expectativas das pessoas que gerem ou trabalham na instituição escolar. Contudo, como diz Hamlin (2009, p. 81):

Sacrificar nossa liberdade de escolher aquilo que melhor se adéqua ao nosso contexto por medo de arcar com tal responsabilidade é ir contra um dos princípios mais fundamentais da sociologia: o de que a reflexão crítica acerca dos fenômenos sociais possibilita a atuação nos assuntos públicos de forma consciente e responsável.

Entretanto, a própria resistência a partir das verbalizações ácidas sobre o “caráter da atividade/aulas” do professor de Sociologia, ou desqualificações das ações didáticas como “não-aulas”, “cantigas de roda”, “conversa”, “assim é fácil dar aula” etc. tornou-se objeto de reflexão sobre as capilaridades do poder no cotidiano escolar, bem como fermento à compreensão da instituição escolar como um todo. Elementos da função disciplinadora e conformadora da escola como nos descreve Foucault (2008) que, como outras instituições, visa controlar, enquadrar, organizar, submeter, vigiar, formatar, fazer fluir, sujeitar. Porém, mais importante que um poder centralizador e visível, são os “micro” poderes que abarcam todo o espaço social, que nos encurralam na sua dispersividade e presença. Estes estão expressos no mobiliário, nas regras/normas de conduta, nos olhares vigilantes, nas ameaças e punições que agem sobre nossos corpos e consciências a fim de docilizar, obedecer, acomodar. E no caso de uma instituição com cursos profissionalizantes, creio que precisamos ficar vigilantes quanto às sombras que pairam de um passado ou de um presente recriado travestido de formação cidadã e crítica – a despeito das críticas que poderíamos fazer sobre este

“nobre propósito” às disciplinas das humanidades como Sociologia e Filosofia – nas escolas técnico-profissionalizantes.

Nietzsche, que via a sua missão como a de um educador, também se horrorizava frente aquilo que as escolas faziam com a juventude: “O que elas realizam”, ele dizia, “é um treinamento brutal, com o propósito de preparar vastos números de jovens, no menor espaço e tempo possível, para se tornarem usáveis e abusáveis, a serviço do governo”. Se ele vivesse hoje certamente faria uma pequena modificação na sua última afirmação. Ao invés de “usáveis a serviço do governo”, diria “usáveis e abusáveis a serviço da economia” (ALVES, 1994, p. 15).

Serviu também para suscitar reflexão sobre a desnaturalização da escola, sua percepção como uma instituição que foi pensada, construída e é gestada por pessoas, como variadas motivações e interesses, necessidades próprias de momentos históricos.

Nossa proposta neste relato foi a socialização de uma experiência didática para a docência de Sociologia focada em problemas ou experiências dos próprios estudantes enquanto estudantes e “internos” de uma instituição escolar. A ideia foi de problematizar, diante de queixas e manifestações de insatisfação, enfado e fadiga, perceptível na mudança, ao longo dos anos (do primeiro ao atual terceiro ano integrado), de um relativo estado de fascinação e reação ativa às novidades do ensino médio integrado ao ensino técnico-profissionalizante para uma atitude blasé, passiva, de resignação.

As propostas elaboradas foram apresentadas pelos representantes eleitos às instâncias maiores na hierarquia administrativa do campus em audiência previamente marcada⁶.

Referências:

ALVES, Rubem. *A alegria de ensinar*. São Paulo: Ars Poetica, 1994.

BOURDIEU, P. Uma ciência que perturba. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

DUBET, François. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor. *Revista Brasileira de Educação*, n. 6, mai-ago, 1997.

⁶ Os estudantes eleitos foram recebidos por representantes da Direção Geral e Direção Administrativa. Neste dia foram apresentadas as propostas e combinada uma nova audiência para debate. Até a finalização deste relato, uma nova data ainda não tinha sido agendada.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2008.

HAMLIN, Cynthia Lins. Desenvolvendo uma terceira cultura nas escolas: habitus sociológico, estranhamento e desnaturalização de preconceitos. *Tomo*, UFS, v. 15, 2009, p.71-82.

IFBA. *Projeto pedagógico institucional*. Salvador, 2013. Disponível em: www.portal.ifba.edu.br/portal-do-servidor/arquivos-pdf/.../ppidoifbadefinitivo.pdf.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. *Ensino: as abordagens do processo*. São Paulo: EPU, 1986.

NIDELCOFF, Maria Teresa. *As ciências sociais na escola*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHUTZ, Alfred. Atenção seletiva: relevâncias e tipificação. In: WAGNER, Helmut R. (Org.) *Fenomenologia e relações sociais*. Textos escolhidos de Alfred Schutz. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. Fundamentos e metodologias do ensino de sociologia na educação básica. In: HANDFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de (Org.). *A Sociologia vai à escola: história, ensino e docência*. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2009.

Agradecimentos:

Agradeço aos estudantes do IFBA *Táclida Riane Rodrigues de França* e *Renato Victor Lira Brito*, primeiramente pela participação e acolhida da proposição aqui narrada e pela leitura e observações pertinentes e cuidadosas deste relato.

Recebido em: 16 de Fevereiro de 2016
Aceito em: 16 de agosto de 2016

Anexo I: O IFBA que queremos!

Apresentamos abaixo, a partir de 5 (cinco) eixos temáticos discriminados, uma coletânea com algumas propostas/ideias para o campus, elaboradas coletivamente pelas turmas do terceiro ano integrado, no ano de 2014, ao longo das aulas de Sociologia III, no âmbito da unidade temática “Sociologia da Educação e da Escola”.

ESTRUTURA FÍSICA (EF)

Diz respeito aos equipamentos permanentes do campus, bem como a sua devida manutenção. Tais como: móveis, equipamentos didáticos, prédios/edificações (estruturas edificadas) e dependências, áreas de lazer, laboratórios e seus equipamentos, pátios, iluminação, climatização, ambientação, arborização, segurança, manutenção e limpeza etc.

- Construção de espaço para refeitório e oferta de refeições gratuitas para estudantes;
- Construção de mais laboratórios e com mais equipamentos específicos; (Construção de mais andares)
- Construção de salas maiores e mais elaboradas (com estrutura para projetores e climatização, por exemplo);
- Conserto, manutenção e reforço dos equipamentos, tais como: ventiladores, portas, maçanetas, janelas etc. – compra de equipamentos com mais qualidade;
- Melhoria das redes elétricas e na infraestrutura do instituto: como a rede da internet e do *wi-fi*, e para instalação de aparelhos de ar-condicionado;
- Maior disponibilidade de equipamentos que auxiliem no aprendizado para cada curso: instalação de lousa digital nas salas de aulas;
- Disponibilização de uma cantina melhor: lanches com preços mais acessíveis, lanches naturais, mais qualidade e diversidade, bem como uma melhor estrutura física e melhor atendimento;
- Construção de espaços de convivência e para atividades extras: quadras mais equipadas, piscinas esportivas, pista de atletismo, reforma do campo de futebol e reestruturação da quadra (poliesportiva);
- Aquisição de kits poliesportivos (jogos de tabuleiro, bolas, futebol de mesa, mesas de ping-pong etc);
- Mais espaços de lazer e bem-estar;
- Transporte Centro-IFBA – aquisição de um ônibus para transporte dos alunos centro-ifba;
- Biblioteca mais equipada, com livros e vídeos educativos (filmes) mais atuais e em maior quantidade, computadores com bom funcionamento, acervo diversificado;
- Melhor organização do espaço da biblioteca: gabinetes individuais ou coletivos para estudo;
- Climatização e salas com poltronas (em função do tempo passado no instituto)
- Espaço físico para acomodação de um grêmio estudantil, onde os alunos tenham livre acesso e que seja equipado com móveis, mural, ar-condicionado e computador para um melhor aproveitamento;

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E DIDÁTICA (OCD)

Diz respeito às normas acadêmicas e disciplinares, bem como a organização do currículo (conteúdos, disciplinas, carga horária, distribuição de aulas etc.) e procedimentos metodológicos e/ou didáticos.

- Planejamento didático: definição de dias para execução de provas;
- Menos avaliações escritas e mais atividades que ultrapassem os limites geográficos do campus (que incentivem a multidisciplinaridade e as inteligências múltiplas dos estudantes);
- Grade curricular definitiva, não ocorrendo mudanças desnecessárias;
- Aulas mais interativas (com utilização de recursos interativos), mais dinâmicas ou menos monótonas;
- Atividades diferenciadas, interativas e estimulantes – utilizando-se de outros espaços da instituição;
- Provas de acordo com as aulas (horários e conteúdos);
- Escola com foco na aprendizagem e não só em números de aprovados;
- Escola mais tecnológica: maior utilização dos laboratórios e realização de visitas técnicas;
- Não juntar as turmas de cursos diferentes;
- Cursos extracurriculares com a temática “A Multidisciplinaridade da Música” e aquisição de instrumentos musicais;
- Metodologias que estimulem o aluno a aprender com participação discente no planejamento;
- Currículo menos tecnicista, mais cidadão – para formar mais cidadãos conscientes e críticos, pessoas com visão e conhecimento;
- Melhor distribuição das disciplinas na matriz curricular;
- Equipamentos para enfermagem (remédios e outros) – mais profissionais da área de enfermagem, preservando a segurança dos alunos;
- Presença e disponibilidade de médico(s) e enfermeira(o) assiduamente;
- Organização participada de calendários e horários – Participação dos estudantes na elaboração;
- Lições opcionais de música, pintura, teatro, dança, literatura e cinema em todos os anos – a fim de incentivar a criatividade;
- Maior incentivo financeiro à prática de esportes, valorização do profissional e dos horários da disciplina;

MODELO DE GESTÃO/ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (MG)

Diz respeito ao modo como a instituição é gerida/administrada. Podendo ser, por exemplo, democrático-participativo, autoritário/centralizador, gestão por demanda (laissez-faire), bem como ao âmbito das relações interpessoais no trabalho (gestão de pessoas e recursos). Diz respeito também

às ações de gestão: contratação de profissionais, rotinas de trabalho, planejamento e execução de ações administrativas etc.

- Escola mais organizada, “menos burocrática” – mais participação dos alunos, mais integração;
- Eleições para todos os segmentos da escola;
- Novas maneiras de administração – visando um campus mais sustentável;
- Investimentos em projetos de pesquisa e extensão (bolsas de estudo etc.): investimento em alunos ou em grupos de alunos que estão envolvidos em projetos de pesquisa;
- Gestão mais democrática e participativa: com eleições gerais e diretas, transparência nas ações, a fim de garantir uma maior integração com os alunos;
- Administração mais organizada e motivadora – criando, de forma discutida, novos métodos de trabalho, com mais subdivisão de tarefas dos setores, havendo mais relações entre os mesmos. A fim de que não haja desacordos desnecessários entre os setores;
- Lugares para receber e acolher os estudantes do câmpus Paulo Afonso e de outros;
- Retorno financeiro/transparência dos gastos/recursos: relatórios demonstrando todo o dinheiro que chegou à instituição e de que maneira é, foi e será gasto, bem como exposição de documentos e reuniões com os representantes de todos os segmentos;
- Diálogo – Como? A partir de reuniões frequentes com a comunidade acadêmica sobre a situação do campus; Por quê? Para que possamos estar a par de todos os assuntos da instituição, todos os passos que o colégio dá, e todas as decisões tomadas pelos representantes e gestores;
- Maior e mais ágil comunicação interna: criar mecanismos comunicativos para facilitar avisos, reuniões, outros informes, tais como: e-mail, rádio, cartazes etc.;
- Contratação de mais professores – há necessidades de contratação de mais professores pelo fato de que as turmas de cursos diferentes estão tendo aulas juntas, atrapalhando o desempenho em geral; Para que estes possam desenvolver outras atividades, como pesquisa e extensão, envolvendo, inclusive, os estudantes;
- Contratação de mais professores a fim de que não haja sobrecarga de aulas para aqueles docentes que são os únicos nas áreas ou disciplinas, e também por uma questão didático-pedagógica;
- Ações de conscientização e fiscalização para a garantia da não depreciação do patrimônio público;

RELAÇÕES DOCENTE-DISCENTE/ DISCENTE-ADMINISTRAÇÃO-GESTÃO (RDD)

Diz respeito aos direitos e deveres dos docentes, discentes e demais servidores no âmbito da instituição. Bem como aspectos relacionados à civilidade e ética (respeito mútuo, diálogo, participação, colaboração, pró-atividade, iniciativa etc.).

- Melhoria nas relações aluno-professor – realização de atividades específicas e maior presença do corpo pedagógico;
- Cumprimento dos horários e acordos feitos entre os professores e alunos, a partir de intermediação do DIREN e/ou coordenações de cursos ou áreas;

- Realização de trabalhos e atividades que melhorem o relacionamento de aluno e professor;
- Realização de atividades de campo;
- Incentivar clubes estudantis;
- Promover confraternizações e comemorações em datas específicas;
- Encontros onde alunos e professores possam interagir entre si sobre assuntos cotidianos.

PESQUISA E EXTENSÃO (PE)

Diz respeito aos demais pilares, além do ensino – ainda que articulados a este –, da instituição: a pesquisa (acadêmica) e a extensão (ações extensionistas: projetos, cursos, minicursos, eventos etc.). Refere-se à articulação entre saber constituído, saber construído e saber aplicado/replicado. Dessa forma, combina as relações entre comunidade escolar e comunidade “externa”.

- Investimento e promoção em projetos, minicursos e cursos. Inclusive a partir dos laboratórios;
- Usar mais laboratórios ao longo dos cursos;
- Incentivo a mais projetos de extensão;
- Incentivo a projetos que nos mostrem, de forma prática, os assuntos e as matérias relacionados ao nosso curso;
- Efetuar acordos com empresas que estejam interessadas em projetos de pesquisa;
- Construção de salas especializadas para a execução de projetos;
- Oferecimento de cursos e minicursos para os alunos, com o objetivo de nos ensinar tanto a parte técnica, mas também cursos que preparem o nosso psicológico e nos ajudem a relaxar.



O FILME “O ABUTRE” (THE NIGHTCRAWLER) E OS EFEITOS SECUNDÁRIOS DO CRIME

Felipe Ramos Garcia¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo oferecer uma contribuição para a discussão do crime e da criminalidade contemporâneas. Para tal, uma análise do filme “O Abutre” (The Nightcrawler)² foi feita, sob a luz da obra do sociólogo francês Loïc Wacquant, que é importante referência na temática das políticas de controle da pobreza e da criminalidade. Para contribuir com o diálogo, um excerto de Karl Marx sobre o tema foi trazido para a discussão, a fim de inserir o crime e a criminalidade no contexto do modo de produção capitalista.

Palavras-chave: O Abutre. Crime e Criminalidade. Modo de Produção Capitalista.

THE FILM “THE NIGHTCRAWLER” AND SIDE EFFECTS OF CRIME

Abstract

This paper aims to offer a contribution to the discussion of crime and contemporary criminality. This requires an analysis of the film “The Nightcrawler” was made, in the light of the French sociologist Loïc Wacquant work, it's important to reference the theme of poverty and crime control policies. To contribute to the dialogue, an excerpt from Karl Marx on the issue was brought to discussion in order to enter the crime and criminality in the context of the capitalist mode of production.

Keywords: The Nightcrawler. Crime and Criminality. Capitalist Mode of Production.

Um filósofo produz ideias, um poeta produz poemas, um pastor sermões, um professor livros etc. Um criminoso produz crimes. (...) Um criminoso produz não apenas crimes, mas também o Direito Criminal e com isso também o professor que leciona sobre o Direito Criminal e, além disso, o inevitável livro com que esse mesmo professor oferece seu discurso como ‘mercadoria’ no mercado. (...) O criminoso produz, além disso, toda a polícia e a justiça criminal, juízes, condutores, júris etc. (MARX, 2014, p. 302).

¹ Graduado em Ciências pela Universidade Paulista "Julio Mesquita Filho".

² Resenha crítica do filme “O Abutre” (The Nightcrawler – Toronto, 2014. Open Road Films) como desdobramento da pesquisa “O Encarceramento em massa: Estados Unidos e Brasil, uma comparação possível”.

A partir da citação de Karl Marx, no excerto do texto “Benefícios secundários do crime”, e sob a luz de outras referências importantes, podemos fazer uma análise crítica do filme “The Nigthcrawler” (O Abutre, em português). O filme mostra os bastidores dos programas policiais na cidade de Los Angeles, nos EUA, a partir dos personagens Lou Bloom (Jake Gyllenhaal) e Nina Romina (Rene Russo), o primeiro, um ex presidiário que precisa de dinheiro para sobreviver e passa a trabalhar como *freelancer* fazendo vídeos de acidentes e crimes urbanos e os vendendo para uma emissora de TV local, onde Nina é editora chefe de jornalismo.

A história começa com Lou procurando, sem sucesso, por um emprego, devido à sua ficha criminal. Em seguida, passa diante de um acidente automobilístico, um acidente comum, como os que vemos todos os dias nas grandes cidades. O que é incomum é a presença, quase que instantânea, de uma dupla logo a postos com duas câmeras e microfones, registrando o acontecimento. Lou os questiona sobre o que estavam fazendo e se isso “dá dinheiro” (sic). O homem, Joe Lorder (Bill Paxton), responde que registra os vídeos de acidentes e crimes para depois vendê-los à quem “pagar mais” e diz ainda que “se tem sangue, é notícia”. A trama começa a se desenhar melhor a partir daí. O protagonista rouba uma bicicleta e a troca por uma câmera amadora e um rádio frequência, numa loja de penhores. Lou sintoniza seu rádio com o da polícia e começa a acompanhar os crimes da cidade. Consegue uma filmagem de um homem sangrando após ser esfaqueado num assalto e a leva para vender à Nina, que gosta do material e lhe paga, recomendando a compra de ferramentas profissionais. A partir desse momento, o nome Nigthcrawler, ou abutre, começa a ficar claro. Lou passa a ser um espectador da carnificina urbana, um amante da criminalidade. Completamente indiferente às vítimas ou ao contexto, apenas preocupado com o máximo preço que poderá conseguir com seus vídeos.

Karl Marx não se aprofundou teoricamente na temática da criminalidade, mas alguns textos de sua vasta obra nos oferecem elementos interessantes para a construção de uma análise crítica do tema. No trecho citado acima, Marx chama atenção aos benefícios que o crime traz ao modo de produção capitalista e para divisão do trabalho. Porém, o que Marx não viveu foi em nossa época, onde o crime e a criminalidade servem para alimentar o discurso conservador e propagar a segregação de classe. É bem verdade também, que a punição e a violência foram utilizadas como espetáculos bem antes do desenvolvimento do capitalismo propriamente dito, desde os homens contra as feras no coliseu romano, até os enforcamentos em praça pública na Europa do século XIX. O filme nos dá meios para discutirmos sobre essa ótica, mas não é esse o objetivo. O objetivo é discutir a criminalidade urbana (e cotidiana) dentro do contexto da

sociedade capitalista e, sobretudo, os objetivos e consequências do sensacionalismo midiático sobre esse fenômeno. O filme é um meio para tal, pois nos mostra um pouco mais dos bastidores desse sensacionalismo e é uma tentativa de aproximar o espectador do fenômeno.

No filme, a editora chefe do jornal local aconselha Lou a priorizar os crimes mais graves em bairros ricos e com vítimas brancas. O protagonista vai à caça dos crimes para conseguir as imagens, sempre durante a noite, e consegue filmar uma vítima de um assalto, que foi esfaqueada. A vítima e o assalto são como pedidos por Nina: um crime brutal, num bairro rico e com uma vítima branca. As imagens rendem a primeira chamada do jornal da manhã, a despeito das ponderações de Frank Kruse (Kevin Rahm), assistente da emissora e que discorda do sensacionalismo promovido pela editora chefe. Cada vez mais Lou apresenta ao jornal imagens exclusivas de assaltos, homicídios, invasões a domicílios e outros crimes, sempre em bairros ricos. A partir daí sua vida dá uma guinada: ele compra equipamento profissional de filmagem, um carro esportivo e contrata Rick (Riz Ahmed), um assistente para ajudá-lo nas filmagens e que conhece bem a cidade, o que o ajudará a chegar primeiro nas cenas dos crimes para fazer antes de qualquer um as imagens. A contratação se dá com requintes de formalidade, característico dos processos seletivos de empresas. Ele passa a compilar a quantidade de vezes que suas imagens são usadas nas primeiras chamadas dos jornais da emissora e podemos observar que são muitas. Nesse momento, a análise de Loïc Wacquant é pertinente:

Nos canais de televisão mais importantes, o jornal das 20 horas transformou-se em crônica das ocorrências policiais que subitamente são muito numerosas e ameaçam todo mundo (...). Os programas especiais se multiplicam no horário nobre, como o 'isso pode acontecer com você' (WACQUANT, 2002, p. 2).

Esse trecho, do artigo “Dissecando a tolerância zero”³, do sociólogo francês, retrata o contexto da França, mas pode ser facilmente utilizado para retratar o cenário nos EUA e no Brasil. Nos EUA, como aponta Wacquant em “As duas faces do gueto” (WACQUANT, 2015, P. 75-91), a maioria das emissoras de TV tem telejornais em três momentos do dia: durante a manhã, durante o meio-dia, ao final da tarde e no horário nobre, na faixa das 20 horas. As emissoras regionais, que possuem os telejornais mais assistidos durante as manhãs e tardes, priorizam as notícias locais, recheada com acidentes, crimes urbanos e perseguições policiais. Elegem um crime considerado mais “grave”, normalmente cometido por latinos ou negros (que são desqualificados moralmente, nas chamadas), cujas vítimas são prioritariamente (como sugerido no filme) brancas

³ Escrito por Loïc Wacquant e publicado originalmente em 01 de junho de 2002, no *Le Monde Diplomatique*. Tradução ao português por Regina Salgado Campos, disponível em <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=501&tipo=acervo>. Grifo meu.

e ricas e o cenário é domiciliar, num bairro rico da cidade. A chamada do crime é evidenciada pelos âncoras do telejornal e as imagens do crime e da vítima são exibidas constantemente entre uma notícia e outra até a exaustão do tema (ou até que outro crime com as mesmas características ocorra novamente). Os discursos dos repórteres e dos âncoras sugerem uma identificação público com o tema, utilizando expressões como “podia ser qualquer um de nós”, “podia ser você, que está tomando o seu café da manhã, se preparando para o trabalho”. Se lêssemos essas características sem saber se tratarem dos EUA ou da França, identificaríamos facilmente o Brasil por meio delas.

A partir do momento que o protagonista do filme adquire novas ferramentas de trabalho e um assistente, a empreitada passa a ganhar uma dimensão maior: é cada vez mais necessário conseguir boas imagens dos crimes e acidentes e a concorrência com Joe (que aparece com a Van no início do filme) se acirra. Marx diria que isso é um benefício secundário do crime. A indústria da comunicação tem profundo interesse pela criminalidade urbana. As empresas conhecem o público e investem quantias consideráveis em publicidade nos telejornais policiais. Na rua, que é o “chão de fábrica” dessa indústria, a concorrência entre dois *freelancers* se estabelece e demonstra que o capitalismo se expande para todas as dimensões da sociedade. A necessidade por melhores imagens intensifica a disputa entre esses dois “concorrentes”. Num dado momento do desenrolar do filme, Joe percebe que Lou está progredindo e, temendo perder espaço em seu “negócio”, sugere que Lou trabalhe com ele, ou melhor, para a pequena empresa que ele tem. Lou se nega e demonstra interesse em construir sua própria empresa (como já havia manifestado quando contratou seu assistente). Nesse momento, o personagem mostra uma personalidade que, além de fria e apática, é agressiva e inconsequente. A sua preocupação continua sendo apenas com as imagens dos crimes e dos acidentes, o que gera estranheza por parte de seu assistente, que abstrai essas preocupações e o questiona apenas sobre o aumento de salário. A obsessão pelas imagens mais sangrentas, mais cobiçadas pelas TVs, leva o protagonista a alterar uma cena de crime, mudando o corpo de uma vítima de lugar, a fim de obter a melhor imagem.

A história ganha uma nova forma quando Lou faz uma proposta estranha à Nina. O protagonista sugere que os dois tenham relações sexuais casuais, para que ele não “perca tempo” procurando uma mulher em outro lugar e que tenha interesses distintos. Nina reluta, mas Lou mostra toda sua frieza e apresenta à editora uma série de argumentos, afirmando que a audiência da emissora (que era a menor da região) aumentou por conta de suas imagens e dizendo que venderia as imagens à outra emissora, caso ela não aceitasse sua proposta, o que ameaçaria o

emprego da editora chefe. A relação entre esses dois personagens expressa o enraizamento de uma cultura do capitalismo. A base da relação são os interesses que tem em comum, que nesse caso é a ambição pela audiência e pelo dinheiro gerado a partir dela e a vontade de assegurar os seus empregos a qualquer custo.

Cada vez mais Nina utiliza as imagens sangrentas de Lou nas chamadas de seu noticiário, sempre com a contestação de Frank. As imagens são exibidas sempre com um aviso (*warning*) de que as imagens são fortes, o que, segundo a editora chefe, instiga ainda mais o público a assistir o telejornal. A relação entre o *freelancer* e a editora chefe começa a se estreitar, permeada pelo crescimento da audiência da emissora. A primeira adversidade do filme, é quando Lou chega atrasado para cobrir a queda de um avião, sendo bloqueado pela polícia e caçoado por Joe, que chegou primeiro na cena do acidente. Essa adversidade cria um obstáculo às ambições de Lou, que sabota a Van de Joe para causar um “acidente automobilístico” e ainda faz questão de filmar seu rosto coberto de sangue e vender à Nina, mesmo com a “consciência de classe” (ou o corporativismo) de seu assistente, que adverte que Joe “é um deles” (um *freelancer*). Assim como no filme *O Corte*⁴, do diretor grego Costa Gavras, Lou elimina a concorrência e passa a vagar livre pelas ruas.

O filme nos traz uma imagem dos bastidores do sensacionalismo midiático. A necessidade de trazer as imagens mais chocantes e sangrentas e a exigência de um tipo específico de vítima para a construção das chamadas, o que é tônica desse tipo de jornalismo. O esgotamento e risco dos profissionais envolvidos e a alta rotatividade dos empregos também é tangenciado no filme. Em termos da construção da imagem da vítima e do criminoso, as emissoras cumprem um papel fundamental, inclusive no Brasil. O criminoso é quase sempre desqualificado moralmente, enquanto a vítima é exaltada, sugerindo identificação do público, o que não só compromete o público com a audiência, como também é instrumento para o fomento de um discurso conservador. Wacquant (2001) afirma que os programas policiais servem como alavanca para o “pânico moral”, em torno da violência urbana e da delinquência dos jovens. A aproximação dos crimes e das vítimas com o público é a fórmula essencial do sensacionalismo nesses programas policiais. Falas como “poderia acontecer com seu filho”, “poderia acontecer com um de nós” ou “e se acontecesse conosco” compõem o discurso desses programas, como aponta Wacquant.

No Brasil, três das quatro grandes emissoras de TV tem programas policiais diários, pelo menos uma vez ao dia, e duas delas destinam parte do horário nobre para esses programas, além

⁴ O Corte (Le Couperet). França, 2005, 122min. Dirigido por Constantin Costa-Gavras.

de possuírem programas policiais no período da manhã e no horário do almoço. A audiência desses programas é alta e o preço das propagandas de publicidade segue a audiência (WACQUANT, 2007, p. 56). Os programas são guiados por apresentadores enérgicos e que são decisivos para a propagação do discurso conservador. Os programas policiais no Brasil seguem um roteiro: se não há nenhum crime em evidência, os editores elegem um crime, considerado brutal em que o perfil do criminoso é jovem, negro e pobre, e a vítima pertencente à classe média. Permeando a manchete, outros crimes e acidentes de menor expressão dão o ar “jornalístico” aos programas. O apresentador, em tom repetitivo, desqualifica de várias formas o agressor, inclusive com falas de caráter fundamentalista, afirmando “ausência de Deus” nos criminosos⁵.

Esse tipo de programa é conhecido no Brasil. Nos EUA e na Europa eles se passam com outra roupagem. Não se trata aqui de defender o criminoso ou o agressor, muito menos menosprezar a gravidade dos crimes ou ignorar as vítimas, sejam elas quem forem, mas sim problematizar a criminalidade urbana e questionar a metodologia dos programas policiais e jornais com chamadas sensacionalistas que disseminam o ódio, disfarçando-o de jornalismo. Wacquant aponta que esse tipo de discurso tem uma origem (e consequência): o slogan da *tolerância zero*⁶. Segundo o autor, além de disseminar o ódio racial e de classe na sua audiência, esses programas trabalham para autorizar a prática da tolerância zero, que consiste em punir os pequenos delitos para que os maiores sejam evitados. Esse discurso é baseado na construção ideológica do instituto Manhattan, um *Think Tank*⁷, que apresenta suas pesquisas como científicas à população. Nessa construção, a lógica é a seguinte: “o indivíduo que comete um crime de menor expressão, como um pequeno furto, está fadado a praticar um crime mais grave, como um homicídio ou um estupro” (WACQUANT, 2011, p. 31). Está no DNA do indivíduo. Por isso os crimes menores devem ser punidos com maior rigidez (WACQUANT, 2001, p. 28-37).

Esse discurso se alastrou pela Europa nas décadas de 80 e 90 e chegou ao Brasil com a pompa que os discursos do “mundo desenvolvido” possuem (WACQUANT, 2007, p. 39-49). O problema maior é que os indivíduos que ainda nem cometeram crime algum, mas se encaixam em

⁵ Depois de comentários insinuando que os crimes só podem ser cometidos por pessoas que “não têm Deus no coração”, o apresentador do programa *Brasil Urgente*, José Luiz Datena, foi condenado a pagar multa e a emissora condenada a exibir uma propaganda sobre liberdade religiosa em diversos horários. *Após ofensa a ateus, Band terá de exibir campanha sobre liberdade religiosa*. Carta Capital. Publicado originalmente em 25/05/2015. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br>. Acessado em 01/10/2015.

⁶ Loïc Wacquant elabora com profundidade o que chama de “doutrina da tolerância zero”. Para o autor, ela é um “Instrumento de legitimação da gestão policial e judiciária da pobreza” (WACQUANT, 2011, p.38). Para um maior aprofundamento, ver WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Capítulo 1: A globalização da “tolerância zero”.

⁷ Não há consenso sobre a definição de *Think Tank*. Pode-se compreendê-los como “institutos de consultoria que analisam problemas e propõem soluções nas áreas militar, social e política” (WACQUANT, 2011, p. 29)

um perfil pré-estabelecido de criminoso (jovem, negro e pobre)⁸, são punidos com forte repressão policial e, inclusive, são realizadas pesquisas de opiniões nesses programas com temas extremos, como ser contra ou a favor da pena de morte. E é nesse sentido que esses programas policiais servem como um câncer para o aumento da criminalidade e dos homicídios urbanos. No contexto do filme, a editora chefe, Nina, numa discussão com Frank, outro editor da emissora, afirma que os preços por imagens de crimes e acidentes estão aumentando, já que os índices de criminalidade estão abaixando. Ou seja, mesmo com a aparente queda nas taxas de criminalidade em Los Angeles, a editora insiste em mostrar os crimes brutais e vendê-los como sendo comuns, cotidianos. Essa prática estimula o público a defender o discurso da tolerância zero, pois são levados a acreditar em uma outra impressão da realidade e da criminalidade urbana.

Aparentemente esses programas tem o objetivo de alertar a população sobre o problema da criminalidade, e afirmam dizer “aquilo que o povo precisa ouvir”. Na prática, esses programas são corresponsáveis pelo aumento da criminalidade urbana, uma vez que, disseminando o discurso de ódio na população, contribuem para um contexto de conflito entre policiais e “criminosos em potencial”, como observamos no cenário brasileiro, permeados por chacinas e morte de policiais. Além disso, esses programas fazem o sofisma da oposição política, uma vez que “é repetido o pungente refrão sobre a inércia das autoridades, a imperícia da justiça e a indignação apavorada ou exaltada das pessoas comuns” (BATISTA, org., 2012, p. 31). Esses discursos contribuem para a intensificação do aparato policial e das medidas ostensivas, o que causa um retorno agressivo, em mesma medida, dos “marginalizados”.

O governo multiplica as medidas ostensivas de repressão - das quais mesmo seus membros menos argutos não ignoram a total ineficácia sobre os problemas de que deveriam tratar. Um exemplo é a compra excessivamente dispendiosa de um colete à prova de balas para cada policial francês, quando 97% deles nunca chega a entrar em contato com qualquer bandido armado durante toda a sua carreira e o número de policiais mortos em serviço tenha diminuído pela metade em dez anos (WACQUANT, 2002, p. 4).

Voltando ao filme, nos aproximando do clímax, Lou ouve no rádio da polícia o chamado para um possível crime, de invasão à domicílio com tiros, no bairro mais rico da cidade. Ele corre para lá com seu assistente e é o primeiro a chegar no local, antes mesmo da polícia. Lou consegue

⁸ É necessária uma análise cuidadosa sobre esse perfil, uma vez que ele não é homogêneo em todos os cenários. No Brasil, sobretudo no estado de São Paulo, observamos uma predominância desse perfil, como nos mostram Jacqueline Sinhoretto, Giane Silvestre e Felipe Athayde Lins de Melo (2013). Porém, o Brasil não é uma exceção, no que diz respeito à seletividade penal, como observamos na leitura que David Garland (1999) faz do contexto britânico.

filmar os suspeitos e a placa do carro em que eles fogem. Ele entra na casa e encontra um cenário criminoso, com três corpos e armas pelo chão. Ele filma tudo e leva para Nina, que gosta muito do que vê. Frank faz objeções à publicação imediata das imagens, preocupado com a falta de informações, uma vez que não se sabe o que de fato ocorreu e nem a polícia tem ciência das imagens. Nina chama a chefe do departamento jurídico para confirmar se não há nenhum problema legal em mostrar as imagens, mas Frank novamente afirma que a questão não é legal, mas sim moral. Lou pede um alto preço pelas imagens, deixando Nina numa situação comprometedor. Lou afirma que apenas cederá as imagens se Nina, além de pagar um alto preço em dinheiro, se comprometer a dar crédito às imagens, nomeando a empresa que ele estava desenvolvendo como fornecedora do material, apresentando ele como proprietário da empresa de mídia ao resto da equipe, além de executar seus pedidos sexuais, sem questionar. Nina aceita, com pouca resistência e contente com os resultados e a repercussão da matéria. Lou corta as cenas em que os criminosos aparecem e afirma à polícia que não os viu. Imediatamente percebemos seu interesse em lucrar novamente com aquelas imagens, mesmo sem se preocupar com o fato dos criminosos não serem presos. A matéria vai ao ar com o sensacionalismo característico do telejornal de Nina, e com a chamada dos “criminosos a solta”.

No desenrolar dessa situação, Lou pesquisa a placa do carro dos criminosos e encontra o nome e o endereço de um dos criminosos. Ele vai até o endereço com seu assistente e fica à espreita. Nesse momento, seu assistente o questiona sobre o aumento de salário, e Lou oferece a ele o cargo de diretor executivo da sua empresa (no qual ele é o dono e único participante) com acréscimo no salário. Rick, seu assistente, aceita e o questiona sobre o que farão na noite. Lou afirma que eles seguirão os criminosos e chamarão a polícia. Mais tarde, os criminosos saem e Lou e Rick os seguem até um restaurante. Lou chama a polícia e Rick se preocupa com o fato dos criminosos estarem armados e haverem pessoas inocentes no restaurante. Lou se mostra indiferente e revela à Rick que havia uma pessoa viva na cena do crime da residência, e ele não chamou a ambulância. Rick fica perplexo com a aparente loucura de Lou e diz não querer mais trabalhar com ele. Lou o ameaça e ele sai do carro para fazer as imagens. A polícia chega no restaurante, há troca de tiros e um criminoso consegue fugir. Lou e Rick acompanham a polícia na perseguição, filmando tudo. Quando o carro do criminoso bate, Lou pede para que Rick vá filmar. Ele vai e é baleado. Lou sai do carro e filma a morte de Rick, afirmando que esse era seu trabalho.

Esse é o momento mais dramático do filme. Lou se preocupa apenas com as melhores imagens que pode conseguir, mostrando indiferença ao resto. No leito de morte, Rick sugere que Lou sabia que o bandido estava vivo e armado no carro, o que é confirmado. Isso nos mostra a barbárie presente na sociedade capitalista⁹ e mostrada no filme. O bandido é baleado pela polícia e a perseguição chega ao fim. Lou leva as imagens imediatamente para Nina, que fica excitada com seu conteúdo. Frank afirma que a polícia encontrou droga na casa invadida, o que pode não ser um crime brutal urbano, como apontado pelo jornal, mas uma disputa de gangues. Nina expõe as imagens mesmo assim, continuando a sua história da “família morta por bandidos latinos”, com a justificativa de que poderiam alegar não saber das informações. A ideia de Lou vem à tona: ele pretendia criar uma história maior com o crime, alimentar a história com mais conteúdo e com imagens marcantes, como a de seu assistente morto, a perseguição, o tiroteio no restaurante e a morte dos criminosos e de um policial, o que conseguiu com sucesso.

Já nos encaminhando para o final do filme, Lou é preso para ser interrogado, sob a suspeita de omitir informações da polícia, o que culminou na morte de seu assistente, além do um policial e de dos dois criminosos. Lou nega e é libertado, por não haver provas. Na última cena do filme, Lou fala para os três novos empregados da sua empresa, que agora possui duas Vans equipadas. Ele fala sobre as perspectivas de crescimento na empresa e dos objetivos do trabalho. Termina entrando numa Van e saindo em busca de cenas de crimes urbanos.

Cabe aqui fazer uma menção um pouco mais precisa sobre a personalidade do protagonista. Sua caracterização física, o olhar, a postura, o tom de voz e o padrão de fala, caminham entre a “sociopatia” e o carisma, o que contribui para a construção estética do filme. Lou Bloom cruza muitas linhas morais e éticas, não tem limites ou escrúpulos que o parem em sua escalada. O protagonista pode ser visto com um psicopata por suas atitudes imorais, porém, a leitura feita é que ele é apenas um reflexo do sistema capitalista, no plano cultural: sua única preocupação é com seu lugar social, a partir de sua recém empresa, seu objetivo é apenas maximizar suas receitas, passando por cima de qualquer obstáculo. Ele inclusive mostra um discurso que qualquer patrão gostaria de ouvir.

Lou Bloom tem a determinação e visão que muitos chefes gostariam de ver em seus empregados. E conforme cresce na profissão, seu discurso se parece cada vez mais com um gestor de uma grande empresa. Autodidata, ele aprende rápido e tem na internet sua fonte de conhecimento. É dali que vem toda sua retórica corporativa. ‘Você pode encontrar tudo que

⁹ Essa relação entre capitalismo e barbárie é abordada, brilhantemente, por José Paulo Netto, em “Capitalismo e barbárie contemporânea” (2012).

quiser se procurar o suficiente’, ele diz. Lou, de certo modo, se torna um empresário, e entra num contexto de geração de demandas para a oferta de crimes, transcendendo a discussão ética e moral, ao invadir a casa de uma família que acaba de passar por um tiroteio ou até mesmo manipular a cena de um acidente ou de um crime. Tudo pela valorização do seu produto final – inclusive a eliminação (criminosa) da concorrência. Lou aprende o valor de uso e o valor de troca que seu produto possui, e aprende a maximizar os lucros por isso. As cenas de entrevista de emprego e negociação de aumento de salário, ambas entre Lou e seu assistente, Rick, poderiam ter saído de uma mesa corporativa. A impressão nesse aspecto do filme é a de uma sátira do sonho americano de sucesso financeiro e ascensão social. Por fim, a reflexão de Marx sobre o crime e a criminalidade nos traz elementos importantes para inserir o fenômeno no contexto do modo de produção capitalista. Além disso, Marx oferece um componente estético ao crime, nos impulsionando a olhá-lo para além de sua superficialidade, como podemos constatar:

O criminoso produz uma impressão parte moral, parte trágica, com a qual presta o serviço de conduzir o movimento dos sentimentos morais e estéticos do público. (...) O criminoso interrompe a monotonia da segurança cotidiana da vida burguesa. (...) Ele dá assim uma espora às atividades produtivas. Enquanto a criminalidade retira uma parte da população excedente do mercado de trabalho, reduz a concorrência entre os trabalhadores e limita até certo ponto a diminuição dos salários, a luta contra a criminalidade absorve outra parte dessa mesma população. (Panóptica, Vitória, vol. 9 (n. 28), 2014, p. 303).

O Abutre (The Nightcrawler). Estados Unidos, 2014, 117min. Dirigido por Dan Gilroy.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Vera Malaguti (org.). *Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

CARTA CAPITAL. *Após ofensa a ateus, Band terá de exibir campanha sobre liberdade religiosa*. *Carta Capital*. Publicado originalmente em 25/05/2015. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br>. Acessado em 01/10/2015.

GARLAND, David. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. *Revista de Sociologia e Política da Universidade Federal do Paraná*, v.3, n.13, pp. 59-80, nov. 1999.

MARX, Karl. *Os Benefícios secundários do crime*. *Revista Panóptica*, Vitória, vol. 9 (n. 28), p. 302-304, 2014.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. *Argumentum*, v. 4, n.1, p. 202-222, jan. /jun. 2012.

O CORTE (Le Couperet). França, 2005, 122min. Dirigido por Constantin Costa-Gavras.

SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; LINS DE MELO, Felipe Athayde. O encarceramento em massa em São Paulo. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 25, n. 1, p. 83-106, 2013.

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

_____. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos EUA*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. Dissecando a tolerância zero. *Le monde Diplomatique*, disponível em <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=501&tipo=acervo>. Acessado em 10/12/2015.

Recebido em: 13 de dezembro 2015
Aprovado em: 21 de Agosto de 2015



Revista Café com Sociologia

Volume 5, número 2, Mai./Agos. 2016

FOTOGRAFIA E ENSINO DE POLÍTICA: Pensando as imagens de eventos políticos no ensino médio

Jesus Marmanillo Pereira¹
Maron Sepetimio Ramos Neto²

Resumo

Partindo da constatação da forte presença de imagens em uma sessão de materiais de Ensino Médio, cujo conteúdo aborda conceitos e temas da Ciência Política, o presente artigo visa elencar algumas possibilidades de utilização de fotografias de eventos políticos presentes no livro Sociologia para o Ensino Médio de Nelson Dacio Tomazi, e demonstrar que essas constituem um material a parte que possibilita: uma rica análise heurística, trabalho com temas transversais e elemento gerador de ideias. Para tanto, utilizou-se de uma perspectiva interdisciplinar com colaborações de autores da História, Antropologia Visual, Didática e Sociologia para analisar três imagens e expor um conjunto de conceitos e abordagens que possibilitam enriquecer a prática de ensino por meio da utilização das imagens fotográficas.

Palavras-chave: Fotografia. Recurso Didático. Ideação. Ensino de Política.

Abstract

Based on the observation of the strong presence of images in a high school materials session, the content of which addresses concepts and issues of political science, this article aims to list some possible uses of photographs of political events present in Sociology book for Teaching East Nelson Dacio Tomazi, and demonstrated that they are a part of the material that allows a rich heuristic analysis, work with cross-cutting themes and ideations generator element. To this end, used an interdisciplinary perspective with contributions from authors of History, Visual Anthropology, didactics and sociology to analyze three images and expose a set of concepts and approaches that allow enrich the teaching practice through the use of photography.

Keywords: Photography. Teaching. Ideation. Political Education.

¹ Professor doutor do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/ Sociologia da Universidade Federal do Maranhão. *E-mail:* jesusmarmanillo@hotmail.com

² Graduando em comunicação social- jornalismo da Universidade Federal do Maranhão.

Introdução

Partindo da hipótese de que a fotografia possui um importante papel a ser explorado em sala de aula, o presente artigo visa apontar as potencialidades da fotografia como recurso didático no desenvolvimento de conteúdos de Ciência Política no ensino médio. Embora não exista uma disciplina específica desta área, no referido nível de ensino, é possível notar que conceitos e noções como: Cidadania, Estado, democracia, direitos, movimentos sociais e outros são trabalhados nos livros didáticos de Sociologia do ensino médio.

Dividindo espaço com textos, as imagens ocupam um espaço significativo em alguns livros. Por exemplo, podemos observar o livro “Sociologia para o Ensino Médio de Nelson Dacio Tomazi” um quantitativo de 64 imagens, das quais 36 são fotografias³ e o restante se divide entre charges, panfletos, pinturas e documentos históricos. Representando mais da metade das imagens, essas fotografias estão espalhadas ao longo dos oito capítulos⁴ que constituem a quarta unidade do livro. O número de fotografias e imagens sinaliza um forte indício sobre a necessidade de problematizar essas fontes de informações nos processos ensino-aprendizagem. Curiosamente, o valor de produção de um livro também é dado de acordo com o número de imagens – quanto mais imagens, maior o valor, reforçando, ainda mais, a importância de problematizarmos a forma como estas têm sido utilizadas nos materiais de ensino.

Buscando refletir sobre as fotografias no ensino de política, serão utilizadas como referências: de Koury (2004) e Samain (1995; 2012), autores que compreendem as imagens enquanto signo comunicativo, tomando-as lado a lado com os textos escritos, ou seja, capaz de comunicar-se de forma independente. Nesse sentido, o artigo instigará pensar as imagens (e com as imagens) de eventos políticos, aquelas caracterizadas dentro de relações de poder, e inseridas didaticamente no ensino dos temas contidos na quarta unidade do livro Sociologia para o Ensino Médio de Nelson Dacio Tomazi. É importante destacar que, a ideia de recurso didático, pensada para as fotografias, aqui, é baseada na noção de didática desenvolvida por Libâneo (2004), ou seja, enquanto maneira de aprimorar a qualidade dos processos de aprendizagem, especialmente, munir os alunos dos meios de aquisição de conceitos científicos e de desenvolvimento das capacidades cognitivas e operativas – aspectos indissociáveis. Enfim, para a construção e organização do artigo, foram selecionadas três fotografias que serão analisadas, segundo seus potenciais heurísticos

³Considerou-se também documentos digitalizados que continham fotografias.

⁴Tratam-se dos capítulos: 10 Surgimento do Estado Moderno, 11 Poder e Estado, 12 Poder, política e Estado no Brasil, 13 Democracia no Brasil, 14 Direitos e Cidadania, 15 Os movimentos sociais, 16 Direitos e cidadania no Brasil e 17 Movimentos sociais no Brasil.

e contribuição para um processo ensino-aprendizagem, que vá além da lousa e das conclusões imediatas geradas nas primeiras observações das fotografias.

1 As fotografias e ideias de política

A imagem é capaz de ideações – capaz de suscitar ideias –, da mesma forma como sabemos reconhecer esse potencial à frase escrita ou a frase musical. Todavia, a ela negamos essa habilidade, sem, no entanto nos fundamentarmos das razões. Evidentemente sabemos de sua polissemia. Contudo, quando conseguimos resolver imagens cruzadas, é certo, teremos avançado muito na arte de ler imagens (SAMAIN, 2012, p.35).

Partindo da citação de Samain (2012), entende-se que o papel da imagem, e nisso inclui-se a fotografia, possui um potencial de comunicação e conseqüentemente de suscitar ideias que podem estar, ou não, diretamente relacionada com o conteúdo da imagem. Dialogando com Anne Marie Christin, especificamente com o livro *La image écrite ou La dé raison graphique*, a autora constata que, a escrita pode ser compreendida como uma dupla imagem. Segundo ela “longe de serem a mera transposição e codificação da fala, as figuras e os signos que a constituem não podiam emergir e tomar corpo senão a partir de um suporte, de um fundo, de uma tela branca, a qual era uma outra imagem.” (SAMAIN, 2012.p.155)

As primeiras fotografias 1 e 2 (página 99 do livro) da quarta unidade, se referem aos Estados nacionais do século XX, e trazem as imagens de um desfile de jovens nazistas, em 1933, e uma manifestação de soldados russos em 1917. Entre outras coisas, essas imagens sinalizam um tema interdisciplinar que pode ser trabalhado, no âmbito da História, Sociologia e Ciência Política, no que concerne a pontos como: Nazismo, revolução russa, aspectos socioeconômicos dos dois países, mecanismos de recrutamento de jovens, construção de símbolos e características dos tipos de estados construídos nesses locais. Cruzando as imagens é possível explorar comparativamente os fatos e significados ocorridos entre 1917 e 1933, e ainda buscar compreender a relação entre Alemanha e Rússia, durante esse período.

Embora não seja possível visualizar a assinatura do fotógrafo ou fonte da primeira fonte visual, o registro da manifestação de soldados russos foi extraído do arquivo do Hulton Deutsch Archive, mesma fonte de imagens de livros consagrados como, por exemplo, o livro: *A era dos Extremos* de Eric Hobsbawm, e também de revistas e outras formas de periódicos como a revista do Centro de Cultura Judaica de São Paulo⁵

⁵⁵ http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/GIANNOTTI_Tolerancia%20maxima.pdf

Fotografia 1- Desfile de jovens nazistas.



Fonte: Tomazi, 2014.

Fotografia 2- Concentração de soldados russos.



Fonte: Tomazi, 2014.

As fotografias em si, podem ser utilizadas em um trabalho a parte. Já que instigam a busca de informações sobre o contexto histórico e político interno dos países e entre eles. As diferentes posturas, vestimentas e características dos atores sociais fotografados e disposições espaciais são informações que, por sua vez, favorecem a capacidade de ideações e estabelecer relações, possibilitando pensar o contexto industrial da Alemanha, extremamente disciplinado do nazismo,

e o contexto rural russo como possíveis questões que podem ser problematizadas em relação aos diferentes tipos de estados.

Não se deseja, aqui, desenvolver e defender uma explicação ou outra para as informações contidas nas fotografias, mas demonstrar uma possibilidade de uso e análise heurística dessas fontes de informação. Para Kossoy (2001) essas imagens (demonstradas anteriormente) podem ser compreendidas como fontes iconográficas já que se referem às fotografias de época, que geralmente são encontradas em coleções públicas e privadas. Para ele, o exame da fotografia necessita ser alimentado por informações escritas de diferentes naturezas contidas em outras fontes, e ciências vizinhas. Explica, ainda que a iconografia, assim como a iconologia, é apresentada como forma de análise de fotografias, apontando que:

A análise iconografia tem o intuito de detalhar sistematicamente e inventariar o conteúdo da imagem em seus elementos icônicos formativos; o aspecto literal e descritivo prevalece, o assunto registrado é perfeitamente situado no espaço e no tempo, além de corretamente identificado. A análise iconográfica, entretanto situa-se no nível da descrição, e não da interpretação, como ensinou Panofsky. Este referindo-se à representação pictórica, revive o velho e bom termo iconologia como um método de análise de interpretação que advém da síntese mais que da análise e que seria o plano superior (KOSSOY, 2001, p.95).

Nesse sentido, entende-se que a fotografia deve ser analisada internamente, de forma literal, e externamente com base na análise dos elementos icônicos formativos, localização espaço temporal e também, em relação a elementos externos a fotografia: História detalhada, origem, relação entre fotos e comparação com outras formas de documentos para que seja possível uma total absorção das informações contidas. Enfim, as fotografias sinalizam um rico trabalho com capacidade de articulação de diferentes formas de abordagem das disciplinas do ensino médio, induz assim ao exercício da interdisciplinaridade, e atrai mais informações que podem auxiliar na compreensão de temas e conceitos políticos. No caso das fotografias 1 e 2, como já mencionado antes, podem fornecer importantes pistas sobre as características dos estados nazista e soviético, lançar luz sobre o processo de composição dos mesmos, sobre as características sociais e ideológicas, símbolos, cultura e fatos marcantes que forneceram dinamicidade à História. Um elemento importante que deve ser considerado é a legenda dada às imagens, pois, sinaliza uma forma de mediação entre as linguagens visual e escrita. Referindo-se às fotografias 1 e 2, havia a seguinte legenda:

Imagem 1 - legenda das fotografias 1 e 2.

Flagrantes da história: à esquerda, desfile da juventude nazista em Nuremberg, na Alemanha, em 1933; à direita, manifestação de soldados na Rússia, em 1917.

Fonte: Tomazi, 2014 p.99.

Fornecendo um contexto mais amplo sobre os estados fascista e soviético, a legenda (exposta acima) insere as fotografias enquanto exemplo do corpo do texto contido no capítulo, ou seja, pensa a imagem enquanto ilustração que, também é uma das possibilidades de diálogo entre texto e imagens. Contudo, o argumento, aqui defendido, é que essas fontes de informação sejam valorizadas enquanto ícones com potencial de comunicação e de gerar ideias, ou seja, mais que confirmar é necessário que a imagem comunique diretamente e estabeleça outro sentido para o diálogo (da imagem para a palavra) quando necessário, o que possibilita diferentes entendimentos de um mesmo conteúdo, em outras palavras, diferentes formas de entender um determinado momento ou acontecimento, o que acaba por estimular diferentes discursos acerca do que é visto. Nesse raciocínio, é importante destacar que, nas narrativas e etnografias, diálogo entre fotografias e texto constitui uma prática que, como observar Samain (1995), ocorre desde o início do século XX, e esteve presente em estudos clássicos como o livro “Argonautas do Pacífico ocidental” (1922) de Bronisław Kasper Malinowski

Outro exemplo que pode ser utilizado é o da fotografia 3 (página 139 do livro) relacionada ao tema de “cidadania hoje”. Na situação, a fotografia registra uma concentração em 1984 relacionada ao movimento “diretas já!”, reafirmando o texto escrito cujo argumento é de que os direitos civis, sociais e políticos inerentes à cidadania não são dados, mas conquistados por meio da participação e intervenção social dos grupos e indivíduos. Observando a iconografia formativa da imagem, é possível notar muitos manifestantes, espalhados, com camisas brancas, no lado inferior direito uma “linha” formada de militares, e na parte central da fotografia há uma

V.5, n. 2. p. 36-46, Mai./Agos. 2016.

bandeira nacional, e uma faixa com a frase: Queremos eleger o presidente, Uai! sinalizando uma segunda característica de pertencimento do grupo, ou seja, além de brasileiros tratavam-se de manifestantes de Minas Gerais.

Fotografia 3- manifestação pelas diretas já!



Fonte: Tomazi, 2014. 139.

Enfim, os militares, as bandeiras e cor branca possivelmente sinalizam uma referência oposta aos militares-atores bem associados às práticas de violência, tortura e repressão durante aquele período. Pode ressaltar assim, a materialização de uma relação de poder que alcança dois níveis que se inter cruzam: um político administrativo materializado na oposição democracia-ditadura e outra nas interações face a face- desenvolvidas na situação na qual pessoas, vestidas de branco, interagem com militares associados à violência do período. Dessa forma, além de constituir uma simbologia que permite inferir sobre a localização espaço-temporal da imagem: Brasil, Minas Gerais, transição entre o Regime Militar e democracia, a fotografia demonstra a política enquanto prática social relacionadas às questões e temas como: mudança social e cidadania, estrutura política, democracia participativa e outros presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais e Orientações educacionais complementares⁶. Dessa forma, a interpretação sistematizada – criteriosa e voltada para possibilitar o estabelecimento de: relações dedutivas e indutivas, capacidades cognitivas, ideações- pode ser orientada para os objetivos das diretrizes de

⁶<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf> acessado em 20 de fevereiro de 2016.

ensino, evidenciando a fotografia como um importante instrumento de mediação didática, no processo de aprendizagem.

Voltando para a fotografia 3, nota-se que as características dela (contexto histórico, relação entre civis e militares) juntamente com a ideia de “direitos conquistados”, presentes no texto, são aglutinadas na legenda da imagem que explicava: “Manifestação pelas eleições diretas em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1984. Depois de vinte anos de ditadura, a sociedade se mobiliza e exige de volta os seus direitos de participação política” (TOMAZI, 2014, p.139), tornando-se evidente que a relação existente entre foto e legenda contribuem, entre si, para que a mensagem transmitida seja reforçada. Sobre a identificação da autoria da foto, há a indicação (no lado direito) do fotógrafo Iugo Koyama que, na época, trabalhava na Editora Abril. Esse profissional pode ser caracterizado por ter atuado em espaços sindicais e de orientação política esquerdista, o que lhe rendeu uma ficha no Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo- DEOPS⁷.

Tal trajetória possibilita problematizar a relação entre fotografia e fotógrafo, em uma perspectiva em que a imagem pode ser compreendida como a captura de um recorte que melhor representa o pensamento do profissional. Dessa forma, vale destacar que na iconografia (KOSSOY, 2001) a imagem traz uma forte característica histórica e as características observadas pelo fotógrafo, significando a forma como ele direcionou o próprio “olhar” e realizou o enquadramento da imagem. Além da abordagem interdisciplinar, com a Sociologia e História, esse tipo de fotografia pode servir de exemplo para trabalhos de elaboração de fotografias políticas, o que pode instigar a curiosidade e necessidade de pensar a Ciência Política por meio de imagens que apresentam diferentes perspectivas de um mesmo acontecimento, exercitando as capacidades de ideação, e também de comunicação - de forma tão importante quanto o texto escrito. (SAMAIN, 1995; 2012).

Vale ressaltar, ainda, que as Orientações Curriculares para o ensino Médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias (2006) contextualizam as imagens fotográficas como algo presente em vários âmbitos da sociedade e ressaltam que tal fonte de informação pode ser utilizada nas análises de fenômenos sociais, ocorridos em espaços públicos, como manifestações coletivas e situações políticas e sociais importantes que auxiliem na compreensão dos acontecimentos no Brasil. Defendem ainda que as fotografias presentes em jornais, sindicatos, associações e coleções

⁷ http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXTS_NK000521.pdf acessado em 10 de janeiro de 2016

podem esclarecer muito sobre tais acontecimentos. Com orientação similar ao exercício aqui proposto, o documento esclarece ainda que:

As fotografias não são documentos neutros: sempre expressam o olhar do fotógrafo e o que ele quis documentar. Assim, funcionam como uma espécie de testemunho de alguém que se dispôs a tornar perene momentos da vida privada ou social de uma pessoa, grupo ou classe, do ponto de vista doméstico, local, regional, nacional ou internacional. O uso da fotografia em sala de aula requer alguns cuidados para sua análise. A autoria e a data são sempre importantes. Elas informam cenários, personagens, roupas e acontecimentos que permitem contextualizar a época a que se referem. Integram um sistema simbólico e os códigos culturais de um determinado momento histórico. É necessário, portanto, estar atento a esses aspectos para entender as fotografias. (ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO, 2006, P132).

Reforçando e alimentando o debate em torno da utilização das fotografias, a citação ressalta, entre outras coisas, a importância de considerar elementos como: autoria, data, cenários, personagens, roupas e os códigos e sistemas simbólico e cultural, ou seja, segue mesmo sentido de valorização da capacidade de ideação (SAMAIN, 2012), da análise iconográfica (KOSSOY, 2001) e de valorização da fotografia como signo de comunicação tão rico quanto à escrita (KOURY, 2004; SAMAIN, 1995). Nesse sentido, é pertinente que estas não sejam pensadas como apenas ilustrações, mas que ajudem a pensar possibilidades de abordagens e aprimoramentos nos debates em torno das dinâmicas e metodologias de ensino.

Conclusão

Logo, é possível pensar a fotografia e outras formas de representação visual como um elemento fundamental no processo de aprendizagem, pois tais comunicações imagéticas dialogam diretamente com os textos escritos, significando um reforço de determinados conteúdo, já que o texto escrito, além de pode ser considerado uma imagem sobre um plano branco, também induz a processos de construções de imagens mentais, ou seja, é possível visualizar, primeiramente, paisagens e contextos por meio da escrita e dialogá-las com representações visuais que detonam partes dos fenômenos estudados nos livros didáticos. Desse modo, tal visão- da imagem não apenas como complemento para o texto escrito, mas como ponto de partida para as idéias sobre determinadas áreas e assuntos, viabiliza o surgimento de diferentes funções para os registros visuais dentro das esferas de aprendizagem, servindo, por exemplo, de ponte entre disciplinas distintas, tais como as já citadas: sociologia, história e ciência política.

Para além das funções de ensino, a fotografia também pode exercer funções políticas que influenciem no aprendizado. No que concerne à semiótica, uma foto, como “traço do real” (DUBOIS, 1990), viabiliza a exibição da realidade por diferentes enquadramentos, criando diferentes significações para aquele que está em processo de aprendizagem. Assim é possível reconhecer a pluralidade de sentidos capazes de serem extraídos de fotografias, e problematizar as relações que estas possuem com outras fontes, com o cotidiano dos alunos e outras disciplinas, ou seja, esse tipo de informação (imagética) exige que docentes e discentes centralizem esforços para os exercícios de ideação e cognição- exige assim aprimoramento da percepção, memória, raciocínio e abstração. Dessa forma, pode significar um importante auxílio no processo de aprendizagem, especialmente, munir os alunos dos meios de aquisição de conceitos científicos e de desenvolvimento das capacidades cognitivas e operativas – aspectos indissociáveis.

Ou seja, o texto imagético, assim como o escrito, contém um sistema de comunicação próprio e bem definido que pode ser visto como elemento principal em uma determinada narrativa. Bronislaw Malinowski, em “Os argonautas do pacífico ocidental” (1922), utilizou em seu trabalho, a fotografia como uma forma de transmitir para o leitor informações mais profundas sobre o espaço e o que acontecia em um determinado momento, utilizando-as com o intuito de inserir, quem as observava, no espaço fotografado. (SAMAIN, 1995)

Assim, o registro fotográfico pode ser suporte para a contextualização histórica e política em diferentes temas. Entretanto, se faz necessário problematizar a escolha das imagens que exercem essa função, visto que, assim como uma imagem pode conter vários sentidos, as escolhas de diferentes imagens estabelecem um conjunto de novos sentidos que podem influenciar diretamente na forma como algo é assimilado. Por outro lado, ao levar em consideração o que foi dito de início – que o número de imagens influenciando no do material- é possível também problematizar o sistema de escolha dessas imagens e do número, assim como os locais e espaço que ocupam dentro das páginas.

Por fim, o discurso imagético se apresenta como um vasto campo a ser estudado, não apenas de suas potencialidades como instrumento formal de ensino, mas também como meio de transmissão de opiniões, estendendo-se a outras maneiras de educar, que vão além da educação formal que aprisiona as imagens nos sentidos dos textos. Por meio destes é possível que o espectador passe a entender o mundo, as relações de poder, e demais fenômenos existentes no cotidiano por distintos enquadramentos

Referências

LIBANEO, José Carlos. *A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a teoria histórico-cultural da atividade e a contribuição de Vasili Davydov.* . Rio de Janeiro, Rev. Bras. Educ. n. 27, p. 5-24, Dec. 2004

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (Org.). *Sociologia da Imagem - Ensaios Críticos* (Edição em CD-ROM; Cadernos Especiais de Pesquisa). João Pessoa: GREI, 2004. 155p.

SAMAIN, Etienne Ghislain. *As peles da fotografia: Fenômeno, memória-arquivo, desejo.* UFG, Revista Visualidades, v. 10, p. 151-164, 2012.

_____. *Como pensam as imagens.* 1ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2012b. v. I. 240p.

_____. *Ver e Dizer na Tradição Antropológica. Bronislaw Malinowski e a Fotografia.* “Porto Alegre, Horizontes Antropológicos v. 2: 19-48, 1995

TOMAZI, Nelson D. *Sociologia para o Ensino Médio.* 1ª edição. São Paulo: Saraiva 2010.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios.* 2ª edição. São Paulo: Papirus 1993.

Documentos oficiais

Ciências humanas e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 133 p. (Orientações curriculares para o ensino médio; volume 3).

Recebido em: 21 de fevereiro de 2016.

Aceito em: 30 de agosto de 2016.



O CINEMA À PROVA DA OPINIÃO

Heitor Benjamim Campos¹

Resumo

O objetivo deste trabalho é compreender a dinâmica da relação dos atores sociais com seus públicos na situação homem-cinema. Entendendo o gosto cinematográfico como um marcador de diferenças e identidades sociais, pretendo mostrar algumas experiências desse diálogo entre humanos e o cinema, problematizando as recorrências e contradições do seu consumo.

Palavras-chave: Opinião. Públicos. Moralidades. Cinema.

THE OPINION-PROFF CINEMA

Abstract

The objective of the paper is to understand the relation dynamics between the social actors and his public in a man-cinema situation. Understanding cinematic taste as a marker of difference and social identity, i intend to show some experiences about this dialogue between humans and cinema, problematising recurrences and contradictions of it's consumption.

Keywords: Opinion. Public. Morality. Cinema.

Introdução

André Bazin foi categórico ao mencionar o comportamento do *público* após a exibição do filme *Le Mystère Picasso* de Henri-Georges Clouzot: “os admiradores adoram ainda mais e os que não gostam de Picasso confirmam seu desprezo” (BAZIN, 1981, p. 178). E assim, o teórico francês vai tecendo sua crítica a partir dessas diferentes *opiniões* a respeito de uma mesma obra cinematográfica: de um lado, talvez os defensores de um realismo clássico da arte figurativa; e de

¹ Doutorando em Sociologia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense (PPGSP/UENF), Mestre em Sociologia Política e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: heitor.benjamim@gmail.com

outro, quem sabe, aqueles que se deleitam entre as sinuosas formas e diversas geometrias da arte cubista.

Encontramo-nos diante da seguinte situação: espectadores estão a qualificar o filme como bom ou ruim a partir de uma opinião que os mesmos tem a respeito da arte cubista; e que não fosse esse o parâmetro em questão: em setenta e oito minutos de filme, é possível encontrarmos diversos outros elementos em *Le Mystère Picasso* que irão *compor* a nossa apreciação estética. Mas serão mesmo apenas elementos estéticos que estão em jogo em nosso gosto cinematográfico?

Em seu livro *Empirismo e Subjetividade*, Deleuze (2001) lança luz sobre o pensamento humeano e defende que o juízo estético se manifesta a partir de um acordo entre todos os outros juízos, assim rompendo radicalmente com a visão kantiana de que os juízos determinantes e os juízos reflexivos são tomados separadamente numa ação. Segundo o pensador francês, esse acordo entre as faculdades de julgamento estão em consonância com um interesse especial pelo belo; ora, esse interesse predestina-nos a sermos morais, prepara pois o advento da lei moral ou a supremacia do interesse prático puro (DELEUZE, 2001).

Será que o simples fato de eu emitir uma opinião a respeito do estilo artístico desenvolvido pelo protagonista do filme eu estaria também utilizando de outros juízos além do puramente estético? Segundo Deleuze, dificilmente encontraríamos uma resposta para isso. O gosto nada mais é que uma composição de diversos julgamentos. Encontramos em nosso cotidiano diversas situações em que essa análise deleuziana faria muito sentido: é possível uma pessoa declaradamente homofóbica emitir um juízo estético a respeito de *Brokeback Mountain* do Ang Lee isento de qualquer julgamento moral? Ou mesmo um racista ser imparcial e apreciar esteticamente *Mississippi Burning* do Alan Parker? Acredito ser possível, sim, que qualifiquem o filme como bom, mas impossível que isso aconteça sem que arranjos morais sejam construídos entre o ator social e a obra cinematográfica.

A moral seria uma espécie de régua que ajusta o gosto cinematográfico? Pretendo não radicalizar desta forma o meu conceito de gosto cinematográfico, mas em seguir uma concepção de gosto bem próxima da proposta por David Hume em seu ensaio *Do Padrão do Gosto* de 1757. Segundo Hume (2004), o gosto seria uma composição de juízos estéticos e de juízos morais. Assim, se existe alguma boa metáfora para entendermos esse gosto humeano é pensarmos numa espécie de elástico em que temos em cada ponta um desses juízos, ora nosso gosto pende mais para um ou outro, porém, nunca deixa de estar conectado a essas duas instâncias.

É bem nítido observarmos, por exemplo, como o juízo moral influencia e muito o juízo estético nas telenovelas brasileiras. No ano de 2015 vivenciamos uma polêmica em torno de um casal de lésbicas na novela *Babilônia* de Gilberto Braga. Não há maneiras aqui de explicitar especificamente quais confrontos morais estão nesta disputa, mas é percebido que o fato de serem mulheres, idosas e lésbicas tem gerado uma série de boicotes à teledramaturgia da emissora Rede Globo. É muito enriquecedor a utilização dos conceitos humeanos de *conforto e desconforto moral* para entendermos esse drama. Pois foi justamente no primeiro capítulo desta telenovela que um beijo entre essas duas personagens fora encenado e causou um impacto negativo da novela na grande mídia. A imagem deste beijo lésbico gerou um desconforto moral enorme dentre uma parte do público de telenovelas brasileiras.

Uma cena de um filme, portanto, é estética, ela tem tão logo uma disposição moral; ela assim assume essa postura de acordo com os elementos e comportamentos transmitidos no contexto da imagem e de como, então, esses mesmos serão percebidos e sentidos pelo espectador. A partir do momento em que este emite a sua opinião, ele exprime uma atitude, ele apresenta uma conduta. Assim sendo, o comportamento humano é um ato de engajamento em uma determinada moralidade. São as escolhas e julgamentos dos atores sociais que lhes situam moralmente no mundo social.

Alguns desdobramentos são possíveis de nos fazer pensar: será que existe algo a mais que faz com que muitas pessoas concordem ou não numa apreciação estética? Será possível estabelecermos algum tipo de padrão frente a diversidade de opiniões emitidas de uma mesma obra cinematográfica? Existe alguma força de atração para que diferentes pessoas comunguem de uma mesma opinião?

Para tentar responder essas indagações será necessário dar uma nova conotação para esta que está sendo o fio condutor de minhas análises: a *opinião*. Será necessário deixarmos o campo da estética e da crítica pelo da socialização. O objeto de estudo não é mais, em última instância, a opinião, mas sim a opinião pública, a opinião partilhada. “Esta cessa de ser uma especulação filosófica e transfere-se para as ciências sociais, do mesmo modo que abandona a individualidade pelo coletivo por um processo ao mesmo tempo epistemológico e social, em que a quantificação adquire um papel decisivo” (TARDE, 1992, p. 21).

Segundo Tarde, “essa coletividade puramente espiritual, como uma disseminação de indivíduos fisicamente separados e cuja coesão é inteiramente mental” (1992, p. 29) será chamada de *público*. Para darmos conta deste conceito, melhor seguirmos a indicação de seu próprio

criador: “ora, basta abrir os olhos para perceber que a divisão de uma sociedade em públicos, divisão inteiramente psicológica e que corresponde a diferenças de estados de espírito, tende, não certamente a substituir, mas a se superpor cada vez mais visível e eficazmente à sua divisão religiosa, econômica, estética, política, em corporações, seitas, ofícios, escolas ou partidos” (TARDE, 1992, p. 45).

Uma das figuras centrais na manutenção e constituição de muitos públicos é a que fiz questão de iniciar este projeto – a figura do *crítico*. E não por menos, André Bazin é um dos fundadores da revista *Cahiers du Cinéma*, que foi durante anos o local onde se forjou e se fomentou as principais ideias da *Nouvelle Vague* francesa. Este conceituado crítico tornou-se fundamental para a formação e disseminação do que se denominou de público de *cinema de autor*.

É objetivo deste artigo compreender a dinâmica da relação dos atores sociais com o a arte cinematográfica na composição de seus públicos. Entendendo o gosto cinematográfico como um marcador de diferenças e identidades sociais, pretendo mostrar algumas experiências deste diálogo entre os homens e o cinema problematizando as recorrências e contradições do seu consumo. Serão utilizadas *opiniões* registradas após voluntários assistirem a determinados filmes eleitos para esta pesquisa.

O cinema e os seus públicos

“Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com o significante... É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma.” (DELEUZE apud FOUCAULT, 1979, p. 71), é precisamente este o momento em que me peguei desnorteado ao revirar minha caixa de ferramentas e não encontrar funcionalidade nas teorias sociológicas que tinha à mão. Se recorrermos ao dicionário e encontrarmos “qualquer instrumento que se usa para a realização de um trabalho” para o significado de ferramenta, devemos também concluir que uma teoria sociológica não deve se limitar a ter apenas um valor em si, é necessário que se justifique através de sua aplicabilidade.

O que provavelmente ocasionou esta minha perplexidade em não encontrar conexão entre as teorias que habitualmente são utilizadas nesta temática a que me disponho pesquisar com os resultados obtidos em meu trabalho de campo, talvez seja a minha postura errônea frente ao que venha a ser conceituada *caixa de ferramentas*. Esta não deve ser um dispositivo completo, bem acabado; o cientista social não deve jogar três ou mais livros em sua caixa de ferramentas e eleger

uma grande teoria para sair aplicando a torto e a direito na realidade social. As ferramentas que serão utilizadas na pesquisa são determinadas pelo campo de pesquisa, e nunca o seu contrário; e mais, elas devem ser forçadas, e constantemente reformuladas, a partir da demanda exigida pelo trabalho de campo. Howard Becker nos chama a atenção para esta postura problemática na pesquisa social:

projetos de pesquisa que são pensados como sendo auto-suficientes e autojustificados, os quais fornecem todas as evidências necessárias para aceitar ou rejeitar as conclusões que apresenta, e cujas descobertas devem ser usadas como mais um tijolo na muralha em construção da ciência (BECKER, 1999, p. 113-114).

E, definitivamente, não quero tijolo algum pesando em minha caixa de ferramentas. Nunca foi minha intenção colaborar na construção de muralhas; muito pelo contrário – é necessário derrubarmos as “torres de marfim” da Sociologia. A partir de então, fiz um primeiro exame minucioso nas respostas iniciais que os participantes da pesquisa me concederam, e uma palavra me chamara muito a atenção: *públicos*. Não que esta palavra tenha sido a mais acionada pelos participantes; mas, muito mais, a sua ideia.

Vejamos alguns exemplos:

“Eu não me interesso por esse tipo de filme (Festa de Família), não consegui vê-lo por meia hora. Eu tenho certeza de que as pessoas que dizem gostar, estão mentindo. Esse tipo de gente metida a intelectual, que gosta de filme que ninguém gosta.” Lucas, 37 anos, vendedor.

“Eu não sei se vou conseguir ser claro sem ser escroto. Mas como não vai aparecer meu nome em nada, vou falar com muita sinceridade para você. O filme (As Horas) é ruim? Não, tecnicamente falando. Eu não gosto de filme mal feito, e isso ele não é. Mas não é um filme feito pra mim. Eu acho que é um filme de mulher. Só tem mulher no filme e só falam coisas chatas de mulher.” Marcos, 28 anos, técnico em edificações.

É interessante observarmos a construção do gosto cinematográfico nestes exemplos a partir de uma *distinção* do que seria o gosto cinematográfico de outros tipos de pessoas; e, nos dois casos, há uma característica sendo mobilizada para circunscrever o que seriam essas pessoas que gostam ou não do filme em questão: “*gente metida a intelectual*” e “*mulher*”. Não temos aqui a ideia do *outro* de uma forma genérica: esse *outro* faz parte de um grupo específico, com aspectos semelhantes; o que me fizera correlacionar a imagem desses grupos como sendo a de diferentes tipos de *públicos*.

Em outros casos, não só temos nitidamente o uso do termo *público*, como também podemos observar o sentimento de pertencimento que o ator social experimenta com determinado tipo de público. Vejamos em mais este exemplo:

“*Este não é um filme (Lemon Tree) para qualquer um. Se você estava esperando algum filme americano, aqui não é o lugar. Os filmes que gosto são muito peculiares. O meu público é do Estação Botafogo, não vejo filme em shopping!*” Carla, 58 anos, massoterapeuta.

O meu próximo passo fora buscar um amparo teórico nas Ciências Sociais para uma possível investigação do termo *público*. E teria algum ponto de partida mais eficaz que vasculharmos os clássicos? Não apenas no que muitos cursos de graduação em Ciências Sociais, hoje, consideram como sendo *clássicos* – Marx, Weber e Durkheim; pois fora em Gabriel Tarde, importante sociólogo francês do final do século XIX, que encontrara menção ao termo *público* de forma muito aproximada com o que estava sendo mencionado por meus interlocutores. Nas últimas décadas, temos observado um movimento de reaproximação com importantes intelectuais do período de institucionalização da ciência sociológica que, por motivos diversos, permaneceram solapados no campo científico. E este movimento de resgate da teoria sociológica do Gabriel Tarde vem sendo muito evidenciado a partir de pensadores como Gilles Deleuze, Isaac Joseph, Bruno Latour e Maurizio Lazzarato.

Antes de chegarmos ao terceiro momento da construção de minhas ferramentas, gostaria de salientar um dos aspectos de minha caixa – ela é *rizomática*. Sim, exatamente como na botânica: “caule subterrâneo no todo ou em parte e de crescimento horizontal”. Mas o que um caule de planta poderia colaborar em minha compreensão do conhecimento sociológico? Este aspecto fora utilizado por Gilles Deleuze e Félix Guattari como modelo epistemológico e descritivo – um de seus “mil platôs”. Assim, define Deleuze:

O que Guattari e eu chamamos rizoma é precisamente um caso de sistema aberto. Volto à questão: o que é filosofia? Porque a resposta a essa questão deveria ser muito simples. Todo mundo sabe que a filosofia se ocupa de conceitos. Um sistema é um conjunto de conceitos. Um sistema aberto é quando os conceitos são relacionados a circunstâncias e não mais a essências. Mas por um lado os conceitos não são dados prontos, eles não preexistem: é preciso inventar, criar os conceitos, e há aí tanta invenção e criação quanto na arte ou na ciência (DELEUZE; GUATTARI, 2000, p. 45).

Com isso, quero dizer que não aprisionarei Gabriel Tarde em minha caixa de ferramentas sem levar em consideração todas as eventualidades que os cento e quinze anos de diferença desde que o mesmo se utilizara do termo *público* até os dias de hoje venham a intervir em minha investigação sociológica. Um sistema fechado, como o cartesianismo, aprisiona o rizoma; cortam

as multiplicidades, reduzem o seu objeto. Não podemos mais apostar em compartimentos, o rizoma se espalha; o rizoma não se fecha sobre si, é aberto para experimentações.

E eis o meu terceiro e derradeiro momento: deixar o pensamento social do Gabriel Tarde se alastrar rizomaticamente por tantas possibilidades que o conhecimento humano nos possa permitir; irradiar suas principais ideias pelo vasto campo das ciências humanas em busca de novas conexões, de outros caminhos, de pontos de fuga. Como um mapa que se espalha em todas as direções, se abre e se fecha, pulsa, constrói e desconstrói.

“Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas” (DELEUZE, 2000, p. 04). Rizoma não possui narrativa clássica; rizoma é *Acossado* de Jean-Luc Godard! Rizoma não possui início; e Gabriel Tarde já não o mais é: encontra-se todo segmentado, interligado! Não possui mais a substancialidade do verbo *ser*; apenas encontra o seu sentido na conjugação *e*. E tantos mundos possíveis são esses que estão sendo capturados por minha caixa de ferramentas que esta se torna um cinematógrafo projetando compulsivamente suas imagens: que vai desde Heráclito e seu famoso “ninguém pode entrar duas vezes no mesmo rio” até Giordano Bruno observando o incessante movimento das mônadas no mundo enquanto aguardava seus algozes incendiarem o seu corpo.

E para entendermos como se estabelece a *diferença* na sociologia tardeana será necessário um primeiro entendimento do que venham a ser as *mônadas*. Um conceito sempre tem uma história, embora a história se desdobre em ziguezague, embora cruze talvez outros problemas. Utilizarei do conceito de mônada em Gabriel Tarde através de sua *neomonadologia*; que por sua vez, utilizou-se do termo mônada de Gottfried Wilhelm Leibniz e sua *monadologia*; que por sua vez, utilizou-se do termo mônada de Giordano Bruno; e assim, sucessivamente, passaremos pelo atomismo de Epicuro, e alcançaremos o nascimento da *diferença* a partir da filosofia do devir em Heráclito. Num conceito, há, no mais das vezes, pedaços ou componentes vindos de outros conceitos. Não pode ser diferente, já que cada conceito opera um novo corte, assume novos contornos, deve ser reativado ou recortado (DELEUZE, 1992).

Notemos que em todas as ramificações que o termo mônada irradiou pelo conhecimento humano, esta estivera, de certa forma, delimitada no âmbito da Filosofia. Mas há um claro ponto de fuga; uma ampla bifurcação que congrega segmentos da Filosofia, da Psicologia, da Sociologia e de outros saberes ainda não revelados: o pensamento de Gabriel Tarde. Mas no que exatamente as mônadas colaboram na construção de sua teoria?

A Sociologia de Gabriel Tarde tem em sua principal temática a compreensão da relação entre os indivíduos e a sociedade através das relações intersíquicas; o mundo social é apreendido pela e através da troca intersubjetiva dos indivíduos. Tarde recupera o conceito leibniziano de mônada para esclarecer como se constituiria o mundo. Leibniz criou o termo mônada para designar as forças constitutivas das coisas, um ente bem definido e estruturado, sendo “apenas uma substância simples que entra nos compostos. Simples, quer dizer: sem partes.” (LEIBNIZ, 1974, p. 63)

O modo de existência das mônadas é a diferença: existir, para uma mônada, é ser diferente de outra mônada. As mônadas constituem singularidades irreduzíveis, de nomes próprios. Deleuze chama a atenção que foi Leibniz o primeiro filósofo a dissociar o indivíduo de um conceito geral que não levava em conta as singularidades de cada ser.

Mas se se pergunta porque o nome mônada ficou ligado a Leibniz, a resposta está em que, de dois modos, Leibniz fixou-lhe o conceito. De um lado, a matemática da inflexão permitia-lhe estabelecer a série do múltiplo como série convergente infinita. Por outro lado, a metafísica da inclusão permitia-lhe estabelecer a unidade envolvente como unidade individual irreduzível. Com efeito, uma vez que as séries permaneciam finitas ou indefinidas, os indivíduos corriam o risco de ser relativos, chamados a se fundirem em um espírito universal ou alma capaz de complicar todas as séries. Mas, se o mundo é uma série infinita, ele constitui a esse título a compreensão lógica de uma noção ou de um conceito que só pode ser individual, estando, pois, envolvido por uma infinidade de almas individuadas, cada uma das quais guarda seu ponto de vista irreduzível (DELEUZE, 1992, p. 43).

O universo não é apenas um resultado de relações de movimentos mecânicos, mas de um vitalismo imanente da natureza. É sobre tal base de materialismo espiritualizado que se deve compreender que "toda coisa é uma sociedade", ou seja, todo indivíduo constitui a composição de uma infinidade de outros indivíduos que se juntam, sob formas políticas sempre singulares, fundadas nos desejos e crenças. Em termos sociológicos, o social está virtualmente incluído no indivíduo; a mônada é, portanto, ela mesma, uma sociedade.

Leibniz (1974) irá ancorar esta ideia na existência de uma entidade superiora que passaria por todas as mônadas – a figura de um deus. E seria este deus, a causa da harmonia na composição das mônadas. Este atribuiria à cada mônada certas características, que de certa forma, ocasionariam em todas as possibilidades de existência de determinada mônada. Gabriel Tarde irá rejeitar esta ideia de um deus como causa última dos movimentos das mônadas; não há harmonia preestabelecida e

as leis universais ou a fórmula única que conteria todas essas leis, espécie de mandamento místico ao qual todos os seres obedeceriam e que não emanaria de

nenhum ser, espécie de verbo inefável e ininteligível que, sem nunca ter sido pronunciado por ninguém, entretanto seria escutado em toda parte e sempre (TARDE, 2007, p. 79).

As mônadas tardeanas possuem portas e janelas, é possível modificarem umas às outras; não obedecem à lógica leibniziana de partir do simples para o composto, elas podem afetar umas às outras. Essas mônadas compõem uma sociedade onde cada uma desenvolve sua identidade – através de um tipo de irradiação elas contribuem para a propagação de mais individualidades. A sua possibilidade de existência fica restrita à sua capacidade de diferenciação: *existir é diferir*.

Segundo Tarde (1890), este movimento das mônadas só é possível através da *imitação*. A imitação estaria alocada em três grandes leis defendidas por Gabriel Tarde que regem o universo e afetam diretamente todos os fenômenos observados, sejam eles biológicos, sociais ou físicos: a repetição, a oposição e a adaptação. Todo fenômeno é um fenômeno de propagação, de contraposição ou de associação. No mundo social essas leis tem sua equivalência na imitação, hesitação e invenção.

A repetição significa, antes de mais nada, produção conservadora, causação simples e elementar sem nenhuma criação (TARDE, 1898). Nesse sentido, toda repetição procede por uniformização e, como tal, tende para algum equilíbrio. Porém se a repetição é produção conservadora, o que ela repete é alguma coisa que não ela própria. Toda repetição procede de uma inovação qualquer ou, o que dá no mesmo, é uma inovação que propaga (TARDE, 1890). Assim, as repetições não são apenas produções conservadoras, mas também multiplicações, transmissões que se espalham como uma onda luminosa, uma família de formigas ou uma nova moda social (VARGAS, 1995).

Como postula Tarde, toda repetição é animada por uma espécie de ambição imanente e imensa do infinito, fazendo com que ela propague, em progressão geométrica, toda inovação sobre a qual ela incide. Em outros termos, toda repetição, sob qualquer de suas formas, almeja fazer passar o que foi produzido como inovação, em ponto de extrema singularidade, para alguma coisa de universal ou infinito: como uma nova mania de consumo, uma praga animal ou vegetal ou uma pedra atirada num lago, onde as ondas produzidas pelo ponto de singularidade marcado pelo cruzamento ou impacto de duas massas diferentes se propagam e se amplificam continuamente. Toda inovação ambiciona o infinito por meio da repetição, pois toda repetição tende para um máximo de propagação (VARGAS, 1995).

O que é a imitação, essa modalidade de repetição especificamente social? Para Tarde, a imitação é uma ação à distância de um cérebro sobre outro. Ela pode ser consciente ou

inconsciente, voluntária ou involuntária, vaga ou precisa, unilateral ou recíproca, mas não pode deixar de ser produzida à distância, pois assim perderia sua especificidade.

Se todo comportamento social está constantemente sofrendo a influência das leis da imitação; ora difundido, ora negado – o mesmo se aplica à opinião. Quanto mais compartilhada, quanto mais difundida, a opinião se consolida com uma *opinião pública*. Concomitante a este processo, observa-se um fenômeno interpsíquico entre os atores sociais que estão a propagar tal opinião; há uma conexão sendo estabelecida entre esses homens que começa a inspirar um modelo de conduta a ser seguido pelos mesmos.

Assim, a imitação acarreta a propagação dos comportamentos sociais e sua adoção pelo grande número dos membros da comunidade. A similitude das opiniões ou das necessidades conduz naturalmente à ideia de uma quantidade social, que um conjunto composto de uma pluralidade de elementos total ou grandemente heterogêneos tornaria impossível ou pouco pertinente. A opinião deixa de ser uma realidade individual para se tornar um fato, antes de mais nada, coletivo (TARDE, 1992).

Não é tarefa difícil observamos o poder da *opinião pública* a nossa volta, principalmente neste momento histórico que estamos inseridos – a era dos *públicos*. É notável quando vemos alguém se recusar a ler determinada revista que atenda a um discurso político divergente ao que ele acredita; não menos espantoso quando percebemos elementos tendenciosos na trama de telenovelas que queiram agredir religiões outras, como as de matriz africana.

Vejamos este exemplo:

“Vou te ser bem sincera, eu não consigo entender o motivo do povo falar bem desse filme (2001: Uma Odisseia no Espaço). Pelo amor de deus, é uma chatura. E se eu falo que eu não gosto, a errada sou eu, que não entendo de cinema. Pra mim, tá todo mundo mentindo. E tem muito disso, né? Se o bonequinho do jornal² tá de pé, todo mundo fala que é bom. Se bobear nem viu o filme”. Maria, 32 anos, dona de casa.

Esta referência que a participante faz ao *bonequinho do jornal* é muito pertinente com essa abordagem tardeana de formação de um *público*, pois é justamente a figura do *crítico* que irá mediar este processo. E este papel desempenhado pelo crítico – emitir uma *opinião pública* – só pode ser consolidado com o advento da imprensa. Pois nasce com a imprensa a primeira forma

² A crítica emitida pelo jornal O Globo categoriza os filmes, hierarquicamente, a partir destas cinco figuras: a) o bonequinho aplaudindo de pé; b) o bonequinho aplaudindo sentado; c) o bonequinho assistindo ao filme; d) o bonequinho dormindo; e) o bonequinho abandonando a sessão.

que temos de irradiação de uma mesma ideia num sentido muito amplificado. Vejamos esta relação entre o crítico e seu público:

O público, portanto, reage às vezes sobre o jornalista, mas este age continuamente sobre seu público. Após alguns tentes, o leitor escolheu seu jornal, o jornal selecionou seus leitores, houve uma seleção mútua, portanto uma adaptação mútua. Um submeteu-se a um jornal de sua conveniência, que adula seus preconceitos ou suas paixões, o outro a um leitor de seu agrado, dócil e crédulo, capaz de ser dirigido facilmente mediante algumas concessões a suas ideias análogas às precauções oratórias dos antigos oradores. É de se temer o homem de um único livro, disseram; mas o que ele é comparado ao homem de um único jornal? E esse homem, no fundo, é cada um de nós, ou pouco quase. Eis o perigo dos novos tempos. Longe de impedir, portanto, que a ação do publicista seja finalmente decisiva sobre seu público, a dupla seleção, a dupla adaptação que faz do público um grupo homogêneo, bem conhecido do escritor e facilmente manejável permite-lhe agir com mais força e segurança (TARDE, 1992, p. 42).

No filme *Birdman*, dirigido por Alejandro G. Iñárritu, temos uma cena muito explicativa a esta relação do crítico com o público. O protagonista do filme é Riggan Thomson, um ator que tivera muito prestígio no passado ao interpretar um super-herói no cinema e, que após um grande período de ostracismo, tenta recuperar sua carreira com a montagem de uma peça na Broadway. A cena que irei transcrever, mostra o encontro de Riggan com a crítica teatral Tabitha Dickenson num bar. Vamos à cena:

Tabitha: *Vou destruir a sua peça.*

Riggan: *Mas você nem assistiu. Eu fiz algo para ofendê-la?*

Tabitha: *De fato, você fez. Você tomou um teatro que deveria ser usado com algo de valor.*

Riggan: *Você nem sabe se é ruim.*

Tabitha: *É verdade. Eu nem ouvi uma palavra ou sequer vi a pré-estreia. Mas após a estreia de amanhã, escreverei a pior crítica que já leram. Eu vou acabar com a sua peça. Gostaria de saber o porquê? Porque odeio você. E tudo o que você representa. Intitulados, egoístas e crianças mimadas. Totalmente destreinados, desconhecedores e despreparados para produzir arte de verdade; entregando prêmios um ao outro por cartum e pornografia. E gastando seus ganhos nos fins de semana. Bem, este é o teatro. Você não pode vir e fingir escrever, dirigir e atuar na sua peça de propaganda sem passar por mim primeiro. Então, boa sorte.*

Riggan: *O que tem que acontecer na vida de uma pessoa para acabar se tornando um crítico? O que está escrevendo, outra crítica? Ela é boa? É? É ruim? Você assistiu? Deixe-me ler isso (Riggan apanha o bloco de anotações da mão de Tabitha)*

Tabitha: *Vou chamar a polícia!*

Riggan: *Não vai, não. Vamos ler isso: “inexperiente”. Isso é uma etiqueta! “Desbotado”, etiqueta! “Marginal”. Marginal, está brincando? Parece que precisa de penicilina para limpar isso. Isso não passa de etiquetas. Você só sabe etiquetar tudo. Você é uma filha da mãe preguiçosa. Você é preguiçosa. Você sabe o que é isso? (Riggan pega uma flor e direciona para Tabitha) Você nem sabe o que é isso, não sabe. Sabe por quê? Você não pode ver isso se não rotulá-lo. Você confunde esses sons na sua cabeça com verdadeiro conhecimento.*

Tabitha: *Acabou?*

Riggan: *Não, não acabei. Não há nada aqui sobre técnica, sobre estrutura, nada sobre intensidade. Só opiniões de merda feita por comparações de merda. Você escreve alguns parágrafos... Sabe do quê? Nada disso custou nada a você. Você não está arriscando nada, nada. Eu sou a porra de um ator. Essa peça me custou tudo. Então, é o seguinte: pegue essas maliciosas e covardes críticas de merda e enfie no seu enrugado rabo apertado.*

Tabitha: *Você não é um ator, é uma celebridade. Sejamos claro nisso. (Tabitha pega de volta seu bloco de anotações) Acabarei com sua peça.*

São muitos elementos presente neste diálogo que foram encontrados por mim nas *opiniões* que recebi de meus interlocutores a respeito dos filmes vistos para a pesquisa. Iremos observar mais à frente essas duas questões: a figura da crítica cinematográfica especializada é fundamental para manutenção de determinados tipos de públicos e em outros não; há uma disputa constante entre os públicos a respeito do que se entende por arte. Mas agora gostaria de se salientar esse desprezo da crítica teatral Tabitha Dickenson pelo ator Riggan Thomson e tudo o que ele representa.

Gabriel Tarde nos diz que a relação do público com os meios de comunicação é uma relação de clientela (1992). O crítico irá oferecer a seu público o que ele já está acostumado a consumir. Muito provavelmente o público do meio de comunicação utilizado pela crítica Tabitha Dickenson para publicar sua *opinião* é bem diverso do público acostumado a aplaudir o ator Riggan Thomson. Quando ela diz que o odeia e, principalmente, “*tudo o que você representa*”, fica nítido para mim que ela está demarcando em seu discurso a barreira existente entre seus públicos. As adaptações dos quadrinhos para o cinema de super-heróis não são bem assimiladas por todos os públicos. Veja:

“Jura que você me passou um filme (The Dark Knight Rise) do Batman para ver? Pra mim você havia dito que passaria uns filmes legais para ver, eu não entendi bem isso. Eu não teria entrado nisso. Mas vou manter minha palavra contigo. Eu não vou ver isso, ok? Fico esperando o próximo e

deixa aí escrito que isso é uma baboseira de criança e não é cinema. Você disse que não precisava ver se eu não quisesse. E essa é minha justificativa. Isso é uma droga, não presta.” Teresa, 58 anos, vendedora.

E é interessante notar que até a imagem dos atores de cinema ficam marcadas em determinados tipos de público. Ainda no exemplo do filme *Birdman*, muito provavelmente o ator Riggan Thomson conseguiu seu estrelato sendo admirado por um tipo de público bem diferente do público que lê as críticas da Tabitha Dickenson. No início do filme, vemos que a fama inicial de Riggan foi graças ao filme *Birdman*, onde ele interpretava um homem-pássaro – uma clara referência aos atuais *blockbusters* de super-heróis. Algo muito próximo de ser observado neste exemplo:

“Achei muito doido essa mulher (Salma Hayek) fazer esse filme (Frida), só vejo filme bobo com ela. Primeira vez que vi algo que presta dela. O filme é arrastado, mas é bonito, tem uma trilha sonora muito boa. Gostei sim. E ela arrebenta. Vou até ver se foi indicada ao Oscar. É muito doido isso, a gente vê um ator e já acha uma parada dele. Esse homem que faz Rambo, você só pensa nele em filme de luta. Mesma coisa com o Leonardo DiCaprio. Todo mundo acha que ele é do Titanic, pronto e acabou. Mas o cara fez uma porrada de filme showzão, mas a imagem ficou do Titanic.” Caio, 48 anos, empresário.

É de suma importância apresentar nesta pesquisa o impacto que o advento da internet também provocou na constituição e manutenção dos públicos cinematográficos. Essa figura do crítico que Gabriel Tarde nos aponta como essencial na formação dos públicos, com o mundo digital, outras formas de manutenção foram sendo criadas. Antes, cinéfilos de cidades menores não encontravam variedade de filmes nas locadoras de suas cidades; hoje, basta um clique para ter acesso a uma infinidade de obras cinematográficas disponíveis na rede. E vai muito de encontro ao que Tarde também nos diz em relação ao caráter quantitativo do poder das opiniões. A maioria dos sites voltados para o público cinéfilo possuem um marcador que cada membro avalia com uma nota cada filme assistido; assim, cada obra possui uma cotação, que lhe qualifica como boa ou ruim. A partir de algumas entrevistas já concedidas para esta pesquisa, mostrou-se muito comum a ocorrência de consultas a esses sites para uma avaliada na obra antes mesmo de ser vista.

“Antes de qualquer coisa eu vejo a nota do filme no Filmow. É um site de filmes, tem todos os filmes, você digita e fica sabendo se presta ou não. Não, não dá pra saber exatamente. É que com o tempo você vai tendo um número mais ou menos certo de que pontuação começam os filmes que você

gosta. Mas também não quer dizer que vou achar tudo ótimo. Mas quase sempre é sim.” Carlos, 24, estudante de psicologia.

Um bom exemplo observado num grupo do facebook chamado *Cinéfilos Malditos* foi uma discussão provocada pela estreia do filme *American Sniper* do Clint Eastwood. Num determinado momento das postagens, as pessoas que qualificavam o filme como bom, eram chamadas de “aecistas”³ de forma pejorativa, enquanto os que não gostaram da proposta do diretor eram chamados de “esquerdopatas”⁴. Toda essa discussão girava em torno do fato da imprensa internacional estar criticando um posicionamento republicano na obra do Clint Eastwood. E de outro lado, temos o diretor desmentindo esse posicionamento e afirmando ter feito uma feroz crítica ao envio de tropas americanas ao oriente médio. Mas essa dubiedade na interpretação da obra resultou em toda esta contenda de opiniões; só me faz visualizar ainda mais essa *porosidade* entre os muitos públicos morais que constituem o mundo social.

Segundo Bruno Latour (2012), toda formação de grupo será acompanhada da busca de um amplo leque de características mobilizadas para consolidar as fronteiras desse grupo contra as pressões adversas dos grupos antagônicos que ameaçam dissolvê-lo. É por isso que uma série de ações, aptidões e gostos dos membros de um grupo começam a se consolidar e estabelecer uma imagem do que seria o membro ideal de cada grupo.

Esta disputa baseada em concepções políticas distintas é um excelente exemplo para também percebermos o quanto se perde numa pesquisa quando o sociólogo parte de categorias pré-definidas. Tanto na direita quanto na esquerda brasileira encontraremos pessoas de todas as classes econômicas e níveis de escolaridade; ou seja, essa questão jamais estaria em evidência a não ser que a questão política estivesse dentre as possíveis variáveis de análise. Isso dependeria da forma como as ferramentas do pesquisador produzem o *social*.

Os atores sociais estão sempre em ação, justificando a existência do grupo, invocando regras e precedentes – e, como bem vimos, opondo uma definição aos demais. Os grupos não são coisas silenciosas, mas o produto provisório de um rumor constante feito por milhões de vozes contraditórias sobre o que vem a ser um grupo e quem pertence a ele (LATOUR, 2012, p. 55).

Vejamos estes exemplos:

³ Termo cunhado para fazer alusão ao político Aécio Neves.

⁴ Termo cunhado para fazer alusão ao posicionamento de esquerda na política brasileira.

“Eu escolhi este filme (Django) porque ele representa muito a luta que eu e meus irmãos travamos diariamente para sobreviver neste país. Eu sei que este filme não é daqui, nem dessa época. Pra você ver o quanto nossa luta é antiga.” Fernanda, 19 anos, graduanda em Ciências Sociais.

“Rapaz, eu vou te dizer a verdade, não vi esse daí não (Procurando Nemo). Quando fiz o trato contigo, eu disse que veria filmes e você prometeu que não seria filme enjoado. E ainda disse que eu não era obrigado. Desenho eu não tenho paciência não, isso é pra criança.” André, 39 anos, chaveiro.

Em ambos os trechos destacados, nota-se os vestígios deixados pelos interlocutores em suas *opiniões* a respeito das obras cinematográficas em questão. No primeiro caso, a estudante apresenta um pertencimento a um grupo baseado em uma característica cultural. A palavra *irmãos* a que ela se refere não é uma categoria consanguínea; e, sim, está se referindo à população negra brasileira. No segundo exemplo, meu interlocutor está apresentando evidências a respeito de seu gosto cinematográfico e se distanciando dos filmes escolhidos por um determinado tipo de *público*, o infantil.

A era dos públicos possibilita uma nova forma de se pensar a ação e no “estar junto”. Os atores sociais e os públicos não estabelecem entre si uma relação de pertencimento identitário: se um indivíduo não pode pertencer a mais de uma classe ou a mais de uma aglomeração por vez, pode pertencer, em contrapartida, simultaneamente a diferentes públicos – há a possibilidade de multipertencimento. E não estamos aqui demarcando o multipertencimento do ator social a vários públicos de uma mesma temática; os públicos se interpenetram, seus limites não são bem definidos – somente a ação dos indivíduos que poderá lhes delimitar.

Esse indivíduo de Gabriel Tarde tem que se decidir entre diferentes mundos possíveis; é um homem múltiplo, que existe no interior da dinâmica constitutiva e evolutiva dos públicos. Os públicos são a expressão de novas subjetividades e de formas de socialização, que foram ignoradas pelas sociedades disciplinares. Com efeito, "a formação de um público supõe uma evolução mental e social bem mais avançada que a formação de uma massa, ou de uma classe" (TARDE, 1992, P. 38).

Referências Bibliográficas

BAZIN, André. *O que é o cinema?*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. 1997. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5.* Rio de Janeiro: Ed. 34.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia.* São Paulo: Ed. 34, 2010

DELEUZE, G. *Pourparlers.* Paris: Les Éditions de Minuit, 1992.

DELEUZE, Gilles. *Empirismo e subjetividade.* São Paulo, 34, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro: Edições Graal. 1989.

HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral.* São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede.* EdUfba, 2012.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *A Monadologia.* São Paulo: Abril Cultural, 1974. TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas.* São Paulo: Martins Fontes, 1992.

TARDE, Gabriel. *La Croyance et le Désir.* In: *Essais et Mélanges Sociologiques*, 1980.

TARDE, Gabriel. *Les Lois de l'Imitation.* Paris, Félix Alcan, 1890.

TARDE, Gabriel. *Les Lois Sociales – Esquisse d'une Sociologie.* Paris: Félix Alcan, 1898.

TARDE, Gabriel. *Les Transformations du Pouvoir.* Paris, Félix Alcan, 1898.

TARDE, Gabriel. *Monadologia e sociologia – e outros ensaios.* São Paulo: Cosac Naify, 2007.

VARGAS, Eduardo Viana. *A microsociologia de Gabriel Tarde.* 27, 1995.

FILMOGRAFIA

2001: Uma Odisseia no Espaço. EUA, 1968, 148 min. Dirigido por Stanley Kubrick

American Sniper. EUA, 2014, 133 min. Dirigido por Clint Eastwood.

As Horas. EUA, 2002, 114 min. Dirigido por Stephen Daldry.

Birdman. EUA, 2014, 119 min. Dirigido por Alejandro G. Iñárritu.

Brokeback Mountain. EUA, 2005, 134 min. Dirigido por Ang Lee.

Django Livre. EUA, 2012, 165 min. Dirigido por Quentin Tarantino.

Festa de Família. Dinamarca, 1998, 105 min. Dirigido por Thomas Vinterberg.

Frida. EUA, 2002, 123 min. Dirigido por Julie Taymor.

Le Mystère Picasso. França, 1956, 78 min. Dirigido por Henri-Georges Clouzot.

Lemon Tree. Israel, 2008, 106 min. Dirigido por Eran Riklis.

Mississippi Burning. EUA, 1988, 128 min. Dirigido por Alan Park.

Procurando Nemo. EUA, 2003, 100 min. Dirigido por Lee Unkrich.

The Dark Knight Rises. EUA, 2012, 165 min. Dirigido por Christopher Nolan.

Recebido em: 01 de junho de 2016.

Aceito em: 30 de agosto de 2016.



Revista Café com Sociologia

Volume 5, número 2, Mai./Agos. 2016

"A JOANNA SOU EU, MAS A CASA É NOSSA": a emergência de um *locus* midiático colaborativo feminista

Debora Azevedo¹
Beatriz Demboski Burigo²
Joanna Burigo³
Ana Claudia Delajustine⁴
Thainá Battestini Teixeira⁵

Resumo

O presente trabalho é resultado de uma construção coletiva, que apresenta e analisa a elaboração, criação e execução de um projeto colaborativo de comunicação e educação feminista sobre gênero situado nas redes sociais e denominado *Casa da Mãe Joanna – CDMJ*. Este local midiático, idealizado por uma de suas integrantes e construído por diversas forças em colaboração, surge de uma necessidade: espaço seguro para discussões sobre gênero que seja declaradamente feminista. Com o objetivo de caracterizar este local midiático e discutir sua emergência, realizou-se uma pesquisa quantitativa de caráter descritivo. Para a obtenção de dados foram utilizadas pesquisa documental baseada em 276 postagens em um grupo fechado em uma rede social e um levantamento por meio de questionário *on line* com 69 respondentes. Os dados foram tratados quantitativamente por meio de estatística descritiva. A análise indica que a CDMJ se constitui em alternativa de espaço no qual discussões sobre gênero e feminismo(s) são bem-vindas e incentivadas. Identifica-se a opção de muitas mulheres por apresentarem suas subjetividades de modos distintos dentro e fora de espaços considerados “seguros”. Aponta-se ainda que o reconhecimento da mídia como espaço hostil influencia e informa a formatação da CDMJ como espaço de construção colaborativa, para que diversas vozes possam existir a partir de uma sensação de pertencimento e liberdade de discurso – seja o discurso produzido à respeito delas mesmas, ou sobre quaisquer outros temas situados na espinhosa discussão feminista acerca de gênero. Finalmente, argumenta-se que mídias feministas fazem-se necessárias para que mais vozes e subjetividades possam vir a público em segurança, e que a tecnologia permite a construção coletiva de tais espaços.

Palavras-chave: Feminismos. Tecnologias. Subjetividades.

¹ Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

² Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

³ Mestre em Gênero, Mídia e Cultura pela London School of Economics - LSE.

⁴ Psicóloga, Pós graduanda em Arteterapia - UPF.

⁵ Licenciada em História pela Universidade de Passo Fundo - UPF.

“MAKE YOURSELF AT HOME”: the emergence of a feminist collaborative media locus

Abstract

This paper, which results from the joint efforts from members of the collaborative endeavor *Casa da Mãe Joanna – CDMJ*, presents and analyzes the development, creation and implementation of this gender-centric feminist communication and education project. This mediatic site, designed by one of its members and brought to life by various forces, arises from a very specific need: a safe space for discussions relating to gender issues that is avowedly feminist. A quantitative study was undertaken and the analysis indicates that CDMJ does constitute an alternative space in which discussions on gender and feminism(s) are welcomed and encouraged. It was also pointed out that recognizing the media as a hostile space influences and informs the formatting of CDMJ as a space for collaborative construction, so that different voices can arise from within an atmosphere of belonging and freedom of speech – be the speech about the members’ own experiences or about any other topic located in cantankerous feminist discussions about gender. Finally, it is argued that feminist media sites are necessary so that more voices and subjectivities can be made public safely, and that technology allows for the collective creation of such spaces.

Keywords: Feminisms. Technologies. Subjectivities.

1 Introdução

Apesar de ser um direito, nem todos têm voz ativa na sociedade. Encontrar, projetar e sustentar uma voz, em si, já é um trabalho árduo. Este trabalho é ainda mais árduo em posições subalternas - por isso não podemos renunciar o problema de representatividade e representação midiáticas. Os espaços ocupados por mulheres em práticas e instituições de mídia ainda tendem a ser aqueles concedidos a subalternos. As posições de poder ainda estão em mãos de homens, e as linguagens utilizadas para descrever tanto mulheres quanto experiências do feminino ainda são consideravelmente misóginas. À esta violência simbólica, soma-se o fato de que, ao tentar atravessar o problema de representação e/ou de representatividade dentro destas instituições, muitas mulheres são interpeladas e atropeladas por violência estrutural. Encontrar, projetar e sustentar vozes subalternas exige esforço. E se a voz for dissidente, o esforço vira risco.

A busca das mulheres por espaço e voz na sociedade brasileira tem se constituído ao longo de muitas décadas. Corrêa (2001) destaca a expressão do movimento feminista no Brasil na década de 1970, articulado aos movimentos sociais, e tendo como traço comum as mulheres profissionais de esquerda, mas, já na época, formado por grupos distintos com lealdades diversificadas, constituindo-se na articulação entre militância política, pesquisa acadêmica e

cenário político-cultural. Segundo a mesma autora, esse feminismo leva à emergência dos estudos de gênero na década de 90. Com o passar dos anos esse movimento se ramifica e diversifica, sendo que Pinto (2003) já apontava para as múltiplas identidades do feminismo no Brasil na virada do milênio, a partir da dissociação entre o pensamento feminista e o movimento, e da profissionalização do movimento por meio do aparecimento de um grande número de ONGs, o que gerou um feminismo difuso. Neste período, várias conquistas foram alcançadas. Sorj (2016, p.587), por exemplo, comentando o relatório da ONU-Mulheres intitulado *Progress of the World's Women 2015-2016. Transforming Economies, Realizing Rights*, lançado em 2015, aponta que

por um lado, o documento reconhece que houve importantes mudanças na condição das mulheres em nível global, com ganhos educacionais significativos, incrementos na participação no mercado de trabalho e promoção a posições de liderança; em contraposição, as desigualdades de gênero nos rendimentos, no acesso à proteção social e a divisão do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, entre outras, permanecem elevadíssimas em todas as regiões do mundo.

Para a autora, essas barreiras à igualdade de gênero, sedimentadas em muitas dimensões da vida social, requerem mudanças amplas, para as quais as chances aumentam quando as mulheres estão mobilizadas em movimentos autônomos.

Ao longo da última década, novas mídias e novas tecnologias engendraram uma combinação de conectividade e meios de produção e reprodução de informação que foram solo fértil para que mulheres feministas se organizassem. Menos limitadas pelas amarras patriarcais das instituições tradicionais, mulheres passaram a formar núcleos de dissidência, resistência e militância feminista online. Com o crescimento do ciberativismo, ou seja, o ativismo nas redes cibernéticas – principalmente na Internet, o movimento feminista encontra uma nova frente para suas ações, potencializando as lutas. A comunicação baseada na tecnologia e nas redes horizontais e interativas é favorável à circulação de informações dos movimentos sociais e do movimento feminista. A possibilidade de disseminação das ideias feministas propiciou maior acesso ao movimento e fez com que o protagonismo crescesse. Militantes e simpatizantes se construíram e consolidaram a partir de redes sociais e blogs (CALEIRO; DINIZ, 2011).

É neste contexto que 2015 se constituiu como um ano notável para o feminismo no Brasil. Impulsionado pelo ciberativismo, uma massa crítica dissidente se formou e, em todo o país, ao longo do ano, feministas re/agiram contra: o machismo e a misoginia institucionais, via grandes marchas (GONÇALVES, 2015); a publicidade machista por meio de *adbusting*⁶ e

⁶ Ação que visa modificar uma propaganda de maneira a fazer refletir sobre ela.

promoção do mesmo em postagens de mídia social (DIP, 2015); políticos e projetos de lei que prejudicam os direitos das mulheres (ZANELLO, 2016). Como parte deste processo, vários novos projetos feministas surgiram ou ganharam visibilidade, como a Revista AzMina, o fenômeno Vamos Juntas? (SPERB, 2015). Também muitas campanhas online organizadas a partir de *hashtags* pautaram a mídia, sendo a mais significativa a campanha #primeiroassédio, que em menos de 48 horas contava com mais de 82.000 histórias de assédio sofrido por mulheres brasileiras postadas em rede social (CAMPANHA..., 2015).

A Casa da Mãe Joanna (CDMJ) surge neste contexto com ele já maduro - embora o *backlash*⁷ machista continue feroz. Nas redes sociais, onde filtros midiáticos patriarcais são menos institucionalizados, o embate é violento: o silenciamento e o bullying são constantes, e a dissidência feminista segue sendo arriscada. A questão de Spivak (2010) parece ressoar aqui: 'Pode o subalterno falar?' Se, por um lado, um grupo de mulheres majoritariamente brancas, de classe média e média alta, escolarizadas não pode ser associado ao proletariado ou às camadas mais baixas da população, por outro, este grupo também percebe modos específicos de exclusão dos mercados, de representação política e legal. Assim, esse grupo de mulheres, reconhecendo seu lugar ao mesmo tempo subalterno e dominante, busca um lugar onde possa falar, sem que essa fala seja representada, e onde possa ser ouvida – em suma, um espaço dialógico. Não se pretende na CDMJ falar em nome de todas as mulheres, ou reconhecer as múltiplas formas por meio das quais são silenciadas, mas permitir que esses sujeitos divididos e deslocados possam falar por si, sem a necessidade de um representante.

Pensada como uma organização de mídia, que produza e divulgue conteúdo coletivamente criado/produzido/curado por feministas para o grande público, a CDMJ visa ser um espaço no qual uma multiplicidade de vozes comumente silenciadas possam (in)surgir sem medo. A primeira manifestação dessa produção se dá através do "Casa da Mãe Joanna TALK" - grupo fechado formado no *Facebook* para angariar colaboradoras, lançar e promover projetos e trocar conteúdos. No processo de crescimento, o grupo ajudou a criar não apenas o projeto, mas também intimidades, afetos e empatias - ferramentas solidárias de empoderamento.

Partindo de uma posição subjetiva feminista *ciborgue* (HARAWAY, 2009) pós-moderna, as premissas da casa são algumas. A primeira é a de que não se visa definir o feminismo - mas tampouco a CDMJ quer ser definida ou limitada por quaisquer de suas múltiplas vertentes, "posicionalidades" ou alianças ideológicas. Outra é que assuntos polêmicos podem ser espaço de

⁷ Conjunto de reações adversas ao feminismo.

reflexão e criação antes de servirem como instrumentos retóricos de silenciamento. Debate, embate e conflitos são inevitáveis - e positivos, quando há escuta. O feminismo é então acionado como lente a partir da qual se observam (e se engaja com) outras inclinações políticas. Por fim, a CDMJ se abstém de quaisquer tentativas de calar, preferindo a comunicação não-violenta.

O aspecto "casa da mãe joana" (expressão popular que remete a lugar onde todos mandam) do projeto significa que a o conteúdo pode ser produzido em várias linguagens e por todas, individual e coletivamente. O veículo central da CDMJ é seu *website*, composto por diferentes categorias de conteúdo e diferentes linguagens.

No final do ano de 2015, esta pesquisa foi realizada com o intuito de analisar os primeiros meses de funcionamento da CDMJ, em especial do grupo "Casa da Mãe Joanna TALK" na rede social Facebook, o qual tinha como objetivo organizar a construção de uma mídia feminista colaborativa. A escrita deste artigo, produzido a partir da pesquisa realizada, é uma criação coletiva – a pesquisa foi pensada e produzida coletivamente e o artigo escrito coletivamente, por meio de ferramenta colaborativa.

Após essa introdução, apresentam-se os métodos e procedimentos de pesquisa, seguidos dos dados analisados e das considerações finais. O artigo encerra-se com a lista de referências.

2 Métodos e Procedimentos de Pesquisa

A unidade de análise deste pesquisa é o grupo privado on-line "Casa da Mãe Joanna TALK", constituído em uma rede social para a construção da mídia feminista colaborativa CDMJ. A população, de caráter bastante peculiar, foi composta pelas primeiras 700 pessoas participantes do grupo. Atualmente, a tal mídia possui sítio na internet com domínio próprio – www.casadamaejoanna.com, e o grupo, que já possui cerca de 2.600 participantes, continua funcionando para debates sobre feminismos e assuntos interseccionais sob o nome de "Casa Da Mãe Joanna DIÁLOGOS".

A presente pesquisa teve caráter exploratório e descritivo e foi desenvolvida em duas etapas. Na primeira etapa, para identificar o perfil das colaboradoras do grupo, utilizou-se como instrumento de coleta um questionário fechado, implementado pela ferramenta Google para criação de formulários e divulgado no próprio grupo. O questionário possuía dezessete questões, entre elas questões fechadas (escolha única ou múltipla) e questões abertas discursivas e foi disponibilizado durante um período de 16 dias. Obteve-se um total de 69 respondentes dentre as

700 colaboradoras. Neste artigo, apresentam-se principalmente os dados coletados nas questões fechadas.

Na segunda etapa da pesquisa, analisaram-se quantitativamente 276 postagens publicadas durante o mês de setembro de 2015 no grupo "Casa da Mãe Joanna TALK". Essas postagens foram identificadas quanto a data, autor, número de curtidas e comentários, tipo e temática, e quanto a terem ou não gerado polêmica nos comentários.

Na próxima seção são apresentados e analisados os dados produzidos nas duas etapas da pesquisa.

3 Apresentação e análise dos dados

Esta seção apresenta e analisa os dados coletados, subdividindo-se em perfil das colaboradoras e análise de postagens.

3.1 Análise dos perfis das colaboradoras

As primeiras questões do formulário possuíam um caráter autoafirmativo, ou seja, de definição individual e autodeclaração. São elas: identidade de gênero, orientação sexual, identificação étnica. Além disso, também foram questionados idade e local de residência.

Como perfil preponderante, identificamos que 87% das respondentes se autodefinem como mulher cis - que possuem correspondência entre o sexo biológico e gênero constituído - e 68,1% como heterossexuais, 81,2% se declaram brancas, 73,9% tem idade entre 20 e 30 anos e 82,6% moram no Sul do Brasil.

Além do perfil preponderante, quanto à identidade de gênero, houve 7 homens cis, uma pessoa declarada *genderfluid*⁸ e outra declarada trans não-binário. Com relação à orientação sexual, 20,3% se declaram bissexuais; 7,2%, homossexuais e 5,8% de declaram outros, incluindo: "não tenho certeza", "panssexual" e "gosto de pessoas". Na identificação étnica, 7,2% são pardas, 4,3% negras, 4,3% preferem não declarar e 2,9% como outros, sendo as caracterizações: "humano" e "meio moreno, pq mesmo não sendo negro, branco eu não sou!". A idade das respondentes está entre 18 e 46 anos.

As duas cidades com mais representantes foram Porto Alegre (RS), com 18 pessoas, e Passo Fundo (RS), com 17 pessoas; seguidas por Florianópolis (SC), com 9 pessoas, e Criciúma

⁸ "gênero fluido", indicando a fluidez e não definição de gênero.

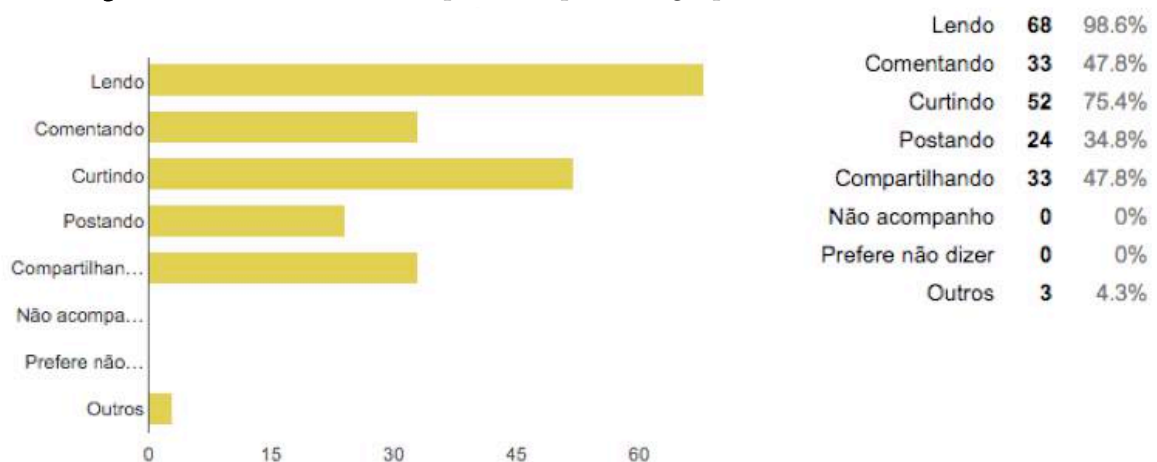
(SC) com 7 pessoas. Houve respondentes de 18 cidades diferentes, inclusive de Londres (Inglaterra) e Canberra (Austrália).

Quanto à forma de envolvimento da respondente com a CDMJ, a maior parte (58%) ficou sabendo do grupo através da própria idealizadora do projeto, que as convidou diretamente para participar, e 39,1% ficaram sabendo do projeto através de uma amiga/amigo que a/o convidou para participar do grupo.

Percebe-se aqui um grupo bastante homogêneo, com pouca representatividade interseccional, ou seja, de diversos lugares de fala, sendo definidos por classe, cor, raça, gênero, etc. O perfil remete à posição no campo social da própria criadora do projeto e à forma de crescimento orgânico deste grupo, por meio de convites, pois esta posição tanto está relacionada a vantagens específicas no campo, como possui relação objetiva com outras posições (dominação, subordinação, homologia etc.), o que constitui as relações de força e de lutas entendidas como legítimas. (BOURDIEU; WACQUANT, 2008)

As questões seguintes buscaram identificar qual o grau de entendimento do projeto e como se dá o acompanhamento do conteúdo postado e veiculado dentro do grupo. Quanto ao grau de entendimento do que significa o projeto CDMJ, predominam os entendimentos de regular a alto (89,8%). Praticamente todas as respondentes acompanham o grupo pelo menos lendo as publicações. Dentre as outras atividades possíveis no grupo, a menos utilizada é a de postagem de conteúdo – somente 34,8% das respondentes afirmam que o fazem (Figura 1).

Figura 1 - Como você acompanha os posts no grupo de colaboradoras da #CDMJ?



Fonte: Elaborado pelas autoras.

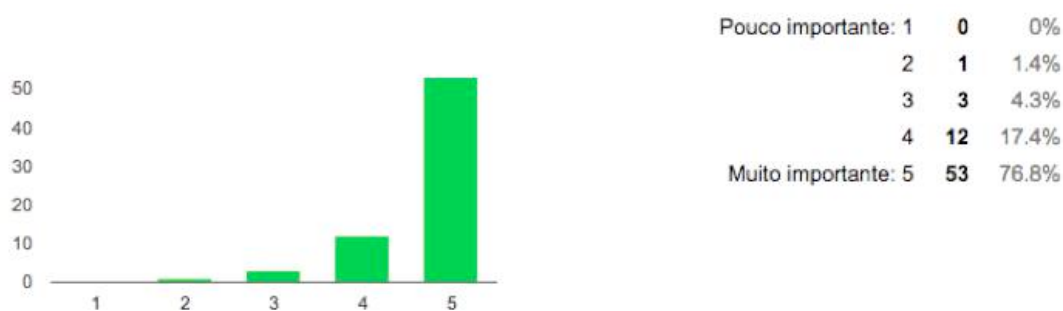
Quanto ao posicionamento em relação ao feminismo, 91,3% das respondentes se consideram feministas, 4,3% não sabem dizer e 2,9% gostariam de saber mais sobre isso. Por

outro lado, essas pessoas descobrem novas coisas sobre feminismo e gênero dentro das discussões do grupo: sejam muitas descobertas (59,4%) ou algumas descobertas (36,2%). E quanto a sentirem-se seguras discutindo gênero e feminismos na internet, 68,1% sentem-se seguras, mas destas 66% selecionam onde discutir; 7,2% sentem-se um pouco seguras e 23,1% não se sentem seguras, das quais 56% afirmam evitar essas discussões.

Quando questionadas sobre a participação das mulheres na mídia e na produção midiática, a maioria concorda que "Há poucas mulheres produzindo conteúdo - e isso é consequência de um problema de representatividade" (72,5%). Nesta questão houve 15,9% de escolha da opção "Outros", tendo sido fornecidas explicações alternativas como: "há muita gente produzindo conteúdo midiático, porém nem sempre de qualidade"; "há muitas mulheres produzindo, porém em veículos alternativos já que a grande mídia predomina machista"; "há sim mulheres produzindo, mas sempre surgem novos espaços para serem ocupados"; "há muitas mulheres produzindo, mas se dá pouca relevância"; "há muitas mulheres produzindo, mas a voz dos homens é mais hegemônica, tem mais poder e alcance"; "é mais complexo que apenas a falta de representatividade de mulheres produzindo mídia"; "a noção de representatividade já é parte do problema, porém há poucas mulheres e pouca representatividade".

Perguntamos também se existe a vontade por parte das colaboradoras do grupo de publicarem conteúdos próprios abordando gênero e feminismos. Aqui as respondentes ficaram bastante divididas: 36,2% pretendem publicar, enquanto 34,8% ainda não se decidiram, mas por enquanto não pretendem publicar e 13% afirmam que gostariam mas tem receio e 13% não gostariam. Finalmente, 94,2% das respondentes atribui um alto grau de importância à espaços como a CDMJ (Figura 2).

Figura 2 - Qual a importância de espaços como a #CDMJ para você?



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Por ser bastante semelhante ao da fundadora do projeto, o perfil das colaboradoras propõe duas observações. Primeiramente, até que ponto conseguimos aplicar os princípios de interseccionalidade que buscamos, e quais caminhos poderiam promovê-la? Reconhecemos que estas são questões significativas, para posteriores análises.

Também, é preciso reconhecer que mesmo este perfil remetendo a um grupo privilegiado socialmente (mulheres cis, heterossexuais, brancas, moradoras do Sul do país), os dados sobre sentirem-se seguras discutindo gênero e feminismos na internet merecem atenção. Embora 68,1% tenham reportado sentirem-se seguras, a maioria destas (66%) selecionam onde discutir; 23,1% afirmam não sentirem-se seguras, e mais da metade delas (56%) evita discussões desse tipo. Assim, como 94,2% das respondentes atribui um grau de importância a espaços como a CDMJ, a questão que permanece aberta é: que importância é essa?

3.2 Análise das postagens no grupo

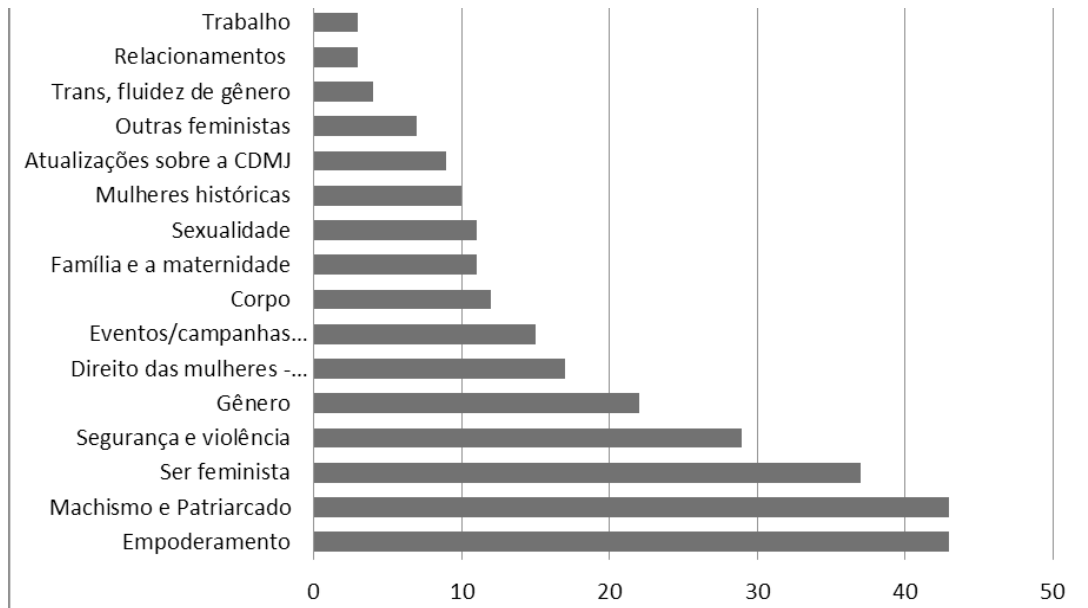
Para esta análise foram selecionadas as publicações no grupo "Casa da Mãe Joanna TALK" do mês de setembro de 2015. O mês teve um total de 276 publicações, realizadas por 76 participantes: 38 pessoas publicaram uma vez, 17 pessoas publicaram duas vezes, 7 pessoas publicaram três vezes, 11 pessoas publicaram entre quatro e oito vezes, e 3 pessoas publicaram entre 21 e 59 vezes. Das 276 publicações, 263 foram publicadas por mulheres, e 13 por homens. Estas 13 publicações foram feitas por 9 pessoas.

A maioria das publicações foi no idioma português (77%), seguido pelo inglês (19%); ainda houve publicações em inglês seguido de tradução em português (2%) e espanhol (2%). O número total de comentários nas publicações foi de 592, resultando em uma média de 2,1 comentários por postagem. Já o número de curtidas foi de 2.361, com média de 8,6 por postagem.

Quanto ao tipo de publicação, 105 foram artigos de opinião, 44 fotos, 35 vídeos, 31 *memes*⁹ – postagem viral da internet, 29 links, 21 depoimentos, 6 artigos científicos, e 5 pedidos de opinião ou de ajuda. Para fins de análise, as publicações foram categorizadas em 16 temas dentro do debate sobre feminismos e gênero (Figura 3). Os temas mais frequentes foram "Empoderamento", "Machismo/Patriarcado" e "Ser feminista".

⁹ Imagem, vídeo ou frase de humor que se espalha via internet.

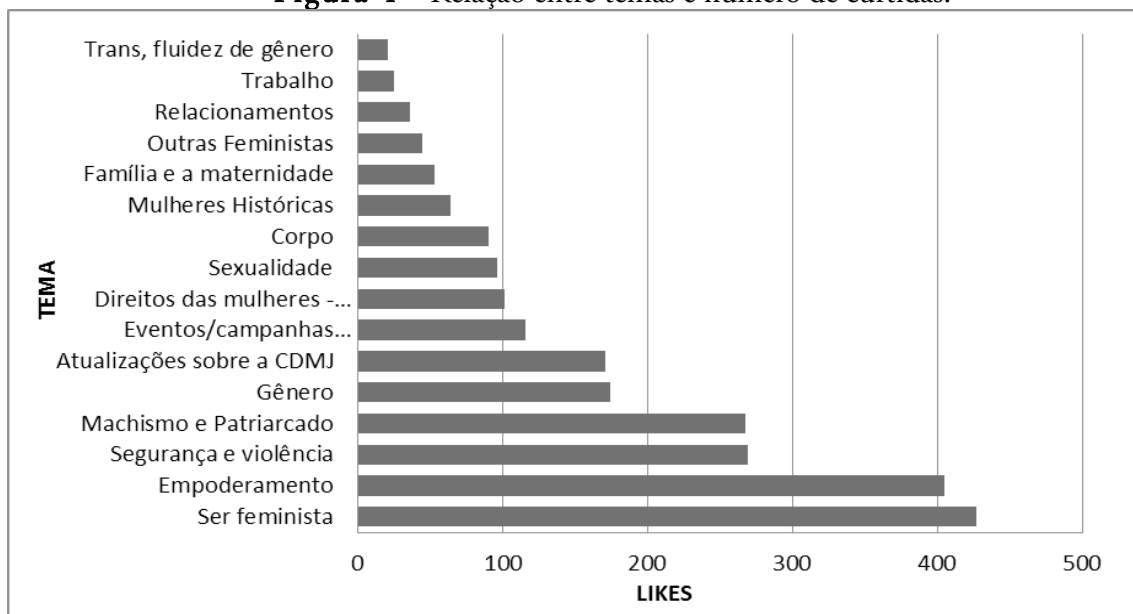
Figura 3 - Tema das postagens no grupo.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Relacionando o tema das publicações com o número de curtidas, obteve-se o gráfico apresentado na Figura 4. Ainda que Machismo/Patriarcado seja um dos temas mais publicados, nem por isso é dos mais curtidos. O patriarcado é lembrado muitas vezes em razão de desconstruí-lo, não trazendo tantas curtidas em suas publicações. Já "Empoderamento" e "Ser feminista" trazem justamente a força para essa desconstrução e continuam no topo quando o assunto é curtidas.

Figura 4 - Relação entre temas e número de curtidas.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Para fins de análise, considerou-se que uma publicação causou polêmica quando contava com comentários antagônicos. Do total de publicações, apenas sete (3%) geraram polêmica. Os temas das postagens que geraram polêmica foram: Machismo/Patriarcado, Família/Maternidade, Gênero, Ser feminista, e Direito das mulheres/Direitos humanos. Destas sete publicações, cinco foram artigos de opinião, uma foto e um *meme*.

O único assunto tratado duas vezes em publicações polêmicas foi o aborto. Uma postagem, a mais comentada das sete, relata um grupo de mulheres que reivindicam seus direitos junto ao Senado dos EUA pela descriminalização do aborto. A publicação teve 11 curtidas e 30 comentários. Nos comentários discutiu-se sobre a empatia com quem já abortou, lembrando o aborto como um direito das mulheres, e não como método contraceptivo. A polêmica acontece quando é questionado “você faria?”, trazendo a existência de um discurso de legalização e descriminalização de um lado, e outro subjetivo “apoio a descriminalização porém não faria um”. A discussão termina ao posicionar o espaço da CDMJ como receptivo e acolhedor para qualquer opinião e direito de escolha, sem julgamento. Outra polêmica com foco na maternidade é gerada a partir de um artigo de opinião intitulado “Não tenha filhos”. Com 17 curtidas e 15 comentários, os comentários divergem entre o texto ser uma opressão perante quem quer ter filhos, e aqueles que lembram que não é necessário ser mãe para ser mulher.

A foto polêmica diz respeito a objetificação da mulher. Com a ideia de lutar contra uma coluna machista, usou-se a mesma foto, do corpo de uma mulher. Com 18 curtidas e 15 comentários o que causa o incômodo é justamente a reprodução da foto, que coloca duplamente a mulher como objeto: na coluna machista e sexista, e na imagem a fim de criminalizar a coluna. Já um artigo de opinião sobre Ser feminista trouxe a polêmica com a utilização do termo “piranha”. Com 4 curtidas e 12 comentários, o artigo reflete a linguagem sexista e machista. E uma publicação sobre o lugar do homem no próprio machismo rendeu 17 curtidas e 13 comentários. A discussão acontece com questionamentos sobre o poder do homem já existente, o feminismo como uma libertação do homem e como forma de maior aquisição de poder. E um *meme* que diz que “ginecologista homem é estuprador sim”, teve 4 curtidas e 12 comentários. A discussão ocorreu em torno do perigo do exagero e da banalização do estupro.

Percebe-se que a polêmica emerge muitas vezes vinculada à violência simbólica (BOURDIEU, 1999) de gênero. Sob a influência de representações que se caracterizam pelo constrangimento e pela degradação da imagem da mulher, algumas vezes a mulher acaba se rendendo. E, para compreender essa dominação, se faz necessária uma análise das condições em

que os corpos, postos no mundo social, são inseridos na cultura, deixando o aspecto físico de lado para assumir o significado cultural. (TEIXEIRA, 2015). As mulheres são submetidas a um trabalho de socialização que tende a diminuí-las, a negá-las, tornando virtude a aprendizagem da abnegação, da resignação e do silêncio (BOURDIEU, 2002). Nisso se dá a centralidade de produzir espaços em que diferentes opiniões possam surgir e que não sejam silenciadas, mas acolhidas. Acolher a polêmica, permitir que ela se desenvolva em forma de debate não-violento é um dos desafios para a continuidade da construção da CDMJ.

4 Considerações Finais

A discussão de espaços de mídia feministas e espaços onde mulheres sintam-se seguras para participar e exporem suas ideias é ampla e multivocal. Há diversos posicionamentos, diversos feminismos, alinhados a posições teóricas e epistemológicas nem sempre conciliáveis. Mesmo dentro de um projeto como o apresentado aqui essa multivocalidade aparece. Ela assume muitas vezes a harmonia do cânone, com vozes que se apoiam e se complementam em uma construção progressiva de discursos nos mais variados temas. Em outros momentos, a multivocalidade gera dissonância. As polêmicas surgem e a opção tem sido não a pasteurização dos discursos, mas o acolhimento da diversidade e a ênfase na comunicação não-violenta. Essa dissonância é característica das práticas discursivas em uma constelação de práticas interligadas, "aqueles que a escutam vão aprender a distinguir a dissonância da prática e os lugares em que as cacofonias são produzidas, percebendo assim uma forma e um modo de ordenação naquilo que a princípio parecia ser apenas ruído". (GHERARDI; NICOLINI, 2002, p. 434)

Por outro lado, a própria comunidade se percebe como homogênea: majoritariamente mulheres cis, brancas e heterossexuais. Pessoas que ocupam espaços semelhantes no campo social ali se reúnem, pois são aquelas que facilmente identificam afinidades e lutas ou disputas em comum (BOURDIEU; WACQUANT, 2008). Essa característica desafia a proposta de representatividade interseccional e desafia à construção de uma rede múltipla para além do círculo atual (amigas da idealizadora do projeto). Praticamente todas as respondentes acompanham o grupo do *Facebook* ao menos lendo as publicações, porém pode-se questionar se as respondentes de fato representam as colaboradoras da CDMJ (cerca de 10% do total de membros). E, mesmo neste pequeno grupo, há muitas pessoas que ainda não se decidiram se querem ou não produzir

conteúdo. Uma indagação que pode surgir disso é se essas pessoas consideram a CDMJ como um lugar seguro.

Escrevemos este texto num ciberespaço pós-prova de redação do ENEM 2015, quando o “feminismo de internet” provou um ponto crucial: a linguagem usada para silenciar as mulheres online (de “vitimismo” à “falta de rola”) simplesmente não pode ser desenvolvida de forma argumentativa. Isso porque ela é violenta - é a linguagem do bullying. Dada a multiplicidade de formas violentas com as quais as mulheres são tratadas, inclusa aí a violência simbólica da retórica machista do ciberespaço (GARCIA; SOUSA, 2014), não surpreende que as mulheres se sintam intimidadas: esta é a cultura do medo. Na CDMJ optamos por calibrar a escuta, e evitar a violência na linguagem. Nossa tentativa é ser um oásis na cultura do medo, auxiliadas pela tecnologia que permite a construção coletiva. Talvez seja esta a importância da existência de espaços como este.

5 Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

_____. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

_____; WACQUANT, L. *Una invitación a la sociología reflexiva*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.

CALEIRO, Maurício; DINIZ, Iara Gabriela. Web 2.0 e o ciberativismo: o poder das das redes na difusão de movimentos sociais. *Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão - UFMA - ISSN 2176 - 5111 São Luís - MA, Janeiro/Junho de 2011 - Ano XIX - N 8.*

CAMPANHA *constata que mulheres sofrem primeiro assédio entre 9 e 10 anos*. UOL, São Paulo, 29 de outubro de 2015. Disponível em: < <http://estilo.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2015/10/29/campanha-constata-que-mulheres-sofrem-primeiro-assedio-entre-9-e-10-anos.htm>> Acesso em 15 de agosto de 2016.

CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*, n.16, p. 13-30, 2001.

DIP, A. *Machismo é a regra da casa*. El País, 17 de março de 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/16/politica/1426543534_137244.html. Acesso em 15 de agosto de 2016.

GARCIA, D.A.; SOUSA, L.M.A. Ler o arquivo hoje: a sociedade em rede e suas andanças no ciberespaço. *Conexão Letras*, v. 9, n. 11, p. 83-97, 2014.

GHERARDI, S.; NICOLINI, D. Learning in a Constellation of Interconnected Practices Canon or Dissonance. *Journal of Management Studies*. v. 39, n. 4, p. 419-436, 2002.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: *Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano*. Org: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GONÇALVES, J. Marcha das mulheres negras, a marcha que faz sentido. *Carta Capital*, 16 de novembro de 2015. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/marcha-das-mulheres-negras-a-marcha-que-faz-sentido-7941.html>>. Acesso em 15 de agosto de 2016.

PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SPERB, P. *Vamos juntas*. Folha de São Paulo, 04 de setembro de 2015. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/231818-vamos-juntas.shtml>> Acesso em 15 de agosto de 2016.

SPIVAK, G.C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEIXEIRA, T. B. *Fontes visuais impressas: possibilidades de pesquisa: As formas de representação e os papéis atribuídos ao gênero feminino na Revista KodaK nos anos de 1912 a 1919*. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL, 3., 2015, Passo Fundo. Anais Eletrônicos... Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2015. Disponível em: < <http://semanadoconhecimento.upf.br/download/anais-2015/ciencias-humanas/thaina-battesini-teixeira-fontes-visuais.pdf>>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

ZANELLO, Valeska. Saúde Mental e Gênero: o adoecimento psíquico e as violências invisibilizadas. In: *Jornal do Federal*. nº 112, Brasília/DF, março 2016, p. 12-14.

Recebido em: 29 de fevereiro de 2016.

Aceito em: 30 de agosto de 2016.



Revista Café com Sociologia

Volume 5, número 2, Mai./Agos. 2016

EM PAUTA A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: da instância ficcional à mobilização midiática e social¹

Welkson Pires²

Resumo

Tendo em vista a amplitude da incidência dos meios de comunicação sobre a experiência social contemporânea, não é descabido afirmar que boa parte do que conhecemos acerca do mundo em que vivemos é influenciado sobremaneira pelas imagens midiáticas. Tais imagens se tornaram predominantes na atual conjuntura, configurando-se como um meio plausível de percepção e experimentação do mundo, o que as leva a influenciar no próprio processo de construção desse mundo. Tomando como objeto de estudo a representação da violência contra a mulher construída no âmbito da telenovela *Mulheres Apaixonadas*, buscaremos desenvolver, no presente artigo, uma análise acerca da mobilização midiática e social gerada a partir de tal representação. Nosso intuito é demonstrar como, a partir de um enredo novelesco, toda uma rede midiática e social de discussão foi instaurada, elevando o tema da violência contra a mulher à pauta do dia, o que contribuiu, em última instância, para o desenvolvimento de um processo de conscientização social que teve como consequência o estabelecimento de ações políticas e jurídicas destinadas a combater essa forma de violência.

Palavras-chave: Telenovela. Rede Informacional. Recepção Midiática.

THE VIOLENCE AGAINST WOMEN ON THE AGENDA: from the fictional instance to media and social mobilization

Abstract

Considering the amplitude of the media impact on contemporary social experience, it is not inappropriate to assert that much of what we know about the world we live in is influenced greatly by the media images. These images have become predominant in the present conjuncture, configuring as a plausible way to perceive and experience the world, which leads them to influence the building process of this world. Taking as object of study the representation of violence against women constructed within the telenovela *Mulheres Apaixonadas*, we will seek to develop, in this article, an analysis of the media and social mobilization generated from this

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada, em 2010, no Simpósio Temático “Corporalidade na mídia”, durante o Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos.

² Professor do Instituto de Ciências Sociais da UFAL. Graduado em Comunicação Social pela UEPB, Mestre em Sociologia pela UFPB e Doutor em Sociologia pela UFPE.

representation. Our intention is, from a novelistic plot, to demonstrate how a media and social discussion network was instituted, raising the issue of violence against women to agenda, this contributed, ultimately, for the development of a social awareness process that had as a result the establishment of political and legal actions destined to combat this form of violence.

Key Words: Telenovela. Informational Network. Media Reception.

1 Introdução

Difícil imaginar, hoje, um aspecto da realidade social cuja compreensão não esteja marcada, em algum sentido, pelas imagens midiáticas, tendo em vista que essas se tornaram, para os indivíduos, uma de suas principais vias de acesso ao mundo. Isso só se tornou possível porque os variados *media* atravessaram a experiência cotidiana, estruturando-se sob a forma de uma *rede comunicacional* que se firmou, em última instância, enquanto espaço de socialização: a interação dos indivíduos entre si e com o ambiente do qual fazem parte tornou-se *midiática*, ou seja, mediada por imagens que são oferecidas em telas ubíquas.

Sobre tais imagens, gostaríamos de enfatizar-lhes três aspectos: 1) elas só se efetivaram enquanto *mediadoras* por estarem ancoradas no mundo da vida. Ou seja, os indivíduos se identificam com imagens que lhes são familiares, que falam de vivências, lugares, situações, que fazem parte direta ou indiretamente de suas experiências; deste modo, 2) as imagens midiáticas, em sua totalidade, são percebidas como *potencialmente reais*. Aqui cabe a seguinte afirmação de Bourdieu (1997, p. 28): “a imagem tem a particularidade de poder produzir [...] *o efeito do real*, ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver”; 3) considerando que a percepção de mundo dos indivíduos é o suporte que lhes permite agir nesse mundo, podemos afirmar que, ao se colocarem enquanto realidade possível, as imagens midiáticas influenciam o olhar dos sujeitos e, conseqüentemente, suas ações. Em outras palavras, as imagens midiáticas são *mobilizadoras*, elas incitam a uma certa *práxis*, expondo modelos de comportamento apropriados aos mais diferentes momentos da vida cotidiana.

No presente artigo, propomo-nos a analisar essas imagens midiáticas, precisamente aquelas que são veiculadas no âmbito da telenovela brasileira, buscando perceber o impacto que elas têm na sociedade. Em suma, estamos interessados em observar o *poder de mobilização* que as representações novelescas têm em relação aos indivíduos, as ações concretas que elas podem gerar e que culminam numa transformação da realidade social.

Nesse sentido, tomando como objeto de estudo a representação da violência contra a mulher construída no âmbito da telenovela *Mulheres Apaixonadas*, buscaremos desenvolver uma análise acerca da mobilização midiática e social gerada a partir de tal representação. Nosso intuito é demonstrar como, a partir de um enredo novelesco, toda uma rede midiática e social de discussão foi instaurada, elevando o tema da violência contra a mulher à pauta do dia, o que contribuiu, em última instância, para o desenvolvimento de um processo de conscientização social que teve como consequência o estabelecimento de ações políticas e jurídicas destinadas a combater essa forma de violência.

2 A telenovela e a formação de um fórum de debates

A telenovela vem marcando presença na programação televisiva brasileira desde 1951, quando fora veiculada a obra *Sua vida me pertence*, de Walter Foster. Ao passo que se tornou constante na vida dos indivíduos, as narrativas novelescas geraram hábitos, modificaram comportamentos, fomentaram a formação de uma espécie de “comunidade imaginada”³, precisamente porque, durante a sua assistência, elas reúnem direta ou indiretamente telespectadores que passam a compartilhar, por meio delas, os mesmos referenciais.

Nestas últimas décadas, a telenovela brasileira deixou de ser apenas um sinônimo de diversão, pois assumiu, em certo sentido, uma postura *informativa*⁴. Buscando discutir problemáticas de cunho social, ela se firmou como uma espécie de *fórum de debates*. Isso se deu devido a uma aproximação maior desse formato narrativo em relação ao cotidiano presente da população. Ou seja, buscando a otimização dos processos identificatórios, os enredos novelescos passaram a *captar, expressar e atualizar* padrões comportamentais e situacionais que se desenvolvem no âmbito social. Nesse sentido, as temáticas abordadas nas telenovelas apontam para um determinado momento histórico, suscitam questões à reflexão e problemas a serem

³ Benedict Anderson (1991, p. 6), problematizando o conceito de *nação*, definiu essa como sendo uma *comunidade imaginada (imagined community)*: “É *imaginada* porque os membros, mesmo aqueles das menores nações, nunca conhecerão a maioria dos seus compatriotas, nunca os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, no entanto, na mente de cada um encontra-se a imagem da sua comunhão”.

⁴ Tal postura informativa, assumida contemporaneamente pela telenovela brasileira e que, como veremos mais a frente, se materializa de modo mais evidente no que se convencionou chamar de *merchandising social*, é consequência direta de um processo de *factualização da narrativa novelesca*, ou seja, da intensa e sistemática aproximação dos enredos novelescos em relação a conjuntura contemporânea. Embora tal fenômeno possa ser vislumbrado durante todo o desenvolvimento deste artigo, ele foi amplamente sistematizado em uma de nossas pesquisas anteriores, a saber: PIRES, Welkson. *Factualização da telenovela: em foco o novo estatuto da ficção*. In: _____. *Do factual ao ficcional e vice-versa: sobre o trânsito informacional na ambiência midiática*. 2009. 136f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009, p. 43-75.

resolvidos – os indivíduos são impelidos a tomarem uma posição. Por isso, Lopes (2002) ressalta que esse produto midiático se constitui em um veículo privilegiado do imaginário nacional, pois mesmo centrando-se em dramas que se circunscrevem à família, a telenovela é capaz de personificar dramas públicos em termos privados, ao mesmo tempo em que favorece a representação de dramas privados em termos públicos.

E talvez o fascínio e a repercussão pública das novelas estejam relacionados a essas ousadias na abordagem dos dramas privados de todo dia; e o quanto a moral final corresponde a modelos convencionais ou liberalizantes com frequência tem a ver com uma negociação imaginária indireta e cheia de mediações que envolve autores, produtores, pesquisadores de mercado, instituições como a censura, a Igreja e o público (HAMBURGER, 1998, p. 475).

2.1. *Merchandising Social*

Ao aproximar-se do dia-a-dia dos indivíduos, os enredos novelescos acabaram por se sujeitar ao seu ritmo. Mais que isso, incorporaram as mais diversificadas situações e padrões comportamentais, tanto os *legítimos* quanto os *ilegítimos*, que permeiam o complexo social. Ou seja, quando a telenovela imergiu na vida cotidiana, além de se conformar ao *establishment*, também lançou luz sobre questões que se mostravam ainda em processo de resolução ou sequer haviam sido suscitadas. Essa evidenciação novelesca de determinadas questões sociais foi se estabelecendo como uma espécie de *mobilização social*, que chama os indivíduos à discussão, com vistas ao desenvolvimento de uma possível solução para os problemas apontados. Assim, as telenovelas, cada vez mais, se voltaram ao social, às suas incertezas, às injustiças que dele fazem parte, à ignorância generalizada em relação ao outro...

Gradativamente, o trabalho das narrativas novelescas no que diz respeito à problematização de determinados padrões sociais, à evidenciação de situações e comportamentos ainda não assimilados ao senso comum, foi sendo sistematicamente organizado como uma espécie de *merchandising*, diferente daquele voltado à divulgação, com vistas à ampliação das vendas, de produtos materiais⁵. Referimo-nos, aqui, ao que se convencionou chamar de *merchandising social*: “a inserção sistematizada e com fins educativos de questões sociais nas telenovelas e minisséries” (SCHIAVO, 2002, p. 1).

⁵ No âmbito da telenovela, esse tipo de ação visando à venda de produtos materiais, ou seja, o chamado *merchandising comercial*, pode apresentar-se segundo quatro modelos básicos: 1) *menção no texto*: quando as personagens mencionam o nome da marca ou produto num diálogo; 2) *uso do produto ou serviço*: quando a cena mostra utilização do produto ou serviço pela personagem; 3) *conceitual*: a personagem explicita para outro as vantagens, inovações, relevâncias e preços do produto ou serviço; 4) *estímulo visual*: o produto ou serviço é mostrado de forma a ser apreciado, visto no contexto da totalidade da cena, devidamente explorado pela câmera (SCHIAVO, 1999).

O merchandising social é realizado de maneira a enquadrar, da melhor forma possível, no enredo das telenovelas, os temas de cunho social que se pretende focar – trabalho esse narrativamente não problemático, tendo em vista que hodiernamente, como já enfatizamos, as histórias novelescas se encontram em crescente sintonia com a vida cotidiana. Dessa forma, temos personagens apresentando comportamentos e vivendo conflitos que evidenciam aspectos do complexo social que se mostram contingentes, confusos, equivocados, para grande parte dos indivíduos. Nesse sentido, Schiavo (2002) resalta uma característica intrínseca ao merchandising social: a *contemporaneidade*. Para ser eficaz em seus propósitos de estimular e sustentar mudanças comportamentais junto aos telespectadores, o merchandising social deverá estar em conexão direta com a conjuntura social atual. Diríamos mais, é necessário que a telenovela vá um pouco além das expectativas individuais, evidencie outras possibilidades que se façam compreensíveis, levando o telespectador a se projetar nas situações apresentadas, a experienciar, mesmo que indiretamente, alternativas, soluções, enfim, vivências.

Encontramos em Morin (1975, p. 76) uma síntese do processo descrito acima: “*as imagens se aproximam do real, ideais tornam-se modelos, que incitam a uma certa práxis...*”. De fato, o que se constata em última instância em relação ao merchandising social é a tipificação de situações e a constituição de modelos de conduta que lhes sejam apropriados. Deste modo, podemos dizer que o tratamento das questões sociais no âmbito da telenovela não se limita a mostrar os problemas, mas enfatiza alternativas de solução, indica estratégias de ação – simples em sua execução –, que podem ser realizadas pelos telespectadores em seu cotidiano (SCHIAVO, 2002, p. 1).

Se compreendermos essa construção midiática e seu impacto na sociedade através da *teoria da aprendizagem social*, concluímos que

Se determinado padrão de comportamento é adotado como modelo, e se esse padrão é identificado como solucionador de problemas, compensador, ou de outra forma qualquer desejável por suas consequências, aumenta a probabilidade de ele ser adotado por um observador. Se sua adoção de fato resultar em consequências positivas, este modelo [...] em particular provavelmente persistirá como parte mais ou menos permanente do repertório do indivíduo (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 232).

O merchandising social, praticado no âmbito das telenovelas, gira em torno de um temário amplo que contempla desde questões ligadas à proteção ambiental, passando por diversos tipos de preconceito – sejam eles raciais, de gênero, diversidade sexual, de classe... –, até a veiculação de informações que esclarecem aspectos ligados à saúde e ao bem-estar social. Empiricamente, pode-se constatar que muitas dessas temáticas geraram ampla mobilização, culminando em modificações nos modos de ver, pensar e sentir certos assuntos.

A Rede Globo é, dentre as emissoras brasileiras, a que de fato sistematizou a prática do merchandising social, mantendo inclusive um elenco de autores que já pensam a ficção dentro desse processo de engajamento social. Os exemplos mais significativos se encontram nas produções assinadas por Glória Perez e Manoel Carlos.

Segundo Manoel Carlos, “a ficção tem sido uma boa aliada no esclarecimento de questões importantes para a sociedade e a telenovela, como o mais abrangente dos gêneros ficcionais, precisa estar atenta a isso” (O ESTADO DE S. PAULO, 06 abr. 2003). Tal postura nos permite compreender a seguinte sentença proferida por aquele novelista: “não posso omitir os problemas que enfrentamos” (EXTRA, 03 jul. 2003). Seguindo tais princípios, em *Laços de Família* (2000), Manoel Carlos levantou a discussão sobre a leucemia, esclarecendo diversos aspectos dessa doença, as formas de diagnóstico, tratamento e possibilidades de cura, acentuando a importância da doação de medula. Na época, em decorrência da campanha estabelecida no âmbito de tal telenovela, foi registrado pela secretaria de Saúde um aumento significativo de 20 a 200 doações por mês (O ESTADO DE S. PAULO, 06 abr. 2003).

Gloria Perez, por sua vez, vem desenvolvendo em suas tramas os mais variados temas que lhe chamam atenção em seu cotidiano. Foi assim com a problemática das crianças desaparecidas, desenvolvida na trama de *Explode Coração* (1996). Segundo a autora, durante o período em que essa telenovela esteve no ar, 100 crianças foram encontradas. Mais que isso, além de solucionar esses casos de desaparecimento, gerou-se uma intensa discussão sobre os motivos que ocasionam tal situação. Assim, entraram em pauta a questão dos maus tratos aos menores, da miséria, da desestruturação familiar, enfim, de um amplo temário que culminou em ações práticas de caráter solucionador e, acima de tudo, preventivo (O ESTADO DE S. PAULO, 06 abr. 2003).

2.2. Uma proposta de análise sociológica das telenovelas

Assim como Junqueira (2003), acreditamos ser bastante profícua uma abordagem sociológica da telenovela, tendo em vista que essa vem exercendo um importante papel na *reprodução e mudança* sociais. Tal produto cultural se insere numa *rede comunicacional* mais ampla onde circulam valores e crenças que definem os contornos sócio-culturais de uma sociedade. Nas palavras da autora,

[Pressupondo] que as telenovelas ao cumprirem suas funções de “divertissement” cotidiano preenchem funções latentes tanto de reprodução quanto de mudança social, pode-se considerá-las como uma das principais oficinas de construção, reformulação, mistura, reprodução, transformação e negociação de valores morais individuais e sociais que, no final do processo participam da composição das nossas representações sociais de sujeito, família, país, mundo e sociedade (JUNQUEIRA, 2003, p. 2).

Quando outrora ressaltamos que, ao aproximar-se do cotidiano, a telenovela passou a incorporar padrões sociais legítimos e ilegítimos, estávamos justamente lançando luz sobre àquelas funções latentes de reprodução e transformação de padrões sociais que ela vem desempenhando junto à sociedade. No âmbito da *reprodução*, o que se percebe nas narrativas novelescas é a tendência à manutenção do *status quo*, através de uma ênfase num padrão social hegemônico. Isso termina por favorecer, ou melhor, naturalizar a predominância dos valores de determinados grupos sociais. No entanto, a permanência de certos padrões não se dá sem conflitos: ao lado de um discurso reprodutor existe um discurso dissidente, de contestação, visando à *mudança social*. Constata-se, dessa forma, que a telenovela também evidencia outras possibilidades, traz no seu bojo um conjunto de valores “novos”, diferente daqueles já estabelecidos e firmados pelo tempo histórico, desafiando hábitos cotidianos, preconceitos e opiniões já sedimentados no público, gerando, assim, um intenso debate que pode culminar numa transformação social. Acreditamos, portanto, que os textos novelescos, podem, para utilizar os termos de Kellner (2001, p. 145) em relação ao discurso midiático como um todo, “conter também uma crítica social em seus roteiros ideológicos”. Dito isso, importa ressaltar que, nos textos novelescos, *a dimensão da reprodução não elimina a da mudança e vice-versa*, precisamente porque tais dimensões coexistem na ordem social que está sendo representada nas telenovelas.

Com base no que foi exposto logo acima, acreditamos que analisar as representações novelescas pode se mostrar um caminho profícuo para a compreensão das estruturas sociais. Nesse sentido, endossamos o posicionamento de Kellner (2001), o qual defende que os textos midiáticos, devido à proximidade que mantêm com as condições sociais em que surgiram, possibilitam a compreensão da situação política atual, dos pontos fortes e vulneráveis das forças sociais em disputa, bem como das esperanças e dos temores da população. Ou seja, estamos diante de um campo discursivo que nos permite compreender a formação psicológica, sociopolítica e ideológica de determinada sociedade em dado momento da história. Eis o sentido de uma abordagem sociológica das telenovelas.

3. *Mulheres Apaixonadas*: a violência contra a mulher no discurso novelesco

A telenovela *Mulheres Apaixonadas*⁶, devido à ampla mobilização social que foi capaz de suscitar através de sua abordagem de certas problemáticas sociais, pode ser considerada um marco no âmbito da teledramaturgia nacional. Até o momento de sua transmissão, nenhuma outra produção desse gênero havia trazido para seu interior discussões tão em sintonia com a vivência cotidiana, ao ponto de *parecer* que personagens e indivíduos concretos transitavam pelos mesmos espaços, compartilhavam dos mesmos problemas, viviam as mesmas angústias e incertezas quanto à conjuntura social.

Diversos aspectos sociais, que se mostravam problemáticos naquele momento, foram abordados de uma forma tão convincente e provocativa pela telenovela supracitada que os telespectadores se sentiram impelidos à discussão, não conseguiram se mostrar indiferentes à realidade evidenciada pelo enredo novelesco, pois essa, de certa forma, apresentava-se como o “reflexo” de sua própria realidade. Assim, questões como o desrespeito aos idosos e a inobservância dos seus direitos, o alcoolismo, a homoafetividade feminina, a violência urbana... constituíram o contexto narrativo no qual se desenrolaram as diversas relações e conflitos travados entre personagens, cujos comportamentos se mostravam próximos àqueles que adotamos, ou que poderíamos adotar, em situações reais similares às vividas por eles.

Do amplo temário tratado em *Mulheres Apaixonadas*, tomamos como objeto de análise, para o presente artigo, a *violência contra a mulher*. Nas próximas linhas, procuraremos evidenciar alguns detalhes da representação novelesca em torno dessa questão que nos ajudem a perceber aspectos conjunturais do momento sócio-histórico em que se desenvolveu a referida telenovela e que acabaram por determinar a formatação e o sentido da abordagem que essa narrativa deu àquela problemática.

Tomemos como ponto de partida a fala do novelista Manoel Carlos, autor da telenovela em questão:

É muito comum. As mulheres apanham muito dos seus maridos, amantes, namorados, noivos, etc. E era preciso mostrar isso... Primeiro ela é apaixonada pelo homem, então ela apanha muda, quieta, mesmo que não goste... ela aceita na medida em que ela tem medo de perder aquele homem que ela gosta. Depois ela já deixa de gostar, mas é escravizada por ele (memoriaglobo.globo.com).

Ao evidenciar sua preocupação no que diz respeito à questão da violência contra a mulher, Manoel Carlos buscou materializar esse tema em uma representação que fosse capaz de gerar identificação junto àquelas mulheres que passam por tal problema. A sua intenção era conduzi-las

⁶ A telenovela *Mulheres Apaixonadas* foi escrita por Manoel Carlos e dirigida por Ricardo Waddington. Sua transmissão se deu entre 17 de fevereiro e 11 de outubro de 2003, totalizando 203 capítulos.

ao reconhecimento e à necessidade de mudança em relação à situação de violência na qual estão envolvidas.

Surgem, dessa forma, os personagens Raquel – a esposa maltratada – e Marcos – o marido agressor. A partir deles, em certa medida, foi representado o “clico da violência” doméstica contra a mulher, o qual, segundo Walker (*apud* OLIVEIRA, 2004), divide-se em três estágios, marcados por várias formas de abuso que aumentam em frequência e intensidade. Vejamos, em paralelo com uma descrição da representação novelesca, como tais estágios se apresentam:

➤ *Primeira fase:* é o momento em que surge a tensão, no qual ocorrem pequenos incidentes, como agressões verbais, ameaça, quebra de objetos por parte do parceiro. Frente a isso, a mulher tende a se mostrar ponderada, tentando acalmá-lo. Na telenovela, essa situação foi evidenciada em diversos momentos, nos quais Marcos aparece bastante irritado, por quaisquer motivos – normalmente relacionados a ciúmes –, em relação à Raquel. Em tais momentos, ele se mostra extremamente agitado e ríspido em suas palavras, exprimindo um excesso de raiva que acaba por deixar apreensiva sua esposa. Essa, por diversas vias, tenta contornar a situação visando à restauração da tranquilidade;

➤ *Segunda fase:* aqui, a situação chega a um nível de tensão extremamente alto e o casal se mostra descontrolado. Nesse momento, evidenciam-se as agressões agudas do homem em relação à mulher. Numa cena veiculada em 03 de outubro de 2003, a narrativa novelesca em questão dá uma noção do que seja esse ápice da violência contra a mulher: irritada com a presença de Marcos, Raquel pediu para que ele saísse de sua casa. Marcos, então, ameaçou bater em Raquel com uma raquete de tênis. Aquela personagem, assustada, só conseguiu exprimir um “*não*”. Marcos insiste em permanecer no local, mas Raquel, já extremamente agitada, esbraveja: “*sai daqui. Eu te odeio. Eu tenho nojo de você. Eu tenho nojo do seu corpo, nojo dos seus beijos. Sai daqui!*”. Então, enfurecido, Marcos avança pra cima dela e a espanca com a raquete de tênis que portava;

➤ *Terceira fase:* caracteriza-se por um período de calmaria – “lua de mel” – em que o agressor manifesta remorso e promete não mais agredir sua parceira. No entanto, essa paz não dura por muito tempo. E, logo em seguida, o ciclo recomeça. Essa situação pôde ser percebida em uma das cenas analisadas de *Mulheres Apaixonadas*: após uma intensa discussão, Marcos se voltou para sua esposa – que havia se trancado no quarto –, com o seguinte discurso: “*Raquel, nós já conversamos meu amor. Vamos esquecer tudo isso. Olha, eu já esqueci. Deixa eu entrar. Deixa eu entrar meu amor. Raquel, Raquelzinha, eu prometo que me comporto direitinho*”.

Oliveira (2004, p. 34) previne que a percepção da violência contra a mulher a partir dessas três fases pode gerar análises pouco consistentes, justamente por ser um modelo bastante simplista que reduz demais a complexidade de tal situação. No entanto, a autora aponta que é possível, à luz deste “ciclo da violência”, conjecturar quando a mulher resolve buscar ajuda: “no momento em que a primeira e a última fase, da construção da tensão e da ‘lua de mel’, tornam-se cada vez mais curtas, enquanto a fase de agressões intensas é ampliada a cada repetição do ciclo”. Foi justamente o que aconteceu no desenrolar da representação novelesca. Após ser brutalmente espancada, Raquel assumiu o seguinte posicionamento: “*eu não posso mais me calar. Aceitar esse sofrimento passivamente, eu não posso mais. [...] Eu tenho que dar um basta no Marcos*”. Logo em seguida, ela encaminhou-se à delegacia da mulher onde denunciou as agressões do marido.

Mas por que, mesmo sofrendo constantemente maus-tratos, as mulheres protelam tanto em delatar seus companheiros? A representação novelesca oferece, mesmo que simploriamente, algumas possíveis respostas para essa questão: 1) se, num primeiro momento, Raquel não denunciou o seu marido, Marcos, é porque ainda o amava: “*claro, eu gostava dele, por isso eu escondi, escondi da minha família, dos meus amigos. E eu nunca pude me imaginar entrando numa delegacia e fazer uma queixa contra ele*”, assume Raquel. Numa outra cena, ela ressalta: “*é claro que nós tivemos bons momentos [...]. Eu me lembro deles, do mesmo jeito que eu me lembro dos maus momentos. Foram oito anos*”; 2) o medo da alta exposição, do escândalo, atrelado ao receio em envolver sua família e seus amigos em tal situação, também reprimia Raquel. Nas palavras dessa personagem: “*eu tenho medo de criar problemas pra muitas pessoas na tentativa de resolver um, que é só meu. [...] Meu pai, meu pai é um homem público, conhecido. Eu, uma professora. Eu ensinava numa das melhores escolas de São Paulo. O meu irmão é um médico, um médico conceituado, cheio de clientes. Eu tenho vergonha*”; 3) as constantes ameaças que seu marido lhe fazia também a deixava acuada: “*ele me segue por todos os lados. Ele telefona, faz ameaças [...]. É um inferno*”, lamenta Raquel; 4) Além do mais, mesmo que essa personagem tenha percebido a sua condição de oprimida em um relacionamento violento, é possível se notar que ela – assim como algumas mulheres que são agredidas – acrescentou à violência física, sexual e psicológica que sofria por parte do marido, “a sua auto-violência emocional, sua incapacidade de dar um fim a uma situação aparentemente insuportável” (GROSSI, 2000, p. 301).

Chama-nos atenção o processo identificatório, constatado por Porto (2004, p. 125), que fora suscitado por essa composição novelesca junto a mulheres que, através da personagem Raquel, viram-se representadas. Ilustrando esse processo *especular*, a referida autora nos traz uma

comparação, estabelecida por uma determinada telespectadora, entre a representação da violência doméstica contra a mulher, exposta na telenovela *Mulheres Apaixonadas*, e a sua experiência pessoal enquanto vítima das agressões de seu companheiro:

Então é a mesma coisa que nem aconteceu comigo na minha vida eu tive medo de denunciar, no caso eu tive medo de falar com as pessoas para ele [o marido] não ficar com mais raiva e não vir dar em mim dobrado. É que nem na novela, eu vivi aquilo. Tudo que ela [a personagem Raquel] tá vivendo, vivi.

3.1. Impunidade na telenovela releva impunidade na vida cotidiana

No momento em que a telenovela *Mulheres Apaixonadas* estava sendo transmitida, a saber, entre 17 de fevereiro e 11 de outubro de 2003, o aparato legal brasileiro ainda considerava as agressões cometidas contra a mulher enquanto crimes de menor potencial ofensivo. Nessa condição, as penalidades que lhes eram outorgadas giravam em torno da prestação de serviços comunitários. Isso acabava por gerar uma imensa sensação de *impunidade*, pois, além de ser uma pena nem um pouco condizente com os atos perpetrados pelos agressores, em termos práticos, não eliminava o risco de futuras agressões.

Na trama novelesca, quando a personagem Raquel expôs a um amigo advogado que iria denunciar seu marido Marcos pelas constantes agressões que esse lhe causava, nos deparamos com a evidenciação da situação legal apontada acima: “*se você está pensando que ele vai ser preso ou que vai deixar de bater em você por causa disso, pode tirar o seu cavalinho da chuva, não perca o seu tempo. Eu já vi muitas mulheres denunciarem os maridos e não dar em nada. O sujeito paga algumas cestas básicas e depois sai assoviando*”, diz o advogado à Raquel, alertando-a de que, em termos práticos, “*a lei no Brasil não defende a mulher em violência doméstica*”. No entanto, mesmo sabendo de tais condições, Raquel se manteve firme em seu propósito, pois já não aguentava mais a situação de violência na qual se encontrava, e segue na esperança de mudanças: “*a partir de agora [...] vou lutar para que essa lei seja mudada*”, ela responde ao advogado, mostrando-se determinada.

Dessa forma, o discurso novelesco ofereceu um caminho possível a ser seguido pelas diversas mulheres que sofrem com as agressões de seus companheiros, a saber: a *denúncia*. Esse caminho se mostra provavelmente o mais indicado tendo em vista que, como ressalta Silva (1992, p. 79), “a conspiração do silêncio dá suporte à opressão e é cúmplice da violência”, sendo a fala feminina um instrumento importante de transformação dessa realidade.

4 Da instância ficcional à mobilização midiática e social

Já tendo sido observado o modo como se caracterizou a representação da violência contra a mulher no âmbito da telenovela *Mulheres Apaixonadas*, resta-nos agora analisar a mobilização midiática, social e política gerada a partir dessa representação. Com isso, interessa-nos demonstrar, em última instância, a importância que essa narrativa novelesca teve no processo de desenvolvimento de um conjunto de ações políticas e jurídicas destinadas a combater aquela forma de violência – podemos dizer que o ápice dessas ações foi, precisamente, a aprovação, em 07 de agosto de 2006, da chamada Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/06), que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

4.1 A repercussão da representação novelesca

Como apontamos no início de nosso trabalho, a estrutura midiática se configura de maneira *reticular*, o que possibilita o livre *trânsito informacional* entre seus diversos setores. É precisamente por assumir a forma de uma rede que a estrutura midiática encontra em si mesma sua própria via de sustentação: a interconexão entre os *media* faz com que um *medium* legitime o outro. Podemos perceber tal situação, por exemplo, quando um tema proposto no âmbito de uma telenovela é assimilado pelas instâncias noticiosas que o ampliam e o contextualizam no complexo social. No entanto, como já dissemos noutro lugar, é importante se perceber que “a presença de temas novelescos em espaços jornalísticos destinados aos relatos do cotidiano está diretamente relacionada à sua *factualidade*, ou seja, a ancoragem da telenovela em questões atuais do contexto social no qual está inserida” (PIRES, 2009, p. 105-106).

Em se tratando da repercussão midiática alcançada pela representação da violência contra a mulher, construída na telenovela *Mulheres Apaixonadas*, pudemos constatar que tal representação novelesca foi constantemente citada pelas instâncias jornalísticas ora como motivadora da ampla discussão gerada em torno da referida problemática ora como ilustração desta situação de violência tão presente no cotidiano de diversas mulheres. Nesse sentido, vejamos excertos retirados de alguns periódicos:

A violência contra a mulher está na pauta do dia em função da novela das 8h, “Mulheres Apaixonadas”. Uma pesquisa, realizada no Brasil pela Faculdade de Medicina da USP (Universidade de São Paulo) e coordenada pela Organização Mundial de Saúde, mostra que essa situação é muito mais comum do que se imaginava (FOLHA DE SÃO PAULO, 21 jul. 2003).

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva entrou ontem no clima da novela “Mulheres Apaixonadas” e recomendou às mulheres que se unam contra os homens que as espancam. “Mulheres do mundo, uni-vos contra os raqueteiros”, disse Lula (FOLHA DE SÃO PAULO, 28 ago. 2003).

Homem que bate em mulher deveria ter punição mais severa, defenderam ontem os atores Helena Ranaldi e Dan Stulbach, que interpretam na novela “Mulheres Apaixonadas”, da Rede Globo, mulher agredida e marido violento. Eles foram estrelas da cerimônia de lançamento do programa do governo de combate à violência contra a mulher (A NOTÍCIA, 28 ago. 2003).

Todas as iniciativas, seja das entidades de defesa da mulher, seja da imprensa ou de programas de televisão, podem contribuir para encorajar as mulheres vítimas de violência a denunciar. A novela *Mulheres Apaixonadas* [...] é um exemplo da força da televisão nesse tipo de luta (O POPULAR, 24 set. 2003).

No embalo da repercussão de *Mulheres Apaixonadas*, Congresso apressa votação de propostas que aumentam as penas para quem agredir mulheres. O drama da personagem Raquel encoraja vítimas a denunciar (CORREIO BRASILIENSE, 15 out. 2003).

O drama vivido pelas personagens de “*Mulheres Apaixonadas*” expôs o problema e proporcionou a discussão sobre a ineficiência e as lacunas da nossa legislação, que não oferece proteção à pessoa em situação de violência e nem pune o agressor. Essas questões, há anos levantadas pelos movimentos feminista e de mulheres, ganharam urgência e relevância com a exibição da novela *Global*. No Congresso Nacional, várias proposições legislativas foram apresentadas e outras, que tramitavam a passos lentos, finalmente ganharam status de matéria prioritária (JORNAL FÊMEA, out. 2003).

Esse caso de mobilização midiática, gerado a partir de uma determinada narrativa novelesca, evidencia um pouco da extensão da *rede de circulação informacional* na qual estão inseridas as telenovelas. Eis uma das consequências práticas dessa estrutura reticular: mesmo aquelas pessoas que não acompanham os enredos novelescos acabam sendo inseridas, via meios noticiosos, no âmbito das possíveis discussões que tais enredos suscitam.

O importante papel exercido por *Mulheres Apaixonadas* na promoção de um amplo debate acerca da violência contra a mulher foi reconhecido por diversos setores da sociedade, inclusive por aqueles diretamente envolvidos nessa questão. Estamos falando da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) – grupo formado por feministas, que desde 1994 vem lutando pelos direitos das mulheres. Em seus arquivos, pudemos localizar relatórios acerca do monitoramento sobre a condição da mulher em várias regiões do Brasil, realizados no ano de 2003. Em quatro desses relatórios, a telenovela em questão foi citada: no primeiro, que traz as impressões do Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte (2003), há a informação de que em uma das mesas redondas realizadas nesse encontro, a cena de *Mulheres Apaixonadas* que mostra a personagem Raquel sendo espancada por seu marido, Marcos, foi exibida como ilustração de um problema recorrente que o poder judiciário se mostrava incapaz de solucionar; no segundo relatório, produzido pela

Articulação de Mulheres do Amapá (2003), a responsável pela Delegacia de Mulheres de Macapá, Dra. Josimari, elogiou a telenovela supracitada e ressaltou que “em se tratando da pena ao agressor, precisamos lutar para modificar a legislação vigente”; no terceiro relatório, elaborado pelo Fórum de Mulheres Cearenses (2003), encontramos, em entrevista realizada junto à delegada Ivana Timbó, uma menção à representação novelesca e à forma como essa abordou o atendimento no âmbito da Delegacia da Mulher; e, por fim, nas reflexões do Fórum de Mulheres Tocantinenses (2003), vê-se a seguinte menção à telenovela *Mulheres Apaixonadas*: “a personagem Raquel impõe ao marido a paridade, a igualdade entre as partes. O marido pratica violência contra ela, ela separa, mas tem medo de denunciar, se sente emocionalmente como vítima. A mídia ajuda na reflexão quando põe em pauta essas situações e tem ajudado a aumentar os índices de denúncia”.

Diante de tamanha mobilização midiático-social, o setor político não podia se mostrar indiferente a ampla discussão que se formava. O problema da violência contra a mulher exigia uma solução, um posicionamento, e nossos governantes perceberam a demanda da sociedade. Através de seus discursos, proferidos no plenário da Câmara dos Deputados, alguns políticos se mostraram em sintonia com a discussão social e reconheceram a *função mobilizadora* da telenovela *Mulheres Apaixonadas*:

A novela mostrou a agressão doméstica sofrida por uma professora, que foi levada a registrar queixa na delegacia depois de exame no IML. As mulheres que sofrem agressão doméstica sabem o que isso significa em termos de auto-estima (DEP. YEDA CRUSIUS - PSDB-RS, 25 set. 2003).

Há uma revolução em curso no País e precisamos trazê-la para esta Casa o mais rápido possível, por sermos nós, Parlamentares, observadores dos mais diversos problemas vividos pela sociedade brasileira, competentes para ordenar os compromissos de solução por meio das leis que temos como missão editar.

A realidade espelhada com profissionalismo e propriedade pela Rede Globo de Televisão nos últimos meses, por meio de ficção, mostra a extensão do problema da violência contra a mulher brasileira (DEP. KÁTIA ABREU, PFL-TO, 29 set. 2003).

Nas duas últimas semanas, as mulheres brasileiras, provocadas pela novela *Mulheres Apaixonadas*, vêm discutindo com intensidade a questão da pena a que são submetidos os homens que espancam suas companheiras (DEP. MANINHA, PT-DF, 29 set. 2003).

Como se pode perceber, a telenovela *Mulheres Apaixonadas* elevou, de fato, o tema da violência contra a mulher a uma posição de destaque na agenda pública, justamente por mostrar-se condizente com os anseios da sociedade. A discussão instaurada gerou um amplo processo de conscientização social, o que culminou em ações concretas visando a solução daquela

problemática. Exporemos, nas linhas seguintes, alguns dos resultados efetivos dessa discussão em âmbito legal.

4.2 A representação novelesca impulsiona a ação social

Dissemos anteriormente que a *teoria da aprendizagem social* era um caminho possível para se compreender, em alguns aspectos, o impacto do discurso midiático na sociedade. Assim, observando a influência da telenovela *Mulheres Apaixonadas* sobre os indivíduos através dessa perspectiva, podemos concluir que, quando tal narrativa mostrou as agressões cometidas por Marcos sobre sua esposa Raquel, diversas mulheres, que passavam por situação parecida, se identificaram com essa personagem. O fato que nos interessa aqui é perceber que esse processo de identificação gerou uma *prática*: quando Raquel toma a decisão de denunciar seu marido junto à Delegacia da Mulher, esse comportamento foi percebido em sua concreta possibilidade, fazendo com que àquelas mulheres se projetassem em tal ação e, conseqüentemente, também a realizassem. Em outras palavras, “se uma pessoa vê outra usando determinada técnica para enfrentar com sucesso um problema com o qual o observador de vez em quando tem que se haver ela pode experimentar esse modelo de comportamento como uma solução pessoal em potencial” (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 231-232).

Alguns dados corroboram nossa análise: segundo Macedo e Meneses (2005), no ano de 2003, quando fora transmitida a telenovela em questão, registraram-se, na cidade de Palmas – Estado do Tocantins –, 894 denúncias, contra 527 do ano anterior. Ou seja, um aumento de aproximadamente 69,64% nas ocorrências registradas; de acordo com Nascimento (2003), na cidade de Teresina – Estado do Piauí –, o número de casos de violência doméstica denunciados, em 2002, na delegacia da mulher, foi de 1.858. Quando comparados esses números aos de 2003 – 2.255 ocorrências contabilizadas –, percebe-se um aumento de quase 19,75%.

O aumento das denúncias em relação à violência contra a mulher atrelado à demanda crescente de diversos setores organizados da população, tudo isso sendo intensificado e, em certa medida, até mesmo incentivado através da supracitada representação novelesca e de suas diversas vias de reverberação midiática, se fez sentir junto aos governantes, os quais foram impelidos, por tal conjuntura social, a tomarem providências que pudessem inibir a violência contra a mulher. Um exemplo significativo, nesse sentido, ocorreu em 27 de agosto de 2003, quando o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o “Programa de Combate à Violência contra a Mulher”, que se incumbiu de ampliar e apoiar as instâncias que dão atendimento, proteção e

suporte jurídico às mulheres que são vítimas de violência. No discurso do presidente se encontra uma menção à referida representação novelesca. Lula diz: “aquilo, na verdade, é uma coisa do cotidiano deste país [...]. Só que, na vida real, não é uma raquete. Na vida real, a coisa é mais bruta, é mais desumana”. E completa: “acho que a televisão pode ser um instrumento excepcional para que a gente também possa ajudar a formar a nossa gente”.

No âmbito legislativo, até onde pudemos averiguar, constatamos os seguintes textos legais voltados à problemática da violência contra a mulher, que foram produzidos durante e após a transmissão da telenovela *Mulheres Apaixonadas*:

- Em 03 de julho de 2003, o Deputado Federal Renato Cozzolino (PSC-RJ) trouxe à apreciação do plenário o Projeto de Lei nº 1.399, que dispõe sobre o Estatuto da Mulher. Em seu artigo 17, reconhece a atuação dos meios de comunicação no processo de conscientização da população a propósito da condição da mulher no Brasil. No texto legal se encontra a seguinte orientação em relação a tais meios: “Promover ações nos meios de comunicação, em escolas e em igrejas, com a finalidade de prestar informações e orientações básicas à saúde da mulher, medidas contra violência doméstica e abuso sexual, e de planejamento familiar, além de outros que visem a promoção de sua auto-estima” (Art. 17, PL 1399, 2003, p. 7-8).
- No Projeto de Lei nº 2.069, de 24 de setembro de 2003, proposto pela Deputada Federal Kátia Abreu (PFL-TO), constata-se a busca por penas mais duras aos atos dolosos de agressão cometidos contra a pessoa. É interessante observar ainda, na justificativa desse texto legal, o reconhecimento do importante papel exercido por *Mulheres Apaixonadas* na promoção do debate em torno da violência doméstica: “ao abordar o problema da violência contra as mulheres na novela das oito, o escritor Manoel Carlos abre a oportunidade de um amplo debate nacional sobre o assunto. Um debate que o Congresso Nacional deve assumir, por meio de uma participação ativa que inclui a discussão e a aprovação de lei que iniba, de forma efetiva, a dor da lesão corporal para as mulheres” (PL 2069, 2003, p. 4).
- A Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, chamada de “Lei Maria da Penha”, que foi fruto do Projeto de Lei nº 4.559-C, de 2004, é o recurso jurídico mais eficaz, até o momento, no sentido de instituir mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Em seu texto, encontra-se claramente exposto o papel da mídia na realização de tal intento: requere-se “o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar” (Inciso III, Art. 8, Lei 11.340, 2006, p. 3). Dessa forma, aponta-se que a co-

responsabilização da instituição midiática é importante para operacionalizar ações com vistas à promoção dos direitos humanos.

5 Considerações finais

Por tudo que foi exposto, percebe-se claramente que a telenovela *Mulheres Apaixonadas*, ao dar ampla visibilidade ao tema da violência contra mulher, expandiu o espaço dos debates em torno dessa problemática social que, vale ressaltar, há muito já vinham sendo suscitados pelos movimentos feministas. Debates esses que culminaram na aprovação da Lei Maria da Penha, a qual se transformou em uma das maiores conquistas da luta feminista em prol dos direitos das mulheres.

Se outrora a violência doméstica que subjogava a mulher era algo “invisível”, pois sua discussão estava circunscrita aos espaços acadêmicos e/ou à esfera dos movimentos feministas, não chegando, com isso, ao conhecimento de uma parte significativa da população brasileira, para a qual esse tipo de violência sequer tinha um nome, a partir de *Mulheres Apaixonadas* e da mobilização midiática e social gerada com a sua veiculação, tal situação começou a ser revertida: através da representação novelesca, evidenciou-se e, ao mesmo tempo, problematizou-se, em *larga escala*, uma situação recorrente. Visibilidade essa que gerou um *mal-estar* coletivo e que demandou soluções.

Podemos concluir, dessa forma, que, de fato, o fenômeno mais importante ligado à telenovela é a sua repercussão na vida social a partir da prática de “falar da telenovela” que é, hoje, um ritual cotidiano no Brasil. As telenovelas, comprovadamente, produzem um debate público que as ultrapassa, reverberando pelas mais variadas instâncias sociais. Além disso, como aponta Junqueira (2003, p. 3), “a novela é um dos poucos produtos da mídia nacional que consegue produzir temas comuns de debate para discussões que interessam ao mesmo tempo à classe média e às classes subalternas, e isto se dá no momento em que crescem as distâncias reais entre estas duas classes”. A autora ainda ressalta a importância de se estudar esse gênero narrativo de maneira mais aprofundada, principalmente no que concerne ao debate que ele produz, a fim de que se possam detectar mecanismos de formação e transformação de representações importantes que produzam a equidade social.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflexions on the origins and spread of nationalism*. 2. ed. Londres: Verso, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Seguido de: A influência do jornalismo e Os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BRASIL. Lei Maria da Penha: Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006. Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2006/lei-11340-7-agosto-2006-545133-norma-pl.html>>. Acesso em: 05 maio 2009.
- BRASIL. Projeto de Lei n. 1399, de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Mulher e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/145460.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2009.
- BRASIL. Projeto de Lei n. 1399, de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Mulher e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/145460.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2009.
- BRASIL. Projeto de Lei n. 2069, de 2003. Acrescenta parágrafo aos artigos 61 e 89 da Lei 9.099, 26 de setembro de 1995. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Deta_lhe.asp?id=134947>. Acesso em: 05 maio 2009.
- BRASIL. Projeto de Lei n. 4559-C, de 2004. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/385175.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2009.
- COSTELLA, Antonio. *Comunicação: do grito ao satélite*. 3. ed. São Paulo: Mantiqueira, 1984.
- CRIADO conselho de defesa da mulher. *ANotícia*, Joinville, 28 ago 2003. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/2003/ago/28/0pai.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2010.
- DA SUCURSAL DE BRASÍLIA. Lula convoca união contra os “raqueteiros”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 ago. 2003. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2808200312.htm>>. Acesso em: 06 abr. 2009.
- DEFLEUR, Melvin L.; BALL-ROKEACH, Sandra. *Teorias da Comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- DEP. FEDERAL KÁTIA ABREU. *Discursos e Notas Taquigráficas*. 29 set. 2003. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>>. Acesso em: 06 maio 2009.
- DEP. FEDERAL MANINHA. *Discursos e Notas Taquigráficas*. 29 set. 2003. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>>. Acesso em: 06 maio 2009.
- DEP. FEDERAL YEDA CRUSIUS. *Discursos e Notas Taquigráficas*. 25 set. 2003. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>>. Acesso em: 06 maio 2009.
- DEZ anos de silêncio, em média. *O Popular*, Goiânia, 24 set. 2003. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/noticia/dez-anos-de-silencio-em-media>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

DO COLUNISTA DA FOLHA. Violência contra a mulher é grande no país. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 jul. 2003. Folhateen. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/folhatee/fm2107200315.htm>>. Acesso em: 06 abr. 2009.

GIRALDI, Renata. Se bater, leva. *Correio Brasiliense*, Brasília, 15 out. 2003. Brasil.

GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). *Masculino, feminino, plural: Gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Mulheres, 2000, pp. 293-313.

HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas do cotidiano. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 4, pp. 439- 487.

JACINTO, Etienne, JIMENEZ, Keila. Indústria do social. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 06 abr. 2003.

JUNQUEIRA, Lília. Reflexões sobre a ficção televisiva brasileira e as representações sociais do personalismo. In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 26., 2003, Belo Horizonte. Anais... São Paulo: Intercom, 2003. CD-ROM

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Narrativas televisivas e identidade nacional: o caso da telenovela brasileira. In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 25., 2002, Salvador. Anais... São Paulo: Intercom, 2002. CD-ROM.

MACEDO, Gisele Andrade; MENESES, Verônica Dantas. A telenovela Mulheres Apaixonadas e as denúncias contra a violência doméstica em Palmas/TO. In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 28., 2005, Rio de Janeiro. Anais... São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.

MANOEL CARLOS - Depoimento In: Mulheres Apaixonadas: sobre violência doméstica. *Memória Globo*. Rio de Janeiro: Central Globo de Comunicação. Vídeo online (38s), son., color., arquivo FLV. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/TVGlobo/Comunicacao/Institucional/memoriaglobo/CDA/Pop/tvg_cmp_memoriaglobo_pop_video/0,33213,175910,00.html>. Acesso em: 06 out. 2008.

MONITORAMENTO da violência contra a mulher no Estado do Ceará. *Fórum de Mulheres Cearenses*: Fortaleza, nov. 2003. Disponível em: <<http://www.articulacaodemulheres.org.br/publique/media/rmceara.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2010

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX*: Neurose. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

NASCIMENTO, Renato Souza do. *Merchandising Social na telenovela Mulheres Apaixonadas*. 2003. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Piauí, Teresina. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/mulheres-apaixonadas/mulheres-apaixonadas.shtml>>. Acesso em: 22 jun. 2010

O DESTINO já está traçado. *Extra*, Rio de Janeiro, 03 jul. 2003. Geral.

OLIVEIRA, Kátia Lenz César de. *Quem tiver a garganta maior vai engolir o outro*: sobre violências conjugais contemporâneas. São Paulo: casa do Psicólogo, 2004.

PIRES, Welkson. *Do factual ao ficcional e vice-versa*: sobre o trânsito informacional na ambiência midiática. 2009. 136f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba,

João Pessoa. Disponível em: <http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=394>. Acesso em: 02 out. 2010.

PORTO, Janice Regina Rangel. *Violência contra a mulher: expectativas de um acolhimento humanizado*. 2004. 162f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PRES. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA. Discurso do presidente da República na cerimônia de posse do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres e lançamento do Programa de Combate à Violência contra a Mulher. 27 ago. 2003. Disponível em: <http://www.radiobras.gov.br/integras/03/integra_270803_02.htm>. Acesso em: 06 maio 2009.

RELATÓRIO das atividades do monitoramento da violência contra a mulher no Rio Grande do Norte. *Fórum de Mulheres do Estado do Rio Grande do Norte*: Natal, nov. 2003. Disponível em: <<http://www.articulacaodemulheres.org.br/publique/media/rmnatal.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2010

RELATÓRIO do I Encontro de Monitoramento da Violência Contra a Mulher no Estado do Amapá. *Articulação de Mulheres do Amapá*: Macapá, set. 2003. Disponível em: <<http://www.articulacaodemulheres.org.br/publique/media/rmamapa.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2010

SCHIAVO, Márcio Ruiz. Merchandising social: as telenovelas e a construção da cidadania. In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 25., 2002, Salvador. Anais... São Paulo: Intercom, 2002. CD-ROM.

SCHIAVO, Márcio. *Merchandising social: uma estratégia de sócio-educação para grandes audiências*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1999.

SILVA, Marlise Vinagre. *Violência contra a mulher: quem mete a colher?* São Paulo: Cortez, 1992.

SÍNTESE, análises e reflexões do Fórum de Articulação de Mulheres Tocantinenses. *Articulação de Mulheres Tocantinenses*: Palmas, set. 2003. Disponível em: <<http://www.articulacaodemulheres.org.br/publique/media/rmtocantins.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2010

VIOLÊNCIA doméstica: um desafio para o Legislativo. *Jornal Fêmea*, Brasília, n. 129, out. 2003, p. 4. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/jornalfemea/detalhes.asp?IDJornalFemea=1144>>. Acesso em: 15 set. 2010.

Recebido em: 13 de junho de 2016.

Aceito em: 31 de agosto de 2016.



Revista Café com Sociologia

Volume 5, número 2, Mai./Agos. 2016

OS DIREITOS HUMANOS NA FENOMENOLOGIA POLÍTICA DE EMMANUEL LEVINAS

Christopher Eland¹

Resumo

O presente artigo procura estabelecer como o método fenomenológico de Levinas se envolve diretamente com a esfera política, especificamente como ele chega a um conceito de direitos humanos derivado de uma fenomenologia da responsabilidade ética para com o outro. Levinas estabelece sua ruptura com a fenomenologia tradicional como uma tentativa de descrever fenomenologicamente a sociabilidade bíblica no cerne da subjetividade humana. Isso quer dizer, Levinas rejeita a ortodoxia da autonomia na filosofia ocidental e tenta descrever a subjetividade humana em termos distintamente sociopolíticos. O projeto filosófico de Levinas pode ser pensado como uma tentativa de traduzir a sociabilidade bíblica para a língua "grega" da filosofia através do método da descrição fenomenológica. Isso o leva a um conceito de direitos humanos que não está fundamentado nas afirmações de interesse próprio dos portadores de direitos ou na liberdade autônoma do liberalismo clássico, mas sim na obrigação ética de respeitar os direitos dos outros.

Palavras-Chave: Levinas. Direitos Humanos. Fenomenologia. Sociabilidade. Metodologia

HUMAN RIGHTS IN THE POLITICAL PHENOMENOLOGY OF EMMANUEL LEVINAS

Abstract

This article seeks to establish how Levinas's phenomenological method engages directly with the political sphere, specifically how he arrives at a concept of human rights derived from a phenomenology of ethical responsibility for the other. Levinas establishes his break with traditional phenomenology as an attempt to phenomenologically account for the sociality at the heart of human subjectivity. This is to say, Levinas rejects the orthodoxy of autonomy in western philosophy and attempts to describe human subjectivity in distinctly socio-political terms. Levinas's philosophical

¹ Doutorando em Filosofia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestrado em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

project can be thought of as an attempt to translate biblical sociality into the “Greek” language of philosophy through phenomenological description. This leads him to a concept of human rights which is not based on the self-interested claims of rightsholders or the autonomous liberty of classical liberalism, but rather in the ethical obligation to respect the rights of the other.

Key words: Levinas. Human Rights. Phenomenology. Sociality. Methodology.

1 Introdução

No início de *Totalidade e Infinito*, Emmanuel Levinas faz uma declaração famosa onde afirma que a política é simplesmente “a arte de prever e ganhar a guerra por quaisquer meios... A política opõe-se à moral, como a filosofia à ingenuidade.” (1980, p. 9) Este prefácio serviu para criar a impressão (e eu afirmo que é uma impressão falsa) de que Levinas evitou a dimensão política da filosofia. Assim, a presente análise tem como objetivo abordar a questão do que significa ler Levinas politicamente e de como essa leitura possibilita uma nova compreensão da universalidade dos Direitos Humanos. O argumento central apresentado neste artigo é que o trabalho filosófico de Levinas é uma tentativa de traduzir o conceito bíblico de sociabilidade para a linguagem filosófica da descrição fenomenológica. Além disso, argumenta-se que esta sociabilidade é desenvolvida em resposta direta à miopia política da fenomenologia existencial de Heidegger. Sendo assim, afirma-se que a fenomenologia ética de Levinas gera uma fenomenologia política justamente nas suas últimas obras sobre direitos humanos. Como tal, é necessário entender como Levinas aceitou profundamente o projeto heideggeriano no início da década 1930 e como o envolvimento público de Heidegger com o nacional-socialismo serviu como motivação constante para que Levinas se envolvesse com questões fundamentalmente políticas.

Levinas freqüentemente descreve o seu trabalho como uma tentativa de traduzir a Bíblia para a língua grega. (2001, p. 12) Nesse contexto, “grego” significa a linguagem da filosofia, ou seja, a língua da tradição filosófica da Europa. Levinas afirma que a língua da filosofia é aquela que tem sido incapaz de compreender a relação com o outro, sendo esta a lição fundamental que a bíblia tem a nos ensinar. Sua posição, então, é uma forte crítica à filosofia ocidental embora ele desenvolva essa crítica dentro da própria linguagem da filosofia ocidental. A abordagem de Levinas tem um caráter fundamentalmente grego nos escritos filosóficos, que ele distingue dos escritos judaicos ou “confessionais”. Levinas anunciou “Eu sou todo a favor da tradição grega!” (SCHRODER (org.),

2008, p. 1) e, em 1961, descreveu o projeto de *TeI* como um “retorno ao platonismo.” (SCHRODER (org), 2008, p. xi) É preciso, então, compreender essa orientação metodológica de Levinas tanto como filósofo, como quanto crítico da filosofia. A fim de fazer isso, será crucial entender como ele vê o seu trabalho como fenomenologia, bem como de que forma a sua fenomenologia diferencia-se da dos outros autores da tradição fenomenológica. Só compreendendo esse sentido do método fenomenológico poderemos entender a tentativa de traduzir a bíblia para a língua grega.

1.2 A língua grega como a tradição fenomenológica

A fenomenologia refere-se a um movimento específico da filosofia continental do século XX-XXI que utiliza um método descritivo/hermenêutico de examinar as características estruturais da experiência e como nós experimentamos as coisas e o mundo. Ao concentrar-se na experiência dos objetos ao invés de nos objetos-em-si, nos fenômenos ao invés do númeno, de acordo com a terminologia kantiana, a fenomenologia busca evitar as armadilhas do cientificismo. Edmund Husserl, considerado o fundador do movimento, a descreveu dessa forma em 1917: “A fenomenologia pura afirma ser a ciência dos fenômenos puros. Este conceito de fenômeno, que foi desenvolvido sob vários nomes tão cedo quanto no século XVIII, sem ser esclarecido, é o que teremos de considerar em primeiro lugar.” (HUSSERL, 1917, p. 1) O perigo que se impõe à filosofia tradicional e as ciências naturais é uma tendência a ignorar o papel que a consciência tem em cada experiência ou explicação filosófica do mundo. Devido ao privilégio dado ao fenômeno sobre o númeno, Husserl é capaz de desenvolver um método que não visa explicar ou analisar, mas sim descrever a estrutura fundamental da consciência e como essa estrutura sempre aponta de volta à própria perspectiva particular de um indivíduo consciente.

Levinas passa a descrever a fenomenologia de Husserl em *Descobrimo A Existência com Husserl e Heidegger*: “esta nova direção de pesquisa é eminentemente filosófica. Com ela, as próprias fontes de toda a existência retornam para a consciência. Estuda-se a forma como as coisas se tornam manifestas, as quais todas as outras ciências pressupõem sem esclarecer.” (LEVINAS, 1998, p. 11) É através do “tornar manifesto” o material, que as ciências adotam como pressuposto mas ainda não esclarecem, que podemos entender a base para o rigor metodológico da fenomenologia husserliana.

Ao examinar os fenômenos na sua forma mais fundamental, isto é na maneira pela qual eles são experimentados por um sujeito humano, a fenomenologia consegue acessar o fundamento filosófico mais epistemologicamente “puro” e permanece intocada pelos pressupostos das ciências do nùmeno. Husserl compreende a tarefa da fenomenologia como fundamentalmente inseparável da tarefa de compreender o papel da consciência na experiência. Ele observa: “Experiência é a consciência que intui algo e determina que ele seja real; experiência esta intrinsecamente caracterizada como a consciência do objeto natural em questão e dele como o original: há consciência do original como estando lá ‘pessoalmente.’” (HUSSERL, 1917, p. 2)

Qualquer definição de fenomenologia terá que superar o problema da diversidade entre as abordagens fenomenológicas depois de Husserl. Maurice Merleau-Ponty, um dos fenomenólogos mais conhecidos do mundo pós-guerra, escreveu um dos resumos mais importantes do movimento fenomenológico no seu prefácio à *Fenomenologia da Percepção*. Neste prefácio, Merleau-Ponty estabelece as bases para a sua própria fenomenologia que não segue exatamente a metodologia de Husserl ou Heidegger, muito embora ainda mantenha elementos de seus respectivos métodos. Em sua definição de fenomenologia, ele descreve um ponto fundamental da perspectiva fenomenológica em geral: “Todo o meu conhecimento do mundo, até mesmo o meu conhecimento científico, é adquirido a partir do meu próprio ponto de vista particular, ou de alguma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não teriam sentido.” (MERLEAU-PONTY, 2003, p. ix) Isso não significa, no entanto, que apenas os praticantes da fenomenologia do século XX tenham tido acesso a essa perspectiva ou que de fato tenham sido os primeiros a enfatizar o fenômeno em detrimento do nùmeno. Pelo contrário, como Merleau-Ponty elabora nesse prefácio: “a fenomenologia pode ser praticada e identificada como uma forma ou estilo de pensamento, que existia como um movimento antes de chegar à completa consciência de si mesma como uma filosofia.” (Merleau-Ponty, 2003, p. viii) Ele destaca 5 pensadores altamente divergentes que devem ser incluídos nessa “forma ou estilo” de pensamento: Hegel, Kierkegaard, Marx, Nietzsche e Freud. Para Merleau-Ponty, a contribuição de Husserl para a criação da fenomenologia como método filosófico foi um rigor descritivo através do qual ele procurou formalizar concretamente esse “estilo de pensamento” que já estava presente nas grandes obras da filosofia moderna. Isso é importante para nossa discussão sobre Levinas, pois nos ajuda a perceber se esses grandes pensadores têm uma “forma ou estilo” de filosofar que está na mesma linha teórica/metodológica que a fenomenologia. Já vimos que Levinas considerou *TeI* como

um retorno ao Platonismo, mas também podemos perceber uma semelhança com outros elementos dos grandes pensadores da filosofia moderna.

1.3 Levinas, o jovem Heideggeriano

A formalização da escola fenomenológica da filosofia motivou o jovem Levinas a viajar à Freiburg para estudar com Husserl em 1928. Em entrevistas posteriores, no entanto, Levinas observa: “Eu fui para Freiburg por causa de Husserl, mas descobri Heidegger.” (GORDON, 2014, p. 101) Apesar da abordagem fenomenológica de Heidegger diferir sutilmente, mas profundamente, da fenomenologia de Husserl de maneiras que estão para além do âmbito da presente análise, é importante entender a atração de Levinas em relação a fenomenologia heideggeriana. Em 1934, o próprio Levinas descreveu uma breve história da fenomenologia até aquele momento onde indicou três fases bem definidas na progressão da fenomenologia como método formal de filosofia. A primeira destas fases, que ele considera como as primeiras obras de Husserl, visa uma reabilitação do conceito de realismo e de intuição (*Wesensschau*) através da sutil descrição fenomenológica. A segunda fase, observa ele, define o campo das ideias dentro da consciência transcendental de Husserl em seu livro *Idéias Para Uma Fenomenologia Pura e Para Uma Filosofia Fenomenológica* (1913). A terceira fase, ele descreve com mais detalhes:

Martin Heidegger inaugura um terceiro período, da *fenomenologia existencial*. Este pensador, fiel ao método de descrição fenomenológica, mas não menos preocupado com a dignidade filosófica do sujeito, reforma a própria idéia do sujeito e concebe o objetivo da filosofia de uma forma inesperada e original. Para ele, o sujeito não é mais a consciência transcendental e puramente contemplativo de Kant ou Husserl, mas uma *existência* concreta que é condenada à morte e a se preocupar com o fato de seu ser. A análise fenomenológica dessa existência, uma existência que está familiarizada com o ser que o preocupa, vai permitir-nos esclarecer o verdadeiro significado da noção de ser. O estudo deste significado, ontologia, é a própria filosofia (LEVINAS, 1998, p. 39).

Nesse momento histórico, Levinas ainda não tinha desenvolvida sua crítica da ontologia heideggeriana e esse nível de generosidade à fenomenologia existencial torna-se rara nos seus escritos subsequentes. A atração de Levinas em relação a abordagem heideggeriana se expressa exatamente na maneira através da qual ele pretende escapar “[d]a consciência puramente contemplativa de Kant ou Husserl.” Levinas concorda fundamentalmente com Heidegger em que a existência concreta do sujeito humano não pode ser considerada em termos restritos à compreensão ou ao pensamento. Para

ambos os autores, o nosso engajamento com o mundo, nossa vida, é mais do que a tentativa de compreender os elementos inteligíveis do mundo. A abordagem fenomenológica da existência humana deve abranger todos os elementos da vida intencional além da atitude intelectual. Critchley esclarece: “Para Levinas, a vantagem básica da ontologia de Heidegger sobre a fenomenologia de Husserl é que Heidegger parte de uma análise da situação do ser humano na vida cotidiana, a que ele, inspirado por Wilhelm Dilthey, chama ‘facticidade.’ A facticidade é o conceito-chave que Levinas leva de Heidegger.” (CRITCHLEY, 2015, p. 15)

O projeto da fenomenologia existencial de Heidegger o leva a rejeitar a ênfase husserliana na descrição pura e a desenvolver uma fenomenologia baseada na interpretação ou hermenêutica, a fim de esclarecer o sujeito através do termo mais robusto de facticidade cotidiana. Heidegger aponta em *Ser e Tempo*: “A Fenomenologia do Dasein é hermenêutica no sentido originário da palavra em que se designa o ofício de interpretar.” Para Heidegger, bem como para Husserl, a fenomenologia é uma tentativa de descrever a estrutura fundamental subjacente à experiência, mas Heidegger entende o conceito de experiência em um sentido mais amplo do que Husserl, e sendo assim, ele incorpora elementos para além da dimensão meramente intelectual. As dimensões emocionais ou práticas da existência humana são partes essenciais da experiência humana e a ontologia de Heidegger pretende apreender esses elementos para além da esfera intelectual do sujeito transcendental de Husserl. Ele continua no mesmo parágrafo: “visto que o Dasein, enquanto ente na possibilidade da existência, possui um primado ontológico frente a qualquer outro ente, a hermenêutica do Dasein como interpretação ontológica de si mesma adquire um terceiro sentido específico—sentido primário do ponto de vista filosófico—a saber, o sentido de uma analítica da existencialidade da existência.” (HEIDEGGER, 2005, p. 69, *tradução modificado*) Como a hermenêutica do Dasein é mais nuançada e inclui mais elementos da vida cotidiana do que a abordagem husserliana da dimensão intelectual da consciência, Heidegger adota a ontologia por abranger mais da experiência humana. Como ele observa: “Sem dúvida, o questionamento ontológico é mais originário do que as pesquisas ônticas das ciências positivas. No entanto, permanecerá ingênuo e opaco se as suas investigações sobre o ser dos entes deixarem sem discussão o sentido do ser em geral.” (HEIDEGGER, 2005, p. 37) Compreender o significado de ser em geral, para Heidegger, é a tarefa fundamental da filosofia e só pode ser realizada através do projeto da ontologia fundamental. É nesta ênfase na primordialidade de ontologia que Levinas encontra o seu ponto de partida com Heidegger. Embora ele adote elementos

de Husserl e Heidegger, a sua virada a metafísica não é uma negação da ontologia, mas sim uma rejeição da fundamentalidade da ontologia. Levinas desenvolve essa tese progressivamente depois da publicação do seu artigo “L’ontologie est fondamentale?” de 1961 e do seu capítulo “A Metafísica Precede a Ontologia” em *Tel.* Para Levinas, a relação com o outro não é ontologia, o inteligível através da ontologia, porque, antes da compreensão do outro como um ser, existe uma “intuição de sociabilidade por uma relação que é, conseqüentemente, irreduzível à compreensão.” (PEPERZAK (org.), 1996, p. 7) A relação para com o outro, a responsabilidade ética, não pode ser elaborada dentro da ontologia heideggeriana ou consciência transcendental husserliana. O que Levinas tenta reabilitar através da sua abordagem fenomenológica é exatamente como a filosofia (a língua grega) pode expressar essa responsabilidade ética para com o outro.

Embora as obras maduras de Levinas sejam notavelmente críticas da ontologia de Heidegger, é interessante notar que, antes da participação pública de Heidegger no nacional-socialismo, Levinas estava completamente convencido pela nova abordagem de Heidegger à filosofia fenomenológica. A introdução de seu ensaio 1932 “Martin Heidegger e Ontologia” demonstra o grau em que Levinas estava devotado à filosofia de Heidegger:

O prestígio de Martin Heidegger e a influência de seu pensamento na filosofia alemã marcam ambos uma nova fase e um dos pontos altos do movimento fenomenológico. Pego de surpresa, o estabelecimento tradicional é obrigado a clarificar a sua posição sobre este novo ensinamento que lança um feitiço sobre a juventude e que, ultrapassando os limites de admissibilidade, já está em voga. Pela primeira vez, a Fama já escolheu aquele que merece e, melhor ainda, aquele que ainda está vivo. Qualquer um que tenha estudado a filosofia não pode, quando confrontado com a obra de Heidegger, deixar de reconhecer como a originalidade e a força das suas realizações, decorrentes de gênio, são combinadas com uma análise do argumento atento, cuidadoso e meticuloso—como a artesiana do artesão paciente da qual os fenomenólogos tem tanto orgulho.” (LEVINAS, 1999, p. 11)

Quase tão importante como o grau em que Levinas estava convencido da abordagem de Heidegger é a antologia dos seus primeiros escritos, de 1949, onde Levinas optou por excluir este elogio longo, generoso para o gênio de Heidegger. Peter Gordon, no seu livro recente *Continental Divide*, atribuiu essa rejeição de Heidegger pós-1933 à causas puramente políticas ao invés de filosóficas: “É fundamental notar que Levinas só desenvolveu sua crítica da ontologia heideggeriana alguns anos depois, começando com sua desilusão catastrófica quando o filósofo alemão publicamente abraçou o Nacional Socialismo em 1933. Antes desses eventos, no entanto, Levinas poderia ainda ser contado entre os discípulos mais admirados de Heidegger.” (GORDON, 2014, p.

102) Esta desilusão catastrófica não pode ser subestimada, uma vez que guiou todo o projeto filosófico de Levinas, no rescaldo da traição de Heidegger.

A posição radicalmente apolítica que Heidegger leva na sua ontologia do significado do ser em um sentido impessoal geral é fundamental para entender a razão pela qual Levinas define-se em oposição ao clima do pensamento heideggeriano. Se observarmos atentamente o projeto de Levinas como uma tentativa de corrigir a miopia solipsista da ontologia heideggeriana, que não pode dar conta da relação com o outro, o trabalho de Levinas assume um carácter marcadamente social ou como ele afirma: “o social, (ou seja, a ética) está para além da ontologia.” (LEVINAS, 1985, p. 58) Assim, sua ênfase na ética e na justiça em *TeI*, bem como seu trabalho posterior sobre os direitos humanos são, fundamentalmente, tentativas de entender a esfera social através da descrição fenomenológica da estrutura da responsabilidade. Dessa maneira, pode-se considerar que ler a obra de Levinas como um filósofo social, ou como um pensador que tenta traduzir a sociabilidade da Bíblia para a língua “grega” da filosofia, implica afirmar que a fenomenologia de Levinas, desde o início do seu projeto, está engajada com questões sociopolíticas.

1.4 Sociabilidade e a virada política

O engajamento político de Levinas, e a forma como se relaciona com a política do seu pensamento filosófico, podem ser vistos já em seu artigo de 1934 “Reflexões sobre a Filosofia do Hitlerismo”, publicado na revista católica *Espirit*. Este artigo, escrito logo após a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, aborda a barbárie do nacional-socialismo, não como uma aberração irracional ou privação enlouquecida do pensamento lógico, mas sim como o resultado inevitável da filosofia ocidental. Embora o envolvimento público de Heidegger com o nazismo já fosse aparente naquele momento, Levinas nunca menciona Heidegger diretamente no texto e atribui a ascensão do hitlerismo à moderna Alemanha do “redescobrimento e glorificação” da vontade de poder de Nietzsche. (HOROWITZ (org), 2006, p. 11) Para Levinas, a questão fundamental do artigo, pelo menos em seu prefácio retrospectivo de 1990, está nos limites da racionalidade política. Ele observa: “Devemos nos perguntar se o liberalismo é tudo que precisamos para alcançar uma autêntica dignidade do sujeito humano. Será que o sujeito chega à condição humana antes de assumir a responsabilidade pelo outro homem no ato de eleição que o eleva a este patamar?” (HOROWITZ (org), 2006, p. 3) Esta questão é uma linha contínua que corre ao longo de sua obra na qual Levinas

tenta descrever uma ligação entre ética e política. O liberalismo, tem um papel central nessa análise levinasiana, muito embora fique claro que a resposta de Levinas à questão “se o liberalismo é tudo que precisamos?” será negativa.

De maneira similar ao que encontramos em *Humanismo e Terror* de Merleau-Ponty, Levinas considera ambos os lados de uma racionalidade política dualista polarizada incapazes de captar adequadamente a profundidade da responsabilidade ética para com o outro. Isso explica uma motivação fundamentalmente política no cerne do que pode ser pensado como o tema central na sua obra, como Critchley afirma na sua introdução para o *Cambridge Companion to Levinas*: “Em cada uma de suas duas grandes obras, *Totalidade e Infinito* e *Outramente Que Ser ou Mais-Além da Existência*, Levinas tentou construir uma ponte entre a ética, concebida como a relação não-totalizável a outro ser humano, e a política, entendida como a relação com o terceiro (*le tiers*), isto é, com todos os outros que compõem a sociedade.” (CRITCHLEY (ed), 2004, p. 24) Uma tentativa de entender essa conexão entre ética e política através do método fenomenológico é o objetivo central da obra de Levinas. Peperzak, no seu artigo “Intersubjetividade e Comunidade” elabora a questão no coração dessa investigação inspirada por Levinas:

Todo mundo vive em uma rede de relações face-a-face, mas nenhuma delas pode ser isolada do contexto social e cultural mais amplo das várias coletividades a que pertencemos. Se usarmos a palavra “intersubjetividade” para indicar relações diretas entre pessoas, e “coletividade” ou “comum” para evocar as estruturas anônimas e objetivas” e processos que formam o “mundo” e o contexto da ação humana, uma das questões fundamentais que tem de ser feita em filosofia social pode ser formulada assim: como intersubjetividade e coletividade (ou comunidade) estão relacionados? (THOMPSON (org), 2000, p. 55).

Sendo assim, fica claro a partir de 1930 no artigo sobre hitlerismo que Levinas está preocupado exatamente com essas questões políticas. A resposta à questão de Peperzak é que a ética é mais fundamental do que a política, mas as duas sempre estão conectadas através da copresença simultânea do outro e do terceiro. O que Levinas tenta evitar na sua descrição fenomenológica da estrutura de responsabilidade é a tendência de considerar as resoluções aos problemas políticos em termos estritamente políticos. Ou seja, não é o caso que todos os problemas políticos podem ser resolvidos através de racionalidades políticas.

Um ponto da convergência entre os temas de sociabilidade e a responsabilidade ética está justamente no conceito de fraternidade em *TeI*. Esse conceito aparece não somente na análise fenomenológica em *TeI*, mas também nos escritos mais explicitamente políticos sobre os direitos

humanos na década 80. Nesses dois momentos na obra de Levinas, o autor mostra a maneira através da qual essa responsabilidade se manifesta na relação de fraternidade. Esse conceito de fraternidade, embora raramente apareça como um tema explícito em suas obras posteriores, persiste em seu projeto de descrever a fundamentação dos direitos humanos. Fraternidade, como fundamento da não-indiferença universal em relação ao outro, oferece um ponto de ligação entre o projeto de *TeI* e como o autor tentou aplicar essas ideias à questões que são fundamentalmente políticas. Assim, o conceito de fraternidade funciona dentro de um contexto muito específico no projeto de ética como filosofia primeira de Levinas, que difere radicalmente da abordagem tradicional da fraternidade no liberalismo. Através de uma análise crítica do conceito de fraternidade em *TeI* portanto, as implicações políticas do trabalho de Levinas em relação aos direitos humanos se tornam mais claras.

1.5 Os direitos humanos e o utopismo

Em entrevista concedida a um grupo de estudantes de pós-graduação da Universidade de Warwick em 1986, Levinas descreveu o conceito de direitos humanos como uma forma de exterioridade que funciona para além da totalidade do estado liberal. Ele observa:

Concretamente, o estado liberal sempre admitiu -- ao lado da lei escrita -- os direitos humanos como uma instituição paralela. Ele continua a pregar que dentro de sua justiça sempre há melhorias a serem feitas através dos direitos humanos. Os direitos humanos são o lembrete de que não há justiça ainda. E, por conseguinte, creio que é absolutamente óbvio que o estado liberal é mais moral do que o estado fascista, e mais próximo do estado moralmente ideal.(BERNASCONI (org), 1988, p. 178).

O fato de que os direitos humanos não são totalmente atingíveis dentro da totalidade do estado demonstra a dedicação de Levinas a uma política que vai além da política, ou seja, uma política em que a justiça excede a capacidade do estado. Para Levinas, especialmente em *TeI*, ética e justiça são fundamentalmente inseparáveis. Ainda na mesma entrevista, ele chama atenção para o fato de que em *TeI*: “‘ético’ e ‘justo’ são a mesma palavra, a mesma pergunta, a mesma língua.” (BERNASCONI (org), 1988, p. 171) Porque o estado liberal visa um tipo de justiça inatingível para além de sua própria totalidade legalista, esforça-se para além do meramente político em direção a relação humana mais fundamental da ética.

A preferência de Levinas pelo estado liberal em relação ao estado fascista levou a algumas interpretações, nomeadamente a de Richard A. Cohen, que determinou que a política de Levinas tem uma natureza fundamentalmente liberal. Cohen afirma que a posição de Levinas endossa explicitamente o conceito de estado de Locke: “Claramente, então, o que Levinas está defendendo, um estado regulado pela justiça, e uma justiça guiada pela moralidade, sendo a moralidade entendida como a de indivíduos independentes na relação social, é o que tem sido conhecido na teoria política moderna como política liberal, ‘liberal’ no sentido clássico articulado primeiramente por John Locke.” (COHEN, 2003, p. 7) No entanto, esta leitura de Levinas como mais um defensor do liberalismo ocidental ameaça enfraquecer a radicalidade do seu projeto de colocar a ética como filosofia primeira.

Para Locke, a fundamentação de direitos é essencialmente pautada pela limitação de violar a liberdade e a vida do outro, que ele estabelece claramente em seu segundo *Treatise on Government*. Ele observa: “E que todos os homens possam ser impedidos de invadir os direitos dos outros, e de fazer mal a um outro, e que a lei da natureza seja observada, que se queira a paz e a preservação de toda a humanidade...” (LOCKE, 1960, p. 271) Embora Cohen esteja certamente correto na afirmação de que o conceito de estado limitado de Locke gera um conceito de direitos que excedem a justiça dentro da totalidade do estado, o conceito de direitos de Levinas vai além da definição liberal clássica dos direitos naturais como liberdade negativa. Para Levinas, uma restrição, somente, não pode atingir um conceito de responsabilidade ética que serve como base para os direitos humanos. Ao invés da responsabilidade de não se envolver com o outro, a compreensão de Levinas de responsabilidade, como veremos com seu conceito de fraternidade, é fundamentalmente uma não-indiferença ao sofrimento do outro. Uma vez que, como vimos acima, Levinas equipara os conceitos de ética e justiça em *TeI*, o senso de responsabilidade ética para com o outro não pode ser reduzido a uma política de indiferença e proibição de invadir os direitos do outro.

Examinar exatamente como o conceito de direitos de Levinas se constrói, para além deste conceito liberal clássico de liberdade negativa, em direção a um conceito contemporâneo de liberdade positiva nos direitos sociais é um tema fundamental no trabalho de Roger Burggraeve. Em seu livro *The Wisdom of Love in the Service of Love*, Burggraeve aborda uma ligação fundamental entre os temas da justiça, da paz e dos direitos humanos nas obras posteriores de Levinas, onde o mesmo refuta completamente as afirmações de pensadores como Cohen de que Levinas seria melhor compreendido

dentro de uma estrutura liberal. Para Burggraeve, a conexão entre a justiça, a paz e os direitos humanos não é simplesmente uma questão de sobreposição e de conceitos interligados, mas sim que, nos últimos escritos de Levinas, estes temas convergem e “tornam-se sinônimos virtuais para o seu conceito central de responsabilidade.” (BURGGRAEVE, 2002, p. 41) Burggraeve desenvolve estes conceitos na obra de Levinas contra o contexto de seu significado na filosofia ocidental tradicional, em que a paz e os direitos são restritos aos conceitos de liberdade individual e interesse pessoal, que dominam a política egoísta do liberalismo. Ao colocar os direitos no quadro ético heterônomo de Levinas, ao invés de localizá-los em um quadro político liberal tradicional, Burggraeve interpreta o projeto de Levinas como reformulação radical do conceito de direitos humanos, de modo que evita retornar ao egoísmo da filosofia ocidental tradicional. Burggraeve observa: “os direitos humanos baseados no direito da outra pessoa, tal como Levinas os definiria, exibem uma extensão universal da minha responsabilidade e bondade. Como uma Outra pessoa, cada um de nós tem o direito de reconhecimento, promoção e assistência” (BURGGRAEVE, 2002, p. 128).

Considerações Finais

O presente artigo tentou mostrar a trajetória fenomenologia de Levinas na sua dimensão política e como essa trajetória influencia diretamente na sua leitura acerca dos direitos humanos. Isso não significa que a política pode ser considerada como filosofia primeira, a posição reservada para a ética na abordagem levinasiana. Mas, como tentativa de traduzir a sociabilidade bíblica na língua grega da filosofia, isso indica, explicitamente, consequências inevitáveis para a política prática. A preocupação central na fenomenologia de Levinas é superar a miopia política em Heidegger, e essa preocupação é fundamental para entender a ponte criada entre ética e política como uma tentativa de descrever fenomenologicamente a sociabilidade bíblica na linguagem filosófica. Levinas anuncia exatamente essa conexão entre a sociabilidade bíblica e da língua grega da ética no seu prefácio à edição alemã de *TeI* de 1987: “[como] A ausência completa da ontologia e sim, o um-para-o-outro da santidade, da proximidade, da sociabilidade, da paz. A sociabilidade utópica que comanda toda a humanidade em nós e na qual os gregos percebem a ética.” (1971, p. III) Essa sociabilidade utópica que comanda toda a humanidade, ele indica, é inacessível através da linguagem ontológica da filosofia ocidental. No entanto, já que o projeto de *TeI* é um “retorno ao platonismo” a língua grega tem uma

maneira de tentar expressar esta lacuna através do conceito de ética. Sendo assim, para os gregos, a ética é o elemento dentro da filosofia que resiste à ontologia. Para Levinas, a demanda anunciada nessa ética representa não apenas a sociabilidade, mas sim a sociabilidade utópica, porque é fundamentalmente inatingível. Como a ilha fictícia de *Utopia* descrita por Sir Thomas More, a utopia de Levinas representa o ideal impossível que é ao mesmo tempo o lugar perfeito e inexistente. O que Levinas propõe-se descrever em sua tradução da Bíblia à língua grega é desenvolver a descrição fenomenológica da estrutura deste comando utópico insaciável através do conceito grego de ética.

Os direitos humanos, para Levinas, são uma “instituição paralela” que serve como lembrete constante de que a justiça do Estado será sempre insuficiente para atingir esse ideal utópico de santidade. Esta insuficiência, no entanto, não é paralisante ou uma desculpa para se contentar com um niilismo político. Levinas insiste que seu utopismo é uma crítica ativa contra os mecanismos das entidades estaduais e extraterritoriais, como a ONU ou a União Europeia. É neste sentido que o seu conceito de direitos humanos é anárquico, que não é a encarnação de um princípio moral cosmopolita para servir como uma nova arché, mas sim uma crítica contra a ordenação árquica da sociedade. A relação não-tematizável para com o outro, a ética, tem uma semelhança formal com a não-tematizabilidade dos direitos humanos como crítica contra a totalidade do Estado. As tentativas de encarnar direitos em instituições políticas, e Arendt fornece um argumento filosófico importante a favor desta abordagem, estarão sempre condenadas a cair novamente no erro da totalidade confortável da interioridade.

Bibliografia

BERNASCONI, Robert, and WOOD, David (org.). *The Provocation of Levinas*. London: Routledge, 1988.

BURGGRAEVE, Roger. *The Wisdom of Love in the Service of Love: Emmanuel Levinas on Justice, Peace and Human Rights*. Trans. Jeffrey Bloechl. Milwaukee: Marquette University Press, 2002.

COHEN, Richard A. “Political Monotheism’: Levinas on Politics, Ethics, and Religion.” In *Essays in Celebration of the Founding of the Organization of Phenomenological Organizations*. Eds Chan-Fai Cheung, Ivan Chvatik, Ion Copoeru, Lester Embree, Julia Irbarne, and Hans Rainer Sepp. Organization of Phenomenological Organizations, 2003.

CRITCHLEY, Simon and BERNASCONI, Robert (org.). *The Cambridge Companion to Levinas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CRITCHLEY, Simon. *The Problem with Levinas*. Ed. Alexis Dianda. Oxford: Oxford University Press, 2015.

GORDON, Peter E.. *Continental Divide: Heidegger, Cassirer, Davos*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo: Parte I*. Tradução Marcia Sá Cavalcante Schuback. 15ª Edição, Petrópolis: Editoria Vozes, 2005.

HOROWITZ, Asher, and HOROWITZ, Gad (Eds). *Difficult Justice: Commentaries on Levinas and Politics*. Toronto: University of Toronto Press, 2006.

HUSSERL, Edmund. Pure Phenomenology: Its Method And Its Field Of Investigation: Inaugural Lecture at Freiburg im Breisgau (1917)
http://religiousstudies.stanford.edu/WWW/Sheehan/pdf/5_husserls_texts_online/5-%201917%20HUSSERLINAUGURAL%20ADDRESS.pdf (Accessed 12-22-2015)

LEVINAS, Emmanuel. *Alterity and Transcendence*. Trans. Michael B. Smith. London: Athlone Press, 1999.

LEVINAS, Emmanuel. *Discovering Existence with Husserl and Heidegger*. Trans. Richard A. Cohen and Michael B. Smith. Evanston: Northwestern University Press, 1998a.

LEVINAS, Emmanuel. *Ethics and Infinity: Conversations with Philippe Nemo*. Trans. Richard A. Cohen. Pittsburgh: Duquesne University Press, 1985.

LEVINAS, Emmanuel. *Is it Righteous to Be?: Interviews with Emmanuel Levinas*. Org. Jill ROBBINS, Stanford: Stanford University Press, 2001.

LEVINAS, Emmanuel. *Totalidade e Infinito*. Tradução José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1980

LEVINAS, Emmanuel. *Totalité et Infini: Essai sur L'extériorité*. Dordrecht: Kluwer Academic, 1971.

LOCKE, John. *Two Treatises of Government*. Ed. Peter Laslett. Cambridge Texts in the History of Political Thought Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Phenomenology of Perception*. Trans. Colin Smith. London: Routledge, 2003.

PEPERZAK, Adriaan, CRITCHLEY, Simon, and BERNASCONI, Robert (Eds). *Emmanuel Levinas: Basic Philosophical Writings*. Bloomington: Indiana University Press, 1996.

SCHRODER, Brian, and BENSO, Silvia (org.). *Levinas and the Ancients*. Bloomington: Indiana University Press, 2008.

THOMPSON, Kevin and EMBREE, Lester (org.). *Phenomenology of the Political*. Dordrecht: Kluwer Academic, 2000.

Recebido em: 01 de janeiro de 2016

Aceito em: 21 de julho de 2016



APONTAMENTOS SOBRE A GREVE DOS BANCÁRIOS DE PELOTAS/RS E SUA COMPREENSÃO COMO RITUAL POLÍTICO

Ricardo Gonçalves Severo¹

Resumo

O relato, de caráter etnográfico, foi realizado junto ao “piquete” no Banrisul, banco público do Rio Grande do Sul, e às assembleias de 05 a 13 de outubro de 2010, na cidade de Pelotas/RS. Investigou-se qual é o papel que a greve, analisada como um ritual tem na construção da identidade social dos sujeitos envolvidos. A observação do cotidiano demonstra que a greve é constituída de uma série de rituais de iniciação, legitimação, comunicação, confraternização e demarcação. Foi possível registrar quais categorias importam para demarcar as oposições pertinentes. O que é significativo para os grevistas e que elementos são considerados legítimos para serem levantados como causas prioritárias. Em suma, como a definição do que é ser bancário de acordo com a perspectiva dos trabalhadores mobilizados na greve.

Palavras-Chave: Sindicalismo. Greve. Ritual. Militância. Participação Política.

NOTES ON THE STRIKE OF BANK WORKERS FROM PELOTAS/RS AND ITS UNDERSTANDING AS A POLITICAL RITUAL

Abstract

The ethnographic report was conducted at the "piquete" at Banrisul, public bank of Rio Grande do Sul and the assemblies 05 and 13 October 2010, in the city of Pelotas / RS. We investigated what role the strike, analyzed as a ritual, plays in the constriction of social identity of the persons involved. The observation of everyday life demonstrates that the strike consists of a series of initiation rituals of legitimation, communication, fellowship and demarcation. Still, what categories matter to demarcate the relevant oppositions. What is significant for the strikers and which elements are considered legitimate to be raised as a priority issue. In short, as the definition of who is a militant in accordance with the perspective of workers mobilized on strike.

Keywords: Unionism. Strike. Ritual. Activism. Political participation

¹ Doutor em Ciências Sociais (PUCRS). Contato: rg.severo@hotmail.com
V.5, n. 2. p. 11-14, Mai./Agos. 2016.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar como um processo de embate e demonstração pública de atuação política por parte de uma categoria profissional, no caso, bancários, se realiza e serve como momento para observação da construção dos códigos que constroem o discurso sindical, a construção das hierarquias e também da inclusão de novos militantes no meio sindical.

Os elementos que justificaram a greve em nível nacional neste período se deram, conforme os bancários, pela percepção de sua baixa remuneração em relação aos atuais ganhos dos bancos (públicos ou privados) e às más condições de trabalho, especialmente no que diz respeito às metas e ao assédio moral. Nos bancos públicos questiona-se o papel institucional destas empresas, centrada na preocupação excessiva com os seus lucros, conforme fala dos grevistas. Desta forma, procurando melhores condições de trabalho e reposição salarial em níveis acima da inflação (11%)², e tendo sido a oferta de 4,29% da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) considerada insatisfatória, os bancários iniciaram o processo de greve.

A pesquisa foi realizada com enfoque etnográfico, compreendida como método não somente descritivo, mas interpretativo, apreendendo para tal, de acordo com Geertz (2008), o discurso social dos sujeitos (falas e atos), de forma a fixá-lo em uma forma que possa servir à pesquisa. Detive-me no cotidiano dos bancários, acompanhando o dia-a-dia da greve no que denominam piquete, espaço de entrada da agência central³ do Banrisul de Pelotas em que se concentravam durante manhã e tarde.

A técnica empregada foi a pesquisa participante (SEVERINO, 2008), ou observação livre (TRIVIÑOS, 1987), permaneci junto no local com os grevistas e acompanhei suas assembleias⁴ do dia cinco até quinze de outubro de 2010. Preferi acompanhar apenas a greve do Banrisul, pois possibilitaria que se fizesse uma observação aprofundada sobre o comportamento do grupo. Busquei ao máximo me aproximar da análise situacional, dando ênfase aos sujeitos envolvidos no contexto observado, não os utilizando como alegoria para uma teoria prévia à observação da situação, mas enfocando na situação observada, conforme abordado por Velsen (2009).

A greve como ritual

² Informações do Jornal do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região O Troco – julho de 2010.

³ Agência localizada no centro da cidade, com maior fluxo de clientes. Outras agências citadas adiante são a dos bairros periféricos.

⁴ Foram acompanhadas três assembleias, nos dias 5, 11 (somente dos grevistas do Banrisul) e 13 de outubro (esta com toda a categoria para votação das propostas de reajuste).

As observações sobre o cotidiano da greve levaram a considerá-la como um ritual, o qual é definido por Stanley Tambiah e exposto por Mariza Peirano, da seguinte maneira:

O ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica. Ele é constituído de seqüências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, em geral expressos por múltiplos meios. Estas seqüências têm conteúdo e arranjo caracterizados por graus variados de formalidade (convencionalidade), estereotipia (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição) (PEIRANO, 2003, p. 11).

Segundo a autora, o ritual tem a capacidade de gerar significado para os sujeitos envolvidos e é um evento de tipo especial, definido pelos sujeitos investigados e não pelo pesquisador. Tal ênfase no ritual como foco da análise apreende que os “eventos críticos de uma sociedade ampliam, focalizam, põem em relevo e justificam o que já é usual nela...(PEIRANO, 2001: 5)”. Portanto, a greve é fonte significativa e está relacionada a uma *visão de mundo*⁵ (cosmologia do qual o ritual faz parte⁶) que orienta a ação dos sujeitos envolvidos, sendo capaz de gerar a identidade social destes sujeitos. Desta forma, tal evento serve como forma de construção performativa de representação social do grupo dos sindicalistas. De acordo com Collins, “...as representações podem ser concebidas como partículas carregadas que circulam entre os indivíduos e alojam-se por um tempo em suas mentes, mas são partículas que foram originadas nos rituais do grupo (2009, p. 165)”.

A greve, portanto, demarca uma posição que busca representar a identidade bancária e esta é compreendida tal qual apresentada por Cuche (1999), como processo consciente que busca diferenciar os grupos, de acordo com o contexto. Para Cuche a “identidade é uma construção que se elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais se está em contato” (1999, p. 182).

Conforme Woodward (2009) compreende-se a identidade como contextual, sendo orientada de acordo com a vivência dos sujeitos e é solicitado como forma de aceitação de determinados códigos para que se faça parte do grupo. Para estes, a identidade toma uma forma essencialista, no sentido de rejeitar algumas categorias de maneira peremptória. No caso dos bancários, ser contrário à implantação da meritocracia nos bancos em qualquer situação, por exemplo, pois é compreendida como prática ligada aos valores dos adversários – no caso a

⁵ Conceito baseado em Mannheim (1952), em que a visão de mundo é partilhada pelos sujeitos que participam do mesmo grupo social (*milieu*).

⁶ “...o caráter performativo do ritual está implicado na relação entre forma e conteúdo que, por sua vez, está contido na cosmologia” (PEIRANO, 2000).

administração do banco. Para o pesquisador, no entanto, é necessário compreender que é relacional ao contexto. Ela é também diferença, o que vem a se manifestar pela ação simbólica que demarca a fronteira entre o “*nós*” – grevistas – e o “*eles*” – não grevistas, proprietários dos bancos, gerentes, fura-greves (cabendo aqui a observação do contexto ao qual se refere ao se identificar enquanto grevista).

A identidade sindical vem buscar sua fonte de representação social numa série de maneiras de agir (*habitus*)⁷ e a greve é uma destas formas simbólicas que tem por função⁸ comunicar, iniciar, disputar e principalmente representar o papel social do sindicalista. A representação é fundamental para a formação da identidade, pois é fonte de significados e serve como orientação para o sujeito.

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido a nossa experiência e àquilo que somos (WOODWARD, 2009, p.17).

Ressalta-se que é na greve que muitas representações são produzidas, dando sentido à ação dos sujeitos. Assim, a greve é vista como um evento/ritual que tem por finalidade representar a visão de mundo e também construir o grupo de sindicalistas que dará continuidade às atividades futuras, assim como a reafirmação das lideranças atuais, considerando que existem espaços contextuais de disputa de tais papéis.

Assim sendo, para fins analíticos, apreendeu-se a greve como que elaborada por *atos de construção*. As assembleias são momentos em que se busca a unidade da categoria em torno de pautas comuns, de forma a estabelecer a fronteira entre o “*nós*” bancários em greve e “*eles*” banqueiros. É preciso lembrar que a categoria é marcada por uma diversidade interna relacionada às empresas nas quais trabalham, o que vai caracterizar, por exemplo, o estatuto de trabalho.

Tais assembleias ainda diferenciam-se de acordo com o momento em que são realizadas – período anterior à deflagração da greve, durante ou para seu encerramento - e também se reúnem o conjunto da categoria ou somente os funcionários de um banco, para tratar de pautas específicas. Há desta forma, uma diferenciação hierárquica, de acordo com o grau de representatividade, medido pela escala de participação dos sindicalistas nas atividades de greve, o qual é determinado, por sua vez, pela observação da esfera de realização da assembleia (nacional,

⁷ Tal qual elaborado por Bourdieu (2004), sendo o *habitus* definidor do campo, no caso, sindical.

⁸ Conforme Abner Cohen destaca ao tratar das diversas finalidades (funções) que determinada forma simbólica pode adquirir. Assim a greve é forma simbólica ritual que tem funções diversas.

estadual, municipal, sindicalistas de determinado banco e de determinada agência). A realização dos piquetes é outro ato da greve, demarcando-a fisicamente. Considera-se aqui como a greve propriamente dita, pois é o momento em que os sindicalistas se apresentam ao público em geral em performatividade.

Os piquetes são a delimitação da ocupação do espaço da agência bancária como pertencente, pelo seu período de ocupação, aos grevistas. É um espaço que simboliza o não-trabalho, visivelmente sensível aos clientes pela presença dos grevistas, os quais são distinguidos por algum símbolo, como uso de *bottons*, camiseta ou adesivo em suas vestimentas e pela colagem de adesivos na própria agência ou pendurando-se faixas e avisando aos clientes sobre a paralisação.

Durante a realização do piquete são transmitidos os valores simbólicos, os quais são expressos em falas e atos, considerados desejáveis pelo *ethos* próprio ao campo social militante. Tais valores foram apreendidos pela observação de transgressões daqueles que são novos na prática sindical – como bater o ponto e ir ao piquete – e por gafes da parte do pesquisador, geralmente em situações em que se perguntam coisas que deveriam ser óbvias – como perguntar porque não poderia bater o ponto e ir para a greve.

O piquete, em suma, é um espaço de convencimento – da população e de bancários –, de formação – de “novos quadros”, de demonstração de força – pelo número de grevistas, entre outros tantos elementos que podem surgir como pertinentes ao contexto. A greve é, assim, um “meio de pressão (instrumento de luta) e um modo de expressão de um grupo de trabalhadores” (BLASS, 1992) que pode tomar formas diversas de acordo com a conjuntura em que é realizada. Ressalta-se que por configurar-se como um evento especial, mas que carrega em si os valores que estão presentes no cotidiano destes trabalhadores. Serve, para o pesquisador, como um momento analítico ímpar para captar o que é significativo no momento para as pessoas envolvidas.

Cotidiano da greve

As atividades da greve, como panfletagens e conversas com bancários, realizadas pelos dirigentes do sindicato, iniciaram em Pelotas no dia 29 de setembro 2010 em algumas agências privadas (Itaú, Santander e HSBC) e nas agências públicas (Caixa Econômica Federal). No dia 30 de setembro, a agência (bairro) Fragata, do Banrisul, entrou em greve e as demais no dia primeiro do mês de outubro. A maioria dos banrisulenses (termo empregado pelos próprios funcionários

para se identificar) em greve se concentravam na agência Central, localizada no calçadão da cidade, local de maior fluxo de pessoas.

Os bancos tinham na sua entrada a fixação de adesivos grandes e cartazes indicando que estavam em greve. Os sindicalistas ficavam no *hall* de entrada da agência. No andar superior realizam-se os serviços de abertura de contas, contato com o gerente e outros serviços, e no andar inferior, ficam os caixas eletrônicos e atendimento dos caixas. A retirada de dinheiro nos caixas eletrônicos não foi interrompida durante a greve, assim como o atendimento a idosos e casos de urgência, sendo a definição do que se enquadrava nessa categoria estabelecida pelos próprios grevistas. Segundo os grevistas, tais serviços são mantidos para que a população não antipatize com sua causa.

Mesmo que de forma mínima, é necessária a continuidade no trabalho para que não haja interrupção do serviço. Assim, mesmo em greve, há aqueles que permanecem trabalhando, mas em serviços considerados como “internos”, tais como a reposição de dinheiro nos caixas eletrônicos ou na entrega dos cartões de conta corrente para que seja possível o saque.

Também há o estabelecimento de um pacto entre grevistas e não grevistas, de forma a evitar um choque direto. Os que não aderem à greve concordam em realizar o trabalho compreendido como essencial pelos grevistas e estes concordam em permitir a continuidade destes serviços. Mesmo assim, existe um tom velado de animosidade por parte dos grevistas. Alguns reclamam que terão que “levar nas costas” os que trabalham, pois a greve garantiria um aumento maior nos seus salários, o que não ocorreria se todos continuassem trabalhando normalmente.

Tal pacto não ocorre de forma imediata, sendo necessárias negociações pontuais.

Em um momento da manhã, o funcionário adjunto (designação da função de responsável) solicitou ajuda a um grupo de grevistas para reposição de dinheiro nos caixas eletrônicos, o que foi negado, por esta ser considerada uma atribuição daqueles que decidiram não parar e de responsabilidade do referido funcionário.

Outra situação de negociação se deu quando um senhor de 91 anos não conseguiu retirar seu dinheiro por não ter cartão, coisa que considerava ser atributo “de gente jovem”. O idoso tentou pedir o cartão dentro da agência, mas não foi atendido. Uma diretora do sindicato teve de interceder por ele, insistindo junto aos não grevistas para que o atendessem, o que foi feito. Há uma sensibilidade por parte dos grevistas de atender aqueles que compreendem necessitar de serviços ordinários – em especial os idosos.

Também foram comentados acontecimentos que são narrados pelos grevistas como “causos” enquanto permanecem nos “piquetes”, geralmente envolvendo a relação dos funcionários com o público ou com o gerente da agência. Tais momentos servem como forma de consolidação de um sentimento de camaradagem entre os presentes e distinção entre “*nós*” e “*eles*”.

Contou-se que na agência XV de Novembro houve um caso de agressão física, sofrida por uma estagiária. Outro “causo” ocorrido em uma cidade da região dizia respeito à postura do gerente: falou-se que os aposentados estavam tentando retirar o seu dinheiro e não eram atendidos, e o gerente desta agência atribuía a responsabilidade da recusa aos grevistas, que não queriam fazer os pagamentos. Ao ouvirem tal acusação, os grevistas, que se encontravam no local, responderam aos aposentados que aquele gerente estava recebendo somente depósitos e não os pagava porque não queria. Os grevistas sugeriram, portanto, que os aposentados fossem até a rádio da cidade reclamar, o que foi feito. Em tais relatos percebe-se que a construção das distinções não é suficiente para os grevistas, sendo performativa também para o público geral, que é “educado” sobre quem são os responsáveis pela greve, no caso os banqueiros ou governo. Há um esforço de construção das categorias para o público em geral.

Também houve reclamações de um gerente de uma agência de Pelotas que estava, conforme os grevistas, dificultando a greve, demonstrando disposição para ignorá-la. Segundo os relatos, em tal situação a ação dos sindicalistas precisa ser mais enérgica, sendo necessária a presença física destes nesta agência para “dobrar” o gerente.

Tais conflitos que estão presentes no cotidiano do trabalho dos bancários, no período da greve parecem potencializar-se. As oposições gerente \times bancários e a pressão dos clientes, conforme exposto acima, são exemplos.

As tensões imediatas as quais os grevistas estiveram sujeitos neste período eram, portanto, de duas ordens: as que ocorrem com os colegas não grevistas e, especialmente com os gerentes, e na relação com o público que procura atendimento. A primeira sempre tem uma percepção de ser mais grave, pois como são da categoria, são compreendidos como “traidores”, ou mais comumente de “pelegos”⁹, além do risco de represálias posteriores ao período da greve no ambiente de trabalho. Conforme exposto acima, percebe-se que a tensão era, no geral, latente, não havendo manifestações abertas de animosidade, pois há uma co-dependência entre grevistas e não

⁹ Pelego é a pele de ovelha que é utilizada para que o cavaleiro monte mais confortavelmente no cavalo. Serve como analogia, portanto, de subserviência àqueles que são trabalhadores, mas estão a serviço dos empregadores. *V.5, n. 2. p. 113-126, Mai./Agos. 2016.*

grevistas. Os primeiros precisam que parte do público seja atendida para não jogar a opinião pública contra os grevistas, e os segundos precisam dos grevistas para ter um aumento maior.

A figura do gerente, que também é funcionário, encarna a figura de autoridade legitimada pelos proprietários ou dirigentes, o que o faz o porta-voz local responsável pelos problemas apontados pelos sindicalistas. Percebeu-se que os gerentes não entram em greve, mas fazem parte do grupo de não grevistas que pactuam no atendimento parcial do público, via de regra, não entrando em conflito aberto com os grevistas.

A postura dos funcionários difere entre os bancos públicos e privados, podendo ser melhor compreendida de acordo com a fala de uma diretora do sindicato. Para ela, nos bancos privados, a greve se dá “*de fora para dentro*”, ou seja, é necessário que se faça o piquete em frente à agência e se impeça a entrada dos funcionários.

O piquete é composto por aqueles que estão liberados para o sindicato (e que não podem ser demitidos), não havendo constrangimento para sua participação. Nos bancos privados, caso um funcionário decida aderir à greve sem que seja integrante da direção do sindicato, será demitido, razão da necessidade do piquete com a presença dos sindicalistas. Pelas características próprias do setor público, especialmente pela estabilidade dos empregados, o número de grevistas é maior. Isso é percebido pelo número seu maior número em frente às agências. Esta presença é inclusive preocupação constante dos sindicalistas envolvidos na direção da greve.

A todo o momento os diretores ligam para outras agências para saber se há grevistas nos piquetes, e se não, para indagar por que as pessoas faltaram. Um dos diretores me pede para relatar neste trabalho, em tom indignado, a ausência de muitos bancários no piquete, que aproveitam a greve para “*fazer feriadão*”, o que chamam de “*greve de pijamas*”. Mesmo assim, tal ausência é tolerada como comportamento médio, pois mesmo ausentes nos piquetes, não comparecem ao trabalho. Pode-se deduzir que há o cálculo de riscos (MCADAM, 1993) por parte dos ausentes, que mesmo sem participar das atividades se beneficiarão da greve sem se expor, remetendo ainda à idéia de Olson (2011) de caroneiros. Tal atitude, porém, não seria tolerada por parte de um integrante da direção, visto que é percebido e cobrado como liderança e organizador do evento.

Pela fala dos sindicalistas do Banrisul, existem diferenças entre eles de acordo com o banco em que trabalham. Os seus companheiros de bancos privados têm de receber ajuda para realizar a greve pelas razões expostas anteriormente. Há, por isso, uma compreensão da não adesão maciça destes na greve. Já entre os funcionários de bancos públicos, não há, de acordo com os

sindicalistas, esta “*desculpa*”. Compreendem que é “*falta de consciência*” daqueles que não entram em greve. Para os trabalhadores do setor público é uma questão de obrigação moral para com a sua categoria, segundo a fala de uma diretora.

Tais diferenças não se restringem à diferença público \times privado, mas compreende-se que entre os bancos públicos existe uma diferença no perfil dos trabalhadores. Em Pelotas, o Banco do Brasil não aderiu à greve, o que de acordo com uma sindicalista se dá em razão da nova organização de trabalho do banco. Uma diretora atribuiu a sua não adesão na greve em razão da forma como está sendo gerida a organização do trabalho nesse banco: através de comissões e venda de serviços. Assim, a competitividade entre bancários é percebida de forma negativa e uma das razões da redução da participação sindical.

Ao final das negociações, os funcionários deste banco tiveram um índice de reajuste considerado mais satisfatório em comparação com os demais, o que foi atribuído à obediência que estes tiveram à direção do banco, não entrando na greve de forma maciça. Nesta nova organização os trabalhadores ganham comissão, algo visto como risco ao movimento sindical de acordo com a informante, sendo condenada a meritocracia pela categoria.

Conforme Barbosa (2001) sobre a visão que os brasileiros têm sobre o assunto, considerando-a como elemento que potencializa a individualidade, elemento que recebe carga negativa. Como não pararam, segundo a informante, eles receberam um aumento acima do esperado, isso em razão da “obediência ao governo”.

No caso dos bancos públicos, a greve se dá de “*dentro para fora*”, de acordo com a fala de um dos dirigentes da greve. Isto significa que, tendo sido decidido o início da greve em assembleia, não há constrangimento ao funcionário (passado o período de estágio probatório de 3 meses, no caso do Banrisul) para entrar no movimento grevista. Os bancários que decidem deixar de trabalhar quando é anunciada oficialmente a greve não correm o risco de ser demitidos.

No que diz respeito aos clientes, há duas formas antagônicas de trato quando este se dirige aos grevistas. A primeira é a de hostilidade aberta - ao perceberem que o banco está em greve muitos agridem verbalmente os grevistas. Estas situações servem como assunto nas rodas de conversa no piquete. Conta-se, por exemplo, do cliente que começou a gritar que deveria ser tudo vendido para os americanos. Na agência central presenciei alguns casos de animosidade aos grevistas. Um senhor que questionou a realização da greve quando havia tantos desempregados, perguntou se eles não tinham vergonha. Ao verem os cartazes as pessoas que passavam pela rua gritavam – *Vagabundos!*

Outra postura do público é a de deferência, dirigindo-se aos grevistas de forma respeitosa, pedindo-lhes ajuda como um favor, bem à moda do “jeitinho brasileiro” descrito por Damatta (1986). Nestes casos geralmente as pessoas eram atendidas, dependendo do serviço que necessitassem. Algumas pessoas se aproximavam dos sindicalistas e se apresentavam como funcionários públicos (“sou professora do Estado”, “sou aposentado da CEEE”) e declaravam apoio à greve, diziam que era preciso se organizar para melhorar de vida. Estes compunham uma minoria.

A todo o momento alguém se aproximava pedindo auxílio para realizar alguma transação bancária (depósito, retirada de dinheiro, transferência e outros) e pediam aos presentes (grevistas), pois não sabiam como fazer tais operações sozinhos. Após uma destas consultas, uma grevista que orientou o cliente sussurrou para a sua colega: - *Viu? Ainda somos necessárias.*

O piquete de greve é também um momento de saber das novidades. Nele sabem-se quem são os novos colegas, de qual agência são, se tiveram filhos, casaram-se, quem se aposentou. Há um clima de camaradagem. Os homens conversam sobre pescarias, assunto também dos não grevistas, que algumas vezes saem de dentro da agência para fumar um cigarro e conversar, contam-se piadas e outros assuntos descontraídos. Nesta ocasião não se fala sobre a greve e tampouco sobre o trabalho.

Cria-se um ambiente de descontração, em que os novos bancários são apresentados ao grupo. É na greve que os bancários de diferentes agências se conhecem. Percebe-se a preocupação para que terminada a greve não deixar que tal “clima” se desfaça, tendo sido sugerido que ao final fosse organizada uma janta de confraternização “para não desmobilizar”, nas palavras de uma das diretoras do sindicato.

Há uma preocupação com a participação dos novos bancários no sindicato, buscando minimizar a diferenciação entre as gerações, que aparece em várias falas. Percebe-se uma diferenciação por parte dos novos bancários, uma disposição diferenciada para com a carreira. Na fala de um dos diretores do sindicato, em cada dez que entram no banco, somente um fica. Comentou-se que a nova geração, aproximadamente vinte anos, vê o trabalho de bancário como uma atividade que serve de sustento enquanto está cursando a faculdade, procurando algo melhor depois.

Na percepção dos mais velhos não há a perspectiva de carreira enquanto bancários por parte destes jovens. Tal verificação do trabalho bancário como uma carreira de passagem aparece no trabalho de Leila Blass (1992) na década de 1980.

Este é um motivo de preocupação, em especial no que diz respeito à renovação dos associados do sindicato. No piquete da agência central havia de fato um menor número de bancários jovens, sendo mais comum aqueles na faixa etária entre quarenta e cinquenta anos.

Aos bancários dessa geração, a qual pertence a diretoria do sindicato e os associados há muitos anos, cabe a transmissão do que é considerado legítimo para o exercício do papel de sindicalista. Tal transmissão se dá de forma cotidiana através da ação na greve. Como exposto acima, uma das formas é a presença nos piquetes, demonstrando a disposição de participação ativa no movimento, de forma a legitimá-lo em razão do número de pessoas presentes.

Há também censura a quem “gosta muito de greve”. Há um limite para o movimento. Ele deve levar em consideração as propostas apresentadas pelos patrões e dirigentes, a opinião pública em relação à greve e a capacidade manter a mobilização. Há uma adequação ao contexto e uma flexibilização de algumas reivindicações para que se possa retornar ao trabalho. É visto com olhar crítico aqueles que se mostram inflexíveis em relação às exigências, não se importando em continuar com a greve, independentemente de variáveis, tais como número de agências paradas ou se outros bancos os acompanham.

Há a busca por um ideal, tanto do movimento grevista quanto da postura desejada para um sindicalista. Por duas vezes surgiram referências ao movimento do passado. Em ambas as ocasiões, fui indagado sobre meu trabalho e ao responder que pesquisava a greve, um sindicalista disse: - *Que depressão...* Demonstrando acreditar que não era mais como no passado, quando o movimento era mais politizado. Outro sindicalista falou: - *Ah, que pena que não são nos anos oitenta!* Os dois se referiam ao período em que o movimento sindical estava em ascensão, época da redemocratização do país e no qual o movimento sindical articulava greves em conjunto em que surgiram a CUT e o PT.

Nessas falas percebi uma visão nostálgica, que não estavam relacionadas necessariamente com os ganhos materiais ou que se colocam na pauta de uma greve, ou de possíveis melhorias objetivas materiais, mas da visão de mundo na qual os movimentos de massa são o modelo.

Sobre as Assembleias

Os momentos de assembleia funcionam como um teatro, em que cada ator tem um papel a exercer, devendo saber em que momento e o que falar. É preciso saber motivar e seguir um roteiro não escrito. Os sindicalistas mais antigos iniciam as falas parabenizando ao sindicato pelo

papel que exerceu na greve e se fazem sugestões. Inclusive para discordar é necessário saber quando e como falar. Um sindicalista foi reclamar sobre a negociação das horas a se recuperar quando terminasse a greve, mas falou em um momento em que se debatia outro assunto, sendo a decisão sobre a ordem das falas sugestão da mesa. Este sindicalista, mais jovem, não estando “por dentro” da etiqueta da assembleia, foi corrigido pela mesa diretora, sendo orientado a prestar atenção à ordem dos pontos da assembleia.

Geralmente as participações começam partindo-se do geral. Por exemplo, sobre o número de agências paradas, e depois se falam de particularidades, como os problemas específicos de tal agência. O questionamento sobre a pauta de negociação ou sobre o reajuste seguem determinada lógica, que é declarada no início da assembleia. Há espaço para insatisfação, apresentada de acordo com as normas estabelecidas inicialmente. São feitas falas por parte de alguns sindicalistas jovens sobre a insatisfação com o reajuste oferecido e o desejo de continuara a greve. Nestes momentos a direção tenta argumentar que também não está satisfeita com o reajuste, mas que foi isto o possível, dadas as condições que enfrentavam e correlação de forças.

A questão das horas a se recuperar ao término da greve surgiu como assunto sensível a muitos presentes na assembleia. Os sindicalistas queriam saber como deveriam fazer tal recuperação, reclamando que não queriam fazê-lo. Percebi que há a sensibilidade de diferença nos tempos, sendo ponto de honra para muitos não recuperar estas horas, como se ao fazê-lo, mesmo que conseguindo o reajuste, estivessem apagando o tempo de mobilização, contrapondo-se este ao tempo de produção, quantitativo (HASSARD, 1996), que é fonte de reclamação de diversos bancários.

Considerações Finais

Um dos elementos que chamaram a atenção a respeito da organização do sindicato é o fato da cultura organizacional ser continuamente negociada pelas diferenças referentes ao banco aonde o sindicalista trabalha. O consenso é obtido pela busca de legitimação, o que ocorre mediante participação ativa na greve. Considera-se a presença de maior número de pessoas no piquete, participação contínua das atividades do sindicato, capacidade de convencimento dos colegas, entre outros elementos, como moeda para indicação de pessoas que comporão a nominata da diretoria do sindicato, assim como quem será “liberado” para o sindicato.

Ainda, ao tomar a perspectiva de que a greve é um ritual, percebeu-se que ela tem um duplo propósito. O primeiro é de expressão de força simbólica junto aos proprietários e dirigentes dos bancos, como disputa de força na busca de melhores ganhos e condições de trabalho, objetivos formais da greve. O segundo propósito a se observar é enquanto evento interno ao campo de ação dos sindicalistas, tendo como finalidade a legitimação do sindicato como espaço capaz de atender às demandas dos seus associados, com a revalidação de suas lideranças, o recrutamento de novos quadros entre os jovens bancários e a demonstração do valor da atividade bancária.

Ainda, negar o atendimento e perceber que são “necessários” é um elemento importante para a construção da identidade de bancários. Tais elementos observados no cotidiano da greve são expressos de diversas formas, por meio de ações na participação no piquete e nas assembleias. Estas ações expressam os valores tidos como centrais e legítimos na identidade sindical. Ao comunicar-se com o público, os bancários comunicam-se também com o seu próprio grupo.

Aqueles que pretendem participar do sindicato têm de partilhar da visão de mundo própria dos que estão inseridos nesta realidade. Tal visão de mundo é exercida, ensinada e reforçada por meio de ação ritual que se dá no cotidiano da greve.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Livia. *Igualdade e Meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

BLASS, Leila Maria da Silva. *Estamos em Greve!: imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004.

COHEN, Abner. *O Homem Bidimensional*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978.

COLLINS, Randall. *Quatro Tradições Sociológicas*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

CUCHE, Denys. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. São Paulo: Edusc, 1999.

DAMATTA, Roberto. *O que faz do Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1986.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. 1ª. ed. 13ª reimpressão – Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2008.

HASSARD, John. O Tempo de Trabalho: outra dimensão esquecida nas organizações. IN: *O Indivíduo na Organização: dimensões esquecidas*. São Paulo: Ed. Atlas, 1996.

MCADAM, Doug e PAULSEN, Ronnelle. Specifying the relationship between social ties and activism. In: *The American Journal of Sociology*. Vol. 99, nº 3. 640-667, nov. 1993).

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia: introdução à sociologia do conhecimento*. Rio Grande do Sul: Ed. Globo, 1952.

OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. 1ª Ed. 1ª reimp. – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo. 2011.

O TROCO: Jornal do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região – julho de 2010.

PEIRANO, Mariza. *A Análise Antropológica de Rituais*. Série Antropologia 270. Brasília, UNB, 29 pp., 2000.

PEIRANO, Mariza. *Rituais: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003.

PEIRANO, Mariza. *Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica*. Série Antropologia 305. Brasília, UNB, 23pp., 2001.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. IN: SILVA, Tomaz T. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9ª – Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2009.

SEVERINO, Antônio J. *A Metodologia do Trabalho Científico*. 23ª Ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 1ª ed. 12ª reimpressão- São Paulo: ed. Atlas, 1987.

VELSEN, J. Van. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. IN: FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

Recebido: 23 de setembro de 2015.

Aceito: 15 de maio de 2016.



O CONCEITO DE IDEOLOGIA: de Destutt de Tracy ao pensamento de Antonio Gramsci

Rodrigo José Fernandes de Barros¹

Resumo

Poucos conceitos nas Ciências Sociais e Humanas possuem tamanha flexibilidade, variação de significados e causam tantas polêmicas como o de ideologia. Ressurgindo em sua forma moderna na França pós-revolucionária e passando por gerações de pensadores positivistas, o conceito de ideologia encontraria lugar firme na tradição marxista, onde permanece até hoje no centro dos debates. Este artigo tem por objetivo expor e discutir esse processo embrionário do conceito, até sua acomodação na teoria do filósofo italiano Antonio Gramsci, que o colocou como parte fundamental de um conceito maior, o de hegemonia.

Palavras-chave: Ideologia. Teoria Social Marxista. Sociologia.

THE CONCEPT OF IDEOLOGY: from Destutt de Tracy to Antonio Gramsci's thought

Abstract

Few concepts in Human and Social Sciences possess such flexibility, variation of meanings and cause so many polemics such as ideology. Ressurging in its modern form in the post-revolutionary France and being passed through generations of positivist thinkers, the concept of ideology would find a steady place in the Marxist tradition, where it still is the central focus of debate until today. This abstract has as its goal to expose and discuss said embryonic process of the concept, until its accommodation into the theory of the Italian philosopher Antonio Gramsci, who placed it as the fundamental part of a bigger concept, hegemony.

Keywords: Ideology. Marxist Social Theory. Sociology.

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: rodjfb@uol.com.br
V.5, n. 2. p. 127-140, Mai./Agos. 2016.

Introdução

A primeira aparição moderna do termo se dá na obra *Elements d'Idéologie*² escrita pelo Conde e filósofo francês Destutt de Tracy e publicada em 1801. O livro é um imenso tratado digno dos enciclopedistas franceses pós-revolução, no qual Destutt de Tracy defende que a ideologia seria, de modo geral, a ciência que estuda as ideias dos homens. Segundo ele, as ideias provinham do resultado da interação entre organismo vivo e natureza, logo a ideologia pertenceria ao ramo da zoologia (LÖWY, 1985).

Essa ciência fora construída em cima de bases biológicas e físicas, desconsiderando quaisquer outras áreas do conhecimento, pois estas não passariam de especulação não-científica sem razão de existir. A fim de se conhecer a mente humana, bastariam observações e experiências empíricas, de modo que se identificassem leis universais tão válidas quanto à lei da gravidade, bem como seria possível prever as ações dos indivíduos. Graças a essas conclusões, Destutt e seus colegas que compartilhavam dessas visões foram apelidados de ideólogos (EAGLETON, 1997, p. 68).

Os ideólogos pertenciam ao Partido Liberal da França, e em meio ao caos político reinante no país, apoiaram Napoleão Bonaparte em seu golpe de Estado também conhecido como o golpe de 18° Brumário. Todavia, decepcionaram-se com o novo governante ao perceberem nele um restaurador do regime monárquico que precedera a revolução francesa. Juntaram-se com a oposição para deter as ânsias absolutistas do autoproclamado Imperador, que não tardou em contra-atacar; foram retirados dos seus cargos públicos e suas universidades foram fechadas. Homens de confiança de Napoleão os substituíram em seus postos (CHAUÍ, 1980).

Em uma declaração pública, Napoleão acusou os ideólogos de pertencerem a um culto metafísico tenebroso, e que a ideologia que criaram pouco contribuía para o conhecimento ou a melhora da vida das pessoas (KONDER, 2002). Temos aqui o momento em que há uma virada brusca no significado da palavra: ideologia passou a ser considerado um termo pejorativo, ao contrário do seu sentido inicial repleto de positividade. Desde então, o sentido negativo imperou com larga vantagem em comparação ao seu oposto.

Veremos um breve retorno da ideologia num sentido mais ameno com o francês Auguste Comte e seu positivismo científico. Embora preserve seu significado anterior, o de ciências das ideias que estuda o resultado da interação entre organismo em meio ambiente, Comte também

² Em tradução livre, “Elementos de Ideologia”.

chama a ideologia de um conjunto de ideais resultante da fase evolutiva em que cada sociedade se encontra (KONDER, 2002).

Em sua “física social” (que mais tarde daria impulso ao surgimento da sociologia), Comte defende que cada sociedade passa por diferentes estágios evolutivos com o decorrer das eras. Primeiramente temos a fase teológica, na qual se busca explicar o sentido das coisas através de forças superiores, divinas; em seguida temos a fase metafísica, em que a filosofia e a abstração substituem as respostas religiosas e, por último, temos a fase científica em que se procura conhecer o mundo através da observação, dos fatos, das experiências empíricas, da elaboração de leis e da razão. Cada uma dessas fases produz por si só um conjunto de ideias que tenta explicar o mundo em que vivemos – indiferente de qual seja o conjunto, Comte os chama de ideologia.

Na tradição do positivismo, também podemos encontrar a ideologia no trabalho do sociólogo francês Émile Durkheim. Em “As Regras do Método Sociológico” (2003), o autor pensará a ideologia como aquilo que obstrui o pensamento científico real. Uma vez que almejava obter uma cientificidade maior para a sociologia tal qual uma ciência da natureza, Durkheim dirá que apenas com a separação entre sujeito e objeto se torna possível garantir a neutralidade do cientista social, evitando assim qualquer tipo de elemento subjetivo indesejável. Caso não obedeça este princípio pode ser considerado um pensamento ideológico, pois cede espaço para a parcialidade e esta não deve ganhar terreno.

Com Marx e Engels

O filósofo alemão Karl Marx é creditado por muitos como o criador do conceito de ideologia, embora, como vimos, isso não seja verdade. A palavra aparece em vários textos do autor com significados diversos e às vezes superficiais, mas será no livro intitulado *A Ideologia Alemã* (2007), escrito juntamente com Friedrich Engels, que Marx trará os pontos mais elaborados, mas ainda assim não definitivos.

Na obra, Marx e Engels criticaram com veemência as concepções dos filósofos neo-hegelianos – como Max Stiner, Ludwig Feuerbach e Bruno Bauer. Estes defendiam que o combate em busca da emancipação humana se daria somente no campo das ideias, da consciência humana. Para que a realidade se transformasse, seria necessária a presença de novas ideias

substituindo as antigas, então, a realidade indesejável se dissolveria, dando lugar a uma nova sociedade com a ausência de traços indesejados.

Para Marx e Engels, este não era o caminho certo a se seguir. Essas teorias seriam insuficientes, equivalentes a ilusões; não passariam de uma concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real. Em outras palavras, a visão e as crenças desses pensadores seriam ideológicas por distorcerem a realidade como ela é, tal qual um véu que impede o indivíduo de enxergar bem.

Marx e Engels vão além. Acusam os neo-hegelianos não somente de problemas de percepção, mas também de estarem a serviço das forças conservadoras que dizem combater, pois desviam o olhar dos problemas reais e com isso fortalecem as classes dominantes que estão no poder. Não estariam fazendo nada mais do que combatendo fraseologias e “ao combaterem as fraseologias deste mundo, não combatem de modo algum o mundo real existente” (MARX; ENGELS, 2007, p. 84).

A partir dessa crítica, ambos os autores irão prosseguir com a elaboração do conceito de ideologia, já que, para eles, é através dela que são construídos e reproduzidos imaginários e sistemas de identificação social, cuja função seria mascarar os conflitos entre as classes sociais – originários das diferenças histórico-econômicas –, dissimulando a dominação e ocultando a presença do particular, dando-lhe a aparência de universal. A ideologia seria, portanto, uma espécie de falsa consciência do mundo a serviço da arbitrariedade da sociedade, a fim de evitar o conflito direto entre a classe dominante (burguesia) e a classe dominada (proletariado).

Ainda mais, a ideologia também deve prover, além do conjunto de representações coerentes para explicar a realidade social, um arranjo de normas coerentes para orientar a prática política com o objetivo de não conduzir processos de transformações reais, fortalecendo conceitos e preconceitos enganadores e assim assegurando a hegemonia de um grupo em detrimento da subalternação de outro.

Por fim, nos parece relevante frisar que a ideologia, em Marx e Engels, não nega a existência das desigualdades sociais entre as classes, já que estas são visíveis a olho nu para qualquer sujeito. O que ela procura é naturalizar essas desigualdades através de mecanismos que eliminem as questões histórico-econômicas do horizonte, focando-se em problemas que aparentem ser os reais motivos das diferenças: religião, raça, ou, no caso já citado dos neo-hegelianos, a tradição idealista que supervaloriza o poder das representações em detrimento das questões materiais.

Antes de prosseguirmos para o próximo tópico, precisamos levar em consideração alguns pontos sobre a questão da ideologia em Marx e Engels, como também sobre os escritos em que o termo aparece. É possível afirmar que o conceito nunca assumiu uma forma conclusiva na teoria desenvolvida pelos pais do materialismo histórico, o que fomenta a polêmica sobre qual seria seu sentido definitivo. Não há consenso entre os teóricos marxistas, nem há sinal de que haverá alguma coisa do gênero por muito tempo.

Quanto a obra *A ideologia alemã*, mesmo tendo sido escrito no século XIX, o livro foi publicado décadas após a morte de ambos os autores, no início dos anos 1930 (KONDER, 2002). Até hoje não existe uma versão final da obra em alemão e muito menos em português. As edições mais prestigiadas foram elaboradas e organizadas a partir de muitos cadernos antigos, manuscritos incompletos e páginas avulsas, o que nos leva a crer que a obra continuará incompleta por tempo indeterminado, assim como novas interpretações ainda serão possíveis.

Com os primeiros marxistas

Marx escreveu bastante e suas teorias abalaram o mundo como poucas na história. Muitos pensadores viam na obra do filósofo alemão – e de Engels, seu parceiro de escrita – os meios de se entender a totalidade que nos entorna, enxergando as contradições inerentes do sistema capitalista que nos governa. Lá também estariam as ferramentas necessárias para transformar esse sistema, dando forma a uma nova maneira de organizar a humanidade, eliminando assim a arbitrariedade hegemônica na sociedade. A teoria marxista foi de grande relevância para fundamentar os movimentos socialistas na Europa, que viriam a formar os primeiros (e maiores) partidos de massa.

Mas as interpretações a respeito das teorias de Marx e Engels não gozavam de unidade em muitos aspectos. No final do século XIX e início do século XX, os marxistas haviam se dividido em diferentes correntes, dos mais radicais aos mais moderados, ocupando desde as esferas legais (partidos políticos, ligas de trabalhadores) como espaços clandestinos de atuação (grupos armados, antimonarquistas, revolucionários). A cisão destes se deu, precisamente, depois de posicionamentos contrários a respeito de quais rumos a política em nome dos trabalhadores deveria seguir; conflitos estes oriundos da IIª Internacional (EAGLETON, 1997).

A começar pelos moderados, como alguns partidos socialistas de massa, que procuravam agir na esfera legal do Estado. Encontravam nos trabalhadores a sua força, angariando votos nos países onde o sufrágio começava a mostrar presença. Defendiam os direitos conquistados e procuravam conseguir maior estabilidade, segurança, poder de compra e melhores condições de vida para o proletariado (KONDER, 2002, p.53). Aos poucos, essas vertentes foram removendo princípios revolucionários e adotando o reformismo como meio de se alcançar a utopia socialista de um mundo sem classes. O melhor exemplo de reformismo no movimento socialista é o Partido Social democrata dos Trabalhadores Alemães, durante as últimas décadas do século XIX, que tinha Karl Kautsky em sua liderança.

Com a morte de Engels, Kautsky foi considerado o herdeiro do marxismo e assumia uma posição de destaque tanto na teoria como na prática. Segundo o crítico literário Terry Eagleton (1997) e o filósofo Leandro Konder (2002), Kautsky também foi o maior codificador do marxismo, formulando uma doutrina oficial do pensamento de Marx e Engels, que fora amplamente divulgada e reproduzida nos partidos e movimentos de esquerda política com muitos dos seus elementos perdurando até os dias de hoje. Contudo, tanto Terry Eagleton como Leandro Konder afirmam que essa doutrina foi superficial, seletiva e cheia de embaraços negativos e erros de interpretação devido a Kautsky ter tomado alguns conceitos cruciais como irrelevantes ou de forma distorcida, além de ter promovido uma implementação grosseira do evolucionismo biológico de Charles Darwin na teoria marxista.

Para Kautsky, a teoria da evolução de Darwin poderia ser aplicada sem muitos rodeios para a interpretação da sociedade, já que esta cumpriria estágios evolutivos naturais no decorrer da história humana até alcançar, por fim, o comunismo. Neste “marxismo evolucionista”, de pouco adiantaria tentar uma revolução já que a mudança haveria de se concretizar com o desenvolvimento do próprio sistema capitalista. Com a doutrina de Kautsky também entra em cena uma forte tendência ao determinismo econômico entre os marxistas, que, segundo Konder (2002, p. 55) empobrecia a concepção de história desenvolvida por Marx (o materialismo histórico). Porque, mesmo tendo crucial importância, não foi somente pela análise do econômico que o próprio Marx alavancou sua teoria.

Dito isto, a ideologia entra na lista dos conceitos desvalorizados tanto por Kautsky quanto pelos seguidores da sua doutrina, pois era considerada do ponto de vista desse evolucionismo marxista um conjunto de ideias provindas naturalmente da gradual evolução da espécie humana – aqui nós temos uma semelhança com a concepção já citada de Augusto Comte, que via a

ideologia como a visão de mundo resultante de cada estágio evolutivo da humanidade. Também havia uma segunda interpretação da ideologia presente entre os marxistas moderados, que a viam como uma finalidade dos processos socioeconômicos. Em ambas as interpretações a ideologia é um subproduto sempre *a posteriori* e sem muita problematização (EAGLETON, 1997).

Fazendo oposição a esses seguimentos moderados do marxismo, temos os marxistas das alas radicais que se caracterizavam pela crítica feroz ao sistema capitalista, sem tentativas de torná-lo mais dócil para as classes oprimidas por sua lógica. Rejeitavam as tentativas de participar do aparato Estatal e viam na revolução o único meio de eliminar a dominação exercida pela burguesia. Não enxergavam motivos para participar do jogo montado pelas elites, já que o objetivo era tomar o poder com o uso das armas. Seus partidos e demais organizações agiam na ilegalidade, e seus integrantes foram caçados em toda a Europa, pois eram considerados uma verdadeira ameaça para a estabilidade das nações (PRIESTLAND, 2012)

O russo Vladimir Ilyich Ulianov está entre as figuras de destaque neste grupo de radicais. Mais conhecido pelo pseudônimo Lênin, foi um dos maiores revolucionários do século XX, tendo liderado a Revolução Russa de 1917, que daria início a primeira experiência do que hoje é denominado como socialismo real: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Além de um exímio articulador político, Lenin também adentrou no espaço da teoria social, lançando escritos como “*O Estado e a revolução*” e “*Que fazer?*”.

A ideologia que aparece em Lênin difere-se tanto da forma presente em Marx quanto da que surge com Kautsky. Para Lênin, ideologia é “qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais” (LÖWY, 1985, p.12). Portanto, para o líder revolucionário, ideologia dividia-se obrigatoriamente em dois grupos de concepções antagônicas da realidade: a ideologia reacionária e a ideologia revolucionária, ou, em outras palavras, ideologia conservadora e ideologia progressista. A ideologia reacionária seria encabeçada pela burguesia, enquanto que a ideologia revolucionária seria promovida pelo proletariado (EAGLETON, 1997).

A questão a respeito da falsa consciência, de uma ilusão que impede de se enxergar a realidade como escreveram Marx e Engels, não entra na elaboração de Lenin. Também podemos constatar que o mesmo ocorre com as definições de Kautsky, assim como de outros marxistas durante o início do século XX, que adotaram os textos de divulgação de Kautsky como maneira mais rápida de se entender as proposições de Marx em vez de ler diretamente o próprio – o artista

William Morris e o político Eugene Debs assumiram não ter ultrapassado muitas páginas de *O Capital*, pois ler Marx tratava-se de uma tarefa muito difícil (KONDER, 2002, p. 58).

Por que esses marxistas divergiam dos escritos originais de Karl Marx quanto às considerações sobre ideologia? Não podemos atribuir tamanhas desarmonias como o resultado somente de uma leitura inapropriada, ou mesmo da má vontade daqueles que preferiram ler comentadores a enfrentar o autor em pessoa. Precisamos levar em conta alguns fatores cruciais: como bem mencionamos anteriormente, *A Ideologia Alemã*, assim como outros textos de suma importância na obra de Karl Marx e Friedrich Engels (*Manuscritos Econômico-Filosóficos, Grundrisse*), só foram publicados a partir da década de 1930 em diante, postumamente.

Kautsky já havia publicado seus livros e seus panfletos de divulgação anos antes de ter qualquer contato com algum desses escritos - além de não haver evidências dessa aproximação, já que Kautsky faleceu com 83 anos em 1938, dois anos após a primeira publicação de *A Ideologia Alemã*. Com Lênin, podemos ter certeza de que não houve esse contato com os escritos póstumos de Marx, pois ele morreu em 1924 aos 53 anos de idade.

Até agora nos foi presumível observar com precisão a flexibilidade que o conceito de ideologia adquiriu em diferentes teóricos, o que corrobora com a afirmação de que não há consenso quanto ao seu significado nas ciências sociais e humanas. De ciência das ideias num aspecto positivo (de Tracy) para falsa consciência num aspecto claramente negativo (Marx), passando por visão de mundo decorrente de um estágio evolutivo da humanidade, retornado ao estado positivo (Kautsky), até qualquer conjunto de ideias atrelado aos interesses de uma classe social (Lênin). Essa variedade de interpretações não diminuirá com os próximos passos do nosso resgate histórico; na verdade, os ramos continuarão a se multiplicar em múltiplas direções.

A ideologia em György Lukács

György Lukács não pode deixar de ser mencionado, assim como sua obra não deve deixar de ser mensurada. Húngaro nascido em 1885, Lukács adentrou no mundo acadêmico e na filosofia com ênfase no idealismo alemão, estudando a fundo Immanuel Kant e Friedrich Hegel para, em seguida, atrelar-se com a teoria marxista e não a abandonar até o fim da sua vida.

Iremos nos basear em sua obra mais conhecida, que se intitula *História e consciência de classe* (1922), em que Lukács construiu uma forte crítica ao determinismo econômico e ao evolucionismo mecanicista ortodoxo, pretendendo renovar o marxismo. O enfoque econômico

não deve nortear a teoria marxista, muito menos o conceito de uma ciência marxista evolucionista, mas sim o princípio da totalidade.

Não é raro encontrar aqueles que consideram este livro como um texto que pretende dotar a teoria marxista de certo messianismo, e o próprio Lukács viria a renegar muito ou quase tudo do que escreveu em *História e consciência de classe* (por pressão dos soviéticos, que consideraram a obra uma ameaça por incitar meios não ortodoxos e criativos para o desenvolvimento do marxismo). O húngaro, durante as décadas seguintes, priorizaria projetos mais maduros em sua aventura intelectual, como em *Para uma ontologia do ser social* (1960)³, mas seu livro de 1922 continua sendo um emblema da teoria marxista, considerado o pontapé do dito Marxismo Ocidental.

Nele, Lukács mantém viva a concepção positiva de ideologia realizada por Kautsky e guarda semelhanças com Lenin, sem nenhum receio de definir o marxismo como uma expressão ideológica do proletariado (LUKÁCS, 2012). Lukács leva uma posição partidária para a caracterização da ideologia, sem negar que “todas as formas de consciência de classe são ideológicas, mas algumas, por assim dizer, são mais ideológicas que outras” (EAGLETON, 1997, p. 90).

Lukács, embora não tenha tido contato com *A ideologia alemã* na época em que escreveu *História e consciência de classe*, leva em consideração a questão da falsidade ideológica como algo que impede o sujeito de alcançar a realidade, mas de uma forma diferente da proposta por Marx e Engels: a ideologia promovida pela burguesia não é falsa consciência por distorcer a realidade na qual se insere; ela é falsa consciência por ser incapaz de abarcar a totalidade dos processos complexos da sociedade, impedindo que se vá além na compreensão do emaranhado sistema em que vivemos.

Esse processo se daria pelo fetichismo da mercadoria, conceito desenvolvido por Marx no qual as relações sociais são mediatizadas por coisas, o que promove a reificação e fragmenta nossa experiência palpável, tornando possível apenas visualizar as partes isoladas do social e não o todo defendido por Lukács.

A ideologia proletária estaria num patamar diferente da ideologia burguesa por, justamente, permitir que se enxergue a totalidade do mundo. Estas características seriam intrínsecas da classe proletária por ser ela dotada de universalidade, capaz de gerar a consciência de

³ A “ontologia” de Lukács só veio a ser publicada no Brasil inicialmente em 2012. V.5, n. 2. p. 127-140, Mai./Agos. 2016.

classe fundamental para a emancipação de toda a humanidade, assim como de se alcançar o conhecimento verdadeiro (LUKÁCS, 2012). É impossível separar a influência de Hegel nas elaborações de Lukács: “O que Lukács fez nesse caso, na verdade, foi substituir a Ideia Absoluta de Hegel — ela própria o idêntico sujeito-objeto da história — pelo proletariado” (EAGLETON, 1997, p. 93).

Em suma, a ideologia hegemônica para Lukács não significa infidelidade com os fatos, mas sim uma limitação que é incapaz de enxergar todos os fatos num sistema amplo e dialético, ao contrário da ideologia da classe proletária que se orienta numa posição vanguardista, com uma visão da totalidade, capaz de ver de maneira mais profunda a sociedade regida pelo capitalismo e as suas contradições.

O trabalho teórico de Lukács não terminaria aqui e renderia mais frutos, bem como ferrenhas críticas por parte de outros intelectuais. No entanto, a escrita de sua obra foi interrompida enquanto o filósofo apoiou com entusiasmo a revolução russa e aderiu ao bloco soviético. Também permaneceu firme em sua posição quando Stálin assumiu o poder do Estado Soviético e ocupou cargos de destaque na esfera pública. O arrependimento viria ao notar que suas tentativas de renovar o marxismo estavam sendo vetadas, contrariadas e até censuradas em nome dos interesses totalitários do Partido Comunista da União Soviética.

Somente após renunciar ao mundo político e voltar para a sua cidade natal, Budapeste, é que Lukács retornaria com seu trabalho teórico (KONDER, 2002), realizando um grande processo de autocrítica e reformulando sua obra num exercício grandioso de síntese – e que ficará incompleta por seu falecimento em 1971.

Ideologia nos cadernos do cárcere

A questão da ideologia também aparece nos trabalhos do italiano Antonio Gramsci. Jornalista, teórico social, crítico literário e político filiado ao Partido Comunista da Itália, Gramsci destacou-se por suas ideias inovadoras e pela maneira que as construiu. Revolucionário ativo e polemista político e cultural, foi preso pelo regime fascista de Benito Mussolini em 1926, permanecendo enclausurado praticamente até o resto da sua vida.

Em todos os anos mantido atrás das grades, Gramsci escreveu suas ideias e teorias em mais de trinta cadernos que foram chamados posteriormente de “os cadernos do cárcere”; para impedir que seus escritos fossem censurados ou descartados pelos seus algozes, adotou codinomes e

códigos para se referir a palavras e conceitos que eram proibidos pelo regime fascista em vigor na Itália. A nível de exemplificação, a teoria marxista passa a ser chamada de “filosofia da práxis” em sua escrita codificada.

Para o italiano, há de se analisar a infraestrutura (a base material da sociedade, como as relações de produção e as forças produtivas) e a superestrutura (a ideologia, constituída pelos sistemas de crenças, ideias, doutrinas e instituições), no intuito de enxergar um a realidade social e procurar alcançar a *hegemonia* – categoria chave em todo o seu pensamento, que absorve o conceito de ideologia e que nos aprofundaremos logo depois.

Para Gramsci, a “(...) as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: Elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” GRAMSCI, 1978, p. 62-3). Trata-se de “(...) uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1978 p. 16). São expressões de diversas classes sociais e por isso são múltiplas, diversas e contraditórias, sempre em conflito.

Podemos afirmar também que a ideologia nos escritos de Gramsci adquire uma força material que ultrapassa as concepções marxistas que o precedem, deixando de ser somente um conjunto de ideias ou falsa consciência para ganhar terreno na realidade socioeconômica do mundo capitalista, com aspectos claramente positivos. Nenhuma transformação real que modifique a ordenação das classes acontecerá caso também não haja uma transformação no campo ideológico, utilizando dos seus artifícios para se alcançar êxito (GRAMSCI, 1978, p. 62).

Não obstante, Gramsci faz uma diferenciação entre ideologias orgânicas – necessárias a determinadas estruturas sociais – e ideologias que provêm de especulações arbitrárias. Aqui adentramos no terreno historicista de Gramsci, que toma as ideologias orgânicas como consciência adequada a um estado específico do desenvolvimento histórico e a uma conjuntura política particular (GRAMSCI, 1978, 68).

O pensador italiano não acredita em verdades eternas, e sim em verdades momentâneas a depender do momento histórico em que estas se inserem; e que serão posteriormente substituídas por outras verdades. O próprio marxismo, para Gramsci, constitui uma “verdade passageira”, mas ainda assim a melhor verdade do seu tempo, capaz de superar a dominação reinante que outrora

servira aos interesses de uma classe subalterna (a burguesia em relação à aristocracia), mas que agora deveria ceder o lugar a outra num processo revolucionário.

Mas por qual motivo uma classe deixa-se dominar por outra e muitas vezes abre mão dos seus próprios interesses políticos, como no caso da classe trabalhadora? Para Gramsci, as classes dominantes não ocupam o poder apenas pelo meio da força e da intimidação; essa dominação se dá pelo fato da classe possuir uma hegemonia cultural, presente em todos os aspectos da sociedade, através da educação, da religião, da mídia, até as relações mais banais do cotidiano, como a função de naturalizar aquilo que não é natural, produzindo hábitos e ações que moldam as classes subalternizadas ao ponto de inibir seus reais interesses políticos e aceitar a arbitrariedade. A hegemonia, portanto, trata-se da forma como uma classe dominante consegue conquistar consentimento do seu poder mesmo entre os subjugados.

Nesta linha de raciocínio, a ideologia torna-se parte do conceito de hegemonia e se expande, abrangendo não só um sistema de ideias a favor da dominação arbitrária, mas o funcionamento de instituições formais, como também as dimensões inconscientes e invisíveis das manifestações sociais, adquirindo inclusive como já descrito anteriormente, materialidade (GRAMSCI, 1978).

Como revolucionário que era, Gramsci defende que não basta combater e tomar o Estado para se derrotar a hegemonia da burguesia. É preciso investir em toda a arena da cultura, em todos os campos em que a dominação habita por mais insignificantes que possam parecer aos olhos. “O poder da classe dominante é espiritual assim como material, e qualquer ‘contra hegemonia’ deve levar sua campanha política até esse domínio, até agora negligenciado” (EAGLETON, 1997, p.106). A hegemonia trata-se, portanto, de uma concepção de mundo e sua realização concreta, na forma de Estado político.

Gramsci, ao contrário de muitos marxistas ortodoxos de seu tempo, não esperava o dia em que a classe proletária viesse a ter consciência espontaneamente de suas amarras. Do seu ponto, similar ao de Lenin, é necessária uma vanguarda que possa conduzir a classe proletária a operar uma descolonização mental e cognitiva, promovendo uma consciência crítica e organização política. Essa vanguarda seria composta pelos intelectuais orgânicos, que não possuem como função apenas a contemplação abstrata do conhecimento, mas também organizam, debatem, participam ativamente da vida social, ajudando a articular teoricamente as correntes políticas, sendo capazes de unir teoria e prática. Em outras palavras, um intelectual engajado com um interesse de classe.

Considerações finais

Esse artigo teve como um dos objetivos trazer ao leitor as diferentes, e em alguns casos bastante contrastantes, significações que foram atribuídas ao conceito de ideologia em vários pensadores, com enfoque nos primeiros marxistas do século XIX e XX. Consideramos suas primeiras aparições na França napoleônica como ciência natural das ideias, passando posteriormente para uma denotação negativa e depreciativa. Essa alternância entre denotação positiva ou negativa não cessará de existir, a depender do teórico que a aborda.

Os principais positivistas do século XIX como Auguste Comte e Émile Durkheim também adotaram o conceito brevemente e de forma bastante superficial, como lembrado no início do texto. Foi com Marx e Engels que o conceito adquiriu um caráter crítico, de ilusão que impede a verdadeira visão da realidade, o que contribuiu para a dominação da classe burguesa. Outros intelectuais adotaram os escritos de Marx e intitularam-se marxistas, mas empreenderam outras concepções sobre o conceito de ideologia.

Os primeiros marxistas, como Karl Kautsky o empobreceram e o tornaram pouco significativo. Lênin viria a render-lhe uma roupagem positiva em seus escritos que precederam a revolução russa, o que posteriormente influenciaria bastante as vertentes do marxismo soviético e dos seus entusiastas e apoiadores.

O húngaro György Lukács e o italiano Antonio Gramsci dotaram novamente o conceito de caráter positivo no início do século XX, sem denotação depreciativa ou fundadora de ilusões arbitrarias, mas foi Gramsci quem defendeu a existência de uma materialidade provinda da ideologia, presente desde o modo de produção até as manifestações culturais, políticas e cotidianas dos indivíduos, o que torna necessária a intervenção dos elementos ideológicos caso se objetive a transformação da sociedade.

Além disso, as ideologias tratam-se de expressões provindas das classes sociais e por esse fator são diversas, em constante conflito em busca do que Gramsci caracterizou como hegemonia, que é a capacidade de uma classe elaborar sua concepção de mundo e efetivá-la como projeto político, tornando-a dominante frente as outras classes. Dessa forma o pensamento de Antonio Gramsci nos é útil para entender e compreender como as classes sociais agem para realizar seus objetivos políticos, indiferentes de quais sejam: a favor da hegemonia burguesa vigente e buscando

assim a sua manutenção, ou buscando novas maneiras de organização social através de processos revolucionários ou reformistas.

Referências bibliográficas

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico.* São Paulo: Martins Fontes, 2003.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução.* São Paulo: Boitempo, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *A Concepção Dialética da História.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KONDER, Leandro. *A Questão da Ideologia.* São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

LÖWY, Michael. *Ideologia e Ciência Social.* São Paulo: Cortez Editora, 1985.

LUKÁCS, Gyorgy. *História e Consciência de Classe.* São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

PRIESTLAND, David. *A Bandeira Vermelha.* São Paulo: LeYa, 2012.

Recebido em: 28 de junho de 2016.

Aceito em: 29 de agosto de 2016



EPISTEMOLOGIA, MÉTODO E TEORIA SOCIAL NA MODERNIDADE: limites e contribuições da Sociologia da Arte de Pierre Bourdieu

Camillo César Alvarenga¹

Resumo

O artigo discute o projeto epistemológico da Sociologia da Arte de Pierre Bourdieu. A partir da crítica das noções conceituais de *champ*, *habitus* e autonomia no campo das artes, apresenta-se uma discussão capaz de apontar o surgimento de uma socioestética no diálogo com esta tradição sociológica moderna ao considerar seus limites e contribuições.

Palavras-chave: Pierre Bourdieu. Sociologia Moderna. Sociologia da Arte. Socioestética.

EPISTEMOLOGY, METHOD AND SOCIAL THEORY IN MODERNITY: limits and contributions of Sociology of Art of Pierre Bourdieu

Abstract

The article discusses the epistemological project of Sociology of Art Pierre Bourdieu. From the review of the conceptual notions of *champ*, *habitus* and autonomy in the arts it presents a discussion able to point out the emergence of a sociological aesthetic in the dialogue with this modern tradition by holding its limits and contributions.

Keywords: Pierre Bourdieu. Modern Sociology. Sociology of Art. Sociological aesthetics.

¹Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB). Especialista em Estudos Étnicos e Africanos pelo Centro de Estudo Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa, Portugal (IPPS/ISCTE/CEI-IUL). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CAHL/UFRB). Pesquisador associado ao Laboratório de Etnomusicologia, Antropologia e Audiovisual (LEAA/Recôncavo). E-mail: ccsalvarenga@gmail.com
V.5, n. 2. p. 141-165, Mai./Agos. 2016.

Entrando em campo com Pierre Bourdieu: o pensamento social francês e sua interpretação da cultura.

Se para fazer sociologia, essa forma moderna de esgrima intelectual, é preciso mais que aptidão ou talento. É preciso, na verdade, uma habilidade especial, e não rara, entre os que se aventuram nesse “*esporte de combate*”, como define Pierre Bourdieu (1930-2002), a sociologia. Esta circunstância na qual, assim como na esgrima, faz muita diferença a habilidade para escolher bem a “arma” com qual deseja munir-se diante do adversário ou do objeto de pesquisa, nesses casos, seja um florete ou o método necessário para esquadrihar o universo em investigação.

Se as disputas no campo científico, operadas pelas correntes teóricas em voga no Ocidente no contexto da história da arte europeia são dominadas por pensadores de origem alemã como Heidegger, Gadamer e Habermas. Pode-se indicar, por outro lado, uma relação de influências entre a filosofia francesa, representada por Derrida, Klossowski, ou até mesmo a psicanálise de Lacan na historiografia estadunidense, a qual se distancia da influência do pensamento alemão, em especial de Heidegger. Ao mesmo tempo, a prática e teorização europeia encontram-se atualmente tocadas pelos norte-americanos como Shapiro, Freedberg ou Danto, estes que respondem por uma tradição de alemães expatriados como Warburg, Panofsky ou Gombrich (MACHADO, 2008; p. 525-526).

Assim, no exercício de investigação do construtivismo e do estruturalismo de uma literatura científica, em vistas à interpretação de um moderno *paradigma* teórico, metodológico e epistemológico para as Ciências Sociais, a análise acerca da obra do francês Pierre Bourdieu é um rico e ilustrativo exemplo da possibilidade de uma *concatenação* e orquestração de postulados clássicos, para fins de estabelecer premissas que possam corroborar na busca por *equipamentos* de interpretação da realidade social contemporânea.

Sobre a atualidade dos estudos nas ciências humanas e sociais, especialmente no tocante a sociologia quando o assunto é a cultura, e dentro desta, quando tema é a arte, é possível observar um reordenamento de prioridades entre áreas e objetos em investigação. Rearranjo este, que se move em direção às regiões geográficas e históricas antes vilipendiadas pelas grandes narrativas – mitos fundacionais do Ocidente – como no exemplo de territórios subdesenvolvidos economicamente como nos casos da América Latina ou África, Ásia ou Oceania, até então periferias socioculturais.

No entanto esses “novos” temas e matrizes culturais ainda permanecem sobre o olhar e lentes lançados e construídos pelos centros europeus, fundações do século 19 e posteriormente, no

século 20, com atenção especial para os anos 30 para ciência produzida pela América do Norte, sob a forma institucional das universidades estadunidenses (MACHADO, 2008; p. 525). Já que se

A máquina de costura só foi inventada quando as pessoas deixaram de imitar os gestos da costureira: sem dúvida, a sociologia tiraria a melhor lição de uma justa representação da epistemologia das ciências da natureza se se empenhasse em proceder à verificação permanente de que está construindo verdadeiramente máquinas de costura, em vez de transpor, de forma irrelevante, os gestos espontâneos da prática ingênua (BOURDIEU, P., CHAMBOREDON, J-C., PASSERON, J-C., 2004, p.36).

Num percurso povoado por obras como *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia* (2004), *As Regras da Arte*² (2005), *A economia das trocas simbólicas* (2009a), *O senso prático* (2009b), entre outras, se espraia, de tal maneira, um vasto horizonte intelectual que numa perspectiva crítica de síntese do pensamento clássicos em sociologia, desdobra-se numa abordagem construtivista estrutural – macrossociológica – dos fenômenos sociais e suas relações com os indivíduos e de forma que o mundo social que é visto, entendido e interpretado à luz de um complexo de conceitos e categorias tais como *habitus*, campos, práticas, capital, estruturas estruturantes, estruturas estruturadas, etc. . O que revela a estratégia teórica encarnada num aporte metodológico rígido que possibilita por sua vez a emergência de um protótipo epistemológico relacional e construtivista, onde se expressam traços da ciência social moderna.

Apresentados a esse prisma, breve e rarefeito, do pensamento do sociólogo francês em questão, possamos agora nos aprofundar numa busca por uma visão analítica e uma compreensão ainda que recortada de pontos cruciais da estrutura de pensamento deste cientista social de nosso tempo. A práxis da ruptura, o ofício e a vigilância científica compõem as formas de uma epistemologia que age como balança entre teoria, método e os desafios da construção do objeto de pesquisa nas Ciências Sociais.

Em Bourdieu, o anseio pela “modelagem” de novas formas de construção dos pontos de vista críticos acerca do real são quase obsessão, desde a *Miséria do Mundo* com suas entrevistas e engenho de dados quantitativos aliados a depoimentos onde se ouve o eco da subjetividade, aparece uma nova proposta, de certa forma, onde alinham-se a técnica do pesquisador ao olhar

² Sobre esta obra, em especial – acerca da qual já eu havia realizado estudo anterior (Cf. ALVARENGA, 2014) – optei aqui pelo cotejamento de traduções enquanto fontes em busca da melhor definição de categorias e conceitos que procurei empregar neste trabalho. Procuo considerar a edição de 2005 como referência principal, ainda que me valendo de leituras e considerações feitas a partir trechos e passagens também das versões de 1996 e 2001.

mais apurado desenvolvido sobre seu objeto, ou seja, uma espécie de “práxis científica” se origina no seio do pensamento social.

O que por sua vez requer do sujeito pesquisador uma consciência do seu trabalho no qual uma “distinção” entre as formas de conhecimento se elaboram, a partir da qual se opera uma insidiosa relação entre “comunidade científica” que legitima, avalia e coordena os valores da “atividade científica”. O que se apresenta no contexto da sociologia do conhecimento, enquanto “força” que age no campo afim de conter e administrar as rupturas causadas por revoluções científicas as quais transformam os movimentos internos das práticas teóricas bem como seus paradigmas. Além dos pontos de partida para a construção de hipóteses e como desenvolvê-las em face as contradições que se evidenciam na práxis da pesquisa empírica – rompimento com o senso comum, vigilância científica – em decorrência do complexo crítico entre metodologias e orientações epistemológicas que norteiam o fazer sociológico e suas nuances. Nesse sentido, aspectos do pensamento social do sociólogo francês serão algumas das referências teóricas discutidas.

A partir de uma análise da obra *A Economia das trocas simbólicas* (2009a) vamos introduzir sua visão sobre a Cultura. Desde a percepção da ideologia como componente das formas que estruturam a cultura, a produção teórica de Bourdieu que passando em revista os pressupostos da etnociência, etnometodologia, do interacionismo simbólico – presente em E. Goffman – o construtivismo de Peter Berger. Através de releituras de A. Gramsci e dos clássicos em Ciências Sociais, no seu caso pondo em destaque as contribuições de Durkheim, Weber e Marx, alcança, o pensador francês, uma crítica à teoria do reflexo como aparece em Althusser tocando a semiologia de Verón.

Bourdieu, ao distinguir-se das formas estruturalistas do marxismo e da fenomenologia vulgar, procura livrar-se da “*tentação profética*” de reduzir a sociologia da cultura ao estudo do conjunto sistemático de “*fatos e de representações*” que são, à luz dos estudos da antropologia estadunidense de Kroeber e Kluckhohn, definidos pelo conceito de Cultura. Opera-se uma leitura a partir da crítica ao neokantismo representado pelo pensamento de Durkheim, Sapir, Cassier, bem como a tendência estruturalista herdada dos estudos de Lévi-Strauss, redefinindo as noções de arte e suas relações entre mito e linguagem, entendidos enquanto sistemas simbólicos entre instrumentos de comunicação e de produção de conhecimento, num projeto em que são compreendidos os produtores de signos capazes de trazer significação ao mundo.

Esses sistemas simbólicos são apreendidos enquanto sistemas de poder e legitimação da ordem vigente numa relação de conjunção dos pensamentos marxista e weberiano bem refinados³. Assim, ele apresenta sua teoria da sociedade a partir de um estudo que busca interpretar o processo lógico de integração social e das representações sociais. Se em sua hermenêutica estruturalista, a etnometodologia cumpre a busca por compreender a dimensão simbólica do social, a tradição materialista vai apresentar as determinações que a cultura sofre por parte das condições econômicas e políticas, o que por sua vez contribui para a compreensão do caráter alegórico dos sistemas e sua organização, reprodução e transformação das estruturas sociais, sem desprezar a dimensão weberiana do *sim*, para operar uma semiologia do bem simbólico.

Com isso, Bourdieu está interessado nos aspectos construtivistas e estruturalistas dos sistemas simbólicos, bem como nas suas funções políticas de diferenciação social e legitimação dessa distinção. Para tanto, o teórico opera então uma sociologia dos fenômenos simbólicos cruzando uma sociologia do conhecimento com uma sociologia do poder em função das atividades artísticas e intelectuais que produzem a cultura.

Assim apresenta uma dialética entre “vontade”, que pode mais a frente ser compreendida como *atitude* a qual tem haver com disposição herdada pelo *habitus*, e os aparelhos do Estado, num projeto de considerar a ideologia no processo de produção cultural. Apoiase numa antropologia das representações, para considerar crenças e valores da produção simbólica e seu sentido ideológico, direta e indiretamente dependente com o “*ordenamento da realidade que a envolve*”.

Bourdieu cunhou a noção de *capital cultural* e inseriu-o em uma concepção generalizada de capital como “energia social” congelada e conversível. Ele recuperou e retrabalhou o conceito aristotélico-tomista de *habitus* para elaborar uma filosofia disposicional da ação como propulsora dos socialmente constituídos e individualmente incorporados “esquemas de percepção e apreciação”. Ele forjou a nova ferramenta analítica do *campo*, designando espaços relativamente autônomos de forças objetivas e lutas padronizadas sobre formas específicas de autoridade, para dar força à estática e reificada noção de estrutura e dotá-la de dinamismo histórico. (WACQUANT, 2002, p.98).

Realiza por sua vez uma superação do economicismo entronizado pela teoria do reflexo, ao aliar o exame das condições econômicas e políticas na constituição dos “*aparelhos*” ideológicos

³Ele procedeu no sentido de combinar em sua prática de pesquisa o racionalismo de Bachelard e o materialismo de Marx com o interesse neokantiano de Durkheim pelas formas simbólicas, a visão agonística de Weber sobre os *Lebensordnungen* em competição com as fenomenologias de Husserl e Merleau-Ponty. O resultado foi um quadro teórico original, elaborado por meio de e para a produção de novos objetos de pesquisa, objetivando desvendar a multifacetada dialética das estruturas sociais e mentais no processo de dominação. (WACQUANT, 2002, p.98)

na produção simbólica institucional, na relativização da mecânica fatalista do materialismo. Nesse sentido, em Bourdieu, a ideologia, em sua capacidade de expressão da dimensão política da vida social, faz da Cultura um mundo onde a legitimação de uma ordem social arbitrária é determinada por um complexo socioeconômico que orienta e define as relações de reprodução social e cultural.

Nos seus expedientes ganham importância os equipamentos de produção simbólica, linguagens e representações culturais, os quais representam as relações de força e sentido de dominação entre as classes, em relação às condições de existência material e hierarquia social. Para tanto, a descrição da complexidade da divisão social do trabalho, a sociedade em classes onde esse trabalho é produzido, remete a uma dialética entre capital econômico e cultural.

Bourdieu opera uma “*regionalização da realidade social*” em suas análises, como aponta Sérgio Miceli (2003), ao mesmo tempo em que busca *elasticidade* em suas definições reintroduzindo uma estratégia de “*disponibilidade semântica dos conceitos*” num projeto de invenção sociológica sistêmica para o mundo social e da cultura. Inicialmente num regime de comparação com a teoria da religião como construída por Weber, apresenta uma interrelação entre “*capital cultural, bem simbólico e empresa de salvação*”. Por ora, Bourdieu se apresenta como um engenheiro rigoroso das visões capazes de dar objetividade⁴ à visão sociológica para a história social e cultural, na busca por estabelecer caminhos seguros para a elaboração de hipóteses a partir de seu referencial teórico e metodológico.

Nesse sentido, o sistema social é compreendido como um sistema de personalidade onde a ideologia é tomada enquanto uma reação derivada de uma *tensão* – no sentido parsoniano – da representação de um papel social. Pautado em Geertz e sua noção de um processo *autônomo* de formulação simbólica, tal qual em Weber e sua autonomização da esfera cultural – em que a agência dos símbolos mediatiza significados em sua simbolização. Pode-se afirmar que sistemas simbólicos estruturam a vida social. Ao considerar Marx sobre a ideologia e seus desdobramentos, como em Gramsci quando a crítica ao idealismo crocciano, Bourdieu revela a mudança da hegemonia política e simbólica das mãos da Igreja, pela educação e cultura pela mão do Estado e

⁴Com uma constante preocupação em unir a teoria rigorosa à observação sistemática, tanto contra as tendências empiricistas da Sociologia norte-americana, quanto contra a inclinação teorizadora do meio intelectual francês fascinado pelos modelos literários, e com um reconhecimento total da “dupla objetividade” do social, como composto de distribuições de recursos materiais e posições, de um lado, e classificações incorporadas por meio das quais os agentes simbolicamente constroem e subjetivamente experimentam o mundo, por outro. (WACQUANT, 2002, p.98)

das elites. Na obra do autor também estão presentes as contribuições de Adorno, Lukács, além de Freud, para usos de termos e conceitos da psicanálise.

Reconhecendo a dialética entre o objeto do pensamento e o objeto real, a decifração de tal condição impele a uma epistemologia atenta às condições sócio-históricas. Ou seja, os estados históricos das civilizações são vistos numa dimensão da prática, onde se reconhece primeiramente a divisão do trabalho e sua especialização crescente, bem como a consideração do fato social total enquanto uma utopia conceitual, a serviço da teoria do conhecimento operada por um método “*estruturalista*” em busca da análise histórica objetiva ante o subjetivismo operado pelo inconsciente diante da experiência vivida.

A percepção de um sistema social baseado nas relações objetivas se configura na arbitrariedade dos fatos sociais e suas faces contingentes e funcionais em relação à alienação, atitudes e o *ethos*. Em Bourdieu, a sociedade – o mundo social – na consideração do campo da Cultura na modernidade, é tomada enquanto um campo de forças disputado por agentes especializados e institucionalizados, aqueles que demandam bens culturais (entre outros), ante os agentes inovadores de discursos dotados de uma prática revolucionária que, no campo de batalha das lutas de classes pela dominação, configuram o embate entre grupos dominados e dominantes.

Mesmo apontando para uma “*amnésia da gênese*” que ganharia forma no “*inconsciente cultural*”, Bourdieu passa a tomar os ritos e mitos por recursos práticos e simbólicos para ativação de representações, crenças e símbolos entendidos enquanto “*cimento integrador do corpo social*”. Nesse sentido, Miceli na introdução de *A Economia das Trocas Simbólicas* pontua que segundo Bourdieu (2009a) “as interações simbólicas dependem não apenas da estrutura do grupo no interior da qual se realizam, mas também de estruturas sociais em que se encontram inseridos agentes em interação, a saber, a estrutura das relações de classe”.

Do ponto de vista da teoria em exposição, o contexto, a norma, o modelo social em que o fenômeno sociológico emerge depende para sua interpretação da adequação ao paradigma teórico, a realidade e ação no tempo em observação permite o entendimento de que “*um fenômeno cultural depende do sistema de relações históricas e sociais nos quais ele se insere*” ainda que transhistórico e transcultural.

Logo, o artigo investiga, por meio de uma crítica do referencial epistemológico em sociologia, a análise do fenômeno artístico no mundo da cultura moderna, ou melhor, enquanto objeto empírico, dados à crítica sociológica. As obras de artes, os artistas e intelectuais em suas práticas sociais, suas relações com o campo de poder e elites dirigentes de uma sociedade e frente

aos condicionantes que os cercam: os expedientes desenvolvidos pelo teórico francês Pierre Bourdieu apresentam-nos grande valia.

Em especial seu conceito de campo, sua noção de *habitus* e principalmente sua construção acerca de uma autonomia do campo artístico, nos servem por ora como recursos para o exercício de uma modelagem do mundo social que extrapole a mera visão historicista, filosófica, psicológica ou meramente estilística, estética e formal, comumente afeita à crítica de arte, para vazarmos nossos esforços em conceber uma visão crítica da articulação entre esse sistema de posições, disposições e relações nesse espaço de forças no qual o campo se verte, constituindo-se no que compreende-se enquanto um “*terreno de condições e práticas inerentes ao objeto sociológico*” (MICELI, 2003, p.65).

A teoria sociológica moderna e suas aplicações na realidade brasileira

Enquanto arcabouço teórico em análise neste artigo, a teoria dos campos se revela útil – embora não possamos deixar de considerar as suas óbvias implicações – às observações que nos propomos. Ao tomar como objeto de análise em função do período o qual se procura interpretar e compreender uma trajetória, ou seja, a *história social de sua biografia* e as *condições sociais da aparição* de um intelectual em particular, e sua obra, como sinais de transformação, contribuição e influência no campo do pensamento social contemporâneo, a investigação da teoria alcança status de validade científica quando expostos os aspectos que geralmente caracterizam o fenômeno em estudo.

A justificativa para análise destes conceitos, métodos e teorias é legada por trabalhos anteriores como (MICELI, 2001; 1996; 2003; LACOMBE 2008; 2009; 2010) nos quais a adoção de tal modelo foi bem-sucedida na transposição ao expor a realidade de escritores e atores nacionais, sob tais paradigmas no intento de engendrar uma leitura do mundo da arte através da ideia de um campo cultural brasileiro. Para compreendermos tal investida, é preciso passar em revista os pressupostos do pensador francês e para compreender como esses expedientes se enraízam no Brasil e formam uma espécie de tradição no pensamento social brasileiro moderno, do qual destacamos como exemplos, entre outros, os dois autores citados acima como seus representantes.

O projeto teórico de Pierre Bourdieu circunscrito fundamentalmente nas noções de *champs* e *habitus*, para daí deduzir sua noção de práticas, estrutura e trajetória, se apresenta enquanto um projeto de conjurar forças intelectuais e esforços críticos em torno da história social

dos intelectuais/artistas e suas obras, bem como considerar como fundamentais para estas realizações as relações sociais estabelecidas por estes em função destas, nas redes de atores sociais que compõem o campo de poder (político e econômico), em suma, a classe dirigente. Nesse sentido, com base em outras obras, mas principalmente em *A Regra das Artes*, coteja-se a validade do uso da *persona* artística de Gustave Flaubert, bem como sua construção social na Paris do século 19 e sua agência literária em função da narrativa, com as devidas ressalvas.

De fato, vivendo aos olhos da posteridade uma vida cujos detalhes são dignos de coleta autobiográfica, e integrando através do gênero “memórias” todos os momentos de sua existência na unidade reconstruída de um projeto estético, em suma, ao fazer de sua vida uma obra de arte e a matéria da obra de arte, os escritores estimulam uma leitura biográfica de sua obra e sugerem que se conceba a relação entre obra e o público como uma comunhão pessoal entre a “pessoa” do “criador” e a “pessoa” do “leitor” (BOURDIEU, 2009a, p. 185).

Bourdieu, por seu expediente sociológico, não muito heterodoxo, embora com um grau de relativização antropológica notável, procura realizar uma crítica à visão clássica da crítica de arte (inclusive a literária) ao desmistificar a noção do gênio criador, bem como a construção de uma biografia como retomada de um projeto estético além de desconsiderar a vida do artista enquanto obra de arte⁵. Para tal compreensão vê-se como Bourdieu se posiciona na obra *O Poder Simbólico*:

É certo, no entanto, que contra todas as espécies de *escapism* que levam a achar na arte uma nova forma da ilusão do mundo imaginário, a ciência deve apreender a obra de arte na sua dupla necessidade: necessidade interna desse objecto maravilhoso que parece subtrair-se à contingência e ao acidente, em suma, tornar-se necessário ele próprio e necessitar ao mesmo tempo do seu referente; necessidade externa do encontro de uma trajetória e um campo, entre uma pulsão expressiva e um espaço dos possíveis expressivos, que faz com que a obra, ao realizar as duas histórias de que ela é produto, as supere. (BOURDIEU, 2000, p.70).

A fundamentação de sua análise reside na apreensão sociológica baseada por uma crítica capaz de revelar os aspectos estruturais da atividade intelectual e artística, considerando o modelo anterior da crítica de arte uma modelação estilística, de cunho filológico e de constituição histórica pouco consistente, o que denotaria uma capacidade determinada na condição da compreensão do fenômeno artístico e da tarefa intelectual. Para tal, o teórico francês considera um modelo baseado no conceito de campo, que é para Miceli (2003, p. 64) “uma resultante da

⁵ Para que assim se possa pensar a atuação da modernidade artística no Brasil e as relações com a trajetória social, geralmente marcada pelo cosmopolitismo, ver: ALVARENGA, Camilo César da Silva. *Fundamentos teóricos e metodológicos em Norbert Elias e Pierre Bourdieu para uma socioestética do Modernismo no Brasil*. Revista Habitus: Revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.68-80, junho, 2014
V.5, n. 2. p. 141-165, Mai./Agos. 2016.

sucessão de experimentos históricos que estão na origem das feições da cultura erudita na moderna sociedade capitalista”. Assim define-se o campo intelectual um sistema de posições e relações dinâmicas operadas em um “território de condições e práticas inerentes ao objeto sociológico” (MICELI, 2003, p.65).

Num jogo que considera a dialética entre dominação e subordinação, a noção de *habitus* é vista como fundamentação da prática social, no sentido de resultante da inculcação de estruturas objetivas, ou ainda, dito de outro modo, na busca pelo sentido etimológico do conceito, “*habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital – ainda que de um sujeito transcendental na tradição idealista – o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural” (BOURDIEU, 2000, p. 61) a definição que nos interessa aqui destacar é a seguinte

habitus, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser produto da ação organizadora de um maestro. (BOURDIEU, 2009b, p.87).

Assim, para pensar uma trajetória artística temos por rigor à teoria e fidelidade ao método em estudo, que considera a experiência de analisar uma forma distinta de “*carreira ajustada às estruturas objetivas*”. Ao considerar o “*mandarim intelectual*” fundado na estetização do artista enquanto um ator social, este mais se aproxima do dândi no temperamento intelectual, do aristocrata no sentido das vestimentas, do militar na consciência disciplinada e de um *flâneur* no sentido posto por Baudelaire, em sua agência e atuação social no campo (BOURDIEU, 2009a).

Dissociar os fins almejados da maneira de atingi-los e propor tal maneira como objeto de uma apreensão específica, privilegiar o estilo em detrimento da eficácia e submetê-lo a estilização; tomar a execução acabada da divisão social realizada como signo por excelência da realização social, tudo isto significa fazer da arte de viver uma das belas-artes, e transmutar as coerções naturais em regras culturais, propriamente humanas (BOURDIEU, 2009a, p. 17).

Se Flaubert se diferencia pelo ideal da arte pela arte, observo compreender em Bourdieu uma sociologia do conhecimento pela sociologia da cultura, ao passo que se elabora uma sociologia estética da obra de arte. Na expectativa analítica de apresentar de forma encadeada os pressupostos sociais da teoria da arte de Bourdieu e de articular sob uma forte tensão metodológica um ânimo de objetificação de uma vertente do pensamento sociológico moderno,

situa-se a interpretação de que o campo artístico é constituído um sistema articulado de concorrências e competições que agem no contexto do campo cultural em que se encontra.

Ou seja, o movimento de abrangência requerido pelo conceito apenas lograva seu sentido pleno de esclarecimento ao se transmutar numa história social imersa em confrontos, numa competição acirrada, lançando os agentes produtores de símbolos num jogo de vida ou morte, perante o qual se orientariam por tradições, acervos, linguagens, genealogias, formas expressivas, problemáticas, em suma, por tudo que dá feição e sentido a cada universo de práticas sociais em particular (MICELI, 2003, p.68).

Pode-se, de maneira entrevista, acionar uma interpretação capaz de, no plano mais dilatado da história, aliando as relações de poder às condições de existências mais gerais, descrever com a devida preocupação conceitual os atrelamentos entre os artistas e os conteúdos estéticos e simbólicos de suas obras nas circunstâncias em que se manifesta o fenômeno artístico. Não fazendo do mundo social um limbo de eventos históricos, mas sim, desenvolvendo a capacidade de registrar um “retrato dos *móveis internos*⁶ de jogo e competição”.

Assim o artista, ao ser encontrado no bojo do projeto teórico em exposição, em suas “engrenagens” e “transações”, permite-nos entender que “O campo pode ser, portanto, exemplificado como uma “forma de vida”, ou seja, um espaço social acoplado a um sistema simbólico” (MICELI, 2003, p.73). O conjunto teórico-metodológico do construto apresentado enfrenta situações postas entre a necessidade de observações acerca de inteligência e temperamento, classificações – seja em classe, idade, profissão – por vezes polêmicas aventurando-se em direção a soluções “*praxeológicas*” em coerência com as condições sociais de produção do conhecimento.

Gostaria também de pontuar, sobre a teoria sociológica em leitura crítica neste trabalho, a necessidade de fazer valer categorias como “*interesse, energia, pulsão, investimento*”, num misto entre conceitos herdados da economia ou da psicanálise. O que demonstra que preocupação central é, no entanto, a de deslindar os ligamentos entre o objeto e o paradigma interpretativo a fim de sociologizar aspectos complexos da vida social, principalmente no que toca o mundo intelectual e artístico surgido no interior do modelo burguês capitalista.

⁶ Grifo nosso. “Mais adiante, a plasticidade perseguida no domínio da prática ressurgue na ideia do indivíduo como uma biografia sistemática, que vai sendo modelada de acordo com a situação originária de classe. Logo, a história individual converte-se numa certa especificação da história coletiva de seu grupo ou de sua classe, a ponto de até mesmo o estilo “pessoal” acabar sendo definido como um desvio, ele mesmo regulado e codificado, em relação ao estilo característico de uma época ou de uma classe, salvando-se dessa conformidade acachapante pela admissão de uma certa “maneira” indicativa de uma diferença pertinente” (MICELI, 2003, p. 71).

Para pensar os rumos que levam a uma possível autonomia do campo cultural é necessário considerar que um campo de produção cultural e simbólica se autonomiza a partir do momento em que se configura um microcosmo social marcado por um regime próprio, constituído em função de regras internas formalizadas e legitimadas por especialistas preocupados com as funções do campo e sua capacidade de deslindar-se do jugo de pressões sociais extra-campo para estabelecer os parâmetros que vão orientar a produção deste campo, que não deixa de ser um espaço de concorre internas pelo estabelecimento dessas normas onde o jogo por posições, envolvendo disposições e deslocamentos, conduzem a uma configuração proposta pelo próprio campo (BOURDIEU, 2009ab; 2005).

Nesse sentido, tomar um artista ou intelectual como objeto de análise sociológico é reconhecê-lo como parte integrante de um campo e observá-lo enquanto um agente produtor de bens simbólicos, ao passo que suas práticas são sinais de uma agência reflexiva no jogo social em que sua produção artística ou acadêmica se encontra envolvida.

Segundo a teoria de Bourdieu, a conjuntura que permite o entendimento do alcance e da conquista da autonomia do campo artístico no contexto europeu é derivada de uma articulação de transformações estruturais num mundo social que sugeriram as mudanças na função e sentido da produção cultural. Alterações que deram condições para uma paulatina autonomização do universo social que caracterizaria as relações de produção, circulação e consumo dos bens simbólicos (BOURDIEU, 2005). Condensando-se no seio da nova sociedade capitalista que por meio da ética burguesa – nesse momento independente da Igreja e das formas antigas da sociedade de corte – consolidou sua lógica de mercado.

Esse processo é tributário da formação de um público de consumidores que se expande em vias de acumulação econômica de capital, o que, por questões sociais e de classe, investe de prestígio, ou seja, capital simbólico, a gama de produções culturais a partir de então. A dimensão profissional da atividade artística vai sendo aos poucos reconhecida por empresários e homens de negócio capazes de investir capital social e econômico nessas produções o que gera, por sua vez, a manifestação de diversas formações sociais de reconhecimento e legitimação, conhecidas como instâncias de consagração que se alargam para além das academias, como no caso dos salões de arte que desde o século 19 representam esse lócus onde a produção de arte burguesa se aproxima dos valores aristocráticos imbuindo-se de força social capaz de constituir um valor próprio (BOURDIEU, 2009a).

O conjunto de fatores que opera para a redefinição da ordem e lugar da obra de arte e do artista encontra então seus primórdios onde sua trajetória a caminho da autonomia não poderia mais ser desviada. Precisamos agora apontar que essa significativa mudança nas relações que inscrevem no mundo da cultura a dialética entre arte enquanto mercadoria e a arte como significação pura, dialética esta que opera na intenção de separar o artista do burguês (BOURDIEU, 2009a).

A arte possui suas próprias exigências. Nesse momento Bourdieu, ao tomar o ideal da arte pela arte como ponto nevrálgico da distinção entre uma arte mercadoria e uma arte significação, abre espaço para a definição do campo de produção de arte erudita (BOURDIEU, 2009a). Essa “*autonormatividade*” permite definir as relações entre a “*boa cultura*” e a cultura tomada enquanto entretenimento, revelada pela indústria cultural, distinguindo principalmente o circuito dessas obras bem como a natureza social de seus produtores e consumidores.

O que nos é válido nesse expediente histórico e descritivo sobre uma conquista de autonomia do campo artístico na Europa, como explana Bourdieu, é antes de tudo considerar a ruptura com o burguês quando da fundação do *nomos* do artista e das categorias que definem a percepção e avaliação do campo em função de seus próprios valores. Essa autonomia é relativa em função das permanentes disputas entre os artistas, ou seja, os agentes fundamentais do campo artístico, e o campo de poder, representado pelas esferas política e econômica, que por sua vez, interagem no contexto das relações sociais entre os artistas e sua arte na amplitude do campo intelectual do mundo social.

A autonomia do campo é sinônimo simbólico da autonomia da arte atingida num plano da criação estética. E a assunção de uma natureza dualista das formas alcançadas neste processo se revela na incessante mediação simbólica oriunda da dependência relativa frente à autonomia que permite o enfrentamento do campo artístico contra as normas e pressões alheias ao campo.

O que nos toca é a referência de que esse microcosmo contido num mundo social que o contém, responde de forma homóloga às estruturas sociais externas, principalmente no que tange a hierarquização de classe, como se pode perceber. Nesse momento o campo de poder emerge enquanto um espaço social onde as forças políticas de diferentes esferas e agentes dispostos em posições desiguais interagem em luta através do capital econômico e/ou simbólico para a manutenção das formas tradicionais ou o reconhecimento de formas inovadoras (BOURDIEU, 2005).

O jogo de poder se configura entre agentes com o maior capital econômico, político e pouco capital cultural, frente aqueles que representam o capital cultural em busca de capital simbólico, definindo a posição pela síntese de capital total acumulado pelo sujeito social e seu poder de conversão de um capital em outro (BOURDIEU, 2002). Na consideração das complexidades dessa visão, tem-se que artistas e intelectuais – fração de dominados da classe dominante – investem no jogo em busca da conversão de seu capital cultural mobilizando, o capital simbólico conseguido no campo artístico, em direção ao capital político e econômico na intenção de auferir capital social e financeiro ao seu valor simbólico.

O funcionamento do jogo entre os campos está submetido a uma densa economia de trocas de capitais simbólico, social, político, econômico e cultural, na qual a tensa rede de relações sociais caracterizada pela denegação, *illusio* e mecanismos de distinções, que permite que se engendre uma dialética entre o exercício de um poder simbólico e a sua própria consagração social.

O conceito de campo deveria ainda permitir um resgate dos fundamentos capazes de esclarecer a *illusio* como forma espraiada de crença num dado espaço de sociabilidade, ao recuperar os sentidos do envolvimento de todos nós com o jogo no qual nos lançamos por inteiro, rendidos, incondicionalmente. E nesse passo de compreensão dos aspectos mais extravagantes que configuram o rosto peculiar de um domínio de atividade social dotado de certa margem de autonomia, a ideia de campo propicia a junção entre aspectos morfológicos derivados do contexto e dimensões de sentido enunciadas em meio às lutas classificatórias envolvendo os diversos grupos de agentes (MICELI, 2003, p. 78).

Essa densa economia se distingue entre os lucros materiais e econômicos, ao passo que abre espaço para os lucros simbólicos que emergem como finalidade da distinção da atividade artística em seu sentido mais essencial. Numa objetivação desta distinção, a economia dos bens simbólicos vai constituir uma intensa sucessão de cumplicidade e enfrentamentos, o que por sua vez vai definir o campo tanto internamente quanto nas suas relações extracampo, com base no conflito. Nesse caso, as relações de força se dão entre a estrutura das relações econômicas, que determina as condições e as posições dos sujeitos sociais na estrutura das relações simbólicas.

O jogo das distinções simbólicas se realiza, portanto no interior dos limites estreitos definidos pelas coerções econômicas e, por este motivo, permanece um jogo de privilegiados das sociedades privilegiadas, que podem se dar ao luxo de dissimular as oposições de fato, isto é, de força, sob as oposições de sentido (BOURDIEU, 2009, p.25).

Nesse ponto, a teoria revela uma busca por equacionar as ambiguidades presentes no processo em que se desenvolve. No qual, se o campo de poder influencia, de forma material e

econômica, a produção cultural que se define autônoma em relação às suas formas e dimensões estilísticas e estéticas, a dialética entre os dominantes-dominados, artistas e intelectuais membros dessa elite – mas que se opõem a ela, a fim de fazer valer seu poder simbólico reivindicado na autonomia do campo, o que Bourdieu chama poder de refração do campo – vai configurar logicamente uma dupla relação de cumplicidade e conflito.

O campo artístico encontra suas formas estruturais nas instâncias de consagração e difusão dos bens culturais onde se operam a distinção e consagração do bom artista e da boa arte sobre os quais a percepção e a avaliação dos especialistas definem os critérios internos do campo com suas noções de regras e normas características, o que denota a maior ou menor autonomia do campo. Estas instâncias mediam as disputas internas ao campo através de um poder simbólico legitimado pelos artistas e pelo público estabelecendo um sistema de ordens e valores para percepção e avaliação dos bens simbólicos produzidos no campo (BOURDIEU, 2005; 2009).

No esquema de Bourdieu, a escola, ou sistema escolar, é responsável pela inculcação do *habitus* – esse articulado de disposições práticas e cognitivas inculcadas no sujeito e atualizado através do envelhecimento social – ou seja, adentra o gosto e informa as categorias necessárias para identificar e apreciar as obras por meio da seleção e apresentação das obras do passado, das obras consagradas construindo o referencial do bom gosto artístico. Ao seu lado, elencam-se as instituições que consagram e difundem a produção cultural eleita – a exemplo dos salões de arte, galerias, revistas especializadas, prêmios, museus etc.

Estes espaços cumprem o papel de comunicação e contato entre o campo de poder e o campo artístico, bem como com o público que a partir destes equipamentos de cultura é formado, diante de categorias apreendidas e gostos estabelecidos dando origem às partes em negociação no jogo entre oferta e demanda simbólica no mercado de bens culturais (BOURDIEU, 2005).

Para efeito da teoria, esse espaço de atrito entre os campos é mediado por figuras indeterminadas, como os *marchands* no caso das artes plásticas. Outros como este, se revelam como um agente duplo num universo composto por ordens diversas. Seja no mundo econômico convertendo capital simbólico em capital financeiro ou no mundo da arte vertendo capital cultural e social em capital simbólico, estes mobilizam através da denegação de forças da produção, circulação, consagração, difusão e reconhecimento dos bens culturais. No caso do *marchand* em seu empreendimento sua sensível noção para a arte e o bom gosto, ao mesmo tempo em que precisa estar em sintonia com as questões ligadas à economia, disposições por vezes opostas.

A “*dupla normatividade*”, atestada pela distinção entre as lógicas internas do mercado propriamente dito e do campo artístico, em particular, que se encontram reunidas no complexo jogo das redes sociais, permite a chegada de obras e artistas ao campo de poder político e econômico ainda que orientados por uma denegação desses campos. As interpelações entre política, economia e cultura são os fios condutores para a compreensão do estabelecimento e da configuração do campo. A consagração é uma resposta ao grau de circulação e difusão da obra, o que define a posição do artista no campo artístico e que o consagra em função de seu poder simbólico de agregar tanto um público de alto capital social quanto de alto capital financeiro, para que se possa reconhecer o movimento de conversão entre capital simbólico e capital econômico.

As galerias, os salões de arte, os concursos e centros culturais são a objetivação do campo onde e quando as estratégias e os jogos acontecem sem desprezar de forma denegada a participação do campo de poder. Dito de outro modo, esses espaços sociais que mobilizam artistas em suas redes de relações mediam as forças em concurso no campo enquanto ambiente de jogos e disputas.

As instituições se fortalecem ao passo que legitimam o campo artístico reconhecendo seus representantes e adotando regras internas ao campo como critérios para a consagração de artistas e obras, permitindo a distinção entre os artistas consagrados de outros artistas em atuação no campo. Assim, passam a dar sentido à atividade artística por suas próprias normas e regras inerentes ao campo em que emergem. O dado importante nesse momento de incursão da teoria é perceber como artistas e instituições se combinam para atestar a legitimidade do campo artístico em que se compreendem permitindo a reunião de artistas, intelectuais, patrocinadores de arte, empresários interessados em investir em arte, constituindo através da trajetória, a sua capacidade de distinção no campo, seu poder de dar nome, qualificar e consagrar (BOURDIEU, 2009a).

A agência de tais instituições contribui para que a noção de campo seja melhor compreendida, não apenas enquanto uma abstração filosófica ou recurso teórico metodológico, mas enquanto uma chave de sentido sociológico que nos permite analisar, interpretar e expor o processo de produção simbólica e as suas implicações. Os jogos sociais, entre os campos de poder político e econômico e o campo cultural, onde se encontra o significado das produções culturais implicadas diretamente num esquema de distribuição, circulação e consumo, configuram o mercado dos bens simbólicos onde se evidenciam o valor e a significação das obras.

A teoria de Pierre Bourdieu, que se concentra na intenção de criação de um modelo explicativo capaz de superar a dicotomia tão característica dos estudos culturais, como a

incompatibilidade entre análise externa e interna à obra de arte, revelou uma preocupação com os bens culturais necessária e que de um ponto de vista teórico e metodológico, tomando como objeto de investigação a constituição do campo artístico europeu, se empenhou em satisfazer sociologicamente as questões que se propôs a partir da lógica e categorias que construiu para resolvê-las.

Bourdieu aponta para a noção de campo com os argumentos da mediação e da autonomia relativa, oferecendo uma alternativa para considerar a participação do mundo social em torno da obra de arte e sua construção, sem destituir a obra de seu aspecto interno que lhe é inerente, ou seja, dotado de regras próprias. O campo é a esfera que media o espaço da produção simbólica referida em relação ao mundo social extracampo e suas redes de relações objetivas estruturadas.

A questão da autonomia total da obra de arte é considerada sob a noção de autonomia relativa na qual o sistema simbólico no qual se insere o artista oferece à obra seu poder de sentido e significação. Os sistemas simbólicos dão sentido e significados aos signos e as ações simbólicas em face de sua homologia com a ordem econômica e social estabelecida assim, como aponta Miceli (2009) na introdução de *A Economia das Trocas Simbólicas*, tornam-se uma “representação alegórica do mundo natural e social dividido em termos de classes antagônicas e, cumprindo, portanto, sua função político ideológica de legitimar uma ordem arbitrária” (BOURDIEU, 2009a). O campo – constituído enquanto resultado desse sistema simbólico – é uma resultante tanto da especialização das funções sociais quanto da separação das esferas sociais de valor que modulam a paisagem social e cultural da modernidade.

É preciso destacar aqui, como aponta Miceli (2003), que Bourdieu produziu uma visão teórica oriunda de uma realidade regional do mundo social moderno, para operacionalizar uma “*análise empírica concreta*” (BOURDIEU, 2009a), na busca de apontar a mediação na complexidade dos jogos sociais onde se observa relativamente a questão da autonomia do campo referido frente ao campo de poder, atestando a dimensão propriamente política da produção simbólica.

A tessitura da teoria dos campos é caracterizada pelo entendimento do aspecto simbólico dos sistemas sociais e sua produção de conhecimentos em função da comunicação e reconhecimento das inter-relações do mundo social. Podemos também observar que, nessa esteira, Bourdieu se valeu da arte, da política e da ciência enquanto objetos que marcaram seus percursos

de pesquisa, reiterando o aspecto do poder simbólico nas relações sociais em que se envolvem esses sistemas sociais⁷.

À guisa de amarrar essa explicação teórica preciso ressaltar que o poder simbólico, esse componente ideológico, à medida que põe em jogo e circulação o capital, é resultado do arranjo em voga no contexto interno do campo, bem como é também a força de mediação das relações estabelecidas entre o campo e o mundo social mais vasto. Se as estruturas internas do campo artístico demarcam o valor simbólico por princípios internos à lógica do campo, a legitimação e reconhecimento desta “*energia social*” só encontra eco e vazão se fundamentada pelas esferas de poder econômico e político, o que torna imprescindível a compreensão desta mediação para o melhor entendimento do fenômeno da obra de arte.

Nesse sentido procurou-se apresentar aqui uma visão crítica sobre a teoria que vê o artista posto num mundo em que as trocas simbólicas vão significar maior ou menor poder de consagração. Num campo artístico onde é possível apreciar o desenvolvimento estético, concomitante com uma percepção ideológica da formação do campo, em que a dimensão artística, em relação às práticas sociais de maneira geral, configura os jogos entre sistemas de poder e sistemas simbólicos empenhados em disputas e reconhecimento.

A lógica da Sociologia Estética: ossatura e holograma da Teoria Social Bourdeusiana.

A sociologia é o plano cartesiano onde se ligam ponto a ponto os pressupostos da teoria social e das ciências humanas como um todo abrangente e (ina)harmônico no qual se agregam possibilidades de apontar caminhos para o estudo da vida em sociedade. Nesse sentido, o autor em questão, ao abordar um elaborado arquipélago de conceitos, nos lega um conjunto de chaves interdependentes e suas implicações.

No que diz respeito às questões de aplicação a uma realidade específica nos atentamos para o Campo das Artes. Sobre o qual Bourdieu explicita e delinea contornos através dos quais surgem categorias como estrutura, *habitus* – “arte de inventar” que “confere as práticas sua independência relativa em relação às determinações exteriores do presente imediato” – e práticas – “atividade real como tal”; já que:

⁷ Daí, então, a categoria de *poder simbólico*, definida como a habilidade para conservar ou transformar a realidade social pela formação de suas representações, isto é, pela inculcação de instrumentos cognitivos de construção da realidade que escondem ou iluminam suas arbitrariedades inerentes, toma o centro do palco (WACQUANT, 2002, p.99).

Só se pode explicá-las, portanto, com a condição de relacionar as condições sociais nas quais se constituiu o *habitus* que as engendrou e as condições sociais nas quais ele é posto em ação, ou seja, com a condição de operar pelo trabalho científico a relação desses dois estados do mundo social que o *habitus* efetua, ao ocultá-lo na e pela prática (BOURDIEU, 2009b, p.93).

Alguns pontos ganham forma, de tal maneira, que a impressão refletida da teoria permite um debate sobre o alcance e validade do projeto teórico de Bourdieu. Se em tal análise que por ora empreendemos, colocamos em questão a visão sobre a trajetória do artista ao percorrer um transcurso de atuação através das práticas políticas e culturais, a obra o *Senso Prático*, nos leva a considerar que

Nada é mais enganador do que a ilusão retrospectiva que revela o conjunto dos traços de uma vida, tais como as obras de um artista ou os acontecimentos de uma biografia, como a realização de uma essência que lhes preexistiria: da mesma maneira que a verdade de um estilo artístico não está inscrita em germe em uma inspiração original, mas se define e se redefine continuamente na dialética da intenção de objetivação e da intenção já objetivada, *da mesma maneira é pela confrontação entre as questões que não existem senão pelo e para um espírito armado de um tipo determinado de esquemas e de soluções obtidas pela aplicação desses mesmos esquemas, mas capazes de transformá-los, que se constitui essa unidade de sentido que, retrospectivamente, pode parecer ter precedido os atos e as obras anunciadoras da significação final, transformando retroativamente os diferentes momentos da série temporal em simples esboços preparatórios* (BOURDIEU, 2009b, p.91).

Ao considerarmos que “*a Ciência Social não é uma religião, nem suas figuras inovadoras são líderes de seitas, como alguns gostariam de acreditar*” (WACQUANT, 2002, p.101) se expressa aqui a capacidade de transformar os esboços preparatórios, anteriormente apresentados, encontrados no estudo dos esquemas teóricos e metodológicos e das soluções obtidas nessa empresa intelectual, que nos foi legada pelos avanços na Sociologia da Arte e da Cultura desenvolvida por Pierre Bourdieu até então. E ainda mais que a revolução não vai passar na tv, logo, procura-se alcançar as relações entre os limites da transformação e da reprodução social.

O arguto edifício intelectual, erigido pelos argumentos de Bourdieu, no decorrer da sua obra, nos possibilitam avistar um avatar através do qual a teoria social é um corpo de estruturas de pensamento e percepção da realidade arquitetadas, de modo tal, que o arranjo entre as forças atuantes no interior da dinâmica social e que aparecem cimentadas, revela-se sob o jugo da relação entre ordem e agência – consubstanciada na força do *habitus*. Nos diz, o autor em *Senso Prático*, que

nas formações sociais em que a reprodução das relações de dominação (e do capital econômico ou cultural) não é garantida pelos mecanismos objetivos, o incessante trabalho necessário para manter as relações de dependência pessoal estaria de antemão destinado ao fracasso caso ele não pudesse contar com a constância do *habitus*, isto é, o

organismo que como grupo dele se apropriou e que ele é de antemão atribuído às exigências do grupo, funciona como a materialização da matéria coletiva, reproduzindo nos sucessores a aquisição dos predecessores (BOURDIEU, 2009b, p.90).

Além das normas e os conflitos entre dominantes e dominados adornados pelas interações “sociais”, “simbólicas”, “econômicas”, “políticas” e “culturais” que tem por princípio a relação com o capital em suas mais variadas formas, e tomando por base as multifacetadas do sistema social capitalista, a teoria do francês, tem como intuito de trazer à tona um método que possa abarcar epistemológica e sociologicamente as mais variadas gradações de manifestação das formas de dominação ou promoção que o processo coletivo oferece.

Em direção às considerações preliminares acerca de uma teoria, sua possível crítica e o reconhecimento do não fim da análise, tendo partido em busca de uma fonte de recursos que salientassem os destaques no arcabouço teórico, metodológico epistemológico e indicassem sinais de cognição da sociologia do conhecimento e da sociologia da arte de P. Bourdieu, encontrou-se pelo caminho uma ideia contundente de distanciamento no que tange ao ofício do sociólogo para que seja possível a produção de um método a partir do real e com bases empíricas sólidas, além de estar aliada a uma constante vigilância contra o espontaneísmo de sociologias efêmeras.

Trata-se de escapar ao *realismo da estrutura* ao qual o objetivismo, momento necessário da ruptura com a experiência primeira e da construção das relações objetivas, conduz necessariamente quando hipostasia essas relações ao tratá-las como realidades já constituídas fora da história do indivíduo e do grupo, sem recair, no entanto, no subjetivismo, totalmente incapaz de dar conta da necessidade do mundo social: para isso, é preciso retornar a prática, lugar da dialética do *opus operatum* e do *modus operandi*, dos produtos objetivados e dos produtos incorporados da prática histórica, das estruturas e dos *habitus* (BOURDIEU, 2009b, p.86-87).

Deparamo-nos também com a tradição francesa bem representada nos conceitos de estrutura e seu envolvimento direto com a noção de construtivismo em face a objetividade nas ciências sociais, operando assim “um questionamento radical do modo de pensamento objetivista”, logo

A teoria da prática como a prática evoca, contra o materialismo positivista, que os objetos são construídos, e não passivamente registrados e, contra o idealismo intelectualista, que o princípio dessa construção é o sistema das disposições estruturadas e estruturantes que se constitui na prática e que é sempre orientado para funções práticas (BOURDIEU, 2009b, p.86).

Aparece também o lugar da praxeologia. Além de que a leitura de uma miscelânea de textos aponta para a coleção de abordagens dos conceitos e suas complexas aplicações e explicações. Pois que em vários aspectos os conceitos se adequam aos objetos da teoria e as

relações que esta estabelece com seus objetos frente a premissas metodológicas e pressupostos epistemológicos.

Enfim, preliminarmente e de forma inacabada, surge o mosaico de vertentes do meio ambiente intelectual resultante da leitura crítica e analítica de parte da vasta obra deste autor, na qual as suas arregimentações esta repousada sobre a lógica do “jogo” pela dominação e a função social que possui. Ainda que a partir de uma noção coletiva de hierarquia, em suas mais variadas formas e fontes de poder, apresenta-se a teoria como interpretação para o contexto da modernidade.

Por sua vez, nessa tarefa imposta pela confrontação à um projeto intelectual de tamanha envergadura, conjeturo entre outras interpretações, que a sociologia de Bourdieu apresenta limitações acerca dos aspectos da transformação social, já que os movimentos sociais, comandam as práticas sociais. O que revela a predominância da estrutura sobre o sujeito, do método e teoria em relação dialética com o objeto e da relação dialógica entre empiria e epistemologia em sociologia; ao assinalar de forma categórica o soergimento da reprodução social como força de conservação da substância social, em sua forma de pensar sobre a égide de um construtivismo estruturalista.

No entanto, lembra-se também que o artista por sua vez, que é individuo, mas que é imagem e representação de um grupo, o agente que incorpora uma coletividade de maneira que corporifica gostos e assume posturas, aponta estéticas e identifica tendências para engendrar um olhar e uma prática social. Consubstanciada num *habitus* – considerando as “*dificuldades propriamente científicas que faz surgir*” – que se forma na condição em que se estabelece pelo sujeito ou pelo seu grupo diante das classes sociais, nos “*jogos*” – que são configurados pela lógica da dominação entre os grupos dominantes e dominados – do capital econômico, político. Já que a identificação se apresenta de acordo ao contexto das relações de poder e suas condicionantes, reaproxima-se a teoria do real, num projeto epistemológico, que procura compreender os

sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas e predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “*reguladas*” e “*regulares*” sem nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 2009b, p.86).

Para pensar este artigo, para além do referencial teórico em que nos baseamos como objeto de análise crítica, esta exposição avança para alcançar uma Socioestética, que percebe e

compreende a obra de arte como o fato social total por excelência, em suas múltiplas complexidades e sua natureza heteróclita e compósita. A arte enquanto processo de criação, dando ênfase à liberdade dos constrangimentos econômicos, políticos, elencando a originalidade como fundamento do valor artístico, onde a produção cultural é entendida em seu sentido estético, enquanto a resultante do encontro, nem sempre harmônico, entre o mundo interior e objetivamente subjetivado do indivíduo em intersecção com o mundo social no qual está inserido e que dá origem ao tom do trabalho artístico. Neste sentido, o presente artigo busca realizar a finalidade de

mostrar como se deu o processo de reabilitação da noção de autonomia da arte e de constituição de um novo sistema de grandeza a partir do qual se passou a avaliar o fenômeno artístico, nos quinze anos que se seguiram à Segunda Guerra. Atributos coletivos, como o engajamento político e o pertencimento nacional do artista plástico, foram perdendo importância na valoração de sua obra, enquanto noções como *autenticidade, singularidade, criatividade, espontaneidade e sensibilidade* ascendiam como critérios de avaliação da obra de arte, tornando o indivíduo o eixo central em torno do qual se constitui o fenômeno artístico (REIHEIMER, 2009, p. 111).

Ao considerarmos que “a partir desse momento, é em torno da vocação e da sensibilidade que se constrói a representação do artista” (REIHEIMER, 2009) indico ser preciso com urgência uma revisão axiológica da sociologia brasileira, a partir de situações empíricas, como o caso de Bispo do Rosário, p. ex., enfim, voltar os olhos aos acontecimentos do mundo artístico brasileiro, em busca de uma relativização do cânone teórico e metodológico, bem como no que toca ao objeto à tradição de uma modernidade artística fundada no já quase centenário anos 20, que só agora começamos a rever, de maneira mais reflexiva e sistemática, não mais tão preocupados com o capital social do artista, mas pautado no debate sobre o sujeito social com atenção para na situação do artista ser conceituado por sua capacidade artística, na intenção de colocar em discussão a noção de *indivíduo qualitativo*⁸ em debate com o cânone tanto científico quanto artístico.

⁸ As transformações verificadas na crítica de arte em meados do século XX dizem respeito à generalização do valor da singularidade individual, através das noções de *vocação* e *autenticidade* que se sobrepuseram aos valores manifestos no processo de transmissão e aquisição de um conhecimento técnico e na capacidade de seguir as convenções. Os novos critérios de avaliação da excelência artística estavam fundamentados nas representações do artista como um indivíduo destacado da trama social. A marginalidade, como forma de oposição às convenções sociais, deslocava a possibilidade de o artista construir sua identidade profissional em torno de seus pertencimentos sociais, o que, no Brasil do começo do século XX, estava relacionado principalmente à nacionalidade e, nas décadas de 1930 e 1940, ao posicionamento político e ao papel de representante das “classes oprimidas” (REINHEIMER, 2009, p.106).

Para considerarmos de outro modo, posto o artista entre a linguagem estética e o valor socialmente produzido e compartilhado, observa-se não só considerar de melhor maneira a naturalização dos temas em suas obras de acordo com sua trajetória, bem como no plano filosófico indicarmos a representação figurativa e complexa da história social numa perspectiva materialista, que se objetiva na ativação de sua subjetividade, mas que, ao mesmo tempo, não se configura num ponto de vista marxista ou engajado⁹.

Se o artista é sensível diante das condições sociais que ganham materialidade nas suas obras, apresenta-se então uma intensa relação entre a dimensão estética de seu trabalho e seu caráter social, no entanto, a fantasmagoria distorcida que se erige da obra de arte sobre a impressão do real e o impulso que a peculiariza, não nos permite abandonar a ideia de que artistas na modernidade, esse ser social formado a partir do pós- IIª Guerra, anos 60, ou do século 21, torna-se imerso nesta inalienável condição de um *narrador* forjado numa sociedade que é qual um *front*, encastelado nas trincheiras de sua própria consciência devastada pelas contradições.

Ainda que seja possível suscitar questionamentos sobre a inter-relação entre técnica e originalidade ao levarmos em conta questões de estilo e formas. As formas artísticas derivadas de uma experiência social exagerada ao desequilíbrio da racionalidade, em suma, nesta perspectiva, são por sua vez revestidas de um equilíbrio criador e uma radicalidade temperamental, em estado de fusão e alquimia, aspectos estes que são fontes do valor artístico da obra de arte contemporânea.

Ser artista é aqui compreendido sob a óptica da distinção e não mais pela imitação, onde em um regime comparativo entre a arte moderna e contemporânea, as categorias tradicionalmente impostas não dão conta de conter a obra em sua singularidade. Só nos resta apelar para a aceitação da coexistência de potências afetivas correlatas num plano científico e artístico, ou por bem, num projeto crítico estético de *ars* sociológica que aqui se apresenta.

Referências Bibliográficas

ALVARENGA, Camilo César da Silva. *Fundamentos teóricos e metodológicos em Norbert Elias e Pierre Bourdieu para uma socioestética do Modernismo no Brasil*. Revista Habitus: Revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.68-80,

⁹Assim, observar a arte respeitando sua especificidade, isto é, levando em conta valores antinômicos como o individual oposto ao coletivo, o sujeito ao social, a interioridade à exterioridade, o inato ao adquirido, o dom natural às aprendizagens culturais que compõem seu universo de representações, pode contribuir para uma revisão de certas posturas sociológicas que opõem simetricamente o universo das representações à realidade empírica. (REINHEIMER, 2009, p.112).

V.5, n. 2. p. 141-165, Mai./Agos. 2016.

junho, 2014. Anual. Acesso em: 3 de agosto. 2016. Disponível em: <http://www.habitus.ifcs.ufrj.br/index.php/ojs/article/viewFile/203/186>

BOURDIEU, Pierre. *L'illusion biographique*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales (62/63): 69-72, juin, 1986.

_____. *As regras da arte: Gênese e Estrutura do Campo Literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009a.

_____. *O Senso Prático*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2009b.

_____. *O poder simbólico*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk. 2002.

_____; CHAMBOREDON, J-C., PASSERON, J-C. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. 4ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p.36

LACOMBE, Marcelo S. Masset. *Elfos e Curupiras: Uma Exposição de Artistas Alemães em Homenagem ao Brasil*. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Julho. 2009.

_____. Masset. *Modernização Cultural: Entre a linguagem europeia e a temática nacional*. 34º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2010.

_____. *Modernismo e Nacionalismo: o Jogo das Nacionalidades no intercâmbio Brasil e Alemanha*. Perspectiva. São Paulo. V. 34, p. 149-171. jul/dez. 2008

MACHADO, José Alberto Gomes. *A História da Arte na Encruzilhada*. In: *Varia História/Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, - vol. 24, nº 40 – jul/dez 2008*.

MICELI, Sergio. *Imagens Negociadas: Retratos da elite brasileira (1920-1940)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Os Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura*. Tempo Social – USP – Abril. 2003.

REINHEIMER, Patrícia. *O debate da crítica: Engajamento versus autenticidade: artistas e críticos em debate no final da Segunda Guerra até o início da década de 1960*. Revista Proa, nº01, Vol.01.2009.

WACQUANT, L. *O Legado Sociológico de Pierre Bourdieu: Duas Dimensões e uma nota pessoal*. Revista de Sociologia e Política, Nº 19.p. 95-110. Nov. 2002.

Recebido em: 22 de julho de 2016.

Aceito em: 28 de julho de 2016



Revista Café com Sociologia

Volume 5, número 2, Mai./Agos. 2016

O ENIGMA DE KASPAR HAUSER E A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM NO PROCESSO SOCIALIZADOR

Elaine Aparecida Toricelli Cleto¹
Cristiane Roque de Almeida²

Resumo

Neste trabalho analisamos o filme O enigma de Kaspar Hauser (1974) com foco nos problemas de aquisição do conhecimento e da linguagem apresentados por seu personagem principal, em função de seu isolamento social durante parte de sua vida. A discussão é realizada a partir da obra de Izidoro Blikstein, Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade (1985), e as análises contribuem para a compreensão da relação indivíduo e sociedade, de modo a se reiterar como a prática social está condicionada à percepção/cognição da realidade e o convívio social, mediado pela linguagem, se transforma na mola propulsora da identidade do homem enquanto ser social.

Palavras-chave: Socialização. Aquisição da linguagem. Cultura.

THE ENIGMA OF KASPAR HAUSER AND THE IMPORTANCE OF LANGUAGE IN THE PROCESS SOCIALIZER

Summary

In this paper we analyze the film The Kaspar Hauser Puzzle (1974) with a focus in the problems of acquisition of the knowledge and language presented by its central character, due to his social seclusion during for most of his life. The discussion is conducted as from the work of Izidoro Blikstein, Kaspar Hauser or the fabrication of reality (1985), and the analyzes contribute to the comprehension of the relationship between individual and society, in order to reiterate how the social practice is conditional upon the perception / cognition of reality and social living, mediated by language, becomes the driving force of the identity of man as a social being.

Keywords: Socialization. Language acquisition. Culture.

¹ Cientista Social, Mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. Analista em Ciências Sociais na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Palmas. E-mail: elainecleto@hotmail.com

² Cientista Social e Mestra em Sociologia pela UFG. Professora do colegiado de Direito da Universidade Federal do Tocantins - UFT. E-mail: crisroque@uft.edu.br

Já é lugar-comum nas áreas das ciências humanas e sociais o entendimento do homem como um ser sociohistórico, moldado pela sua inserção no universo da cultura. A partir desse pressuposto, temos a intenção de reforçar a importância da linguagem, da comunicação e dos consensos sociais nesse processo, uma vez que os acontecimentos e atividades que constituem a vida em sociedade seguem um comportamento padronizado habitualmente reconhecível, mediado pelas várias formas de linguagem, mas, porém, muitas vezes não notamos a natureza reiterativa da maior parte das ações sociais, pois tendemos a prestar mais atenção àquilo que é idiossincrático ou singular do que àquilo que é semelhante.

Assim, os problemas da aquisição do conhecimento e da comunicação, abordados por Werner Herzog, em seu filme *O enigma de Kaspar Hauser* (1974), podem ser analisados de forma interdisciplinar através dos elementos apontados por Izidoro Blikstein, em sua obra *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade* (1985). Num primeiro momento, apresentamos as questões capitais da obra de Herzog no que se refere à relação do personagem principal com a sociedade para, na sequência, abordarmos a análise efetuada por Blikstein dos aspectos lingüístico-cognitivos acerca da obra de Herzog. Autores como Pierre Bourdieu (1998), Angela Kleiman (1995), Berger e Berger (1977) contribuem para uma compreensão da relação indivíduo e sociedade, de modo a se reiterar como a prática social está condicionada e, mediado pela linguagem, o convívio social se transforma na mola propulsora da identidade do homem enquanto ser multifacetado, multideterminado.

De início, importante estabelecer uma relação entre o título em português do filme de Herzog, *O enigma de Kaspar Hauser* (1974), e o título do livro de Blikstein *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade* (1985). Os dois autores tratam do percurso do desenvolvimento do mesmo personagem, o jovem Kaspar Hauser. No título do filme, Herzog questiona como Hauser consegue, por meio da percepção/cognição, conhecer a realidade do mundo que lhe é apresentado depois de anos vivendo no isolamento, e como não consegue compartilhar dos mesmos consensos sociais, criando um modo próprio de atribuição de significados às coisas, tornando-se um enigma a ser desvendado. Já no título do livro, Blikstein (1985) mostra que a realidade pode ser criada, fabricada, pois a realidade objetiva depende da realidade subjetiva, confirmando assim a criação/atribuição de significados feita por Hauser, descrita por Herzog (1974).

O filme do diretor alemão Werner Herzog é baseado em registros da história de um jovem que viveu isolado em um porão desde a mais tenra infância, até mais ou menos seus dezoito anos. Kaspar Hauser teria vivido em um mundo que acreditava ser único e que se reduzia a quatro

paredes e a poucos objetos como um cavalo de brinquedo. Ignorava totalmente a existência de um mundo além daquele ambiente frio e escuro que conhecia. Sua alimentação era basicamente pão e água deixados à noite enquanto dormia. Assim, não desenvolveu a linguagem e nem as atividades motoras.

Blikstein, em sua obra *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade* (1985), faz uma análise acerca do filme de Herzog, utilizando-se dos aspectos linguístico-cognitivos para explicar o percurso do desenvolvimento de Hauser e a relação deste com a sociedade, através da relação entre língua, pensamento, conhecimento e realidade. O autor, em suas análises, considera que a construção perceptiva do indivíduo depende, sobretudo, da práxis social necessária à promoção da estrutura referencial-cultural de compreensão da realidade: “Kaspar Hauser, entretanto, nos levaria a questionar o inatismo, pois os seus ‘enigmas’ de cognição e compreensão do mundo estão a indicar que a percepção depende, sobretudo, de uma construção e de uma prática social.” (BLIKSTEIN, 1985, p. 52).

No filme, o ambiente onde se desenvolve a trama é a cidade alemã de Nuremberg, e ali são retratados os acontecimentos ocorridos entre os anos de 1828 a 1833. No ano de 1828, Hauser é retirado do cativo por um personagem não identificado, uma espécie de tutor, e levado até a cidade de Nuremberg. Lá deveria ser inserido na sociedade e se tornar um cavaleiro, absorvendo tudo o que já estava socialmente estabelecido e que até então lhe fora negado conhecer. Com esse intuito, antes mesmo de retirá-lo do porão, o tutor dá-lhe as primeiras e essenciais coordenadas sobre como escrever e falar, fazendo-o repetir os signos “escrever” e “cavalo”, apesar do jovem não compreender a relação entre os signos e os significados. Após ensinar-lhe os primeiros passos, o homem o leva para uma praça e o deixa sozinho e, portando um livro de orações, um terço, algumas folhas de ouro e com uma carta na mão, endereçada a certo capitão, o qual deveria acolhê-lo e fazer dele um cavaleiro. Hauser repetia seguidamente: “Devo me tornar tão bom cavaleiro quanto meu pai foi.” Um cidadão o leva até a casa do capitão, porém o mesmo não se encontra em casa e seu empregado ordena que Hauser seja levado para a estrebria. Um processo oficial é aberto e de lá o personagem é levado para a prisão, onde os oficiais testam suas capacidades visando enquadrá-lo nas normas legais e descobrem que ele não sabe falar nada além do que foi treinado, nem escrever, não conhece o medo, a dor e só sabe se alimentar de pão e água. Os indivíduos daquela sociedade tentavam encontrar explicações para a sua falta de conhecimento acreditando, por vezes, que se tratava de loucura ou de um estado de

selvageria, ou ainda algo curioso, um verdadeiro mistério a ser desvendado. Isto fica claro na cena em que ele é levado a um circo, para ser apresentado como uma aberração.

Após passar por inúmeros preconceitos e humilhações, Hauser é acolhido na casa do professor Daumer Feuerbach, que se interessa por cuidar de sua educação e ensinar-lhe tudo sobre o mundo. Hauser então conhece a música, que lhe causa muita emoção, aprende a tocar piano e também começa a escrever sua autobiografia. Porém, embora conhecesse as palavras, não apreendia com facilidade os significados das mesmas e, desse modo, sua “tradução” da realidade diferia da compreensão geral. Assim, o personagem se adentrava a uma realidade totalmente nova e assustadora, em uma sociedade que já compartilhava de um consenso social, o qual Hauser, devido à privação do convívio com outros homens não conheceu e, mesmo ao tomar conhecimento, não aceitou se submeter a eles. Elaborou um sistema de significados próprios e acabou se constituindo em um exemplo de subversão da “ordem”. Segundo Blikstein (1985, p. 86), “Kaspar Hauser torna-se subversivo quando, ao não aceitar os referentes que a sociedade lhe impõe, abala os fundamentos da ilusão referencial. E é, sobretudo, por essa práxis libertadora (e não por um mero lance de novela policial) que ele deve morrer.”

Hauser possuía uma experiência perceptivo-cognitiva muito peculiar e diferente da experiência vivida por todos os outros com quem conviveu e que desde o nascimento foram cercados por indivíduos e costumes que lhe foram apresentados. Por isso, Hauser não foi aceito com naturalidade pelos demais, pois só poderia ser aceito como cidadão comum aquele que compartilhasse da mesma linguagem e dos mesmos códigos sociais; caso contrário seria considerado como diferente e, portanto, não seria aceito. Essa não-aceitação era percebida por Hauser que, por isso, acabou considerando os homens como lobos. Nesse contexto, sentia-se desprezado, demonstrando sentimentos e alguma compreensão de sua condição social. Agravava sua situação o fato de que tudo o que fazia parte da realidade lhe era incomum: as paisagens, as ruas, as casas, os objetos, as dimensões, a lógica, etc., de modo que, parecendo-lhe como confuso, ele concebia como um ambiente negativo, em oposição ao ambiente do cativo que concebia positivamente.

Cinco anos após ter sido retirado do cativo, o personagem em tela sofre dois atentados, sobrevive ao primeiro, mas não ao segundo. No filme não fica claro quem o assassinou e fica subentendido que a razão de sua morte seria o fato dele ter atitudes e convicções diferentes dos demais e não ter aderido aos consensos sociais estabelecidos pela sociedade abrangente, ou seja, quando contamos com parâmetros sociais compartilhados podemos ter um grau de previsibilidade

em relação às atitudes dos cidadãos. Se todos optam por transgredir estes parâmetros, esta previsibilidade deixa de existir. Por isso, o comportamento de Kaspar Hauser causava inquietação, um temor na população de que ele se transformasse em um exemplo de transgressão aos outros indivíduos, influenciando e “contaminando” a sociedade. Ao se deparar com um indivíduo que destoa das práticas comuns, a sociedade reage tentando marginalizá-lo, o que pode provocar sua morte simbólica e também a morte física, ou seja, na morte simbólica a condição de pessoa lhe é tomada ou não lhe é atribuída, e na morte física a sua vida é tirada. Com Hauser ocorreu as duas coisas.

Acreditamos que o intuito de Herzog com a história de Kaspar Hauser foi questionar a inserção social através da linguagem, que recorta o mundo, expressa os consensos sociais e requer o entendimento e a utilização de normas e parâmetros. O autor também analisa a reação da sociedade ao lidar com um indivíduo que não sabe falar nem andar, sendo assim considerado impossibilitado de articular raciocínios, pois estes são expressos por meio da linguagem.

Blikstein (1985), no decorrer de sua obra, dialoga com vários pensadores, filósofos e linguistas como Santo Agostinho, Pierce, Saussure, Buysens, entre outros, a fim de estruturar melhor a sua problematização utilizando os *Conceitos* e considerações destes, que serviram de base para a construção das "perguntas" a que o autor se destina a "responder". Porém, o ponto mais polêmico do desenrolar das ideias de Blikstein (1985) consiste no "referente", assim, o desconforto começa a partir do instante em que o autor cita o *Triângulo de Ogden e Richards*, que na tentativa de definir o “significado de significado” fundam a ideia de "referente": “[...] C.K. Ogden e I. A. Richards lançaram a figura do referente, isto é, a coisa extralinguística, que distinguiam nitidamente de referência, ou significado linguístico.” (BLIKSTEIN, 1985, p. 23).

A preocupação com a correta comunicação entre símbolo e referência, ou significante e significado, irá propiciar a construção do debate maior sobre as barreiras e obstáculos criados pela influência da linguagem sobre o pensamento. Para o autor, “[...] a realidade extralinguística não seria decisiva para a articulação do significado dos signos; o que importa é que a relação entre símbolo e referência seja correta e até lógica.” (BLIKSTEIN, 1985, p. 25).

Os objetos não eram percebidos por Hauser do mesmo jeito que eram pelos indivíduos condicionados a uma prática social definida previamente, ou seja, Hauser não possuía os "filtros" e os “óculos sociais” ou “estereótipos” culturais que condicionassem sua percepção e conhecimento. Segundo Blikstein (1985), tais "filtros" e “estereótipos”, são garantidos e reforçados pela linguagem. Assim, o processo de conhecimento da realidade é regulado por uma

contínua interação de práticas culturais, percepção e linguagem. Hauser, ao chegar a Nuremberg, portanto, teve a sua aproximação cognitiva da realidade de forma direta, por isso “[...] para Kaspar Hauser, não haveria referente ou realidade fabricada, o que leva a ver o mundo como uma amálgama de manchas.” (BLIKSTEIN, 1985, p.77).

De acordo com Berger e Berger (1977, p. 204), é designado socialização “[...] o processo por meio do qual o indivíduo aprende a ser um membro da sociedade [...]”, ou seja, é o processo pelo qual os membros de determinada sociedade aprendem a compartilhar dos mesmos valores, comportamentos, crenças, etc. Kaspar Hauser foi privado deste processo, pois ficou preso em um cativeiro até os dezesseis anos, por isso, sua socialização se deu tardiamente. A socialização é um processo contínuo iniciado com o nascimento, porém, a fase mais importante é a infância, quando ocorre o que se denomina socialização primária, “[...] o processo por meio do qual a criança se transforma num membro participante da sociedade.” (BERGER; BERGER, 1977, p. 213). Já “[...] a socialização secundária compreende todos os processos posteriores, por meio do qual o indivíduo é introduzido num mundo social específico.” (BERGER; BERGER, 1977, p. 213).

Segundo Berger e Berger (1977), a linguagem constitui um elemento essencial do processo de socialização, e mais do que isso, de qualquer participação posterior na sociedade. É por meio da linguagem que a criança aprende a transmitir e a reter certos significados socialmente reconhecidos, e também adquire a capacidade de pensar abstratamente e refletir, isto é, consegue ir além das experiências imediatas, pois é através da reflexão cada vez mais intensa que a criança toma consciência de si mesma e de sua individualidade. Assim, a socialização é um processo que possibilita ao indivíduo a assimilação dos códigos estabelecidos, também chamada de interiorização, que

[...] significa que o mundo social, com sua multiplicidade de significados, passa a interiorizar-se na consciência da criança. Aquilo que anteriormente era experimentado como alguma coisa existente fora dela agora também pode ser experimentado dentro dela. Através de um complicado processo de reciprocidade e reflexão, certa simetria se estabelece entre o mundo interior do indivíduo e o mundo social externo, em cujo âmbito o mesmo está sendo socializado [...] (BERGER; BERGER, 1977, p. 208).

Antes da socialização Kaspar Hauser via o mundo sem os estereótipos de percepção. Porém, no processo de socialização ele parece não entender as explicações que lhe dão, pois para compreender o significado das palavras, e o que elas representam, deveria ter passado por um processo de aprendizagem necessário à compreensão da representatividade dos signos. Blikstein

(1985) diz que a educação não passa de uma construção semiológica que propicia a ilusão da realidade, vez que a educação vai estimulando na criança um processo de abstração. É justamente esse processo que Kaspar Hauser não vivenciou. Entretanto, as pessoas impunham a ele todos os tipos de signos esperando que compreendesse o mundo por meio da língua. Isso ocorre pela compreensão social de que a língua atua sobre a práxis, e uma vez promovida essa interação entre língua e práxis, quanto mais se aprofunda o processo de socialização mais elas se entrelaçam, portanto, quando a língua age sobre a práxis, ela pode modelar o referente e fabricar a realidade.

Para entender esse processo é importante resgatar o significado de cultura. Partimos de uma concepção universalista em que é atribuída ao antropólogo britânico da escola evolucionista, Edward Burnett Tylor, uma das primeiras definições formais de cultura, de modo que ele é considerado o inventor do conceito científico de cultura (CUCHE, 1999). Tylor já nas primeiras linhas de sua obra *A Ciência da Cultura*, escrito em 1871, afirma que o conceito de cultura refere-se a um conjunto complexo de conhecimentos, crença, arte, moral e lei, além dos costumes, capacidades e hábitos adquiridos pelos indivíduos na condição de membro da sociedade. Nesse sentido, “[...] como o catálogo de todas as espécies de plantas e animais de um distrito representa sua flora e fauna, a lista de todos os itens da vida geral de um povo representa aquele todo que chamamos sua cultura”. (TYLOR, 2005, p.77-78). De acordo com Cuche (1999), para Tylor a cultura é caracterizada por sua dimensão coletiva, a qual expressa a totalidade da vida social do homem.

Passando para uma concepção funcionalista da cultura temos Bronislaw Malinowski, que defendia que a sociedade deveria ser estudada na sua totalidade, como um organismo formado por uma lógica interna e singular que se divide em uma complexa rede de relações, ou seja, a cultura é um código compartilhado pela sociedade. Para o autor, a cultura é aprendida dentro deste grupo, portanto não é biológica, e por isso qualquer indivíduo pode aprender qualquer cultura, desde que seja socializado dentro dela. Para o autor, a cultura é o processo e o produto, é o mais amplo contexto de comportamento humano. Desse modo, a cultura representa o todo social, que compreende também o conjunto de todas as instituições, assim, constitui uma maneira de resolver as necessidades humanas.

Outra contribuição clássica da antropologia para o conceito de cultura é do antropólogo alemão, naturalizado americano, Franz Boas, que possuía uma visão mais particularista de cultura. Devido a Boas ser o primeiro a fazer pesquisas *in loco*, com observação direta e prolongada de culturas primitivas, lhe é atribuído o título de inventor da etnografia (CUCHE, 1999). Boas

estava preocupado em estudar a diversidade humana, pois para a principal diferença entre os grupos humanos é de ordem cultural e não racial ou biológica, as diferenças são adquiridas ao longo da vida e não inatas (CUCHE, 1999). Deve-se a Boas também a contribuição acerca do conceito de relativismo cultural. Acreditava que cada cultura é única e específica, de modo que “[...] cada cultura representa uma totalidade singular e todo seu esforço consistia em pesquisar o que fazia sua unidade” (CUCHE, 1999, p. 45). Não se preocupava apenas em descrever os fatos culturais, mas buscava entendê-los inseridos em um conjunto de outros fatos aos quais estão ligados, relacionando-os aos seus contextos e produzindo coerência, pois para ele um costume particular só poderia ser explicado se fosse relacionado ao seu contexto cultural (CUCHE, 1999).

Conforme demonstra Clifford Geertz em seu texto *O Impacto do Conceito de Cultura sobre o Conceito de Homem*, a Antropologia tem buscado encontrar um caminho para um conceito mais viável sobre o homem, no qual a cultura e a diversidade cultural possam ser compreendidas em sua real dimensão. É imprescindível considerar que a diversidade existe e precisa ser respeitada, além disso, deve ser compreendida e interpretada de forma que cada detalhe, cada campo seja visto de acordo com suas particularidades. Geertz (2008) faz uma crítica ao Iluminismo, pois este trazia uma perspectiva de homem universal, em que todos eram iguais, como se a condição humana fosse uma só. “A perspectiva iluminista do homem era, naturalmente, a de que ele constituía uma só peça com a natureza e partilhava da uniformidade geral de composição que a Ciência Natural havia descoberto sob o incitamento de Bacon e a orientação de Newton.” (GEERTZ, 2008, p. 25).

A partir desse breve resgate acerca do desenvolvimento do conceito de cultura, percebemos como, na obra de Herzog, o processo perceptivo-cognitivo se dá em um ser totalmente desligado do mundo entendido como real e comum à maioria das pessoas, possibilitando reflexões sobre a influência da linguagem e do capital cultural na percepção da realidade, ou seja, o entendimento de como as coisas que se pode aprender ao longo da vida como gramática, lógica, matemática, religião, conhecimentos históricos, comportamentos culturais, etc., influenciam a capacidade de compreensão dos fenômenos que acontecem no meio e com os indivíduos de forma geral. A bagagem cultural necessária a esse processo faltava ao nosso personagem, dificultando sua compreensão do real. Segundo Bourdieu,

O capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais - quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim,

no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais (BOURDIEU, 1998, p. 74).

Sob esse prisma, ao associar uma ideia a um signo ou a uma imagem, ocorre, portanto, uma limitação do significado da ideia em função de uma definição restrita. As ideias passam a expressar só o que os signos e as imagens conseguem expressar, mas não abarcam a totalidade da realidade, pois, o signo é a expressão linguística de uma parcela da realidade e a referência/significado é a codificação do referente/realidade. Portanto, o significado retrata a realidade, mas o signo/significante não consegue retratar fielmente a realidade, ou seja, o signo/significante não consegue explicar a realidade em todas as suas nuances. Podemos exemplificar com a palavra saudade, porque não é possível explicar através deste signo o sentimento expresso na sua totalidade.

A linguagem recorta o mundo, produz, reproduz e compartilha o entendimento, mas o entendimento não está restrito a ela. Porque pode existir significado fora da linguagem, pois o significado é extralinguístico, por exemplo, um texto é formado por um conjunto de signos organizados coerentemente de forma a tornar possível a compreensão deste texto. A nossa compreensão, porém, está intimamente ligada à compreensão de cada palavra que associada a outras formam o texto. Portanto, a compreensão e apreensão dos significados dependem de uma série de fatores, dentre eles os conhecimentos prévios como o conhecimento enciclopédico e o conhecimento de mundo, o capital cultural entre outros.

Por meio da compreensão do significado é possível estabelecer uma comunicação, porém esta não depende somente da linguagem, mas sim da apreensão e codificação do significado. Por isso, podemos concluir que o significado é extralinguístico, porém “[...] o fato de o referente ser extralinguístico não significa que deva ficar fora da linguística; ele simplesmente está situado atrás, ou antes, da linguagem, como um evento cognitivo, produto de nossa percepção.” (BLIKSTEIN, 1985, p.39). Segundo Blikstein (1985, p. 39), as raízes da significação se desenvolvem antes mesmo da própria linguagem, na percepção-cognição, portanto, através da percepção-cognição é que podemos perceber o mundo e as coisas. O significado é construído pelo indivíduo em suas relações com sua realidade, por meio das mediações e através da percepção-codificação do objeto real.

Ao sair do cativo, Kaspar Hauser tem o primeiro contato com o espaço externo, iniciando assim o processo de socialização. Logo, através do processo de percepção/codificação

começa a vincular significados para as coisas que até então não existiam para ele. Como já foi explicado, o fato de compartilhar os signos não significa compartilhar os significados e isto fica provado no momento em que Kaspar Hauser repete as palavras sem conhecer os seus significados.

Segundo Blikstein (1985), é preciso sempre remeter-se à reflexão sobre o papel da linguagem, da comunicação e dos consensos sociais. Para o autor, existe um padrão de conhecimento socialmente aceito, ou seja, o significante e o significado são representações da realidade social, manifestadas através da comunicação entre os indivíduos. A comunicação é composta por textos, imagens e sons, que para tornarem-se inteligíveis necessitam de um conhecimento prévio, e Kaspar Hauser, por não possuir estes conhecimentos, demonstrava dificuldades em se comunicar. Segundo Kleiman,

A compreensão de um texto é um processo se caracteriza pela utilização de conhecimento prévio: o leitor utiliza na leitura o que ele já sabe, o conhecimento adquirido ao longo de sua vida. É mediante a interação de diversos níveis de conhecimento, como o conhecimento linguístico, o textual, o conhecimento de mundo, que o leitor consegue construir o sentido do texto (KLEIMAN, 1995, p.13).

Em suma, para adentrar a esfera do consenso social Hauser precisaria partilhar, além das palavras, dos signos, também uma compreensão consensual que reside nos significados auferidos ao mundo, pois, geralmente é imposto às pessoas que irão adentrar a uma determinada sociedade, que estas partilhem da mesma linguagem e da compreensão consensual dos demais membros de determinados grupos sociais. Mas Hauser construiu a sua própria rede de significados, que não foram aceitos pela sociedade.

Blikstein narra também a relação existente entre a linguagem e o pensamento no caminho do desenvolvimento cognitivo de Kaspar Hauser, e afirma que:

[...] apesar da aquisição da linguagem Kaspar Hauser descodifica de modo sempre aberrante a significação do mundo. A permanência do déficit cognitivo de Kaspar Hauser seria um índice de que os elementos que modelam a percepção do mundo e as configurações conceituais podem ser capturados não só na linguagem mas sobretudo na dimensão da práxis (BLIKSTEIN, 1985, p.55).

Por fim, Blikstein (1985) explica como foi o processo de percepção do mundo que cercava Kaspar Hauser, pois este se encontrava privado de todos os fenômenos culturais que possibilitavam a percepção e o conhecimento da realidade. Dando continuidade à discussão, o autor descreve as dificuldades de Kaspar Hauser ao deixar o cativeiro e ser colocado em uma sociedade passando por um processo de integração, com a imposição dos usos da linguagem e no esforço de compreensão dos elementos que lhe são novos. Pois, na certeza de que Hauser

compreenderia o mundo que o cercava, os indivíduos que estavam à sua volta apresentaram-lhe todo tipo de signo. Porém, conhecer as palavras que buscavam traduzir o mundo à sua volta não foi suficiente para Hauser conhecer a realidade.

Conhecer o mundo pela linguagem, por signos linguísticos, parece não bastar para dissolver o permanente mistério e a perplexidade do olhar de Kaspar Hauser. Talvez porque a significação do mundo deve irromper antes mesmo da codificação linguística com que o recortamos: os significados já vão sendo desenhados na própria percepção/cognição da realidade (BLIKSTEIN, 1985, p. 17).

Por fim, Blinkstein (1985) diz que Hauser passa a representar um incômodo para a sociedade de Nuremberg ao passo que utiliza a linguagem para desafiar a percepção/cognição que lhe é imposta, provando que aquela realidade imposta é apenas um produto da práxis social de Nuremberg. Quando não aceita os códigos que tentam lhe inculcar, Hauser torna-se um subversor da ordem, e é por esta sua *práxis libertadora* que ele deve morrer. Afirma Saboya que

O século XIX, época em que Kaspar Hauser viveu, foi um período marcado pela perspectiva positivista, evolucionista e desenvolvimentista. A visão de que havia um modelo de civilização e de desenvolvimento a ser alcançado, tanto pelos homens, como pelas sociedades, estava em seu auge. Todos aqueles que não correspondiam ao protótipo do homem "civilizado" eram classificados como primitivos, atrasados e deveriam ser "ajudados" a alcançar graus mais avançados na escala de desenvolvimento e evolução. É dentro dessa visão de mundo que Kaspar Hauser vai ser socializado. (2001, s/p).

Nesse contexto, estava no auge na Alemanha a Frenologia, teoria desenvolvida pelo médico alemão Franz Joseph Gall por volta de 1800 e popularizada durante o século XIX. Hoje desacreditada e considerada uma pseudociência, a teoria reivindicava a capacidade de determinar o caráter e características da personalidade pela análise do formato do crânio. A Frenologia guarda claras coincidências com as bases fundamentais dos estudos desenvolvidos pelo médico italiano Cesare Lombroso, em meados do século XIX. Sua obra, *O homem delinquente* (1876), que traz a teoria do *criminoso nato*, teria sofrido direta influência da Frenologia, embora tenha se dedicado aos aspectos relativos às tendências criminosas, circunscrevendo seus trabalhos no âmbito de uma criminologia antropológica que serviu de embasamento para ações eugenistas, que primaram por comportamentos racistas, sendo, inclusive usada como forte conteúdo justificador dos campos de extermínio nazistas. (TASSE, 2013).

Com base nisso, chama-nos a atenção no filme que, uma vez atingido mortalmente, no momento da autópsia é verificada uma "anomalia" no cérebro de Kaspar Hauser, o cerebelo

muito desenvolvido, e isto é apresentado no filme como uma descoberta capaz de explicar seu comportamento diferente e questionador, pois se acreditava ter descoberto o enigma de Kaspar Hauser. O processo legal aberto sobre o caso foi lavrado com a “melhor resposta que poderiam achar para o mistério sobre aquele estranho personagem”. Mas, nos resta o questionamento se havia mesmo uma característica peculiar na anatomia de Hauser ou se os legistas foram influenciados pelas teorias em voga à época.

Bem... Mas esta é outra história... Mas que não deixa de nos reportar ao pensamento de Lévi-Strauss (1976b) ao afirmar, categoricamente, que o homem moderno, ao não compreender intelectualmente as diferenças, as diversidades, gerou inúmeras especulações filosóficas e sociológicas que tentavam suprimir a diversidade colocando todos dentro de um plano universal. De acordo com o autor, o homem não pode ser considerado como universal, e é necessário considerar as particularidades de cada sociedade na qual o homem está inserido.

A diversidade gerou e continua gerando uma sensação de desconforto de uma sociedade frente à outra, e também entre os indivíduos, e esta sensação é chamada de etnocentrismo, que consiste em repudiar as outras formas de cultura, que possuem atitudes afastadas daquelas com as quais se identifica.

Podemos concluir que, tanto Herzog (1974) quanto Blikstein (1985), apontam que Kaspar Hauser representava, para a sociedade de Nuremberg, um incômodo, pois ao olhar a realidade através dos significados criados por ele mesmo, não aceitava os códigos que a sociedade insistia em lhe impor, negando assim as normas vigentes, e sendo, portanto, considerado subversivo aos olhos da população. Kaspar Hauser não se submeteu às regras, por não as ter interiorizado.

Durante o processo de socialização, o indivíduo incorpora certo tipo de capital cultural assimilando as práticas comuns de determinado grupo. Durante o envolvimento de Kaspar Hauser com a educação informal é que acontece a incorporação de seu capital cultural, como na experiência que tem com a música, inclusive aprendendo a tocar piano. Todavia, ele não teve uma aquisição maior de capital cultural, pois o seu tempo de vivência na sociedade com seu “preceptor” foi curta.

Enfim, o caso de Kaspar Hauser demonstra que o processo de socialização, é consequência de uma longa cadeia de aprendizado com o grupo social, que acontece a partir do momento em que o indivíduo nasce e começa a assimilar e interiorizar os hábitos e costumes característicos deste grupo. Ao participar da vida em sociedade o indivíduo reprime suas características naturais

para desenvolver as características sociais e culturais, se submetendo aos padrões criados e impostos pela sociedade. Kaspar Hauser, mesmo tendo aprendido minimamente a andar e a se comunicar oralmente e por escrito, além de ter compreendido e internalizado alguns códigos impostos pelos indivíduos de Nuremberg, tinha sua vida marcada pelo estigma da rejeição desde a infância. Portanto, dado seu contexto social, seria sempre visto como diferente e anormal.

Referências

BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. *Socialização: como ser um membro da sociedade*. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. (Comp.). **Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

BLIKSTEIN, Izidoro. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1985.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: _____. *Escritos da Educação*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

KLEIMAN, Angela. *Texto e Leitor: aspectos cognitivos da leitura*. Campinas: Pontes, 1995.

SABOYA, M. C. L. O enigma de Kaspar Hauser (1812?-1833): uma abordagem psicossocial. *Psicologia USP*, 12 (2), 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-65642001000200007&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 jul. 2015.

O enigma de Kaspar Hauser. Direção: Werner Herzog. Alemanha: Werner Herzog Film, 1974. 1 DVD (109 min.), son., color., legendado. Tradução de: Versátil Home Video.

TASSE, Adel El. *Criminologia*. São Paulo: Saraiva, 2013. (Coleção saberes do Direito, 58).

Recebido em: 17 de novembro de 2016.

Aceito em: 27 de julho de 2016.



AS DIALÉTICAS PRESENTES NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: breves notas reflexivas a partir do Tropicalismo e de Belchior

Juliana Schumacker Lessa¹

Resumo

Neste artigo, busca-se aprofundar o estudo sobre o pensamento social brasileiro e suas decorrências na formação de uma imagem simbólica brasileira, fundamentalmente, em torno de dois textos: “Dialética da malandragem” (1970), de Antônio Cândido e “Guerra de relatos no Brasil contemporâneo. Ou ‘Dialética da marginalidade’” (2004), de João Cezar de Castro Rocha. Destes dois textos que trabalham as dialéticas presentes na formação cultural e política brasileira, a tentativa consistiu em contrapor-los com duas composições musicais que atravessam e revelam, por um lado uma ‘dialética da malandragem’ em “É proibido proibir”, apresentada por Caetano Veloso no Festival Internacional da Canção, em 1968 e, por outro, uma ‘dialética da marginalidade’ em “Eu sou apenas um rapaz latino americano”, de Belchior, lançada no álbum “Alucinação”, no ano de 1976. O exercício de perlaboração dessas composições são reveladores das dialéticas presentes na formação do Brasil contemporâneo, trabalhadas por Cândido e Rocha, mostrando como elas ressoam na produção estética de um tempo.

Palavras-chave: Pensamento social brasileiro. Dialética da marginalidade. Dialética da malandragem.

THE DIALECTICS PRESENT IN THE BRAZILIAN SOCIAL THOUGHT: Brief reflections from Tropicalism and Belchior

Abstract

This article aims to deepen the study of the Brazilian social thought and its consequences in the formation of a Brazilian symbolic image, fundamentally around two texts: “Dialectic of malandroism” (1970), by Antônio Cândido and “War reports in contemporary Brazil. Or 'Dialectic of marginality'”(2004), by João Cezar de Castro Rocha. Using these two texts, that work the dialectics present in the Brazilian cultural and politics formation, the attempt was to counter them with two musical compositions that cross and reveal, on the one hand, a ‘dialectic of malandroism’ in *É proibido proibir*, by Caetano Veloso at the International Festival Song in 1968 and, on the other hand, a ‘dialectic of marginality’ in *Eu sou apenas um rapaz latino americano*, by Belchior, launched in the *Alucinação* album, in 1976. The exercise of elaboration of these compositions might had revealed the dialectics presents in Brazil contemporary formation,

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE-UFSC.

worked by Cândido and Rocha, and might had showed how they resonate in the aesthetic production for a certain historical time.

Keywords: Brazilian Social Thought. Dialectic of marginality. Dialectic of malandroism.

1 Introdução

A proposta deste artigo é ampliar o debate do pensamento social brasileiro tendo como referência documentos sociológicos, históricos, antropológicos e estéticos. Dentre essas referências, inclui-se a obra *Raízes do Brasil*, publicado em 1936 e *Visão do Paraíso*, em 1959, de Sérgio Buarque de Hollanda, um dos historiadores brasileiros mais importantes do início do século 20. Também *Carnavais, Malandros e Heróis*, de Roberto da Matta (1979) e *O pai de família*, de Roberto Schwarz (2008). Como sequência destas discussões interpretativas envolvendo a formação do Brasil contemporâneo, elegemos como tema deste artigo tratar sobre as duas dialéticas presentes no pensamento social brasileiro a partir de dois textos principais. Um primeiro deles de Antônio Cândido, *Dialética da malandragem* (1970) e outro, de João Cezar de Castro Rocha, *A guerra de relatos no Brasil contemporâneo. Ou 'Dialética da marginalidade'* (2004), os quais foram selecionados para contrapor este trabalho de reflexão que aqui se segue.

Em *Dialética da malandragem (Caracterização das Memórias de um Sargento de Milícias)*, Cândido desenvolve a discussão sobre a imagem do brasileiro a partir de um jogo dialético presente na construção da sociedade carioca do tempo de Dom João VI, em que ordem e desordem se articulam solidamente, numa dialética onde a construção de uma ordem comunica-se com a desordem, que a cerca de todos os lados (CÂNDIDO, 1970). N' *A guerra de relatos no Brasil contemporâneo. Ou 'Dialética da marginalidade'*, Rocha (2004), por sua vez, contemporaneiza o pensamento social apresentando uma dinâmica que se esboça num movimento que vai de uma dialética da malandragem para uma dialética da marginalidade. Estas duas dialéticas formariam o que seria uma “batalha simbólica no Brasil” (ROCHA, 2004, p. 23), formada, por um lado, por uma produção que traça o que seria uma imagem do “malandro”, aquele que transita por polos opostos, que tem a capacidade de criar pontes entre a ordem e a desordem, entre o rico e o pobre; por outro lado as consequências dessa imagem para a formação de uma imagem construída a partir de uma “dialética da marginalidade”. E por marginal é importante que não se fique preso ao significado pejorativo do termo, sendo restrito à ideia de bandido, mas sim, à ideia de margem, mais particularmente todas as produções culturais (música,

teatro, literatura etc) que se encontram à margem, que são, pois, *marginais*. A proposta de Rocha (2004, p. 33) do conceito de dialética da marginalidade aparece “um modo de descrever a superação parcial da “dialética da malandragem” – superação parcial, pois ambas dialéticas estão atualmente disputando a representação simbólica do país” (ROCHA, 2004, p. 33).

Este artigo teve como interesse também essa batalha simbólica de que fala Rocha (2004), especificamente, contrapondo duas produções musicais: o tropicalismo² da música *É proibido proibir*, de Caetano Veloso, com a música marginal³ *Eu sou apenas um rapaz latino americano*, de Belchior. A pergunta que se pode fazer aqui, talvez, seria se essas duas composições podem ser analisadas no interior de uma produção cultural que manifesta a formação de uma “batalha simbólica no Brasil”?

No estudo e análise das noções dialéticas da malandragem e da marginalidade as reflexões acabaram desaguando no diálogo com a música, mais especificamente com o período de irrompimento do movimento tropicalista e o fatídico show de Caetano com a banda dos Mutantes no Festival Internacional da Canção de 1968, em que Caetano discursa reagindo às

² Por “tropicalismo” entende-se o movimento cultural que tem como marco os músicos Caetano Veloso e Gilberto Gil (que, mais tarde, irão se juntar e trazer à cena outros tantos artistas), e suas apresentações no III Festival da Música Popular Brasileira, da TV Record de São Paulo, em outubro de 1967. Quando as canções “Alegria, Alegria” e “Domingo no Parque” foram lançadas no Festival por Caetano e Gil, respectivamente, eles não se apresentavam como porta vozes de qualquer movimento (FAVARETTO, 2000). No entanto, estas canções destoavam de outras “por não se enquadrarem nos limites do que se denominava MMPB (Moderna Música Popular Brasileira). Ao público consumidor desse tipo de música - formado preponderantemente por universitários - tornava-se difícil reconhecer uma postura política participante ou certo lirismo, que davam a tônica à maior parte das canções da época. A novidade - o moderno de letra e arranjo -, mesmo que muito simples, foi suficiente para confundir os critérios reconhecidos pelo público e sancionados por festivais e crítica. Segundo tais critérios, que associavam a “brasilidade” das músicas dos festivais à carga de sua participação político-social, as músicas de Caetano e Gil eram ambíguas, gerando entusiasmos e desconfianças. Acima de tudo, esta ambiguidade traduzia uma exigência diferente: pela primeira vez, apresentar uma canção tornava-se insuficiente para avaliá-la, exigindo-se explicações para compreender sua complexidade. Impunha-se, para crítica e público, a reformulação da sensibilidade, deslocando-se, assim, a própria posição da música popular, que, de gênero inferior, passaria a revestir-se de dignidade - fato só mais tarde evidenciado” (FAVARETTO, 2000, p. 19-20).

³ O termo “música marginal” refere-se ao argumento de Rocha (2004), acerca de uma imagem da cultura brasileira formada a partir da dialética da marginalidade. Segundo este autor, “a dialética da marginalidade pressupõe uma nova forma de relação entre as classes; não se trata mais de conciliar diferenças, mas de evidenciá-las. (...). Nesse contexto, o termo marginal não possui conotação unicamente pejorativa, representando também o contingente da população que se encontra à margem, no tocante aos direitos mais elementares, sem dispor de uma perspectiva clara de absorção (...). (...) deve-se ressaltar a ambiguidade do termo: o marginal pode ser tanto o excluído quanto o criminoso, e até os dois simultaneamente. Ferréz é o autor que mais tem desenvolvido as consequências dessa ambiguidade, e em seu romance “Manual Prático do Ódio” a dialética da marginalidade deu um salto qualitativo. Num primeiro momento, muito bem definido, entre outros, pela música dos Racionais MC's e por livros como “Letras de Liberdade” [ed. Madras], obra coletiva de presidiários, e “Sobrevivente André do Rap (do Massacre do Carandiru)” [ed. Labortexto], o impulso principal era testemunhar a sobrevivência em meio a condições as mais adversas, fosse no cárcere, fosse na periferia. Num momento posterior, a dialética da marginalidade passou a supor uma explicitação maior das contradições, iniciada por Paulo Lins. (ROCHA, 2004, p. 174-175).

vaías do público jovem universitário do Festival e os Mutantes se viram de costas para este público... Enquanto se lê *Verdade Tropical*, de Caetano Veloso, é impossível não buscar os vídeos destes Festivais (de 1967-1968) disponíveis na Internet.

No Festival Internacional da Canção de 1968 Caetano se apresenta com a música *É proibido proibir* e começa a ser hostilizado pelo público, que se vira de costas para Caetano e a banda dos Mutantes. Estes viram-se de costas para o público também, menos Caetano que permanece de frente, cantando e dando sequência a um discurso em que reage veemente contra o público e contra o próprio festival que deixara de fora Gil, desclassificando-o com sua guitarra elétrica:

Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder? Vocês têm coragem de aplaudir este ano uma música que vocês não teriam coragem de aplaudir no ano passado; são a mesma juventude que vai sempre, sempre, matar amanhã o velhote inimigo que morreu ontem! Vocês não estão entendendo nada, nada, nada, absolutamente nada. Hoje não tem Fernando Pessoa! Eu hoje vim dizer aqui que quem teve coragem de assumir a estrutura do festival, não com o medo que sr. Chico de Assis pediu, mas com a coragem, quem teve essa coragem de assumir essa estrutura e fazê-la explodir foi Gilberto Gil e fui eu. Vocês estão por fora! Vocês não dão pra entender. Mas que juventude é essa, que juventude é essa? Vocês jamais conterão ninguém! Vocês são iguais sabe a quem? São iguais sabe a quem? – tem som no microfone? – àqueles que foram ao Roda Viva e espancaram os atores. Vocês não diferem em nada deles, vocês não diferem em nada! (Trecho do discurso de Caetano Veloso à juventude no III Festival da Canção da Rede Record).

No trecho que se segue Veloso escreve em *Verdade Tropical* acerca desse episódio que marca a história do movimento tropicalista, na ocasião do discurso, ele também chama Gilberto Gil para o palco e, em meio a pedaços amassados de papel, copos de plástico e papelão, Gil é atingido por um pedaço de madeira em sua canela, provocando um machucado que fazem com que Gil, Caetano e os Mutantes saiam do Teatro da Universidade Católica (TUCA) “amedrontados”, como escreve Caetano:

O discurso que improvisei [...] foi moldado pelo sentimento que me inspiravam as caras que eu via na plateia, sua raiva e sua tolice. [...]. Quando, em substituição à declamação de Pessoa, comecei a falar (a urrar, seria mais adequado dizer) de improviso, alguns espectadores, depois praticamente todos, viraram-se de frente para ver o que estava passando. À medida que os rostos curiosos - mas nem por isso livres do ódio que os fizera desaparecer - ressurgiam, minha ira e meu confuso entusiasmo cresciam e, numa voz a um tempo descontroladamente insegura e confiantemente profética, eu disse: “Essa é a juventude que diz que quer tomar o poder? Se forem em política como são em estética, estamos fritos” (VELOSO, 2008, p. 296-297).

O episódio no FIC, em 1968, pode ser visto como marcante no movimento tropicalista, digamos assim, a partir do que disse Veloso: “o medo de ter ido longe demais em mexer com

forças sobrenaturais era um modo simbólico de eu me dizer que talvez tivéssemos tocado estruturas profundas da vida brasileira com enorme risco para nós” (VELOSO, 2008, p. 297).

Falar do movimento tropicalista e sua insurgência no Festival Internacional da Canção de 1968 nos leva a recordar o álbum de Belchior: *Eu sou apenas um rapaz latino-americano*, onde em umas das canções podia-se ver o que seria uma resposta de Belchior ao movimento tropicalista:

Eu sou apenas um rapaz latino-americano sem dinheiro no banco/Sem parentes importantes e vindo do interior/Mas trago, de cabeça, uma canção do rádio/Em que um antigo compositor baiano me dizia/Tudo é divino, tudo é maravilhoso [...] /Mas sei que tudo é proibido aliás, eu queria dizer/Que tudo é permitido até beijar você no escuro do cinema/Quando ninguém nos vê [...] /Mas sei que nada é divino, nada, nada é maravilhoso/Nada, nada é sagrado, nada, nada é misterioso, não (BELCHIOR, 1976).

Aqui, finalmente chegamos às intenções deste artigo: contrapor a dialética da malandragem, a partir de Cândido, presente na canção *É proibido proibir*, apresentada por Caetano Veloso no Festival Internacional da Canção, em 1968, com a dialética da marginalidade, a partir de Rocha (2004), presente na música *Eu sou apenas um rapaz latino americano*, de Belchior, no álbum *Alucinação*, lançado em 1976. Para refletir sobre o movimento tropicalista, utilizaremos como referencial *Visão do Paraíso*, de Caetano Veloso, particularmente o capítulo *É proibido proibir* e para a reflexão a partir de Belchior e seu álbum *Alucinação* a referência utilizada foi a pesquisa de Josely Teixeira Carlos, defendida em 2007 no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Ceará.

2 O movimento tropicalista e a “dialética da malandragem”

*A mãe da virgem diz que não.
E o anúncio da televisão.
E estava escrito no portão.
E o maestro ergueu o dedo.
E além da porta há o porteiro, sim.
Eu digo não.
Eu digo não ao não.
Eu digo.
É proibido proibir.
É proibido proibir.
É proibido proibir.
É proibido proibir.*

*Me dê um beijo, meu amor
Eles estão nos esperando
Os automóveis ardem em chamas*

*Derrubar as prateleiras
As estátuas, as estantes
As vidraças, louças, livros, sim
Eu digo sim
Eu digo não ao não
Eu digo
É proibido proibir
É proibido proibir
É proibido proibir
É proibido proibir
(Caetano Veloso)*

É com referência a maio de 1968⁴ que Caetano canta *É proibido proibir* no Festival Internacional da Canção (FIC), em 1968; assim ele começa relatando acerca desta composição:

Acho que foi ainda em maio de 68 que Guilherme me mostrou a reportagem da revista *Manchete* sobre os estudantes em Paris, na qual ele tinha encontrado a fotografia em que se lia, pichada numa parede, a frase “É proibido proibir” (que Buñuel em suas memórias diz ter sido tomada pelos estudantes aos surrealistas), a seu ver excelente para ser transformada em música (VELOSO, 2008, p. 291).

Além da influência da esquerda parisiense que, para Veloso adentra a composição de *É proibido proibir* muito mais a partir de “uma série de imagens de sabor anarquista (era o que me parecia à primeira vista o movimento francês - ou pelo menos era o seu aspecto que mais o identificava ao nosso)” (VELOSO, 2008, p. 291), também o movimento tropicalista alimentava-se da influência da guitarra hendrixiana⁵, introduzida, ousadamente, por Gilberto Gil no mesmo Festival, o FIC em 1968. Tal como alimentara-se Caetano do chavão “É proibido proibir” do movimento francês de maio de 1968, Gil nutria o tropicalismo com a guitarra e o “blues de vanguarda hendrixiano” (VELOSO, 2008, p. 299), “tudo a serviço da provocação anarquista de usar o chavão das reuniões políticas de esquerda: “Questão de ordem” (que era o próprio título da

⁴ Segundo Braga (2008), o ano de 1968 é marcado na história como um “instante de profundas transformações sociais”. Especificamente em Maio de 1968 na França aconteceu a maior greve geral do país, formada por um contingente de 10 milhões de trabalhadores parados. “Estudantes e os jovens operários em greve criaram comitês conjuntos de mobilização e solidariedade em diferentes cidades, em uma aliança política que desafiou a “velha esquerda” francesa [...] e abriu espaço para o advento de uma “nova esquerda” radical e antiburocrática” Cabe ainda ressaltar que, no Brasil, assiste-se ao assassinato pela polícia do estudante Edson Luís de Lima Souto, no Rio de Janeiro. “Seguiram-se a Passeata dos 100 mil, o fechamento da Faculdade de Filosofia da USP após o confronto entre estudantes dessa universidade e os do Mackenzie [...] e a prisão de 1.200 estudantes que participavam clandestinamente do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes em Ibiúna” (BRAGA, 2008, p. 39).

⁵ Jimi Hendrix, apelido de James Marshall Hendrix, originariamente, John Allen Hendrix (27 de novembro de 1942, Seattle, Washington, Estados Unidos - 18 de setembro de 1970, Londres, Inglaterra) foi um guitarrista, cantor e compositor norte-americano que fundiu as tradições americanas de blues, jazz, rock e soul com técnicas da vanguarda do rock britânico para redefinir a guitarra elétrica em sua própria imagem. Apesar de sua carreira ativa como um artista de destaque ter durado apenas quatro anos, Hendrix alterou o curso da música popular e tornou-se um dos músicos mais bem-sucedidos e influentes de sua época (MURRAY, 2016, *online* - tradução nossa).

canção)” (VELOSO, 2008, p. 293). Nesta composição, Gil introduz ao público brasileiro a música de Jimi Hendrix, que se mescla no ritmo e na harmonia musical brasileira:

[...] reproduzindo em português o canto falado do grande guitarrista, sobre uma base rítmico-harmônica de colorido brasileiro, embora mantendo o blues predominante do seu modelo, tudo a serviço da provocação anarquista de usar o chavão das reuniões políticas de esquerda “Questão de ordem” (que era o próprio título da canção) e subvertê-lo: “questão de desordem”, infelizmente abrandando-o e açucarando-o com um refrão beatlesesco⁶ “em nome do amor” (VELOSO, 2008, p. 293).

Ainda que a guitarra provoque e desestabilize o instituído esteticamente, a saber a bossa nova, ainda que a subversão às palavras de ordem das políticas de esquerda, a composição musical tropicalista de Gil aparece transitando entre o que seria uma estética instituída e uma transgressão da mesma, sustentando sua desordem da guitarra elétrica e do blues hendrixiano numa “base rítmico-harmônica de colorido brasileiro”, em que a subversão é, conforme as palavras de Veloso, abrandada e açucarada “com um refrão beatlesesco “em nome do amor”” (VELOSO, 2008, p. 293). O movimento tropicalista parece tentar manter suas condutas transgressivas no interior de uma ordem instituída, esse mesmo deslocamento de que fala Cândido sobre as *Memórias de um Sargento de Milícias*, o romance de Manuel Antônio de Almeida que narra “a história [...] do rapaz que oscila entre a ordem estabelecida e as condutas transgressivas” (CÂNDIDO, 1970, p. 78).

Outros aspectos descritos por Veloso são reveladores da mistura presente no movimento tropicalista a partir das apresentações de Gil e Caetano no Festival Internacional da Canção de 68:

Meu cabelo estava muito grande e, entregue à sua própria crespidão rebelde, mais parecia uma mistura do de Hendrix com os de seus acompanhantes ingleses do Experience. Eu estava vestido com uma roupa de plástico verde e preta, o peito coberto de colares feitos de fios elétricos com tomadas nas pontas, correntes grossas e dentes de animais grandes. Essa roupa [...], tinha [...] um toque protopunk que fazia parecerem bem-comportadas [...] os trajes de ficção científica que os Mutantes usavam ali mesmo ao meu lado no palco. Depois da longa introdução - que já arrancava vaias por seu atonalismo e sua total indefinição rítmica - eu começava a cantar os tolos versos (“A mãe da virgem diz que não/E o anúncio da televisão/E estava escrito no portão”) acompanhando-os de uma dança que consistia quase exclusivamente em mover os quadris para frente e para trás, porém não tanto à maneira brusca e algo mecânica de Elvis, antes ao modo relaxadamente sexual das baianas, das sambistas de morro, dos homens e mulheres cubanos. Como se não bastasse, a uma certa altura o canto e a dança

⁶ O termo “beatlesesco” a que se refere Veloso diz respeito ao grupo britânico de rock, chamado *The Beatles*. Seus principais membros eram: John Lennon, Paul McCartney, George Harrison e Ringo Star. Conforme define Miller, na *Encyclopaedia Britannica* (2016), o quarteto musical britânico foi “um centro de atração global para as esperanças e sonhos de uma geração que atingiu a maioria na década de 1960” (MILLER, 2016, *online* - tradução nossa).

eram interrompidos (mas não os efeitos dos Mutantes) para dar lugar à declamação do poema de Fernando Pessoa (VELOSO, 2008, p. 293-294).

Todo o movimento de agregar diferentes influências, de trazer a guitarra elétrica, os chavões dos movimentos políticos esquerdistas que efervesciam naquele tempo, como os “slogans surrealistas emprestados aos estudantes franceses” (VELOSO, 2008, p. 295), a inspiração na dança de “Elvis”, misturada com o “samba das baianas”, com o dos “homens e mulheres cubanos”, um clima cenográfico e figurinístico meio “protopunk”, enfim, todo este hibridismo e devoração de cultura se mescla ao poema de Fernando Pessoa que tomava lugar num determinado momento de interrupção da canção *É proibido proibir*. Este caldo, meio transgressivo, meio híbrido, que se mobiliza por entre dois hemisférios, oscilando entre a tradição, a vanguarda moderna e o pop mundial remete à dialética da malandragem, conceituada por Antônio Cândido como uma dialética da ordem cercada de desordem. A desordem, o transgressivo, o figurino “protopunk” acomoda-se na ordem do “samba das baianas” e essa desordem alimenta-se daquilo que provém do “pop mundial” (VELOSO, 2008, p. 296). Este não seria o lado contraditório do movimento tropicalista, a sua dialética, ou seja, há aspectos da própria ordem que se desdobram e se tencionam com a transgressão tropicalista, pois que o pop é a massa, então não seria contraditório, alimentar-se do pop para elaborar composições culturais-expressivas de transgressão, de anarquia, de contra-cultura? Não seria uma contradição desestabilizar a ordem do pop brasileiro por meio de uma transgressão alimentada de uma outra ordem, o pop mundial?

Impossível compreender a dialética da malandragem em Cândido, sem entrar nas *Memórias de um Sargento de Milícias*, o romance realista de Manuel Antônio de Almeida e sem entrar nas narrativas em torno de Leonardo, personagem central da história, que não é bem um pícaro, como nos romances espanhóis do século 17 e 18, mas que tem suas semelhanças e aproximações com esta imagem de malandro. Sob as miradas do sociólogo e crítico literário Antônio Cândido, vamos percebendo como as narrativas presentes nas *Memórias* revelam, a partir da descrição de lugares e cenas do Rio de Janeiro no tempo de Dom João VI, modos de ser que fazem parte da nossa formação cultural e política enquanto brasileiros.

O romance de tipo realista, arcaico ou moderno, comunica sempre uma certa visão da sociedade, cujo aspecto e significado procura traduzir em termos de arte. É mais duvidoso que dê uma visão informativa, pois geralmente só podemos avaliar a fidelidade

⁷ Assim diz Caetano em relação referência do pop mundial no movimento tropicalista: “[...] decidi voltar a apresentar a música na semifinal (ainda no TUCA) apenas para aproveitar a oportunidade de levar o *happening* até as últimas consequências: diria àquela plateia tudo o que pensava sobre sua reação e, mostrando aos membros do júri que a música de Gil tinha sido desclassificada porque eles estavam atrasados em relação ao que vinha acontecendo no pop mundial [...]” (VELOSO, 2008, p. 296).

da representação através de comparações com os dados que tomamos a documentos de outro tipo. Isto posto, resta o fato que o livro de Manuel Antônio sugere a presença viva de uma sociedade que nos parece bastante coerente e existente, e que ligamos à do Rio de Janeiro do começo do século 19 (CÂNDIDO, 1970, p. 74).

Manuel Antônio perambula por uma sociedade que não é nem a dos escravos, nem as dos que dominam, mas aqueles mesmo que estão movimentando-se por *entre*, entre dois hemisférios, o da ordem e o da desordem, a ação circunscreve “um tipo de gente livre e modesta, que hoje chamaríamos pequena-burguesia” (CÂNDIDO 1970, p. 74).

Suprimindo o escravo, Manuel Antônio suprimiu quase totalmente o trabalho; suprimindo as classes dirigentes, suprimiu os controles do mando. Ficou o ar de jogo dessa organização bruxoleante fissurada pela anomia, que se traduz na dança dos personagens entre lícito e ilícito, sem que possamos afinal dizer o que é um e o que é outro, porque todos acabam circulando de um para outro com uma naturalidade que lembra o modo de formação das famílias, dos prestígios, das fortunas, das reputações, no Brasil urbano da primeira metade do século 19. Romance profundamente social, pois, não por ser documentário, mas por ser construído segundo o ritmo geral da sociedade, vista através de um dos seus setores. E sobretudo porque dissolve o que há de sociologicamente essencial nos meandros da construção literária” (CÂNDIDO, 1970, p. 82).

O malandro, e o que ele tem de semelhanças com o pícaro, o protagonista dos romances espanhóis tem, por um lado, esse aspecto de mobilidade por diversos espaços sociais: “são dominados pelo senso do espaço físico e social, pois o pícaro anda por diversos lugares e entra em contacto com vários grupos e camadas, não sendo raros os destinos internacionais [...]” (CÂNDIDO, 1970, p. 70). Leonardo, o malandro, vive transitando entre dois hemisférios, sendo ele a linha equatorial:

Acima estão os que vivem segundo normas estabelecidas [...]; abaixo estão os que vivem em oposição ou pelo menos integração duvidosa em relação a elas. Poderíamos dizer que há, deste modo, um hemisfério positivo da ordem e um hemisfério negativo da desordem, funcionando como dois ímãs que atraem Leonardo, depois de terem atraído seus pais. A dinâmica do livro pressupõe uma gangorra dos dois pólos, enquanto Leonardo vai crescendo e participando ora de um, ora de outro, até ser finalmente absorvido pelo pólo convencionalmente positivo” (CÂNDIDO, 1970, p. 77).

Estes deslocamentos que opera Leonardo conformam a formação da sociedade brasileira, configurando uma dialética da ordem e da desordem: “a construção, na sociedade descrita pelo livro, de uma ordem comunicando-se com a desordem que a cerca de todos os lados” (CÂNDIDO 1970, p. 77). As “confusões de hemisférios” associadas a uma “subversão final de valores” (CÂNDIDO, 1970, p. 81) podem ser tanto vistas nas *Memórias*, a partir de Cândido, como também, talvez possam ser relacionadas com o caldo cultural de que Caetano, Gil e os Mutantes engrossavam no movimento tropicalista. Ao afirmar que a dialética da malandragem se

constitui, por um lado, por uma determinada ordem das coisas, contrapondo-se, por outro lado, a uma determinada desordem, poderíamos questionar se o trânsito fluído por estes lados contraditórios pode ser relacionado com o movimento tropicalista, nas figuras de Gil e Caetano no FIC, em 1968.

Por outro lado, a dialética da malandragem relacionada com o movimento tropicalista de Gil e Caetano no FIC de 1968, - por onde transitavam entre aspectos do pop mundial, mesclando com a tradição musical brasileira -, dão corpo a um pop brasileiro que se desdobra numa dialética da marginalidade. As pistas desse desdobramento se mostram numa das descrições de Veloso, na ocasião em que narra o que aconteceu depois da fatídica apresentação de *É proibido proibir* no Festival Internacional da Canção. Com o convite e aceitação para apresentar as duas canções num show numa boate do Rio, paralelamente às finais cariocas do Festival, “o show foi possivelmente a mais bem-sucedida peça do tropicalismo”, disse Veloso:

Pelo menos, a que melhor expunha nossos interesses estéticos e nossa capacidade de realização, [...]. Eu usava o mesmo traje plástico verde e negro das apresentações do TUCA - creio que Gil e os Mutantes também mantinham o figurino - e levava às últimas consequências o comportamento de palco esboçado desde “Alegria, alegria”, estirando-me deitado no chão, plantando bananeira e enriquecendo o rebolado cubano-baiano do “É proibido proibir”. Mas o mais forte do espetáculo era o que Gil e os Mutantes faziam musicalmente” (VELOSO, 2008, p. 298).

Toda a aceitação e receptividade das apresentações de Gil, Caetano e os Mutantes na boate Sucata, localizada em frente à Lagoa Rodrigo de Freitas representou, para o movimento tropicalista uma “entrada violenta no Rio” (VELOSO, 2008, p. 299), e nos principais meios artísticos que influenciaram o movimento. Dentre o cosmos formado em torno do tropicalismo a partir, sobretudo desses shows paralelos, portanto, marginais ao Festival Internacional da Canção, encontram-se desde os artistas estrangeiros vindos para o Festival, como também “o pessoal de música brasileira”, “o pessoal do Cinema Novo [...] - eles estavam preparados para dialogar com o que fazíamos” (VELOSO, 2008, p. 299). Também uma “facção da juventude carioca que, sem ser conservadora, não se identificava com o modelo do estudante nacionalista de esquerda”; “os artistas plásticos, talvez até mais que os cineastas” (VELOSO, 2008, p. 299-300), representados nas figuras de Gerchman, Antônio Dias e Hélio Oiticica. E é com Oiticica que o tropicalismo vai revelando um desdobramento da dialética da malandragem em uma dialética da marginalidade:

Hélio Oiticica, que involuntariamente dera nome ao nosso movimento, estava presente naquele próprio evento, com uma obra exposta perto do palco, complementando a mensagem de nossa atitude frente ao FIC, à MPB, à cultura brasileira e à realidade em geral: sua homenagem ao bandido favelado Cara de Cavalo, morto a tiros pela polícia,

na forma de um estandarte em que se lia, sob a reprodução da fotografia do corpo do personagem estendido no chão, a inscrição “SEJA MARGINAL, SEJA HERÓI” (VELOSO, 2008, p. 300).

Este deslocamento de uma dialética da malandragem para uma dialética da marginalidade pode ser compreendido, sobretudo pelo movimento das artes plásticas que, nesse caso, tem como figura emblemática Oiticica e seu estandarte colocado ao lado do palco de apresentações de Gil, Caetano e Mutantes nos shows paralelos ao Festival Internacional da Canção de 68. Simbolicamente, o estandarte é a voz transgressora, a voz que é política e que tenta falar por aqueles que estão à margem e essa voz mescla-se ao tropicalismo, pois que Oiticica, Caetano, Gil e Mutantes acabam se colocando todos no mesmo movimento, que tem também seu aspecto marginal. Esse movimento desemboca na transgressão de uma própria ordem instituída no interior daqueles que tem legitimidade para se expressar, para se fazer dizer e neste questionamento, a voz do marginal, o herói dialético é anunciado por Oiticica no seu estandarte.

[...] como retornar para essas comunidades o lucro obtido com a exploração de sua imagem, como também da exposição de suas dificuldades diárias? Fotógrafos, cineastas, escritores, antropólogos, críticos literários, todos *nós* temos nossa própria parte no despertar de um interesse internacional nas vidas, esperanças e sonhos dos excluídos. Mas quanto a eles, quanto aos próprios excluídos? Eles melhoraram seu padrão de vida por causa dessa exibição? (ROCHA, 2004, p. 30).

3 Belchior e a “dialética da marginalidade”

*Eu sou apenas um rapaz latino-americano sem dinheiro no banco
Sem parentes importantes e vindo do interior
Mas trago, de cabeça, uma canção do rádio
Em que um antigo compositor baiano me dizia
Tudo é divino, tudo é maravilhoso*

*Tenho ouvido muitos discos, conversado com pessoas, caminhado meu caminho
Papo, som dentro da noite e não tenho um amigo sequer
E não acredite nisso, não, tudo muda e com toda razão
Eu sou apenas um rapaz latino-americano sem dinheiro no banco
Sem parentes importantes e vindo do interior
Mas sei que tudo é proibido aliás, eu queria dizer
Que tudo é permitido até beijar você no escuro do cinema
Quando ninguém nos vê*

*Não me peça que lhe faça uma canção como se deve
Correta, branca, suave, muito limpa, muito leve
Sons, palavras, são navalhas e eu não posso cantar como convém
Sem querer ferir ninguém
Mas não se preocupe meu amigo com os horrores que eu lhe digo*

*Isso é somente uma canção, a vida, a vida realmente é diferente
Quer dizer, a vida é muito pior*

*Eu sou apenas um rapaz latino-americano, sem dinheiro no banco
Por favor não saque a arma no "saloon" eu sou apenas um cantor
Mas se depois de cantar você ainda quiser me atirar
Mate-me logo, à tarde, às três, que à noite tenho um compromisso
E não posso faltar por causa de você*

*Eu sou apenas um rapaz latino-americano sem dinheiro no banco
Sem parentes importantes e vindo do interior
Mas sei que nada é divino, nada, nada é maravilhoso
Nada, nada é sagrado, nada, nada é misterioso, não
(Belchior, *Alucinação*, 1976).*

Antônio Carlos Gomes Belchior Fontenelle Fernandes nasceu em 26 de outubro de 1946, 4 anos depois de Caetano (1942), na cidade de Sobral, no interior do Ceará. De forma muito esquemática falaremos da trajetória artística de Belchior tomando como referência a dissertação “Muito além de *apenas um rapaz latino americano vindo do interior*: investimentos interdiscursivos das canções de Belchior”, da pesquisadora Josely Teixeira Carlos, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Ceará. Belchior percorre uma trajetória na qual, ao deixar o Ceará, levando consigo toda sua música marginal, do cancionário popular brasileiro, passa pelo Rio de Janeiro no início dos anos de 1970, momento em que participou do IV Festival Universitário de MPB, conquistando o primeiro lugar com a música *Na hora do almoço*. Ainda no Rio, Belchior envolve-se com seu conterrâneo cearense, Fagner e os dois participam do disco de *Bolso do Pasquim*, com a música *Mucuripe* e foi “assim que, em 1972, Elis Regina gravou *Mucuripe*, abrindo-lhe uma porta para o reconhecimento nacional. Essa música foi gravada também por Roberto Carlos, em 1975, Nelson Gonçalves e Osvaldo Montenegro” (CARLOS, 2007, p. 78). Do Rio, Belchior vai para São Paulo, e lá trabalha também com outros artistas cearenses:

Com o lançamento do LP *Belchior a palo seco*, pela gravadora Chantecler, as suas composições passam a ser gravadas por outros intérpretes e a consagração vem com o imenso sucesso de *Apenas um rapaz latino americano*, *Como nossos pais* e *Velha roupa colorida*, todas gravadas em 1976, no álbum *Alucinação* [...] Elis Regina, com a inclusão dessa música [*Como nossos pais*] e de *Velha roupa colorida* no seu show e disco *Falso brilhante* coloca definitivamente o nome de Belchior na história da música popular brasileira. A canção *Como nossos pais* ficou marcadamente presente na memória do cancionário popular brasileiro, sendo sempre lembrada nos meios de comunicação quando a temática é o conflito ou diálogo geracional (CARLOS, 2007, p. 79).

Para Rocha (2004), nos últimos 20 anos é possível observar um fenômeno de compreensão do mundo brasileiro que vem substituindo ou, melhor dizendo, que vem colidindo com a ideia da dialética da malandragem, uma “dialética da marginalidade”:

[...] se a “dialética da malandragem” supõe uma forma descontraída, jovial de lidar com a injustiça social e o cotidiano, a “dialética da marginalidade” impõe-se mediante a exploração e mesmo a exposição metódica da violência, a fim de explicitar o dilema da sociedade brasileira. O enfrentamento desses dois modos de compreender o país cria uma “batalha simbólica” (ROCHA, 2004, p. 23).

Esse deslocamento vem se intensificando, de acordo com o autor, dos anos de 1990 para cá, onde o conflito ganha luz, contrapondo-se com o consenso e a conciliação que o escamoteava, onde aqueles que se encontram embaixo assumem o controle da própria imagem, expressam-se com a própria voz, são eles e não *nós* que têm a voz e ao *nós* inclui-se fotógrafos, cineastas, escritores, antropólogos, críticos literários, sociólogos, ainda que “todos nós temos nossa própria parte no despertar de um interesse internacional nas vidas, esperanças e sonhos dos excluídos” (ROCHA, 2004, p. 30) ou, como diria Alba Zaluar (2005), esperanças e sonhos de uma “integração perversa”. Essa parte no despertar de um interesse, podemos relacionar com o estandarte de Oiticica nos shows tropicalistas de 1968 trazendo a imagem de um “bandido favelado” (VELOSO, 2008, p. 300) exterminado pela polícia. Podemos relacionar também com o trecho de *Eu sou apenas um rapaz latino americano*, onde Belchior diz:

Não me peça que lhe faça uma canção como se deve
Correta, branca, suave, muito limpa, muito leve
Sons, palavras, são navalhas e eu não posso cantar como convém
Sem querer ferir ninguém
Mas não se preocupe meu amigo com os horrores que eu lhe digo
Isso é somente uma canção, a vida, a vida realmente é diferente
Quer dizer, a vida é muito pior
Eu sou apenas um rapaz latino-americano, sem dinheiro no banco
(BELCHIOR, 1976, *Alucinação*).

Por “a vida é muito pior”, “não se preocupe com os horrores que eu lhe digo”, “Sons, palavras, são navalhas”, “não posso cantar como convém sem querer ferir ninguém” poderíamos pensar se Belchior, além de responder ao movimento tropicalista, também não estaria respondendo a partir do deslocamento de uma imagem social que desemboca numa dialética da marginalidade? É de pobreza, em “eu sou apenas um rapaz latino americano, sem dinheiro no banco” e de marginal (não no sentido puramente bandido do termo...) que Belchior parece falar, é de violência, horror e realidade que ele fala de navalha, “sons, palavras, são navalhas”, “não posso cantar sem querer ferir ninguém”, horrores, “não se preocupe meu amigo com os horrores que eu lhe digo” “a vida realmente é diferente, quer dizer, a vida é muito pior” (BELCHIOR, 1976).

Ao falar do pensamento social brasileiro, das tradições dos escritos sobre a sociedade brasileira e sua formação, Rocha (2004) apresenta esquematicamente as duas tradições de escolas

argumentando a partir destas duas abordagens a construção de um novo modelo de pensamento social. Uma delas, *crítica*, se pauta no que o autor chama como “arqueologia da ausência” (ROCHA, 2004, p. 27), ou seja, uma abordagem que se constrói no viés da *incompletude*: da modernização econômica, das reformas sociais básicas e da redistribuição da riqueza. Nesta linha de pensamento a abordagem se volta para as questões das desigualdades sociais. A outra tradição, *apologética*, concentra-se na particularidade da miscigenação da sociedade brasileira, inspirada, sobretudo no estudo de Gilberto Freyre. Esta perspectiva “híbrida” (ROCHA, 2004, p. 27), trabalha sobre a ideia de que do conflito encontramos o consenso e a conciliação com eles. Esta última perspectiva não conseguiria, como disse Rocha, dar conta de uma compreensão histórica adequada dos tencionamentos contemporâneos da sociedade brasileira. A partir dessas duas tradições de pensamento, o autor explora suas diferenças para ir ao encontro de um novo modelo de análise, que busque “abarcas ambas as abordagens” (ROCHA, 2004, p. 28).

Minha abordagem procura evitar a armadilha implícita em escolher tanto o modelo apologético quanto o crítico para analisar a formação social brasileira, como também a sua produção cultural contemporânea. Desse modo, proponho que a cultura brasileira contemporânea se tornou o palco para uma batalha simbólica (nem sempre) sutil. Por um lado, uma pontual crítica da desigualdade social tem sido desenvolvida [...] Por outro lado, a crença na velha ordem de conciliação de diferenças é mantida; tal é o caso do filme *Cidade de Deus* e de seu produto derivado, a série da Rede Globo, *Cidade dos Homens* (ROCHA, 2006, p. 31).

Num esgotamento de certas narrativas acerca da formação social brasileira e emergência de outras, Rocha (2004) traça uma reflexão a partir da crítica do presente delineando um movimento de transição que vai da “dialética da malandragem” à “dialética da marginalidade”, conceito proposto para analisar o fenômeno de potencialização da imagem da cultura brasileira sobre a violência e as histórias sofridas. Lembremos aqui dos filmes destacados internacionalmente nos últimos tempos, como *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles e *Central do Brasil*, de Walter Salles. Ambos, citados pelo autor e talvez também poderíamos incluir o filme de José Padilha *Tropa de Elite* que, assim como *Cidade de Deus* foi repaginado em seriados para a televisão nacional.

No argumento conceitual construído por Rocha acerca do pensamento social brasileiro, tomando o Brasil contemporâneo como análise vemos o deslocamento da “dialética da malandragem” - conceituada por Cândido (1970) como a estratégia social do malandro -, para a “dialética da marginalidade”, esses dois modos de compreensão do mundo brasileiro colidem-se (para usar a expressão de Rocha (2004) e não substituem-se mecanicamente, configurando uma

“guerra de relatos”, expressão tomada emprestada por Rocha, de Canclini⁸ (ROCHA, 2004, p. 31).

A dialética da marginalidade começa a ganhar contornos mais nítidos, digamos assim, com uma série de expressões e produções culturais, fundamentalmente, na literatura, no cinema e na música. Podemos citar na literatura o *Quarto do Despejo*, publicado em 1960, de Maria Carolina de Jesus, no cinema de Fernando Meirelles, em *Cidade de Deus*, de José Padilha, em *Ônibus 174* e *Tropa de elite*, e na música, o rap dos Racionais Mcs, para trazer alguns exemplos, os quais são trabalhados por Rocha (2004). E a questão que talvez pudéssemos colocar aqui seria se, *Eu sou apenas um rapaz latino americano*, lançada em 1976 não encontraria um certo lugar na origem da dialética da marginalidade, diagnosticada por Rocha (2004) como um sintoma de seu tempo, um fenômeno que vem ocorrendo nas últimas décadas, no caso, num Brasil contemporâneo?

Ao conceituar uma dialética da marginalidade, Rocha (2004) chama a atenção para um dos aspectos principais que conforma essa dialética e que caracteriza o deslocamento da malandragem para a marginalidade, que seria sua formação a partir de um conjunto de produções estéticas cujo mote principal é o protagonismo daqueles que historicamente vem sendo protagonizados como vencidos, como os temas presentes em *Eu sou apenas um rapaz latino americano*, da pobreza, dos horrores da vida, da violência que deixa de ser escamoteada, do conflito explícito e não velado pelo consenso e sua conciliação, do marginal. Ainda que no romance de Manuel Antônio de Almeida vejamos uma história que deixa de lado aqueles que produzem a ordem, os heróis, os vencedores e dá contornos àquilo que é marginal, pela figura do malandro, os escravos não aparecem nas narrativas das *Memórias* e o trabalho e a produção da vida a partir dele fica de lado. A crítica subjacente a essa ausência de voz, ou, a essa “arqueologia da ausência” é um dos lugares pelos quais a dialética da marginalidade vê seu nascedouro a partir de uma recente produção cultural, as quais “traçam uma nova imagem do país” (ROCHA, 2004, p. 37), uma produção cultural inédita no Brasil e que tem seu correspondente no cinema, na música, no teatro e na literatura.

⁸ Néstor García Canclini é Doutor em Filosofia pela Universidade de Paris e de La Plata, Argentina e professor do Departamento de Antropologia da Universidade Autônoma Metropolitana, no México. O pesquisador “constitui uma figura chave do pensamento latino-americano sobre Estudos Culturais, e em particular sobre imaginários urbanos, campo no qual tem desenvolvido “escola” e produzido uma extensa obra, amplamente difundida a nível internacional e, em particular, na América Latina” (LINDÓN, 2007, p. 89 - tradução nossa).

O surgimento de uma “dialética da marginalidade” ajuda a explicar o tópico comum de um vasto número de produções recentes que traçam uma nova imagem do país – uma imagem que é definida pela violência. De fato, vale repetir que a violência tem sido transformada na protagonista de romances, textos confessionais, letras de música, filmes de sucesso, programas populares e até mesmo de séries de TV. A violência é o denominador comum, mas a maneira como ela é abordada define movimentos contraditórios, determinando a batalha simbólica que estou tentando tornar explícita (ROCHA, 2004, p. 37).

Neste movimento do pensamento social brasileiro, aqueles que por muito tempo presenciaram sua história a partir da exploração da sua imagem, são como se tomassem suas vozes a partir de si mesmos, como se tomassem suas próprias criações em suas mãos. Por estes caminhos, de uma dialética da margem, daquilo que está à margem, que é marginal que encontramos o álbum *Eu sou apenas um rapaz latino americano*.

4 Para fins de conversa...

Finalmente, neste texto de reflexão onde vamos concluindo sua elaboração, buscamos aprofundar o estudo sobre o pensamento social brasileiro e suas decorrências na formação de uma imagem simbólica brasileira, fundamentalmente, em torno de dois textos: *Dialética da malandragem*, de Antônio Cândido e *Guerra de relatos no Brasil contemporâneo*, de João Cezar de Castro Rocha. Destes dois textos que trataram das dialéticas presentes na formação cultural e política brasileira, a tentativa consistiu em contrapô-los com duas composições musicais que atravessam e revelam, por um lado uma dialética da malandragem em: *É proibido proibir*, de Caetano Veloso e, por outro, uma dialética da marginalidade em: *Eu sou apenas um rapaz latino americano*, de Belchior. Ao mesmo tempo, o exercício de perelaboração dessas composições, puderam ser reveladoras das dialéticas presentes na formação do Brasil contemporâneo, trabalhadas por Cândido e Rocha, mostrando como elas ressoam na produção estética de um tempo.

Referências bibliográficas

BELCHIOR. Antônio Carlos F. F. *Eu sou apenas um rapaz latino americano*. Álbum *Alucinação*, 1976. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BxPJodiQyQU>. Último acesso em: 10 de dez. de 2015.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

BRAGA, Ruy. A rebelião estudantil: para além do espetáculo. *Revista Cult - 1968: muito além de maio*, v. 126, ano 11, jul./2008

CANDIDO, Antônio. Dialética da Malandragem (caracterização das Memórias de um sargento de milícias). In: *Revista do Instituto de estudos brasileiros*. n. 8, São Paulo, USP, 1970, pp. 67-89.

CARLOS, Josely Teixeira. *Muito além de apenas um rapaz latino americano vindo do interior: investimentos interdiscursivos das canções de Belchior*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Centro de Humanidades. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

FAVARETTO, Celso. *Tropicália: Alegoria, Alegria*. 3ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

LINDÓN, Alicia. Diálogo con Néstor García Canclini ¿Qué son los imaginarios y cómo actúan en la ciudad? Entrevista realizada por Alicia Lindón, 23 de fevereiro de 2007, Cidade do México. *Revista Eure*, vol. XXXIII, n. 99, pp. 89-99. Santiago de Chile, agosto de 2007.

MURRAY, Charles Shaar. Jimi Hendrix. In: *ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA*. 2016. Disponível em: <https://global.britannica.com/biography/Jimi-Hendrix>. Último acesso em: 4 de agosto de 2016.

MILLER, James E. The Beatles. In: *ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA*. 2016. Disponível em: <https://global.britannica.com/topic/the-Beatles>. Último acesso em: 4 de agosto de 2016.

MATTA, Roberto da. *Carnaval, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ROCHA, João Cezar de Castro. A guerra de relatos no Brasil contemporâneo. Ou 'A dialética da marginalidade'. *Revista Letras* (UFSM). v. 28-29, Jan./dez. 2004. p. 153-184.

SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VELOSO, Caetano. É proibido proibir. In: VELOSO, C. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 291-301 .

VELOSO, Caetano. *É proibido proibir*. Festival Internacional da Canção, Rio de Janeiro, 1968. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4xEz2uva_ZE. Último acesso em: 9 de dez. de 2015.

*Recebido em: 30 de janeiro de 2016.
Aprovado em: 30 de agosto de 2016.*



Revista Café com Sociologia

Volume 5, número 2, Mai./Agos. 2016

A CONDIÇÃO DO INDIVÍDUO NA MODERNIDADE: uma leitura de Marx e Durkheim

Alan Rangel Barbosa¹

Resumo

O artigo propõe uma breve discussão acerca da concepção de indivíduo em Marx e Durkheim na sociedade moderna. Ambos concordavam que a transição para a modernidade trouxe problemas sociais, como o individualismo econômico. Porém, discordavam quanto à condição humana: Marx avaliava os trabalhadores, a classe dominada, como incompletos quanto à sua liberdade de agir no mundo, e expressar a sua individualidade, pois é condenado socialmente a subordinar-se a outros para sua sobrevivência; Durkheim, pelo contrário, vislumbrou os indivíduos na sociedade moderna como livres, desenvolvendo todas as suas capacidades latentes na construção e constituição da solidariedade social entre trabalhadores e patrões. Quanto à solução dos problemas econômicos há também divergências: o filósofo alemão propôs uma intervenção econômica e violenta dos trabalhadores no Estado, para implantar um novo tipo de sociedade; já o sociólogo francês sugeriu que a solução para a patologia moderna é de ordem moral, e apontou a criação das corporações de ofício para intervir no tecido social.

Palavras-chave: Sociologia Clássica. Indivíduo moderno. Marx. Durkheim.

THE CONDITION OF THE INDIVIDUAL IN MODERNITY: a reading of Marx and Durkheim

Abstract

The article proposes a brief discussion about the design of individual in Marx and Durkheim in modern society. Both agreed that the transition to modernity brought social problems, such as the economic individualism. However, disagreed about the human condition: Marx evaluated the workers, the class dominated, as incomplete as to its freedom of action in the world, and to express your individuality, because it is socially condemned to be subordinated to other for their survival. Durkheim, by contrast, saw the individuals in modern society as free, developing all their latent capacities in the construction and constitution of social solidarity between workers and employers. As to the solution of economic problems there are also differences: the German philosopher proposed an economic intervention and violent of workers in the State, to deploy a new type of society; since the french sociologist suggested that the solution to the modern

¹ Mestre e doutorando em Ciências pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista Capes.

pathology is of moral order, and pointed out the creation of office corporations to intervene in the social fabric.

Keywords: Classical Sociology. Modern Individual. Marx. Durkheim.

1 Introdução

Esse artigo tem como intuito criar um diálogo sobre o tema do trabalho na modernidade por dois autores clássicos das ciências sociais, a saber, Karl Marx e Émile Durkheim, tendo como subdivisão deste tema, a inserção do trabalhador na modernidade. Ambos observavam considerável aumento do processo de desenvolvimento e avanço tecnológico das sociedades ocidentais.

Os clássicos divergiram em alguns pontos no que diz respeito à condição do indivíduo na transição para a modernidade - um tipo particular de sociedade - cujo tempo e espaço se comprimem, tornando as relações sociais mais aceleradas e dinâmicas.

No decorrer da exposição será mostrado que em Durkheim o indivíduo é livre e dotado de suas capacidades e aptidões para fazer perpetuar a harmonia moral da sociedade, cooperando com outros homens², através da divisão do trabalho na modernidade.

O homem realiza seu potencial, antes reprimido nas sociedades mais simples, passando a desenvolver sua aptidão natural de exteriorizar sua individualidade, pois nas sociedades tidas mecânicas ele era visto como igual a seus pares sem desenvolver, contudo, algo significativo próprio, seu.

Marx, ao contrário, observou os trabalhadores da sociedade capitalista como atrofiados, limitados às suas capacidades totais humanas, haja vista a separação do trabalho espiritual e manual, e sua condição de não-reconhecimento da realização do produto da sua força de trabalho. Quer dizer, enquanto Durkheim generaliza a condição de liberdade e aptidão aos indivíduos na modernidade, Marx apontou que somente uma classe de pessoas possui alguma condição mais livre, a saber, a burguesia.

² Seres humanos em geral.
V.5, n. 2. p. 196-209, Mai./Agos. 2016.

O objetivo principal é perceber como estes célebres pensadores analisaram as condições em que os atores sociais se inseriram na modernidade, sobretudo na discussão teórico-metodológica do indivíduo.

O trabalho será dividido em quatro partes, contando com essa introdução. Na parte seguinte, o segundo, será analisado a concepção de indivíduo em Marx e Durkheim. A terceira parte será considerada as causas e soluções para os problemas modernos acerca dos problemas do indivíduo e individualismo moderno, nos dois autores. Na última parte, nas considerações finais, será ressaltada diferenças e semelhanças dos célebres pensadores.

2 Concepção de indivíduo em Marx e Durkheim

No ocidente, a forma econômica que deu suporte para as mais importantes formulações teóricas na sociedade moderna é o chamado modo capitalista de produção. Parafraseando Weber, a moderna sociedade capitalista ocidental tem uma particularidade que a diferencia de outros tipos de econômicos: sua racionalização – meios e fins - das técnicas, calculabilidade permanentes baseadas numa organização capitalística racional do trabalho livre por uma disciplina metodizada.

Marx observou a grande importância para a função do trabalho. Em um sentido filosófico ou ontológico,

[...]o trabalho é a capacidade que todo homem tem de transformar a natureza, de transformar a própria vida, de criar, pensar, refletir e produzir [...] é através dessa atividade produtiva essencialmente humana – o trabalho planejado e racionalmente pensado – que os homens se relacionam com a natureza, com outros homens e assim se diferenciam dos animais. (DRUCK, 2000, p.11- 12).

A citação a seguir mostra como o homem se distingue dos animais, Andery e outros (2007, p.404) reforça o conceito:

O homem deve, então, ser compreendido como espécie natural; no entanto, na sua atividade se distingue de outras espécies de animais, já que sua atividade é consciente e sua produção não é determinada unicamente por suas necessidades imediatas. Portanto, para Marx, embora a compreensão do homem deva ter como ponto de partida assumi-lo como espécie natural, não deve se limitar a isso; é preciso ir além e assumir suas particularidades para compreendê-lo; sua universalidade dada por sua capacidade consciente e, deliberadamente, como ser genérico transformar a natureza segundo as suas próprias necessidades de outras espécies não só segundo necessidades urgentes, mas também, segundo necessidades mediatas.

O trabalho é central para a condição humana. Porém, também é histórico, assumindo assim diferentes formas: livre, escravo, servil e o assalariado. Nesse último, a sua essência está no fato de que existe uma apropriação da força de trabalho pela divisão entre intelectual – os que decidem, executam – e o manual, aqueles que obedecem.

Para o filósofo alemão há uma diferença entre trabalho e força de trabalho na sociedade capitalista. A força de trabalho é a capacidade física e intelectual que os homens e mulheres têm para realizar seu trabalho, oferecido ao mercado em troca de salários. Trabalho é uma realização de determinada capacidade humana, ou a realização da força de trabalho. (DRUCK, 2000).

Na sociedade moderna capitalista há a injusta desigualdade na divisão social do trabalho, pois divide os que possuem a propriedade (os chamados capitalistas) e os que não possuem a propriedade (trabalhadores). Em um universo menor das relações de produção, ocorre a chamada divisão social do trabalho na produção, que “esfacela” o trabalhador. Esse não acompanha mais todo o produto realizado, não faz parte mais inteiramente do processo como no período anterior (período histórico anterior), portanto, tornou-se incompleto em sua natureza.

A divisão entre o pensar (espiritual e intelectual) e o esforço manual (físico) achatou o trabalhador. Na prática tornou-se esfacelado, parcial. É importante ressaltar que Marx deposita mais ênfase nessa mutilação do indivíduo no operariado, como se ver na citação abaixo,

O que perdem os trabalhadores parciais, concentra-se no capital que se confronta com eles. A divisão manufatureira do trabalho opõe-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade de outrem e como poder que os domina. Esse processo de dissociação começa com a cooperação simples, em que o capitalista representa, diante do trabalhador isolado, a unidade e vontade do trabalhador coletivo. Esse processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, reduzindo-o a uma fração de si mesmo, e completa-se na indústria moderna, que faz da ciência uma força produtiva independente de trabalho, recrutando-a para servir ao capital. (MARX, 2012, p. 416).

Ainda, essa nova condição social do trabalho,

Deforma o trabalhador monstruosamente, levando-o, artificialmente a desenvolver uma habilidade parcial à custa de uma repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas, lembrando aquela prática das regiões platinas onde se mata um animal apenas para tirar-lhe a pele ou sebo. Não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações são distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um parcial, tornando-se, assim, realidade a fábula absurda de Menenius Agrippa que representa um ser humano como simples fragmento de seu próprio corpo. (MARX, 2012, p. 415).

Na contramão da visão marxiana sobre o esfacelamento radical do indivíduo na modernidade, o sociólogo francês, Émile Durkheim, suscitou que neste período histórico o homem especializado é funcionalmente necessário para a existência das sociedades modernas, pois, “o ideal do homem universal - que predominara até os séculos XVII e XVIII, é incompatível com a diversidade da ordem contemporânea”. (GIDDENS, 1994, p. 309).

Para o autor, a evolução da forma moderna de sociedade está relacionando também ao desenvolvimento do individualismo moral. Esse fenômeno estaria atrelado com o incremento da divisão do trabalho, originando a especialização que encontra-se cada vez mais acentuada nas funções profissionais, contribuindo para possibilitar o desenvolvimento dos talentos, capacidade e atitudes específicas que caracterizam grupos distintos no interior da sociedade. (GIDDENS, 1994).

Nas sociedades industriais, o trabalho é o componente moral que estabelece a coesão social, de tipo orgânico, no qual cada área específica é completada por outra, e depende dela. Reforçando que,

Mas, se a divisão do trabalho produz a solidariedade, não é apenas porque ela faz de cada indivíduo um ‘trocador’, como dizem os economistas; é porque ela cria entre os homens todo um sistema de direitos deveres que os ligam uns aos outros de maneira duradoura. Do mesmo modo que as similitudes sociais dão origem um direito e a uma moral que as protegem, a divisão do trabalho dá origem a regras que asseguram o concurso pacífico e regular das funções divididas. (DURKHEIM, 1999, p.429).

Três são os fatores responsáveis pelo crescimento da sociedade moderna durante o processo de desenvolvimento: volume, densidade social e densidade moral. Esses conceitos são assim definidos:

Para que o volume, isto é, o aumento do número dos indivíduos, se torne uma causa da diferenciação, é preciso acrescentar a densidade material e o moral. A densidade material é o número dos indivíduos em relação a uma superfície dada do solo. A densidade moral é a intensidade das comunicações e trocas entre indivíduos. Quanto mais intenso o relacionamento entre os indivíduos, maior a densidade. A diferenciação social resulta da combinação dos fenômenos do volume e da densidade material e moral. (ARON, 1990, p.472).

A especialização das funções nas sociedades modernas não engendraria sérios problemas para os indivíduos e nem para o tecido social. Ao contrário, nesse estágio seria necessário a cooperação social no sentido de manter a solidariedade (já existente nas tradicionais, a mecânica). Cria-se um laço moral de manutenção da ordem social, através da divisão do trabalho social; social no sentido de ser para a sociedade, sua sobrevivência; é isso que daria o sentido vivo e

concreto para a existência das coletividades. A solidariedade é orgânica porque cada órgão (indivíduo) especializa-se e tem uma tarefa específica responsável pela manutenção do organismo, do todo (sociedade).

Na lógica durkheimiana, é no individualismo moderno que reinaria o princípio de justiça: o indivíduo não estaria preso ao lugar de nascimento ou por imperativos coletivos - como nas sociedades tradicionais - perseverando por direitos iguais. O princípio individualista de justiça seria uma pedra fundamental à estabilidade da ordem atual. (ARON, 1990).

De acordo como Lukes (1977), em Durkheim parece haver uma confusão na concepção de indivíduo,

Durkheim apresenta os “apetites sensuais” do indivíduo, “enraizados em nossos organismos”, como pessoas espontâneos, privados e egoístas – e nossas sensibilidades (...) nos inclinam para fins individuais, egoístas, irracionais e imorais (...) Contudo, Durkheim foi incapaz de sustentar coerentemente essa série de contrastes. Especialmente, ele dava grande importância à autonomia pessoal do homem moderno, que ele via como um traço central da moral contemporânea. Encarava essa autonomia como sendo ela mesma gerada socialmente, e correlativa do desenvolvimento da personalidade individual, da diferenciação social e da moral do individualismo ou o “culto da individualidade. Mas isso, dado seu extremo determinismo social, levou-o à posição de que os desejos e atividades pessoais, espontâneos, privados ou egoístas do indivíduo são gerados socialmente e não enraizados no organismo. (LUKES, 1977, p.33).

Lukes apontou, ainda, que em o *Suicídio*³, o francês mostraria que desejos desenfreados, egoístas, seriam naturalmente orgânicos, e noutra passagem esses apetites seriam produtos sociais ou culturais da sociedade moderna. Essa seria uma das questões contraditórias em Durkheim, entre o socialmente determinado e o biologicamente dado. No Prefácio à Segunda Edição *Da Divisão do Trabalho Social* (que será mostrado com mais detalhe ao analisar o conceito das corporações de ofício) ele indica que sem um órgão moral que crie solidariedade social, os indivíduos naturalmente estariam em estado de guerra de todos contra todos.

Retornando ao pensamento de Marx. Para o mesmo, o ideal de indivíduo completo na modernidade é falacioso. Este seria o argumento contrário: que as tendências que conduzirão a destruição do capitalismo contribuirão para a recuperação das propriedades ‘universais’ do homem, de que todos os indivíduos partilham. Esta seria a fórmula para restaurar o elo perdido: “a superação da propriedade privada, é por isso a emancipação total de todos os sentidos e

³ Obra de Émile Durkheim.
V.5, n. 2. p. 196-209, Mai./Agos. 2016.

qualidades humanas. Mas é precisamente esta emancipação, porque todos os sentidos e qualidades se fizeram humanos, tanto objetiva como subjetivamente”. (MARX, 1974, p. 11).

O filósofo, diferentemente de Durkheim, percebeu a dependência dos homens - a especialização da divisão social do trabalho na modernidade - como óbice para sua individualidade, como ser humano completo e capaz. Nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* nota-se a seguinte citação:

Um Ser só se considera autônomo, quando é senhor de si mesmo, e só é senhor de si, quando deve a si mesmo seu modo de existência. Um homem que vive graças ao outro, se considera a si mesmo um ser dependente. Vivo, no entanto, totalmente por graça de outro, quando lhe devo não só a manutenção de minha vida, como também o fato de que ele além disso criou minha vida, é a fonte de minha vida; e minha vida tem necessariamente o fundamento fora de si mesmo, quando não é minha própria criação. (MARX, 1974, p. 14).

No mesmo sentido, Gorz ressaltou este aspecto da divisão do trabalho em Marx:

A divisão do trabalho no capitalismo é a fonte de todas as alienações. “Estrofia o trabalhador e faz dele uma espécie monstro”; favorece “ como numa estufa, o desenvolvimento de habilidades parciais suprimindo todo um mundo de instintos e capacidades”. Os conhecimentos, a inteligência e a vontade que o camponês ou o trabalhador ainda desenvolvem, ainda que em modesta escala, são tirados do operário e confiscados pelo capital, que os concentra nas suas máquinas, na sua organização do trabalho e na sua tecnologia... a cisão entre o trabalho manual e intelectual “ faz do operário um trabalhador estrofiado e parcial”. (MARX apud GORZ, 1989, p.9).

E mais, “subdividir o homem é assassiná-lo [...] a subdivisão do trabalho é assassinato de um povo”. (MARX apud GORZ, 1989, p.9).

Em contraposição, Durkheim criticou a tese do homem total. A era do ‘homem universal’ acabara. Na Introdução em *Da Divisão do Trabalho Social*, afirma:

[...] Será nosso dever procurar tornar-mos um ser acabado e completo, um todo auto-suficiente, ou ao contrário, não ser mais que uma parte de um todo, um órgão mesmo do organismo? Numa palavra, a divisão do trabalho, ao mesmo tempo que lei da natureza, também é uma regra moral de conduta humana... todo o mundo sente bem que ela é e se tona cada vez mais uma das bases fundamentais da ordem social [...] (DURKHEIM, 1999, p.4).

No final em *Da Divisão do Trabalho Social*, o autor completa:

[...] Por que uma atividade mais extensa, porém mais dispersa, seria superior a uma atividade mais concentrada, mais circunscrita? Por que haveria mais dignidade em sermos completos e medíocres do que em vivermos uma vida mais especial, porém mais intensa, sobretudo se nos é possível reencontrar o que assim estamos perdendo, por nossa associação com outros seres que possuem o que nos falta e que nos completam? Parte-se do princípio de que o homem deve realizar sua natureza de homem... mas essa natureza não permanece constante nos diferentes momentos da história; ela se modifica

com as sociedades. Entre os povos inferiores, o ato próprio do homem é assemelhar-se a seus companheiros, realizar em si todos os traços do tipo coletivo que é confundido, então, mas ainda que hoje, como o tipo humano. Contudo, nas sociedades mais avançadas, sua natureza é em grande parte ser um órgão da sociedade, e seu ato próprio, por conseguinte é representar seu papel de órgão. (DURKHEIM, 1999, p. 425).

Durkheim ainda sustentou que a especialização do trabalho é algo natural, um fenômeno de *biologia geral* e não está inevitavelmente inserida no mundo econômico. Segue, portanto que:

[...] a divisão do trabalho não é específica do mundo econômico: podemos observar sua influência crescente nas regiões mais diferentes da sociedade. As funções políticas, administrativas, judiciárias especializam-se cada vez mais... não é mais apenas uma instituição social que tem sua fonte na inteligência e na vontade dos homens, mas um fenômeno de biologia geral [...] A divisão do trabalho social passa a aparecer apenas como uma forma particular desse processo geral, e as sociedades, conformando-se a essa lei, parecem ceder a uma corrente que nasceu bem antes delas e que arrasta no mesmo sentido todo o mundo vivo. (DURKHEIM, 1999, p. 3-4).

Giddens (1994, p. 307) aponta, ainda, que “Durkheim reconhecia de certo modo o caráter alienante do processo de trabalho moderno na qual o trabalhador repete os mesmos movimentos com uma regularidade monótona, e concorda em que se trata de um aviltamento da natureza humana”.

3 Da causa à solução

3.1 Durkheim e as corporações de ofício.

Em um momento posterior, no Prefácio à Segunda Edição *Da Divisão do Trabalho Social*, Durkheim voltou atrás das considerações anteriores sobre a espontaneidade da solidariedade orgânica. Ao detectar a aceleração desenfreada da sociedade moderna, com o exarcebamento das condições de trabalho nas relações econômicas, propôs uma saída para amenizar os conflitos sociais e restabelecer a moral: as corporações de ofício.

O autor reconheceu que nas sociedades industriais a área da economia se autonomizou de tal forma que se desagregou das outras formas sociais, tais como o campo militar, administrativo, educacional e religioso. Ou seja, o mundo do trabalho mediado pelas relações econômicas secundarizou outros departamentos morais. Tornou-se protagonista. Esse protagonismo emergiu de forma desregulada, inadequada, pois não acompanhou o processo de desenvolvimento de uma consciência coletiva capaz de frear as aptidões naturais - diga-se negativas - dos indivíduos. Assim,

no prefácio “[...] as paixões humanas só se detém diante de uma força moral que elas respeitam [...]” (DURKHEIM, 2010, p. 7).

As novas condições da vida industrial - relação entre trabalhadores e patrões - requerem, naturalmente, uma nova organização. No entanto, essas transformações se consumaram com extrema rapidez, culminando em interesses conflituosos e tortuosos. O tempo de equilíbrio dessas forças não tiveram tempo para se equilibrar.

[...] O que constitui a unidade das sociedades organizadas, como de todo organismo, é o consenso espontâneo das partes, é essa solidariedade interna que não só é tão indispensável quanto a ação reguladora dos centros superiores, mas que é até condição necessária, pois nada mais fazem que traduzi-la em outra linguagem e, por assim, dizer consagra-las [...] (DURKHEIM, 1995, p. 375-376).

Anomias relativas às sociedades industriais (que seriam excepcionais, anormais, e não permanentes) devem ser resolvidos com a regulação da própria sociedade, da consciência coletiva dotada de regras e normas morais. Dentro da DTS é possível restaurar os laços de solidariedade e justiça, estado normal da própria sociedade.

A anomia é uma patologia social regida pela falta de condicionamento moral dos indivíduos. O processo natural de desenvolvimento não amadureceu no seu devido tempo. A passagem da sociedade medieval para a moderna não encontrou uma referência organizada e forte que pudesse conter os ímpetos egoístas. Quem cumpria tal papel, anteriormente, eram as corporações de ofício. Essas se limitavam, ainda, a pequenas aldeias e principados, com características muito locais, com lógica rural, mas com certo desenvolvimento urbano. Esses grupos eram regidos por um padrão que assegurava a continuidade da vida econômica, de forma não conflituosa.

As corporações antigas cumpriram por muito tempo o papel moral de balizar a coesão moral, direcionando as relações econômicas. Não se limitavam somente a coagir atores que pudessem desrespeitar os códigos éticos, mas criou de forma perene relações que extrapolavam a simples atitude racional do cálculo. Os membros dos grupos participantes das corporações sentiam-na como uma fonte de vida, envolvidos por sentimentos muito além das individualidades, próximo das relações familiares e de amizade.

Contudo, com a passagem para a modernidade, e o fim das corporações, a única instituição que surgiu como substituto das corporações foi o Estado moderno. Essa instituição apresentou-se como incompleta para cumprir um papel moral e tomar as rédeas das relações entre

as classes: encontra-se distante do seu meio. O Estado fracassou em produzir solidariedade no mundo do trabalho, como mostra a seguinte passagem:

[...] o Estado está demasiado distante dos indivíduos, mantém com eles relações demasiado externas e demasiado intermitentes para que lhe seja possível penetrar fundo nas consciências individuais e socializá-las interiormente. É por isso que, onde ele é o único meio em que os homens podem forma-se na prática da vida comum, é inevitável que estes se desprendam dele, que se separem uns dos outros e que, na mesma medida, a sociedade se desagregue [...] (DURKHEIM, 2010, p.37).

A preocupação do pensador francês foi o de restaurar a instituição que por muito tempo criou coesão moral no período anterior e renová-lo ao contexto moderno. Como deve ser constituído as corporações de ofício? Primeiro, ela precisa ser mais formal e pública do que os sindicatos (levando em consideração a época do autor). Segundo, deve se constituir como uma federação que abarque ou unifique a mesma profissão em uma nação; deve também agregar as categorias locais. As corporações de patrões e empregados devem estar organizados segundo padrões formais existentes em todo território. No prefácio,

Para que uma moral e um direito profissionais possam se estabelecer nas diferentes profissões econômicas, é necessário, pois, que a corporação, em vez de permanecer um agregado confuso e sem unidade, se torne, ou antes, volte a ser, um grupo definido, organizado, numa palavra, uma instituição pública [...] (DURKHEIM, 2010, p. 12).

As corporações precisam estar entre o Estado e sociedade, e se constituir como uma instituição moral perene, produzindo solidariedade entre os membros, evitando que as relações econômicas sejam calcadas pelo *homo economicus*. Esse tem causado anomia social no desenvolvimento da sociedade moderna.

Por fim, Giddens (1994, p.149) indica que para “Durkheim o malaise que se apoderou no mundo moderno só poderá ser aliviado através da adoção de medidas mais de ordem moral que econômica” [...] Ainda mais adiante o próprio autor reforça este conceito: “a reorganização econômica por si só não pode senão exacerbar a crise em que se debate o mundo moderno, e nunca resolvê-la, pois a crise é de ordem moral, e não econômica” (GIDDENS, 1994, p. 149).

3.2 Marx e a Revolução Proletária.

Marx é categórico ao depositar suas esperanças em uma alteração radical da divisão social do trabalho através da *práxis* revolucionária de uma classe, a dos trabalhadores. Para resolver o problema da divisão do trabalho social do capitalismo, propõe uma intervenção econômica,

política e militar radical – da classe revolucionária - centralizando a propriedade nas mãos do Estado socialista. Em seguida, seria inevitável uma etapa posterior: o comunismo, no qual a propriedade tornar-se-ia coletiva.

O intelectual alemão, no *Manifesto do Partido Comunista*, esclareceu que se hoje há liberdade na sociedade, só é livre quem está no poder dominante, a burguesia. A maior parte da sociedade sobrevive somente para sua subsistência, necessidades básicas, como comer, beber, vestir-se, restando pouco tempo para outras atividades. Enquanto continuar a exploração do homem pelo homem não haverá liberdade para todos; as desigualdades não cessarão sem a abolição da propriedade privada e, conseqüentemente, das classes sociais. “Essa subsunção dos indivíduos por determinadas classes não pode ser abolida enquanto não se tiver formado uma classe que não tenha mais que fazer prevalecer um interesse de classe particular contra a classe dominada” (MARX, 2008, p. 94).

A solução para os problemas sociais não é de ordem moral, dirá Marx, mas de uma ação centrada na alteração estrutural da atividade humana. Não é a consciência moral renovada que irá resolver os problemas do capitalismo, como propunha Durkheim. O problema da sociedade moderna é a monopolização da propriedade por uma minoria social. Esse grupo, que além de controlar os meios de produção e do trabalho, produz conceitos, regras, ideologias, formas de viver bem transpostos para toda a sociedade como uma linguagem universal. É o que sugere a passagem da *Ideologia Alemã*:

[...] todas as formas e produtos da consciência podem ser resolvidos, não por meio da crítica (espiritual) intelectual, pela redução da “consciência de si” ou pela metamorfose em “almas do outro mundo”, em fantasmas, em obsessores etc. , mas unicamente pela derrubada efetiva das relações sociais concretos de onde surgiram essas baboseiras idealistas. A revolução, e não a crítica, é a verdadeira força motriz da história, da religião, da filosofia e qualquer outra teoria [...] (MARX; ENGELS, 2008, p. 36).

Marx percebeu que nas sociedades industriais há um grande potencial para o início da derrocada da divisão social, pois o capitalismo empreendeu uma capacidade globalizante de meios de comunicação e transporte, facilitando o contato entre pessoas de lugares distantes. Esse desenvolvimento tecnológico possibilitará aos trabalhadores unirem-se em uma *práxis* universal contra a burguesia. Será, portanto, uma luta universal, e não esporádica, casual e local.

Nas histórias das sociedades antigas, a cada luta de classe - motor da história - houve uma reorganização econômica e social, e a estrutura básica e fundamental, a propriedade fundiária, se manteve intacta. É contra essa intocável *caixa preta* da sociedade que os dominados, os trabalhadores modernos, devem agir para que a sociedade igualitária possa emergir, e a história

volte ao seu eixo. Dentre os primeiros passos a serem seguidos no estágio da *ditadura do proletariado* está a derrubada da ordem capitalista pela violência generalizada, centralizando toda a propriedade nas mãos do Estado, controlado pelos trabalhadores; abolição do direito de herança; trabalho obrigatório igual a todos; educação pública; criação de um banco nacional com capital e monopólio do Estado (MARX; ENGELS, 2006).

Após todas as medidas mencionadas no curso das mudanças, acredita-se que gradualmente, as diferenças sociais serão reduzidas, não havendo necessidade do poder político (poder organizado de uma classe sobre a outra), e, lentamente, eliminando as condições de existência que sempre criou os antagonismos de classe. É a transição para o comunismo. “Por fim, em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classes, surge uma associação, na qual, o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos.” (MARX; ENGELS, 2006, p.67).

4 Considerações Finais

Do que foi exposto, podemos concluir que Marx, na busca de resgatar o homem total prevê esse retorno somente com um novo tipo de sociedade: transição do capitalismo para o socialismo, e nova mudança ao comunismo. A classe trabalhadora é a única capaz de modificar a estrutura da sociedade, alienada pela divisão social do trabalho.

Durkheim, em um primeiro momento, encarou que é a própria sociedade que inevitavelmente deverá restabelecer naturalmente a solidariedade social, resolvendo os problemas anômicos aprofundados na sociedade capitalista, pois “se, em certos casos, a solidariedade orgânica não é tudo o que deve ser, certamente, não é porque a solidariedade mecânica perdeu terreno, mas porque todas as condições de existência da primeira não estão realizadas”. (DURKHEIM, 1995, p. 381).

No entanto, em revisão posterior, o próprio francês reconheceu que é preciso intervir nas relações trabalhistas, com sério risco de a sociedade torna-se uma verdadeira anarquia social. Esta instituição são as corporações de ofício, devidamente renovada e adaptada as condições atuais. Como foi abordado no texto, o problema da sociedade moderna é de cunho moral, e não econômico. As corporações devem cumprir papel disciplinador, ser centralizada, estar entre o Estado e a sociedade, e mediar as relações entre trabalhadores e patrões.

Os autores captaram problemas sociais de sua época: o aumento da desumanização em favor do desenvolvimento da técnica, do progresso no capitalismo moderno. Perceberam a ruptura do material\tecnológico\econômico e o humano\subjetividade. Esse afastamento acabou gerando graves acirramentos patológicos, tanto para a sociedade, como para o indivíduo.

A forma de pensar de ambos se assemelharam na crítica ao nascimento do indivíduo econômico criado pelo capitalismo, visível em suas obras. Esse indivíduo preocupa-se mais com seus desejos egoístas e ignora qualquer tipo de coletividade, comunidade. Porém, Marx enxerga os trabalhadores como parciais, incompletos; enquanto que Durkheim vê como positivo os indivíduos na sociedade orgânica, pois tendem a desenvolver capacidades latentes reprimidas nas sociedades mecânicas (com pouca diferenciação social e criatividade). Ou seja, é na sociedade moderna que ocorre o desenvolvimento das capacidades latentes dos indivíduos.

Um último ponto, em uma análise mais refinada, Durkheim enxerga o *status quo* da sociedade como salutar, de acordo com o desenvolvimento das relações sociais, e a anomia, principalmente relacionado nas relações trabalhistas, como algo a ser extirpado, evitando que o corpo social seja contaminado. Marx, ao contrário, mostra que devemos ser críticos ao que parece normal, natural na vida social. É justamente na normalidade que está a patologia da sociedade, pois a apatia leva a não crítica, e o antídoto passa por uma transformação radical – realizada por homens que fazem história - nas relações econômicas e sociais.

Referências

ANDERY, Maria Amália P. Abib; SÉRIO, Tereza M. A. A Prática, a História e construção do conhecimento: Karl Marx (1818-1883). In: ANDERY, Maria et al (Org.). *Para compreender a ciência – uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, 14. ed. p. 395-425.

ARON. R. *As Etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 297-373.

DRUCK, Graça. Algumas Considerações Teóricas sobre o Trabalho na Sociedade Capitalista. In: *DSS e Economia Solidária*. Recife, Escola de Formação Sindical da CUT no Nordeste, 2000, p. 11-23.

DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa: Editorial Presença, 4.ed.1994.

GORZ, A. *Crítica da divisão do trabalho*. In: _____. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 9-18.

LUKES, Steven. Bases para a interpretação de Durkheim. In: COHN, Gabriel (org.) *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro - São Paulo: LTC, 1977. p. 15- 46.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos Terceiro Manuscrito*. Coleção Os Pensadores. Tradução de José Carlos Bruni. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1978. p. 3 - 48.

MARX, Karl; ENGLES, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. *A Ideologia Alemã*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. O processo de produção do capital*. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Livro 1, v.1. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

Recebido em: 21 de Julho de 2016

Aceito em: 22 de agosto de 2016



Revista Café com Sociologia

Volume 5, número 2, Mai./Agos. 2016

A CONFIGURAÇÃO ETÁRIA DO SUJEITO À LUZ DO MERCADO DE CONSUMO

*Ciro de Sousa Vale*¹

*Tania Maria de Barros Freitas Maciel*²

Resumo

Este artigo analisa como o sistema capitalista estimula necessidades de consumo nas diferentes faixas etárias dos indivíduos. No texto, discorre-se sobre o fato de o indivíduo, desde bem jovem, ser preparado para se tornar um consumidor, bem como sobre as estratégias usadas para que ele continue, na fase adulta, ligado às necessidades presentes em sua infância e, se comporte, na velhice, como um consumidor cada vez mais ativo.

Palavras-chave: Consumo. Imaginário. Faixas etárias.

THE AGE SETTING OF THE SUBJECT BY THE LIGHT OF THE CONSUMER MARKET

Abstract

This article analyses how the capitalist system stimulates the consumption needs in different age groups of the individuals. The text talks about the fact that the individual, since an early age, be prepared to become a consumer, as well as on the strategies used to continue, in adulthood, linked to the present needs in their childhood and to behave, in the old age, as a consumer increasingly active.

Keywords: Consumption. Imaginary. Age groups.

Introdução

Dada a grande valorização da prática do consumo na história recente da humanidade, esse tema, nas últimas décadas, vem se tornando foco de inúmeros estudos, principalmente das Ciências Sociais, da Antropologia e da Psicologia, ciências que buscam direcionar uma análise

¹ Doutorando em “Psicossociologia das Comunidades e Ecologia Social”, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

² Doutora em “Sciences de L'education” pela Université Paris Descartes. Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

aprofundada sobre o assunto. O esforço dos pesquisadores para apreender o fenômeno em sua configuração nas sociedades atuais, inclusive, fez surgir vários termos, tais como “consumismo”, “superconsumismo”, “sociedade de consumo”, “cultura de consumo”, “consumo alienado”, “consumo compulsório”, “consumo verde”, “consumo sustentável” e “consumerismo”, e a complexidade do tema indica que vários outros termos ainda não de ser elaborados.

Segundo os estudiosos que se debruçam sobre o tema, o consumo é uma prática presente desde o início da história da humanidade para satisfazer às necessidades básicas do ser humano. Todavia, ele não se restringe à questão da sobrevivência biológica da espécie. A Antropologia do Consumo (área do conhecimento que acentua a dimensão cultural que atravessa as práticas de consumo e que realiza mapeamentos do fenômeno dissociados de julgamentos morais) destaca que no consumo se constrói parte da racionalidade integrativa e comunicacional de uma sociedade (CANCLINI, 2010) e que as motivações para a aquisição de bens relacionam-se igualmente à mediação das relações sociais, à construção de identidades, aos processos de inclusão e exclusão social, à classificação e à expressão de desejos e afetos. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004) Essa vertente dos estudos sobre o consumo defende que a aquisição de bens na época contemporânea não deve ser um fenômeno abordado sob uma ótica condenatória, uma vez que a função de classificação e de busca por distinção social hoje não é tão diferente da que ocorreu na aquisição de bens nos séculos anteriores. Na verdade, revelam Barbosa e Campbell (que tais como Mary Douglas, Baron Isherwood, Pierre Bourdieu, Daniel Miller, Grant McCracken e Marshall Sahlins se filiam a esses estudos), o repúdio à dimensão material da existência que o olhar ocidental apresenta sobre o consumo é resultado de uma visão idealizada que acredita ser possível dissociar relações sociais de relações materiais. (BARBOSA; CAMPBELL, 2006)

De fato, o consumo de bens realizado pelo ser humano possui função social, sendo que, em vários momentos, inclusive, pode agir em função de uma lógica contestatória (como ocorre, por exemplo, nos boicotes feitos a empresas poluidoras) ou estar ligado ao fortalecimento das relações sociais (como no caso das compras realizadas por motivações emocionais e pelo desejo de ajudar o próximo).

No entanto, enquanto essa corrente teórica se abstém de julgamentos morais ao analisar o fenômeno do consumo atual, outros estudiosos criticam a especificidade do consumo na contemporaneidade.

Os ecologistas, por exemplo, afirmam ser imperativo ter em mente que nunca se consumiu tanto, principalmente a partir da segunda metade do século XX e que esse consumo foi

responsável pela extração de mais de 50% dos recursos naturais finitos do planeta. (A VERDADE, 2013)

Há também os pensadores, tais como Zygmunt Bauman e Henrique Rojas, que defendem que, a partir do século XX, ocorreu um fenômeno de exacerbação do consumo, de forma que este passou a ser a mola propulsora da sociedade (fenômeno ao qual foi dado o nome de “consumismo”). Esses estudiosos identificam na configuração atual do fenômeno do consumo uma alteração comportamental dos indivíduos, alteração essa que, sob vários aspectos, deve ser exposta e criticada por trazer sérios danos à vivência social.

Apesar de reconhecermos, como já dito, que o consumo na atualidade é um fenômeno complexo que pode comportar reações de reflexão, crítica, rejeição e também aprofundamento das relações sociais, este estudo que propomos dialoga com estudiosos que identificam, na época contemporânea, uma nova relação dos indivíduos com o consumo, decorrente dos esforços dispensados pelo sistema capitalista para manter a centralidade de tal prática na esfera social. Esse diálogo que propomos se volta para a análise da interação, na contemporaneidade, das diversas faixas etárias com o consumo. Segundo nossa hipótese, o estímulo ao consumo muitas vezes é feito a partir da divulgação de novas imagens dos consumidores das diferentes faixas etárias. Essas imagens são veiculadas pela propaganda, com o intuito de angariar consumidores para os produtos anunciados. Baseando-nos nas reflexões de pensadores tais como Benjamin Barber e Nizia Villaça, destacaremos, dentre as estratégias de que o discurso publicitário faz uso para seduzir os consumidores, a exibição de novas formas de as pessoas de diferentes idades se enxergarem e se comportarem (a saber, as crianças se enxergarem como adultos, os adultos como crianças e os idosos como jovens). Trata-se de uma nova apresentação das idades cronológicas, que não raro pode ser prejudicial para esses próprios consumidores. Senão, vejamos como se estabelece a relação dos consumidores atuais com os produtos oferecidos na época contemporânea.

Para definir a passagem do consumo para o consumismo, Bauman faz um contraponto entre dois tipos de sociedade: a “sociedade dos produtores” e a “sociedade dos consumidores”. Segundo o estudioso, a sociedade dos produtores era marcada pelo trabalho, pela durabilidade dos materiais (pela segurança de ter esses materiais por um longo tempo), pela garantia do conforto e de bens que fossem, preferencialmente, de tamanho elevado e peso respeitável, representando assim poder e estabilidade aos seus proprietários. Nessa era, que Bauman denomina de “sólido-moderna”, imperava a satisfação na aquisição de mercadorias e não apenas no consumo imediato

de determinado produto. Isso gerava o que Bauman chama de “consumo ostensivo”, ou seja, a riqueza era mostrada para se enfatizar a solidez e durabilidade, se esperando também que isso se refletisse na manutenção daquele indivíduo em sua classe social, especialmente a abastada. (BAUMAN, 2008, p. 43).

Essa expectativa de durabilidade, obviamente, difere do que ocorre na sociedade de consumidores, cuja riqueza é imediatamente utilizada, digerida e saboreada. (BAUMAN, 2008, p. 43). A mudança de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores se dá, assim, não por uma satisfação de necessidades, mas sim para o atendimento permanente de desejos que se superpõem, o que implica uma substituição imediata dos produtos consumidos e das vontades já satisfeitas (BAUMAN, 2008, p. 44).

Segundo Slater, essa nova era se caracteriza pela insaciabilidade dos desejos e a necessidade urgente de se buscarem novas mercadorias, gerando-se assim uma “obsolescência embutida”, ou seja, um rápido ciclo de vida útil dos produtos, ainda que aptos para o consumo, inservíveis para os desejos dessa nova sociedade.

Interessante notar, nesse contexto de obsolescência programada dos objetos, é a contribuição do *design* para alimentar o consumo dos produtos. Como apontado por Lipovetsky, já a partir dos anos 1920-1930, após a crise nos Estados Unidos, a indústria se atentou para a questão estética e a contribuição que ela poderia dar ao crescimento do mercado. Dever-se-ia oferecer ao consumidor não só o produto, mas também a elegância e a sedução embutidas nele. A partir de então, a venda dos objetos passou a ficar intimamente associada à sua apresentação estética, e, como consequência disso, é possível perceber que o consumidor não compra certo produto devido somente à sua qualidade e confiabilidade, mas também devido à sua apresentação externa.

Outro aspecto que a discussão sobre o consumismo permite abordar é o valor atribuído ao consumo dos objetos. Para Lipovetsky, o consumo pode ser entendido como o prazer para si mesmo - o consumo se daria a partir da necessidade de se cultuarem novos objetos, de se satisfazerem necessidades pessoais. (LIPOVETSKY, 2009, p. 201) Lipovetsky também desenvolve o conceito de “Neonarcisismo”, que indicaria o maior peso que damos às nossas necessidades individuais de consumo comparado ao peso dado à opinião alheia. É certo que os objetos ainda possuem um valor simbólico e que a compra de determinados produtos de luxo ainda conferem certo *status* a quem compra. A diferença é que esse tipo de consumo, segundo

Lipovetsky, não se molda ao consumo de massa, caracterizado por indivíduos que consomem pelo seu conforto e prazer individual. (LIPOVETSKY, 2009, p. 202)

E, nesse universo de encantamento que se revela o universo do consumismo, a relação entre publicidade e consumo é ponto que vem merecendo atenção destacada por parte dos estudiosos. De acordo com Lipovetsky, a publicidade é veículo importantíssimo para o sucesso do consumo. E suas estratégias não são nada diretas. Para que um produto se mostre interessante, é necessário que a publicidade trabalhe com o inesperado, que surpreenda o consumidor através de novas ideias. Sua proposta é, na verdade, mais divertir do que convencer o consumidor e, a partir disso, os produtos tornam-se “estrelas”, podendo adquirir, nos anúncios, inclusive formas humanas. Os consumidores são então seduzidos pelo lúdico e pela graça expressada pelo produto. Ainda segundo Lipovetsky, a publicidade pode ser entendida como o “cosmético” da comunicação, uma vez que a mensagem é dirigida diretamente ao olho do consumidor, tendo por atrativo a beleza, a perfeição da aparência - quanto mais espetacular e superproduzida é a imagem, mais garantias tem de atingir seu público, haja vista a tendência da atual sociedade de sacralizar o novo. Um outro aspecto interessante seria a orientação criada pela publicidade de redefinir um padrão de vida pautado no consumo, privilegiando, assim, o prazer imediato e contribuindo para acelerar o desejo, antes estacionário. (LIPOVETSKY, 2009, p. 216-229).

Esse pensamento é confirmado por Enrique Rojas, para o qual o hedonismo está intimamente ligado à cultura consumista. O hedonismo, que pode ser entendido como uma busca essencialmente pela satisfação dos prazeres teria, nessa cultura, como reforço, a permissividade, ou seja, a perspectiva de uma ausência de proibições, de limitações. (ROJAS, 1996, p. 20) E essa busca ilimitada pelo prazer encontraria na possibilidade de aquisição de novas mercadorias uma força particularmente poderosa.

A busca por novos consumidores

Dentre as várias questões relacionadas ao consumo, uma que merece destaque é a forma como as diferentes faixas etárias são estimuladas a consumirem. Não é difícil perceber, por exemplo, que há um recrutamento de consumidores cada vez mais jovens e um esforço, apoiado no poder de persuasão do discurso publicitário, em torná-los parte de uma cultura homogeneizadora de forma a se criarem necessidades que perdurem na vida adulta do indivíduo.

Atentemos por um instante para um dos maiores símbolos do sistema capitalista norteamericano, a Coca-Cola. Modelo fiel de uma empresa transnacional, essa marca é o símbolo de um consumo coletivo e padronizado. Representa já há algum tempo a bebida mais consumida em todo o mundo, haja vista que mais de 900 milhões de pessoas consomem o refrigerante em questão (MUNDO COLA, 2006)³

A preocupação de se buscarem novos consumidores sempre foi uma obsessão da marca, a qual, há mais de 10 décadas, já buscava atingir um público de jovens que pudessem se tornar consumidores fiéis nos anos subsequentes. Além de curioso, portanto, é emblemático que, devido ao fato de a empresa ter sido processada pelo governo dos Estados Unidos por servir uma bebida contendo cafeína às crianças, a marca tenha passado a recrutar, para atuar, em comerciais do refrigerante, modelos com idade acima da estipulada, mas que aparentavam ter menor idade (MUNDO COLA, 2006)

De fato, as crianças são alvos bastante visados pelo mercado e, para atingi-las, estratégias não faltam.

A figura do Papai Noel, por exemplo, foi associada de tal forma à lógica do consumo que hoje em dia é difícil desvinculá-las. O discurso é sedutor, já revelou, por exemplo, a letra da música “O velhinho”, famosa na voz de vários intérpretes brasileiros: “Como é que Papai Noel não se esquece de ninguém? Seja rico ou seja pobre, o velhinho sempre vem” (FILHO, 1953). A realidade, no entanto, mostra-se cruel, reflexo de um sistema econômico que cria necessidades, incentiva ilusões materiais, mas que também gera e/ou reforça barreiras sociais. Esse é um dos motivos que fazem com que a celebração do dia 25 de dezembro seja por muitos associada à infelicidade e à frustração. O poeta e cordelista Aldemar de Paiva, por exemplo, em seu texto “Eu não gosto de você, Papai Noel”, retrata toda a decepção de uma criança na época do natal, bem como a irritação do adulto no qual essa criança se transformou: “Eu não gosto de você Papai Noel! Também não gosto desse seu papel de vender ilusão para a burguesia. Se os meninos pobres da cidade soubessem o desprezo que você tem pelos humildes [...] eu juro que eles jogavam pedra em sua fantasia” (www.usinadeletras.com.br). Ao mesmo tempo em que a figura de Papai Noel ainda exerce fascínio nas crianças, percebe-se também que está deixando de povoar cada vez mais cedo o imaginário infantil, uma vez que as novas gerações exigem que seus desejos de consumo

³ A razão para isso não pode ser associada apenas ao xarope gaseificado que apresenta (criado com o propósito de agir como um elixir medicinal), mas principalmente pelo cuidado com que se construiu há décadas o modelo de um símbolo forjado na publicidade.

agora sejam satisfeitos diretamente por seus pais. Nesse quadro, o apelo midiático tem papel de destaque.

A grande influência da propaganda no comportamento consumista das crianças é tema de grande interesse nos estudos atuais sobre consumo. Os marqueteiros e publicitários que trabalham com propaganda infantil já foram até chamados de “pedófilos”, por saberem com acuidade mapear os hábitos infantis. Além de se especializarem em *marketing* infantil, contam com uma equipe de profissionais que lhes dá todo o suporte necessário para compreender as mentes e emoções das crianças: psicólogos, neurocientistas, *designers* e escritores. Todo esse empenho do mercado em conquistar o público infantil explica-se pela impossibilidade de as crianças exercerem um senso crítico em relação aos produtos que estão sendo divulgados.

Um dado revelador sobre a exposição das crianças a mensagens de consumo foi apresentado por uma pesquisa realizada pelo IBOPE em 2007. Segundo a pesquisa, as crianças são expostas em média a 4 horas, 50 minutos e 11 segundos por dia a propagandas dos mais diversos tipos (RIBEIRO, 2013), e elas respondem ao chamado dessas propagandas prontamente, como confirmam os dados apresentados por Barber:

Os jovens tornaram-se grandes perdulários antes mesmo de ganhar modestos salários: em 2000, 31 milhões de crianças e adolescentes americanos com idade entre 12 e 19 anos já controlavam 115 bilhões de dólares como consumidores. Apenas quatro anos depois, 33,5 milhões de crianças controlavam US\$ 169 bilhões, ou aproximadamente US\$91 por semana cada criança (BARBER, 2009, p.18).

De forma irônica, a psiquiatra Susan Linn, em seu livro “*Crianças do consumo: a infância roubada*”, destaca como o mercado está pronto para cuidar das crianças, caso a família não ocupe esse espaço, que, em tese, é seu de direito:

Minha filha é uma garota popular hoje em dia. A Taco Bell a quer, assim como o Burger King. Abercrombie and Fitch tem uma loja inteira dedicada a ela. A Pert Plus tem um xampu que ela vai adorar. A Ethan Allen está criando móveis para o quarto sem os quais ela não pode ficar. A Alpo quer até vender comida de cachorro para ela (LINN apud PAIVA, 2009, p. 46).

Mais do que vender ilusões e produtos, as mensagens publicitárias ajudam a moldar a identidade da criança, divulgando valores simbólicos e culturais.⁴ Dentro desse contexto, elas são precocemente estimuladas a se tornarem consumidoras e afirmarem gostos e estilos. Entram assim

⁴ Estudos indicam que, devido a essa influência, a criança poderá apresentar problemas tais como distúrbios alimentares, erotização precoce, estresse familiar, obesidade, fortalecimento do egoísmo e enfraquecimento dos valores culturais. (*Estado de Minas*, p. 3, 2 ab. 2013)

na adolescência, mesmo antes de atingirem a puberdade. As meninas, desde cedo, são levadas a vestirem-se e a maquiarem-se como adultas; e, tanto meninos, quanto meninas são incentivados a começar sua vida sexual cada vez mais cedo, uma vez que a sexualidade é banalizada pelas propagandas. A situação torna-se mais preocupante quando encontra reforço na postura dos próprios pais, que pode contribuir ainda mais para a “adultização” das crianças. Além de produtos que são anunciados no mercado para o público infantil, como sutiãs para meninas de 8 anos, sapatos de salto alto e até produtos antienvhecimento⁵, merece ser destacado um caso perturbador acontecido recentemente nos Estados Unidos. Segundo o jornal *Opera Mundi*, o Departamento de Saúde de São Francisco investigou o caso de uma mãe californiana que reconheceu ter aplicado botox em sua filha de oito anos. Ademais, essa criança passava por sessões de depilação com cera nas pernas para participar de competições de beleza infantil (www.operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias).

Em contrapartida, há um movimento diferente em relação aos adultos, como destaca Robert J. Samuelson. Segundo o autor, enquanto as crianças e os adolescentes são estimulados a parecerem mais velhos,

[...] os mais velhos (ou muitos deles) querem ser mais jovens. Progressivamente, demolimos os estágios tradicionais do ciclo da vida, abreviando a infância e sucedendo-a de fases nebulosas. A adolescência [...] começa antes da puberdade e, para alguns, dura para sempre. [...] A negação da idade está em toda parte (SAMUELSON *apud* BARBER, 2009, p. 16).

A sustentação desse quadro é importante para o capitalismo de consumo, uma vez que as vendas para os jovens nunca irão diminuir, já que os adultos são estimulados cada vez mais a consumirem produtos que os façam aparentar física e psicologicamente uma idade menor, iniciando-se, assim, um novo etos cultural. Tornaram-se inclusive comuns frases do tipo “apesar de ter 40 anos, tenho cabeça de 20” (é como se um indivíduo de 40 anos não pudesse pensar e agir de acordo com sua idade cronológica).

O que o mercado faz, além de imprimir essa vontade de não crescer ao “adultecente”⁶, é oferecer cada vez mais produtos que reproduzam essa condição. Barber aponta uma série de exemplos de comportamentos que indicam uma combinação de consumo de produtos específicos e um desejo de “retrocesso etário”, tais como o crescimento do número de leitores adultos

⁵ Em fevereiro de 2011, a Walmart, maior rede varejista do mundo, lançou a linha de cosméticos geoGirl. Fazem parte dessa linha produtos esfoliantes e substâncias antienvhecimento voltadas para um público de crianças entre 8 e 12 anos. (www.marquescasara.com)

⁶ Um dos termos empregados por jornalistas de cultura pop para se referir a uma espécie de adultos que insistem em se comportar como adolescentes.

consumindo livros como os do personagem Harry Potter ou filmes como *O Senhor dos Anéis*, *Homem Aranha* e *Shrek*; e o fato de haver homens de negócios usando bonés de beisebol, jeans e camisetas largas. Como bem frisado pelo autor, “na época em que vivemos, a civilização não é um ideal nem uma aspiração, é um videogame” (BARBER, 2009, p.17).

Outros indicadores desse fenômeno de “diminuição” da idade cronológica são as academias de musculação, abarrotadas de clientes que buscam formas esculturais e as clínicas de cirurgia plástica visitadas constantemente por pessoas que querem aparentar menos idade. Sim, pois, embora os resultados provem ser impossível impedir a passagem do tempo e suas marcas, o sistema vende a ideia de que rejuvenescer é possível. E uma vez que a juventude é apresentada pela publicidade como um valor que, como tal, significa poder, compra-se essa ideia com facilidade.

Com efeito, a velhice não tem mais valor para essa sociedade. As marcas do envelhecimento, as quais, em outras épocas, por serem sinais de experiência, geravam respeito aos mais velhos, são hoje tratadas como falhas que, com a ajuda da ciência, deve-se corrigir. As rugas tornaram-se sinônimo de irregularidade estética e afastaram-se da ideia de beleza. Na verdade, a juventude aparece como condição necessária para a beleza e aquilo que lembra a deterioração dos corpos atrela-se à noção de imperfeição.

Isso significa que o idoso não tem valor para o mercado de consumo? Não, se ele puder ser associado à ideia de vida e não à de morte.

A publicidade sabe retirar proveito da imagem da velhice, ao mostrá-la como um momento de satisfação ao mesmo tempo em que lança o idoso como um novo ator que precisa ser inserido no mercado de consumo. É inimaginável a velhice ser apresentada pela propaganda como uma fase dramática, de exclusão e de deterioração do corpo. O idoso retratado pelos meios de comunicação está apto a desfrutar de tudo aquilo que o mercado oferece e nem de longe lembra o perfil de um idoso que convive com a miséria ou que é vítima da vulnerabilidade social. Os velhos despossuídos de capital não se inserem na “feliz idade”, como bem lembrado por Villaça:

Os idosos que são agrupados sob a etiqueta da “terceira idade”, da “feliz idade” ou da “melhor idade” são os que, embora não mais ativos, dispõem de renda para serem cidadãos consumidores. Ao contrário, os que não são produtores e os inúteis como consumidores são pessoas que a economia, com a sua lógica de suscitar e satisfazer necessidades, dispensa. A velhice parece desprezar-se do antigo paradigma que, separando a alma do corpo, valorizava o primeiro termo (VILLAÇA, 2010, p. 60).

O projeto da imortalidade é hoje uma obsessão da ciência e do capitalismo que se unem para atingir tal fim e/ou prolongar o máximo possível a vida humana. Sabe-se que são destinadas

grandes quantias de dinheiro para pesquisas científicas voltadas para o retardamento da velhice e da morte. Um exemplo disso são as pesquisas com criogenia humana, técnica para manter cadáveres congelados durante anos, com o objetivo de um dia ressuscitá-los.

Sutilmente, o capitalismo tende a afastar tudo aquilo que remete à morte. Detenhamo-nos, por exemplo, ao que se refere aos espaços com ela relacionados. São locais depreciados, tais como asilos e oncológicos, que geram a desvalorização socioeconômica de seu entorno, ainda mais porque, nas redondezas, surgem estabelecimentos ou de agentes sociais associados a essas áreas “sombrias” tendem a consolidar o estigma sobre elas, como no caso de empresas funerárias que se localizam próximo a determinados hospitais ou de floriculturas localizadas perto de cemitérios.

Reafirmemos: a única velhice que é aceita pelo mercado e valorizada pela propaganda é aquela que pode ser associada à vida, à produtividade e ao consumo. Sobre as propagandas que enfocam a velhice, vale destacar:

Nessas mensagens não o velho, mas o ancião, termo neutro, aparece bem apessoado, sorridente, feliz de estar no mundo, porque pode enfim desfrutar de um tônico particularmente fortificante, ou de férias particularmente atraentes. E assim também ele se transforma em um celebradíssimo membro da sociedade de consumo, trazendo consigo novas demandas de mercadorias, bem-vindo colaborador da ampliação do mercado. Em uma sociedade onde tudo pode ser comprado e vendido, onde tudo tem um preço, também a velhice pode transformar-se em mercadoria como todas as outras (BOBBIO, 1997, p. 25).

Reforça-se, assim, o que Villaça denomina de “medicalização da velhice”, ou seja, a aplicação de práticas voltadas para fazer o idoso se sentir mais jovem. Vende-se a ideia de que é preciso recuperar o tempo perdido, o que está implícito na oferta de uma série de produtos, tais como: pílulas para melhoria do desempenho sexual, roteiros de viagens exclusivos para idosos, cremes e vitaminas que prometem reativar a pele e recuperar o vigor perdido. Tudo para se combaterem as marcas físicas e psicológicas da velhice.

Como alertado por Villaça, para o Capital só interessa o bom idoso, ou seja, aquele que consome, uma vez que os dependentes do Estado de assistência são considerados para o sistema como parasitas sociais. Segundo Villaça, há três categorias de idosos. Primeiramente, os excluídos – sejam os que perambulam pelos hospitais em busca de remédios inexistentes, sejam os que estão encerrados em asilos ou ainda os que estão isolados em seu ambiente familiar, improdutivos. A segunda categoria é composta pelos aposentados de boa renda e aptos a consumir. É para este público que a mídia oferece serviços que farão os idosos retrocederem no tempo, tais como a dança, a corrida e o sexo (atividades que levariam a uma perspectiva idealizada da velhice, como

revelam as terminologias “melhor idade”, “meia idade sem crise”, dentre outras). Já a terceira categoria é composta por um idoso mais exigente, detentor de uma renda mais generosa e que busca um atendimento mais personalizado.

Essas categorias acima elencadas refletem mais que uma simples organização conceitual - denunciam uma exclusão gerada pelo mercado, como consequência de uma idealização da velhice. Atenta a isso, alerta a psicanalista Dorli Kamkhagi:

O risco é substituir o clichê do idoso descartado pelo uso por um estereótipo novinho em folha, o do velho-jovem. A velhice deixa de ser a antecâmara da morte, mas fica quase idealizada. A sociedade exalta o idoso que faz plástica, toma Viagra e faz sexo, pratica esporte, estuda, viaja. Isso gera um fenômeno de exclusão social, porque frustra quem não vive assim por falta de dinheiro (VILLAÇA, 2010, p. 92-3).

Realmente, aquela parcela de idosos que não se tornar rentável ao mercado será excluída por ele, até que em última instância atinja algum padrão de consumo. Até lá, para essa cota da população não haverá perspectiva nenhuma de idade ideal.

Considerações finais

Há algum tempo, as sociedades industriais mais desenvolvidas têm sua pirâmide etária estruturada a partir da população adulta e idosa. Pode-se também verificar que, em algumas economias capitalistas industriais emergentes, a parcela adulta é a mais representativa, como é o caso do Brasil. Os jovens não são mais a base de nossa pirâmide etária e já temos um aumento substancial da população idosa em nosso país, o que é motivado pelo aumento da expectativa de vida. Já em países nos quais a população absoluta é bastante representativa, como a China e a Índia, a fração jovem é a que apresenta maior destaque e esse quadro ainda vai perdurar por algum tempo.

Esses dados não interessam apenas a governos e a demógrafos. São periodicamente mapeados e estudados pelo mercado, que já articula formas de capitalizar as mudanças demográficas em curso. Todas as três faixas etárias aqui apresentadas (infância, fase adulta e velhice) são mapeadas pelo capitalismo, sendo que até nos espaços onde se apresenta uma diminuição do contingente de jovens, o mercado inventa formas de se afirmar.

Lucra-se com todos os segmentos etários, pois todos são orientados para uma perspectiva de produtividade social. No que concerne às crianças, como demonstrado no texto, cada vez mais

são transformadas em alvo para o consumo - tornam-se adultas precocemente e impõem sistematicamente seus direitos de consumidores.

A temática do consumo na infância há muito vem sendo discutida em fóruns educacionais. Segundo o professor Fernando Hernández, membro do Centro de Estudos sobre a Mudança da Cultura e da Educação (CECAE), a união de esforços da família e da escola pode ser de vital importância para descortinar os conceitos construídos pelo mercado publicitário. Tanto pais quanto professores teriam a missão de entender e posteriormente discutir com as crianças o teor das mensagens publicitárias, utilizando uma linguagem adequada a cada faixa etária.

Hernández é bem otimista sobre o poder da família e da escola em desconstruir as realidades criadas pelo consumismo e acredita que a chave disso é que tais poderes exerçam sua autoridade baseada em limites estabelecidos, sem gerar uma sensação de castração. Para o autor, a ausência de freios contribui para a interrupção da infância, o que implicará na geração de um adulto sem perspectivas e mais propenso às armadilhas impostas pelos apelos do consumismo. Esse vazio gerado poderá ser também porta aberta ao mundo das drogas. (PAIVA, 2009)

Paralelamente à adultização das crianças, percebe-se também que o segmento adulto, massificado pela cultura da eterna juventude, não quer se dissociar do etos infantilista e busca conservar traços que lhe seriam anacrônicos, enquanto o público de idosos é atraído por uma ideia de “melhor idade”, que traz implícita uma perspectiva de produtividade e não menos de consumo.

E o que dizer sobre o papel do indivíduo nesse contexto? Segundo Barbosa, na obra *Sociedade de Consumo*, é extremamente necessário debater sobre o poder de liberdade e escolha do indivíduo nessa arena que muitos estudiosos designam como terreno de manipulação e alienação (BARBOSA, 2004).

De acordo com Colin Campbell, a formação da identidade do indivíduo correlaciona-se não com os produtos que ele consome, mas sim com a reação que ele esboça a esses produtos. Para o estudioso, é através das escolhas feitas pelo indivíduo no grande universo de produtos ofertados que o ser descobre quem é (BARBOSA, 2004). Igualmente, na obra *Consumidores e cidadãos*, Nestor Canclini nos convida a refletir sobre o ato do consumo como uma forma de se alcançar a cidadania, uma vez que ele seria uma prática que poderia servir para estimular a reflexão (CANCLINI, 2010)

Entretanto, como se pode pensar em cidadania e em cidadãos adultos se o etos da infantilização está pervertendo essa ordem? O que se percebe é que a lógica de Peter Pan está

ainda mais fortalecida, não com o objetivo de valorizar a inocência de certos comportamentos, mas para fortalecer o apelo do consumo. Como se pensar em cidadania numa sociedade de desiguais, na qual só uma parcela consome e o que se consome é altamente discutível?

Seria perigoso associar consumo à cidadania e conseqüentemente à liberdade se muito do que é vendido não tem nem mesmo um significado de relevância para quem consumiu. O que, por exemplo, um menino de 8 anos mudaria em sua vida se possuísse um aparelho de celular de última geração? Quantos aparelhos celulares são adquiridos por adultos que mal sabem manuseá-los ou que já possuem aparelhos que atendem bem às suas necessidades de comunicação? Seriam esses exemplos de exercício de cidadania ou atos de impulsividade consumista?

Na verdade, a forma através da qual o indivíduo enxerga a realidade é moldada pela maneira como ele vê, inclusive, a si mesmo, e o espelho que o reflete mostra-lhe que será para sempre jovem e ativo na sociedade, nem que, para atingir tal padrão, ele deva comprar a concretização dessa imagem.

Referências Bibliográficas

A VERDADE de cada um. Produção: Fernando Meireles. O2 Filmes [S.I.]: 2013. Disponível em: <http://www.natgeo.com.br/averdadedecadaum>. Acesso em: 13 dez. 2013.

BARBER, Benjamin. *Consumido: como o mercado corrompe crianças, infantiliza adultos e engole cidadãos*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BARBOSA, Livia; *Sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____; CAMPBELL, Colin (Orgs). “O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas”. In: *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BOBBIO, Norberto. *O tempo da memória*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CANCLINI, Nestor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 8 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

CASARA, Marques. Walmart lança maquiagem anti-envelhecimento para crianças. Disponível em: <http://marquescasara.com>. Acesso em: 31 mar. 2013

DOUGLAS, Mary; Isherwood, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro. UFRJ, 2004.

FILHO, Otávio Babo. *O velhinho*. Odeon, 1953. vinil.

LINN, Susan. *Crianças do consumo: a infância roubada*. Editora Instituto Alana. São Paulo, 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MUNDO COLA: água, açúcar e marketing. Superinteressante. DVD Editora Abril. São Paulo, 2006.

PAIVA, Ademar. Eu não gosto de você Papai Noel. Disponível em: <<http://www.usinadeletras.com.br>>. Acesso em: 05 abr.2013.

PAIVA, Flávio. *Eu era assim: infância, cultura e consumismo*. São Paulo: Cortez, 2009.

RIBEIRO, Maurício Andrés. A Infância como mercado. In: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 5 jan. 2013. Pensar, p.3.

ROJAS, Enrique. *O homem moderno: a luta contra o vazio*. São Paulo: Mandarim, 1996.

TERRA, Marina. Nos EUA, mãe perde guarda por aplicar *botox* na filha de 8 anos. *Opera Mundi*. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias>>. Acesso em: 01 abr. 2013.

VILLAÇA, Nizia. *Mixologias: comunicação e o consumo da cultura*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.

Recebido em: 20 de julho de 2016.

Aceito em: 20 de agosto de 2016.



Revista Café com Sociologia

Volume 5, número 2, Mai./Agos. 2016

RESENHA DA OBRA SOCIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO: Crítica ao economicismo na política educacional

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: por uma visão crítica da Sociologia do Ensino Médio

Felipe Boin Boutin¹
Beatriz Demboski Búrigo²

Obra resenhada:

KRAWCZYK, Nora. *Sociologia do Ensino Médio - Crítica ao economicismo na política educacional*. São Paulo: Cortez, 2014.

Professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Nora Krawczyk é atualmente uma das principais referências no âmbito da Sociologia da Educação e vem discutindo a questão do Ensino Médio no Brasil e na América Latina.

Tomando como fio condutor a necessidade de recuperar o papel da sociologia e do conhecimento crítico ao se falar de políticas educacionais, Krawczyk organizou na obra “Sociologia do Ensino Médio - crítica ao economicismo na política educacional” trabalhos de diversos pesquisadores, que foram convidados para contribuir com as suas percepções sobre o rumo atual da educação a partir de assuntos que dialoguem com o papel cultural da escola, a política educacional e a sua relação com o mundo do trabalho, além de outros aspectos.

Segundo a organizadora, o Ensino Médio é atualmente marcado por choques entre democracia e capitalismo e possui ao mesmo tempo dinâmicas de inclusão, como também expressa retrocessos em novas formas de exclusão. Tendo isso em vista, a organizadora escreve sua introdução justificando a necessidade de trabalhos que adentrem profundamente nestes assuntos,

¹ Possui graduação em Relações Internacionais pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

² Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

principalmente por apresentarem problematizações sociais do universo da educação, que conseqüentemente levam ao reconhecimento social e, por fim, a criação ou reestruturação de políticas públicas necessárias para a democratização do acesso à educação e democratização da própria sociedade.

Krawczyk aponta a apropriação de conhecimentos socialmente construídos, o espaço no mercado de trabalho e a participação no ensino superior como algumas das discussões que fazem com que o Ensino Médio se apresente como o período mais fértil de discussões sobre as controvérsias do sistema educacional. Em conjunto com o interesse de superar a visão economicista existente nas políticas educacionais, onde as determinações políticas advêm diretamente e quase que exclusivamente de resultados de estudos econômicos, os trabalhos organizados na presente obra demonstram a importância do debate que está sendo realizado. A organizadora apresenta de que formas elementos não escolares penetram na instituição e implicam em mudanças nas práticas dessas instituições, muitas vezes estabelecendo um método de gestão empresarial, no qual o objetivo da instituição escolar deixa de se referir à aprendizagem, tornando assim a escola um espaço de reprodução e legitimação das desigualdades sociais.

Composto por seis artigos referentes à Sociologia do Ensino Médio, que tanto apresentam os conceitos gerais e uma breve historiografia sobre o tema, quanto abrangem as discussões sobre o Ensino Médio no Brasil e o seu equivalente na França, o livro em um primeiro momento parece bem organizado para atrair e prender também leitores que não possuem tanta familiaridade com o tema. Nos parece que a escolha de iniciar a obra com o artigo de Marília Pontes Sposito e Raquel Souza tem, justamente, o intuito de construir e explicitar o panorama proposto, apresentando o contexto do debate e conceitos-chave necessários.

As autoras, no artigo intitulado “Desafios da Reflexão Sociológica para Análise do Ensino Médio no Brasil”, apontam o aumento da demanda por matrículas a partir dos anos 90 nessa modalidade de ensino. Isso se deve, principalmente, por partir do Estado o desejo de universalizar o ensino, antes bastante elitizado no país. Por fim, apontam também as falhas nesta universalização, que se apresenta mais superficial do que representativa de alguma mudança real no combate à desigualdade e ao acesso mais igualitário ao ensino.

Além disso, Sposito e Souza apontam fatores muito importantes para o reconhecimento dessa “falha” relativa da universalização da educação brasileira, sendo alguns deles relacionados a dificuldade de se construir políticas educacionais estáveis e articuladas no país, além da falta de políticas democráticas de acesso à cultura para os jovens, como por exemplo, cinema, teatro,

música; e, também, a desigualdade marcada nas relações escolares, onde estudantes de origens distintas acabam sendo tratados de forma distintas. Porém, magistralmente apontado pelas autoras: "os jovens são apenas pontas de iceberg de processos sociais mais amplos que afetam a própria condição humana" (SPOSITO; e SOUZA, 2014, p. 55). Por isso, a leitura desta obra se torna indispensável para quem procura compreender a escola e a educação como uma instituição da nossa sociedade que também reflete muitas outras condições e marcações sociais.

“As Relações com os Estudos de alunos Brasileiros de Ensino Médio” é o trabalho de Bernard Charlot e Rosemeire Reis, que realizam uma comparação entre a situação do Brasil e a de outros países com os quais ele compete na economia globalizada. A partir de uma reflexão sobre as contribuições e as limitações da teoria da reprodução de Bourdieu e Passeron, os autores procuram compreender o sucesso ou fracasso escolar dos novos setores sociais que estão adentrando no Ensino Médio.

Logo no início do trabalho, os autores apresentam uma informação interessante: no Brasil, o fracasso escolar é definido a partir da não conclusão do Ensino Médio, enquanto em outros países essa etapa é praticamente universalizada, contando como fracasso escolar a não conclusão do ensino superior. Evidente que não podemos desconsiderar as particularidades históricas de cada país, mas se faz necessário lembrar da existência de padrões internacionais de sucesso, baseados muitas vezes em caráter econômico que desconsideram estudos nacionais da área de Sociologia da Educação e que, portanto, se adequam melhor a realidade brasileira.

Os autores também apontam a existência de diferenças socioeconômicas e outras diferenças mais complexas que acompanham o ingresso dos alunos nas escolas e servem para explicar o fracasso escolar. Utilizando a categoria *habitus* (um conjunto de disposições incorporadas de forma durável) apresentada por Bourdieu e Passeron como ferramenta de análise³, podemos compreender como se transmite e se apropria o saber entre diferentes grupos sociais, reproduzindo assim a desigualdade e demonstrando a falta de democracia na educação.

A relação da instituição escolar com o saber é fundamental e estudos apontam que a relação com a escola e o saber, além de singular, é também social, construída pela família e no ambiente social. Apesar disso, o processo de ensino e aprendizagem permanece recaído sobre o aluno e esses estudos continuam a ser ignorados e o fracasso sócio escolar segue se apresentando como individual. Segundo os autores, considerando esses aspectos, a sociologia possui um papel

³ No campo educacional essa categoria tornou-se especialmente conhecida a partir da publicação de *A Reprodução* (2008 [1970]), obra escrita por Bourdieu e Passeron.

fundamental na investigação das formas singulares e sociais das relações estabelecidas com a escola e com o saber.

Charlot e Reis também apresentam os resultados de um estudo de caso, de uma pesquisa quanti-qualitativa com abordagem em campo, na qual alunos de uma escola média em Maceió responderam questionários e participaram de grupos de discussão que tratavam sobre os sentidos atribuídos ao aprender e os desafios encontrados pelos estudantes nessa etapa de escolarização. Os jovens apontaram que o espaço escolar é o preferido por eles, o que pode significar uma possível falta de acesso a outros locais de sociabilidade. Em adição, apontam as aprendizagens como sendo ligadas a aspectos relacionais e afetivos e consideram a escola um local de formação que possibilita o acesso ao mercado de trabalho. Em termos de conhecimento, eles não sentem que o Ensino Médio é satisfatório.

Os autores também comentam sobre reclamações referentes à mudança do Ensino Médio para a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), que diminui em um ano o tempo de formação, criando assim dificuldades para aqueles que objetivam entrar no ensino superior. Um importante fator para a análise dessa pesquisa é que ela foi feita com base em grupos de discussão, escolhidos pelos professores. Os alunos escolhidos se demonstraram os melhores da turma e os mais estimulados por parte dos pais ou professores e, assim, conseguimos perceber mais uma vez a reprodução da desigualdade e a falta de democracia na educação. A partir dessa pesquisa os autores assinalam que as relações com os saberes são diferentes socialmente e que a reprodução e legitimação das desigualdades acabam gerando frustrações em relação à promessa de um futuro melhor.

Seguindo a proposta de analisar as categorias da Sociologia do Ensino Médio também em outros contextos além do brasileiro, a obra conta com dois artigos da pesquisadora Agnès van Zanten, que escreve sobre a presente temática na França. Apresentando um debate um pouco mais técnico e mergulhado mais profundamente no universo da Sociologia da Educação, a autora escreve em seu primeiro artigo da obra sobre os “Efeitos da Concorrência sobre a Atividade dos Estabelecimentos Escolares”. Segundo ela, existe uma interdependência muito clara entre os estabelecimentos escolares e o Estado, o mercado e a comunidade; portanto, muitas categorias de análise utilizadas nestes conceitos também são de importância para o estudo dos estabelecimentos de ensino.

Para van Zanten, ao analisarmos as configurações do universo escolar percebemos um “quase-mercado” educacional, composto por uma série de competições entre os estabelecimentos

que oferecem o ensino. Estas competições podem ser por alunos, tanto quantitativamente por um número maior de alunos matriculados, quanto qualitativamente por alunos com mais sucesso escolar; por contratar professores com mais prestígio; por melhores colocações em resultados de provas e vestibulares; e por fim, concorrência relacionada com autonomia dos estabelecimentos e com o grau de controle sobre as autoridades locais.

Uma das consequências que estas competições trazem às escolas é o surgimento de diversos tipos de estratégias para modificar as instituições de maneiras externas e internas para que estas possam cada vez melhor competir com suas concorrentes. A autora aponta que apesar da competição muitas vezes ser característica de mercado, com certas consequências ruins para as instituições de ensino, ao contrário, uma escola que também só se volta internamente e não possui a heterogeneidade característica da competição, acaba por se tornar estacionária e não acompanha as mudanças necessárias para o ensino. Por isso, políticas educacionais abertas à concorrência e que defendem a diversidade educacional são necessárias para o desenvolvimento econômico e social.

O segundo artigo de van Zanten que compõe a presente obra, analisa no contexto Francês “A Escola da Periferia”, propondo um exercício interessante para nós observarmos se as categorias propostas pela autora também podem ser transpostas para a nossa realidade escolar. A autora demonstra em seu texto um fenômeno que ocorre nas escolas dos bairros periféricos, nos quais acaba acontecendo a segregação e concentração social e étnica de classes mais baixas e imigrantes. Fenômeno impulsionado pela setorização das matrículas escolares na França, que confinava ainda mais as pessoas nas periferias com o peso da territorialidade, faz com que as escolas destes bairros periféricos passem por certa “guetização”, ou seja, uma visão negativa perante o resto da sociedade.

Além disso, van Zanten nos aponta neste artigo uma das piores consequências da concorrência entre as instituições de ensino, explicada anteriormente, que seria a concentração de estudantes bons em algumas escolas que se saem melhor na concorrência. Por fim, a autora propõe uma ação política mais ampla para combater essa diferenciação entre escolas periféricas e centrais, algo que também pode solucionar no Brasil o problema da segregação escolar nas escolas em locais mais pobres e afastados, porém respeitando as peculiaridades locais.

No trabalho seguinte, Maria Alice Nogueira e Wania Guimarães Lacerda discutem a relação entre “Os *rankings* de estabelecimentos de ensino médio e as lógicas de ação das escolas”. A análise das autoras se pauta em como as lógicas de ação das escolas e das famílias são

influenciadas pelos *rankings* de estabelecimentos de Ensino Médio produzidos a partir dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O estudo de caso realizado pelas autoras sobre o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa que vem ocupando o primeiro lugar dentre as escolas públicas nos *rankings* nacionais em decorrência dos resultados obtidos no ENEM, é utilizado para corroborar com a análise do trabalho.

A produção de *rankings* de estabelecimentos de ensino, decorrentes dos resultados obtidos no ENEM, resulta primeiramente em várias reportagens midiáticas que buscam identificar nas escolas posicionadas no topo da tabela quais os elementos que os distinguem em relação aos outros estabelecimentos de ensino. Segundo as autoras, a justificativa para o estabelecimento desse *ranking* se baseia na transparência dos serviços públicos e na própria melhoria da qualidade do ensino.

Alguns apontamentos merecem ser levantados sobre esse tema. Esses *rankings* são limitados, baseados em “valores absolutos” de conhecimento, não em um “valor adicionado” pelo estabelecimento de ensino. Dessa forma, fatores como o *background* socioeconômico e cultural, que implicam diretamente no aprendizado dos alunos, são “debitados” sem distinção nas notas dos alunos.

Da mesma forma, para Franco e Menezes Filho (2012), esses *rankings* refletem principalmente o status socioeconômico dos alunos das escolas, fator que prejudica a informação sobre a real qualidade das instituições de ensino. Em suma, quando se publicam as notas do ENEM não há interesse em saber o que aquilo significa em termos pedagógicos, toda ênfase é colocada em comparar as escolas, fator que reflete na escolha das famílias pelos locais de ensino. Como vimos previamente, a escolha do estabelecimento de ensino por parte das famílias envolve capitais que estão distribuídos de maneira desigual na sociedade. No caso, famílias culturalmente mais favorecidas possuem maior capacidade de obter informações sobre a qualidade de ensino de uma escola e, portanto, de efetuar as suas escolhas.

Em relação aos *rankings*, esses fazem com que as escolas se associem em um fenômeno chamado de interdependência competitiva, que ocorre quando o funcionamento das escolas é afetado pelas práticas de funcionamento de outras instituições de ensino localizadas dentro do mesmo espaço geográfico. Assim estabelece-se uma competição entre as escolas, seja pelo número de alunos, mas também pela qualidade acadêmica, comportamental e social dos mesmos. Quanto mais no topo a instituição escolar está na competição, mais e melhores alunos serão atraídos.

Segundo as autoras, esses *rankings* podem influenciar as práticas pedagógicas e organizatórias dos estabelecimentos de ensino objetivando a manutenção ou a melhoria de suas posições. O estudo de caso com o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa traz alguns apontamentos interessantes sobre de que forma os *rankings* são responsáveis pelas lógicas de ação das instituições de ensino. As autoras dividem as ações das instituições em ações voltadas para o exterior como, por exemplo, de que forma se dá o recrutamento de alunos e as ofertas curriculares; e, ações voltadas para o interior, considerando aqui a organização das classes, o apoio aos alunos, entre outros fatores. Em conjunto, essas ações objetivam, como supracitado, manter ou melhorar a sua posição em relação a outras instituições de ensino.

O artigo escolhido para finalizar o livro foi o de Guilhermina Tiramonti, com o título “A Escola Moderna: restrições e potencialidades frente às exigências da contemporaneidade”. De caráter bastante reflexivo, neste texto encontram-se elementos muito importantes para não se esgotar o debate levantado ao longo de toda a obra. Iniciando a exposição já com questões que ainda não foram respondidas, e talvez ainda levem bastante tempo para serem, a autora nos indaga se realmente a Escola Moderna é capaz de suprimir as exigências da cultura contemporânea e se não é, justamente, deste quesito que surgem os maiores problemas enfrentados hoje em dia na educação.

A proposta da universalização do ensino não trouxe com ela modificações nos sistemas tradicionais de educação; é como se uma instituição datada e direcionada para certo público, estivesse agora sendo estendida e esticada artificialmente para abarcar outras classes e outros grupos de pessoas que não se enquadram - que nunca se enquadraram ou não se enquadram mais - em moldes antigos e ultrapassados. Estes apontamentos são extremamente necessários para uma reformulação da escola tradicional, tema bastante importante para a Sociologia da Educação.

As análises e as informações apresentadas dentro desses seis artigos organizados por Krawczyk contribuem para percebermos e discutirmos sobre o rumo atual da educação. Ao tratarmos de políticas educacionais, devemos estudar e compreender todos os elementos e dinâmicas que afetam o ambiente escolar e suas práticas tanto internas como externas. Para isso, se faz necessária a aplicação de uma sociologia crítica que problematize o universo da educação dentro dos seus mais variados aspectos. Krawczyk é capaz de juntar na obra artigos que utilizam-se dessa sociologia para apontar as limitações dos dispositivos de ensino que tentam responder às exigências da contemporaneidade que, por outro lado, também resultam em mudanças e incompatibilidades com os públicos que deve atender.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução*. Petrópolis: Vozes, 2008.

FRANCO, Ana Maria P.; MENEZES FILHO, Naércio. Uma análise de *rankings* de escolas brasileiras com dados do Saeb. *Revista de Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 42, n. 2, p. 263-83, abr./jun. 2012.

Ficha Técnica

Sociologia do Ensino Médio - Crítica ao Economicismo na Política Educacional

Organizadora: Krawczyk, Nora

Autores: Diversos

Editora: Cortez

Ano: 2014

Número de páginas: 208

I.S.B.N. 9788524921780

Recebido em: 26 de março de 2016.

Aceito em: 10 de agosto de 2016.



Revista Café com Sociologia

Volume 5, número 2, Mai./Agos. 2016

ENTREVISTA

O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA PESQUISA ACADÊMICA: entrevista com *Ileizi Luciana Fiorelli Silva*

Entrevista realizada por *Cristiano das Neves Bodart*¹

Ileizi Luciana Fiorelli Silva é professora da Universidade Estadual de Londrina, doutora em Sociologia pela FFLCH-USP (2006), mestra em Educação pela FE-USP (1998) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (1991). *Ileizi Luciana Fiorelli Silva* é, sem dúvida, uma referência quando a temática é “ensino de sociologia no Brasil”; referência enquanto docente, pesquisadora e militante.

Enquanto docente, além de lecionar no curso de graduação em Ciências Sociais da UEL, sua atuação se estende também ao Programa de Pós-graduação de Mestrado em Ciências Sociais da UEL, orientando pesquisas voltadas a essa temática, bem como lecionando no curso de Especialização em Ensino de Sociologia dessa mesma instituição de ensino.

Como pesquisadora, destaca-se por sua produção acadêmica ligada a temática ensino de Sociologia. *Ileizi Luciana Fiorelli Silva* coordena o “Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão de Sociologia da UEL” (LENPES). Sua relação com a temática “ensino de Sociologia” se estende para além da UEL, estando ativamente presente nos principais eventos nacionais que tratam do tema.

Como militante, *Ileizi Luciana Fiorelli Silva* esteve presente na luta pela reintrodução do da Sociologia no Ensino Básico e atualmente vem coordenando a Comissão de Ensino da Sociedade Brasileira de Sociologia-SBS (2015-2017), tendo atuado, entre 2015 e 2016, como

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo/USP. Editor chefe da Revista Café com Sociologia. E-mail: cristianobodart@hotmail.com
V.5, n. 2, p. 232-239, Mai./Agos. 2016.

integrante do corpo de especialistas da SEB/MEC para a elaboração da Base Nacional Comum Curricular.

Por todo exposto, tenho honra e a felicidade de trazer nesta edição da Revista Café com Sociologia uma entrevista realizada a essa destacada professora, pesquisadora e militante Ileizi Luciana Fiorelli Silva.

Revista Café com Sociologia: Professora Dra. Ileizi Luciana Fiorelli Silva, iniciamos esta entrevista lhe solicitando que nos conte como a senhora principiou, enquanto pesquisadora, seu interesse pela temática “Ensino de Sociologia”.

Ileizi Luciana Fiorelli Silva: O tema foi me chamando aos poucos, começando no estágio durante a licenciatura. Nas escolas onde realizei as tarefas do estágio comecei a me interessar pelas razões que levavam a inclusão ou exclusão de disciplinas, entre elas Filosofia, Sociologia, História, Geografia, Latim e Francês. Essa curiosidade levou-me a ler autores da sociologia do currículo. Depois, quando assumi aulas de Sociologia da Educação, no curso de magistério, passei a me preocupar também com as políticas educacionais e com os métodos de ensino. Fiz um curso de especialização em Ensino de Sociologia (1995); fui da primeira turma desse curso da UEL. Minha monografia foi a respeito do currículo básico do Paraná de 1991. Então, posso afirmar que comecei a fazer pesquisa na área da Educação com essa monografia. Em seguida fiz a dissertação de mestrado sobre as Políticas Educacionais do Paraná dos anos de 1991-1998. O tema específico “ensino de sociologia” só foi pesquisado com mais profundidade durante o doutorado e é aí que me firmei como pesquisadora dessa temática.

Revista Café com Sociologia: Quem “nasceu” primeiro, a pesquisadora Ileizi Luciana Fiorelli Silva ou a militante Ileizi Luciana Fiorelli Silva?

Ileizi Luciana Fiorelli Silva: Primeiro nasceu a militante. Mas, a militante das pastorais sociais da igreja católica, ligadas à teologia da libertação. Dos quatorze aos vinte e quatro anos estive envolvida com os movimentos sociais operários, de bairros e do Partido dos Trabalhadores (PT), por influência das leituras realizadas no ambiente da Igreja Católica. Cursei Direito na UEL durante dois anos e a decisão de ir para as Ciências Sociais teve, seguramente, a influências dessas leituras sócio-teológicas que propiciaram o desenvolvimento do *habitus* da curiosidade pelas questões sociais e filosóficas. Nos primeiros anos do curso de

Direito tive contato com a Sociologia, Ciência Política e a Filosofia. Foram as disciplinas que mais me encantaram. Acho que a partir daí começou a nascer a estudiosa e pesquisadora. No primeiro ano do curso de Direito fui bolsista de iniciação científica no projeto sobre as Delegacias para Mulheres (1985-1986). No terceiro ano do curso de Ciências Sociais fui bolsista de iniciação científica no projeto sobre Partidos Políticos no Paraná (1989-1991). Nesse ambiente acadêmico fui tomando gosto pela pesquisa. De lá para cá é a atividade que mais gosto; bem mais do que a militância em partidos, movimentos sociais e sindicatos. Entretanto, tentei me equilibrar nos vários espaços, acadêmico, familiar, sindical, movimentos sociais. Esse *habitus* de militância foi mesclado com o *ethos* da academia e, por isso, engajei-me na luta pela inserção da Sociologia no Ensino Médio. Foi uma militância interna na UEL e no Paraná. Não havia pretensões nacionais naquela época, entre 1990 e 1998. Só depois, estimulada pela prof^a Lesi Correa, e por colegas de outros estados, fui me aproximando dos grupos de fora do Paraná. No processo de elaboração da tese, na USP, sob orientação da Heloisa Helena Teixeira de Sousa Martins, fui me engajando nas associações científicas, transportando a “militância” pelo ensino de sociologia ao ambiente científico. Na SBS-Sociedade Brasileira de Sociologia, liderados pela Heloisa Helena Martins, fomos organizando espaços de discussão da Sociologia na educação básica. Outros colegas, muito importantes nesse processo, dedicaram-se a articulação política, como o Lejeune Mato Grosso Xavier. Sem a articulação política para aprovação da lei que obrigava o ensino de Filosofia e Sociologia as outras frentes de luta e articulações no campo acadêmico seriam inócuas. O fato da Sociologia ser ensinada em todas as séries do Ensino Médio tem sido o principal argumento para nossa existência nas associações científicas, como a SBS e ANPOCS. Embora tenha nascido primeiro a “militante” no processo de inclusão da Sociologia nos currículos do Ensino Médio, nascia com mais força a “pesquisadora” e essa foi a principal forma da minha contribuição para essa “causa”. Entretanto, nas faces de militante e de pesquisadora, uma outra face faz a conexão e mistura todas as *personas*: a atividade de docente, de professora e de educadora.

Revista Café com Sociologia: É consenso que para que tenhamos uma consolidação e permanência da sociologia no Ensino Médio é fundamental que esta seja também consolidada enquanto subcampo de pesquisa. Em um levantamento que fiz, juntamente com o Marcelo Pinheiro Cigales, no número de dissertações e teses dedicadas ao tema “ensino de Sociologia”, entre 1993 a 2015, notamos que há um expressivo incremento no volume de trabalhos após o ano de 2009, antes desse período não encontramos nenhum

ano no qual tivesse sido defendido mais de três teses e/ou dissertações cujo espoco fosse o ensino de sociologia. Em 2009 encontramos 10 trabalhos, com queda para apenas um trabalho em 2010, três em 2011, nove em 2012, em 2013 quatorze trabalhos e em 2015 com 25 trabalhos defendidos. Nos parece que a reintrodução da sociologia teve um papel importante nesse comportamento. A senhora diria que apenas a reintrodução da sociologia no Ensino Médio teria fomentado pesquisas sobre tal temática? Poderia nos apresentar sua interpretação a esse respeito?

Ileizi Luciana Fiorelli Silva: Como afirmei acima que o fato da Sociologia ser ensinada em todas escolas do Brasil foi o que justificou nossa presença na SBS e ANPOCS, minha hipótese principal para que o “ensino de Sociologia” inserir-se nos programas de pós-graduação da Educação e das Ciências Sociais se ancora nesse fato. Sem a presença obrigatória da Sociologia nos currículos do Ensino Médio a expansão e a criação de linhas de pesquisas seriam em outro ritmo, para não dizer que poderiam ser até inexistentes; como eram antes da LDB de 1996. Todos os levantamentos de longo prazo demonstram isso. Levantamentos sobre artigos, dissertações e teses abarcando períodos de 1925 a 2001, de 1996 a 2014 e assim por diante. Feitos por mim, pela Anita Handfas, pela Roberta Nuhod, por vocês, enfim, seria difícil sustentar uma temática como “ensino de Sociologia” se a disciplina não estivesse sendo ensinada. Não sabemos o que aconteceria se a disciplina fosse retirada dos currículos do Ensino Básico. Em condições diferentes, acredito que nunca teríamos ido tão longe com essa história do ensino de Sociologia no Ensino Médio ou nas escolas secundárias.

Revista Café com Sociologia: Quais seriam as principais contribuições diretas do desenvolvimento de pesquisas em torno do ensino de Sociologia sobre sua consolidação no Ensino Básico brasileiro?

Ileizi Luciana Fiorelli Silva: Eu digo sempre que a primeira contribuição da Sociologia nas escolas é de a levar os cientistas sociais a redescobrirem a escola como objeto de estudo. Então, houve uma revitalização das pesquisas na graduação e na pós-graduação a respeito das juventudes, das escolas, da formação de professores e dos materiais didáticos. Especificamente sobre os temas correlatos às atividades que envolvem ensinar Sociologia para jovens e adolescentes, há pesquisas sobre a história da disciplina, sobre os livros didáticos, sobre a legislação educacional, sobre os cursos de Ciências Sociais, sobre os conteúdos ensinados nas

escolas, sobre as experiências metodologias, sobre o Programa de Iniciação à docência (PIBID), entre outros. Recomendo a leitura dos seguintes materiais: o artigo de Anita Handfas e Julia Polessa Maiçara, “O estado da arte da produção científica sobre ensino de sociologia na Educação Básica (2012)”², e; a Tese de doutorado de Roberta dos Reis Neuhold. “Sociologia do ensino de Sociologia: os debates acadêmicos sobre a constituição de uma disciplina escolar”. Essa tese foi apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em 2014.

São pesquisas que tratam do que tem sido pesquisado e debatido a respeito de *Ensino de Sociologia*, nos anos de 1993 a 2013. Esses dados revelam o que estamos produzindo de estudos no descritor “ensino de Sociologia” e a criação de grupos de pesquisas na base do CNPq, de laboratórios de pesquisa e de ensino, e assim por diante. A contribuição já é perceptível nos debates nos Grupos de Trabalho da SBS, do ENESEB, da ANPOCS, nas mesas e fóruns dos eventos. O debate está em outro patamar.

Revista Café com Sociologia: É comum encontrarmos pesquisadores afirmando que a temática “ensino de Sociologia” sofre discriminação no interior das Ciências Sociais, o que teria sido apontado como um dos fatores que levou tal temática ser abordada prioritariamente nos Programas de Pós-Graduação em Educação, em detrimento de sua “apagada” presença nos cursos de Pós-graduação em Ciências Sociais ou Sociologia. Se essa leitura é, de fato, procedente, quais seriam os principais motivos e quais as consequências mais latentes dessa situação?

Ileizi Luciana Fiorelli Silva: Essa situação já está diferente. Os dados da tese de Roberta Neuhold, demonstram que a diferença da produção nos programas de Educação e nos programas de Ciências Sociais não é tão grande assim. Varia em cada ano. O que constatamos é que está difícil inserir a temática nos dois campos: da Educação e das Ciências Sociais. Não é por discriminação negativa ou positiva. O problema é de condições objetivas. Uma linha para ser sustentada em um programa, que depende da avaliação da CAPES, precisa ter número de docentes com produção qualificada suficiente para manter a nota de avaliação do programa. É uma competição difícil não só para o “ensino de sociologia”, mas para qualquer temática. As dificuldades de constituição do tema como objeto e linha de pesquisa nos programas de

² HANDFAS, Anita; MAIÇARA, Julia Polessa. “O estado da arte da produção científica sobre ensino de sociologia na Educação Básica”, publicado na Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais BIB São Paulo, n. 74, 2.º semestre de 2012, p.43-59.

pós-graduação são mais complexas do que as explicações correntes que dizem que há “discriminação”, “preconceito”, etc. Sem dúvida que nas disputas no campo científico há hierarquia dos objetos e eles são classificados e reclassificados constantemente. No processo de competição há modos de desqualificar colegas e temas, mas isso não é algo que só ocorra com o tema “ensino de Sociologia”. No documento de avaliação da Sociologia da CAPES de 2013, há 9 programas com menções, ementas e um com a linha de Ensino de Sociologia. São 9 programas no contexto do total de 49. São programas com avaliação positiva de 7 a 4, apenas dois com nota 3. Note-se que isso não é pouco se pensarmos no tempo de obrigatoriedade da disciplina no Ensino Médio. Assim, no universo de 49 cursos, encontrarmos 9 programas que já explicitam linhas e/ou ementas de pesquisa, o que é algo a ser considerado como inserção da temática no sistema de pós-graduação nacional.

Sabemos que a constituição de *linhas* nos programas de mestrado e doutorado demoram, precisam ser sustentadas por longo tempo, com pesquisadores, publicações, orientações, grupos de pesquisa. Isso só é possível com alguma tradição que se vai criando, aos poucos, desde os cursos de licenciatura. Não é por outra razão que encontramos apenas um curso com a linha de Ensino de Sociologia, exatamente na UEL-Universidade Estadual de Londrina, onde há um envolvimento com a temática desde 1991. Necessita-se de maturação para que mais programas possam estruturar linhas ou tópicos, ou ementas que deem conta dos fenômenos relativos ao ensino da Sociologia. Quais as possibilidades de amadurecimento dessas linhas? Por que elas conseguiram certa penetração nesses últimos anos, conforme os estudos citados indicaram? Sugiro que as mudanças nas políticas da CAPES, maior órgão de fomento e que pauta o sistema de pós-graduação, influenciaram e influenciarão muito as configurações dos programas nos próximos anos. Outra força social que pode explicar essa inserção, nos últimos dez anos, é a organização dos agentes em torno da Sociedade Brasileira de Sociologia-SBS, que atuam de forma coordenada e reforçam suas atividades de pesquisa e ensino em suas instituições de origem. Em uma luta no *campo*, disseminada em várias regiões de forma coordenada e orientada para o fortalecimento da Sociologia no Ensino Médio, tendo como desafios, a pesquisa e a formação continuada das/os professoras/es da Educação Básica em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

Revista Café com Sociologia: A sociologia é, no conjunto das Ciências Sociais, reconhecida pela preocupação do uso de um corpo teórico “robusto” e capaz de colaborar para a explicação dos fenômenos sociais. Considerando que a preocupação com a temática “ensino
V.5, n. 2. p. 232-239, Mai./Agos. 2016.

de Sociologia” é recente no Brasil, podemos aferir que já temos um corpo teórico consolidado, claro e amplamente mobilizado para pensar as práticas do ensino de Sociologia no Ensino Básico?

Ileizi Luciana Fiorelli Silva: As teorias mobilizadas para pensar o ensino de Sociologia e as teorias para praticar o ensino na educação básica são criações e recriações das tradições dos pensamentos antropológicos, políticos e sociológicos. Assim, ainda há uma variedade de rica experimentação metodológica nas pesquisas e no ensino da Sociologia nas escolas. Isso está em curso. E temos, sim, um corpo robusto de teorias, o que ainda está em processo de acúmulo são as pesquisas empíricas, lá nas salas de aulas, com os materiais didáticos, as metodologias, os estudantes, os professores. Isso ainda está em processo de criação. Mas, já conta com um considerável acervo de artigos, dissertações e teses, basta ler o material que indiquei na pergunta anterior. Podemos contar com uma forte Sociologia do Conhecimento, Sociologia da Educação e Sociologia do Currículo; além, é claro, das ricas pesquisas etnográficas nas escolas e na Educação, assim como, com a pesquisas na Ciência Política sobre o Estado e a Educação. Enfim, basta mobilizarmos o melhor das disciplinas das Ciências Sociais para realizarmos pesquisas de excelência sobre ensino de Sociologia, Sociologia nas escolas, etc.

Revista Café com Sociologia: Quais suas expectativas, num futuro próximo, para a temática “ensino de Sociologia” como objeto de pesquisa acadêmica?

Ileizi Luciana Fiorelli Silva: Considerando as pesquisas sobre o estado da arte, o contexto de formação de professores com o PIBID e a inserção de cientistas sociais nas escolas por meio de concursos públicos, podemos contar com um salto qualitativo nas pesquisas sobre ensino de Sociologia. Haverá uma maior inserção da temática nos programas de pós-graduação de Educação e de Ciências Sociais e, com isso, um maior conhecimento do que se pratica como ensino de Sociologia. Evidentemente que isso depende da permanência da Sociologia nos currículos do Ensino Médio. Mesmo que haja diminuição dos espaços e dos tempos, se ela não for excluída na totalidade, o que se construiu em termos de aparato de pesquisa sobreviverá. Se ela se mantiver do jeito que está hoje, a tendência será amadurecermos ainda mais os espaços de pesquisa na pós-graduação, contando também com os mestrados profissionais de ensino que reunirão docentes e pesquisadores com docentes das escolas, *V.5, n. 2, p. 232-239, Mai./Agos. 2016.*

produzindo pesquisa aplicada. Será um novo horizonte para as Ciências Sociais mais ligadas as demandas sociais. Esse processo enriquecerá ainda os programas de pós-graduação acadêmicos com novas perguntas e problemas de pesquisa.

Revista Café com Sociologia: Em nome dos leitores da Revista Café com Sociologia, sobretudo dos interessados na temática aqui tratada, agradeço pela oportunidade do aprendizado. Obrigado!